

Departamento de Sociologia

**SER JOVEM EM ANGOLA:  
VALORES E IDENTIDADE(S)  
DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ANGOLANOS**

**Elisabete da Conceição de Fátima de Ceita Vera Cruz**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

**DOUTORA EM SOCIOLOGIA**

Orientador: Prof. Doutor Fernando Luís Machado  
Professor Auxiliar  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Março, 2011



**Palavras-chave:**

Angola  
Juventude/Jovens  
Estudantes Universitários  
Valores  
Identidades

**Key-words:**

Angola  
Youth  
College Students  
Values  
Identities



“Também não tinha confiança nenhuma na Administração da Província. Todos esses burocratas, esses inspectores de finanças, eram uns rapazolas irresponsáveis e desconfiava deles como de toda a moderna juventude, materialista e sem ideais.”

Tchekov, «A minha mulher», Edições Quasi, p.11.

“É comum pensar-se que os conservadores mais contraditórios são os velhos e os inovadores são os novos. Não é verdade. Os conservadores mais vulgares são os novos. Os novos que querem viver mas não pensam nem tempo têm para pensar na maneira como se há-de viver; e daí tomam por modelo o que encontraram e já cá estava.”

Tolstoi, «O Diabo» in *A Morte de Ivan Ilich*, Editorial Verbo, p.78.

«Os recreios da juventude não são decerto igualmente nobres, nem igualmente frívolos, em todos os tempos; mas a culpa ou o merecimento não é dela, – a pobre juventude, – é sim do tempo que lhe cai em sorte.»

Machado de Assis, *A mão e a luva*, Editora Ática, p.16



## **Agradecimentos**

A pertinência e o prazer da e na realização deste trabalho compensa e suplanta todas as agruras que este comportou. Entre a euforia e o desalento, este último na derradeira parte do trabalho que entretanto se foi prolongando, o leitor poderá, nas páginas que se seguem, entender a importância e necessidade dos reconhecimentos que (se me) impõem. É que um trabalho desta natureza, ainda que individual, pressupõe necessariamente parcerias, alianças, uma rede de que a autora é devedora para que o resultado final ora se apresente. Nesta conformidade, a dificuldade resulta na inevitável selecção a que me vejo obrigada, sendo no entanto que para os ausentes, mas não esquecidos – e eles reconhecem-se nestas linhas –, aqui fica o meu eterno obrigada por serem e se terem mostrado meus amigos e camaradas, entre os amigos de longa data e os mais recentes, sem esquecer os colaboradores, os colegas e os alunos que, de uma forma ou de outra, se encontram espelhados neste trabalho.

Não posso deixar de agradecer em primeiro lugar, e em especial, ao Prof. Doutor Fernando Luís Machado, meu orientador, pelo inestimável e decisivo apoio, muito particularmente na última parte deste trabalho.

Mas a realização deste trabalho só foi possível porque a rede entretanto tecida foi funcionando, ainda que com alguns percalços, ao longo de anos. Desta extensa rede não podia deixar de começar por agradecer ao Dr. José Inglês pela ponte então estabelecida com o Dr. Burity da Silva (na altura Ministro da Educação com a alçada do ensino superior).

No Ministério da Juventude e Desportos, especial agradecimento pela abertura, compreensão, disponibilidade, apoio e amizade, na pessoa do Ministro que tutela esta pasta, Dr. Gonçalves Manuel Muandumba. Uma disponibilidade e compreensão igualmente manifestadas pelo Vice-Ministro da Juventude, Dr. Yaba Alberto e pelo ex-Ministro da mesma pasta, Dr. Marcos Barrica.

Agradecimentos pela prestimosa colaboração ao Prof. Doutor José Octávio Van-Dúnem, amigo de longa data que, na ocasião, era o decano da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, onde parte dos inquéritos foram realizados – um agradecimento extensivo a todos quantos, entre professores e alunos, viabilizaram o seu preenchimento. Na Faculdade de Economia da mesma Universidade, ao Dr. Joaquim Miguéis, então Vice-Decano, pelo empenho em um momento crucial do projecto, sem esquecer os professores desta instituição que prontamente acederam a que os mesmos

fossem preenchidos nas suas aulas. Na Universidade Católica de Angola ao Magnífico Reitor, Reverendíssimo Dom Damião Franklin, pela possibilidade de acesso à instituição e à realização dos questionários, de cujo empenho sou devedora à Dra. Helena Miguel. E um especial obrigada ao Director da Faculdade Ciências Humanas desta instituição, Prof. Doutor António Costa, pelo apoio e amizade demonstrados na fase derradeira da entrega da tese.

Ao Leonardo Ferreira, Dr. Arlindo Isabel, o meu bem-haja pela prontidão na ajuda que se traduziu no registo informático e nas inúmeras fotocópias que foram necessárias para a realização dos inquéritos.

Com um percurso na área das Humanidades, cuja pedra de toque é a Filosofia – uma base essencial para quem a interrogação e a questão relativa à justiça e a equidade do ser humano são basilares –, a Antropologia surgiu como um complemento deste desafio de melhor compreender e conhecer o indivíduo e o humano que há em nós, nos seus múltiplos seres, estares e fazeres. A busca de um outro sentido e de outra dimensão do humano leva-me a desaguar na Sociologia. E eis que digo: finalmente, sinto-me em casa! E isto vem a propósito porque, para o sucesso desta jornada e em tempo de balanço, saúdo a Prof. Doutora Jill Dias, minha mentora que recentemente nos deixou e com quem muito aprendi e uma palavrinha de reconhecimento vai também para o saudoso Prof. Doutor Mesquitela Lima que me franqueou as portas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa onde entrei como aluna e acabei como docente na área dos Estudos Africanos.

No ISCTE, aos Profs. Doutores Rui Pena Pires, Firmino da Costa e David Miranda que, para além de exemplares, sempre se mostraram absolutamente disponíveis para a troca de ideias, manifestamente útil e necessária.

Um especial agradecimento à Susana Queiroga pelo seu companheirismo e colaboração no âmbito das estatísticas, por me ter “aturado” em momentos de crise “essepeeciana” (entenda-se do SPSS), uma empreitada de que inicialmente fizeram igualmente parte a Isabel Godinho e a Fernanda Miranda, todas elas minhas companheiras do SPSS, pós-graduação em métodos quantitativos que surgiu entretanto neste percurso (e também no ISCTE), e de cuja memória guardo os nomes das Profs. Helena Carvalho, Madalena Ramos e Patrícia Ávila. A tradução do resumo deste trabalho, para inglês, devo-a à Prof. Doutora Marissa Moorman, uma querida amiga e companheira de lides académicas.



O meu bem-haja aos funcionários do ICS, Instituto de Ciências Sociais, e muito particularmente às da Biblioteca, pela solicitude demonstrada.

E, claro está, o meu muito obrigada aos estudantes que se empenharam no preenchimento dos inquéritos e que sei ansiosos por conhecer os resultados.

Como não podia deixar de ser, uma palavra de gratidão à minha família e amigos, a todos quantos, ontem e hoje, sempre me apoiaram e estimularam. De entre eles, o Prof. Doutor Alberto Oliveira Pinto (ele adora títulos!), meu amigo e cúmplice, com quem há já alguns anos venho trocando ideias e experiências.

Ao meu filho, um misto de agradecimento e pedido de desculpas por saber que jamais lhe conseguirei ressarcir de tudo quanto lhe devo!

Ao meu porto seguro, a minha mãe, não há palavras que descrevam o que ela representa, o que é para mim.

Nota: Este é um espaço de agradecimentos. No entanto, inédito ou não, para o INABE, Instituto Nacional de Bolsas de Estudos e também para a Secretaria de Estado do Ensino Superior, em Angola, ficam os meus desagrados por tudo quanto era suposto terem feito, e não fizeram, enquanto instituições públicas que deveriam primar pelo rigor, competência e responsabilidade.



Aos jovens angolanos!

A todos os jovens que participaram neste trabalho!

Aos jovens africanos!

Um VIVA à JUVENTUDE AGUERRIDA!



## Resumo

Do conceito de juventude à sociologia da juventude, este é um trabalho que tem como mote os “valores e as identidades dos jovens em Angola”. Angola, que viveu décadas de guerra e cuja esperança de vida está estimada nos 48 anos, tem na sua juventude a reserva demográfica do país. Dir-se-ia que o mesmo se encontra refém da juventude, categoria em que se deposita a esperança e o futuro mas que é, simultaneamente, tida como sendo a origem dos problemas com que se confronta o país de que a criminalidade, o consumo de álcool e droga integram a lista de práticas e comportamentos que mais afligem a sociedade angolana. Se estes são alguns dos problemas da juventude identificados pela sociedade e pelo governo angolano, os jovens elegem o desemprego como sendo o seu calcanhar-de-aquiles. Não é pois, de estranhar, que esta categoria seja um “grupo-alvo” no quadro das políticas a serem implementadas pelo executivo angolano visando o combate aos comportamentos “desviantes” e, muito naturalmente, à melhoria das condições de vida desta categoria. Falar-se-á de acção dos jovens ou antes de acção sobre os jovens? Ou, ainda, de ambas?

Mas as políticas dirigidas à juventude devem igualmente ser entendidas no âmbito das campanhas políticas e ideológicas, entenda-se, dos aproveitamentos políticos de que esta juventude é alvo. Entre o período da guerra e do pós-guerra que tem somente nove anos, a sociedade angolana sofreu rupturas, colapsos de vária ordem, sendo voz corrente e muito particularmente do poder político, da urgência do que chamam “resgate dos valores”, uma caracterização que, em termos sociológicos deve, sim, traduzir-se por anomia. Significa, pois, que algo se passará, pelo menos a nível empírico, e o objectivo primeiro deste trabalho é verificar se haverá, ou não, correspondência entre o que diz e pensa o cidadão comum e também o governo angolano sobre os valores e a badalada crise e necessário resgate e, por outro lado, os valores defendidos pelos jovens, eles próprios. Tudo isto porque os valores, o discurso relativo à aludida “crise” de valores se encontra particularmente direccionado para os jovens: é pois, a juventude, que precisa de ser “resgatada”. Dar a palavra aos jovens é, em última análise, o objectivo deste trabalho que, por esta via, pretende aferir dos seus valores por via do seu comprometimento, ou não, com a sociedade angolana.

Pretendendo ser um ponto de partida nos estudos sobre a juventude, em Angola, toma-se como grupo-alvo os estudantes universitários, um segmento que congrega múltiplas vivências pessoais nas suas relações quotidianas. O inquérito por questionário foi a metodologia adoptada – se compreender os valores dos jovens em Angola constituiu o

objectivo inicial deste trabalho, a evolução do mesmo escancarou portas para estoutro desiderato: o da(s) identidade(s). Dir-se-ia uma evolução natural cuja expressão-maior se traduz no inquérito realizado a jovens de diferentes províncias (Cabinda, Huambo e Luanda), em um processo dialógico entre valores e identidades.

## **Abstract**

From the concept of youth to the sociology of youth, this work is centered on “the values and identities of youth in Angola.” Angola, which survived decades of war and where life expectancy is 48 years, has a demographic reserve in its youth. It could be said that the country is hostage to its youth, a category heavy with hope and the future but which, simultaneously, is taken to be the source of a number of problems facing the country: criminality and the use of drugs and alcohol are on the list of practices and behaviors that most afflict Angolan society. If, in the eyes of the Angolan government and society, these are some of the problems youth face, youth themselves point to unemployment as the Achilles heel of their current situation. It is not surprising that this category is a “target group” for policies being implemented by the Angolan executive that aim to combat “deviant” behaviour and, naturally, that also seek to improve the conditions of this group. But this raises the question: are we speaking of actions by youth or actions over youth? Or both?

Policies directed to youth must also be understood in relation to political and ideological campaigns, in other words, in terms of how this youth is taken advantage of politically. In the post-war period – only nine years –, Angolan society has suffered ruptures and collapses, of various kinds, and there is a general outcry, often from those with political power, over the urgent need to “rescue values,” a characterization which, in sociological terms, should be translated as anomie. This means that something must be going on, at least at the empirical level, and the main objective, then, of this work is to verify if there is, or not, a correspondence between what the average citizen and the Angolan government think and say about values in this much-proclaimed crisis and the necessary rescue of values, on the one hand, and the values defended by the youth themselves, on the other. This because the values discussed and the discourse around the crisis of values is particularly directed at youth: therefore, it is the youth that need to be saved. Listening to youth is, in the final analysis, the objective of this work which, in this way, hopes to appreciate the values youth demonstrate in their compromise, or not, with Angolan society.

As a starting point for studies of youth in Angola, the target group of this study were university students, a segment of youth that bring a variety ways of life to their daily relations. A research questionnaire was the methodology adopted for this study. If understanding youth values in Angola was the initial objective of this work, it has opened doors to another end: that of identities. It can be deemed a natural evolution whose greatest

expression is found in a survey done among youth from different provinces (Cabinda, Huambo and Luanda) in a dialogic process between values and identities.



# Índice

págs.

Palavras Chave / Key-words .....	i
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	xi
Abstract .....	xiii
Índice .....	xv
Introdução .....	1
<b>PARTE I - A (sociologia da) juventude: enquadramento teórico, conceptual e metodológico .....</b>	<b>8</b>
Capítulo I – Emergência e existência da (sociologia da) juventude enquanto problema <i>versus</i> os problemas da juventude .....	10
1 – Enquadramento teórico, conceptual e metodológico .....	10
1.1 – Da emergência da juventude à importância e necessidade de se conhecer os jovens em Angola .....	10
1.2 – Definição da problemática: Pergunta de partida .....	15
1.3 – Objecto geral .....	16
1.3.1 – Objecto específico: e porquê os jovens universitários em Angola? .....	20
1.4 – Objectivo .....	22
1.5 – Metodologia .....	23
1.6 – “Chora terra bem amada”: o fio da meada .....	29
Capítulo II – Teorias sociológicas .....	32
1 – Entre a estrutura e a acção .....	32
1.1 – Jovens embriagados de poder? .....	34
2 – A funcionalidade da estrutura e da acção .....	35
2.1 – Dualismo ou dualidade da estrutura? .....	38
3 – A Sociologia da Juventude .....	43
3.1 – Balizas e singularidades .....	43
3.2 – A importância da Sociologia da Juventude .....	45
3.2.1 – A juventude enquanto categoria de transição .....	45
3.2.2 – Sobre o conceito de juventude – “Muito jovem para... muito velho para...!”: entre o ser e o estar jovem! .....	50
3.3 – A juventude: alguns casos .....	62
3.4 – Jovens e estudantes .....	67

**PARTE II - Das teorias aos conceitos sociológicos ..... 70**

Capítulo I – Singular ou plural? Juventude(s): entre conflito(s) e identidade(s) ..... 72

1 – É a juventude conflituosa? .....	72
1.1 – Em torno do conceito de conflito .....	72
2 – A problemática da(s) identidade(s) .....	75
2.1 – Em torno do conceito de identidade .....	75
2.1.1 – Identidade individual e identidade colectiva .....	79
3 – Os jovens e a identidade .....	82
3.1 – Em torno do conceito de papel: A juventude não é mais do que “um papel”? ....	82
3.2 – Papel vs identidade(s)? .....	85
3.3 – Haverá uma identidade juvenil? .....	86
3.3.1 – Entre a identidade e a cultura juvenil .....	86

Capítulo II – Os valores: entre a anomia e a mudança ..... 92

1 – O conceito de anomia .....	92
1.1 – Angola: entre a anomia e a mudança? .....	97
2 – A problemática dos valores .....	102
2.1 – Em torno do conceito de valor(es) .....	102
2.1.1 – Uma polifonia de valores? .....	112
2.2 – Que relação entre a anomia e os valores? .....	114
2.2.1 – O caso de Angola .....	114
2.2.2 – Entre o valor e os valores .....	116
2.2.3 – Papel e valores .....	123
2.3 – Valores e identidade(s) ou valores vs identidades? .....	125
2.3.1 – Uma identidade de valores? .....	125
2.3.2 – Poderá falar-se de valores específicos da juventude? .....	126
3 – A sociedade angolana, ontem e hoje .....	127
3.1 – Os valores coloniais: O Estatuto do Indigenato .....	127
3.1.1 – Usos e costumes (dos) negros .....	129
3.2 – As sociedades em, do e no pós-guerra .....	132
3.2.1 – Caracterização das sociedades em guerra .....	132
3.2.2 – Os valores nas sociedades do pós-guerra .....	136
4 – Pós-colonialismo .....	137
4.1 – Os valores do e no pós-independência .....	137
4.1.2 – Entre os valores partidários e os valores nacionalistas .....	139
4.1.2.1 – A primeira República (1975-1992): a ideologização do quotidiano .....	139
4.1.2.2 – A segunda República (1992-2008): entre o pragmatismo e o capitalismo ....	142

<b>PARTE III - Angola no contexto africano .....</b>	<b>146</b>
Capítulo I – O contexto africano .....	148
1 – O contexto africano .....	148
2 – Os jovens em África .....	152
2.1.1 – O lugar e o papel dos jovens em África .....	152
2.2 – A Carta Africana da Juventude .....	160
Capítulo II – Angola e os seus jovens .....	162
1 – Os jovens em Angola .....	162
1.1 – O império dos sentidos? .....	162
1.1.1 – Os jovens em Angola – definição: uma questão de idade, de geração ou política? .....	169
1.2 – O estado angolano e a Política de Juventude: categorização e definição .....	171
1.2.1. – A política de juventude do governo angolano (2004-2011) .....	176
1.2.2 – A juventude: entre a categorização e a instrumentalização .....	177
Capítulo III – O ensino superior em Angola .....	182
1 – O ensino superior em Angola .....	182
1.1 – Quando se é jovem, pensa-se que se vai mudar o mundo! .....	182
1.2 – Os estudos universitários em Angola: passado e presente .....	184
1.2.1 – O passado colonial .....	184
1.2.2 – O presente: 35 anos de independência .....	187
 <b>PARTE IV - Os valores e as identidades dos jovens estudantes universitários em Angola .....</b>	 <b>190</b>
Capítulo I – O tipo-ideal dos jovens estudantes universitários em Angola: realidade ou fantasia? .....	192
1 – O inquérito por questionário .....	192
1.1 – O desenho dos inquéritos .....	192
1.2 – Os inquéritos e a sua estrutura .....	195
2 – O tipo ideal .....	197
2.1 – O tipo ideal: um conceito a redescobrir? .....	197
2.1.1 – Jovens angolanos: resultados de um estudo geral .....	199
2.1.2 – Será possível falar-se de tipo ideal no plural? .....	200
2.2 – Do tipo ideal ao tipo-médio .....	202

2.2.1 – Resultados do Inquérito I .....	202
2.2.1.1 – Inquérito I: unidade na diversidade? .....	202
2.2.1.2 – Caracterização sócio-demográfica .....	202
2.2.2 – Percurso escolar e profissional .....	205
2.2.3 – Situação escolar e profissional dos progenitores e situação escolar dos irmãos .....	207
2.3.4 – Práticas e avaliações pessoais .....	210
2.3.4.1 – Círculos de pertença .....	210
2.3.5 – O indivíduo no seu labirinto: como têm, os inquiridos, organizadas as suas vidas? .....	213
2.3.5.1 – Cultura política .....	215
2.3.6 – Representações e valores sobre a sociedade .....	217
2.3.7 – Entre problemas, expectativas e aspirações .....	221
2.3.7.1 – Os problemas de Angola vs os problemas da juventude? .....	225
Capítulo II – Um inquérito em três províncias .....	226
1 – Os valores dos estudantes universitários .....	226
1.1. – Diversidade na unidade? .....	226
1.1.1 – Caracterização geral .....	226
1.1.1.1 – Caracterização sócio-demográfica .....	226
1.1.1.2 – Escola e trabalho; trajectórias, atitudes e projectos .....	230
1.1.1.3 – Entre crenças e práticas .....	232
5. Entre o ter e o haver .....	236
1.1.1.4 – Participação cívica e atitudes políticas .....	240
2 – O espectro político no mundo juvenil .....	242
2.1 – Não à política? .....	242
7. A sociedade angolana: dos problemas às soluções .....	245
3 – Jovens ao espelho .....	249
3.1 – Os jovens vistos por si próprios .....	249
4 – Valores da modernidade? Passado, presente e futuro em confronto .....	254
4.1 – Que semente de futuro está contida nestes inquiridos? .....	256
5 – Julgamentos morais .....	258
5.1 – Entre o bem e o mal, o certo e o errado .....	258
6 – Critérios de identidade .....	262
6.1 – Social: a apatia e a solidariedade .....	262
6.2 - Pessoal/individual: o que significa “ser feliz”?.....	266
7 – Unidos na (a)d(i)versidade .....	267
7.1 – Problemas e desafios .....	267
8 – Um só povo? .....	271
8.1 – Especificidades provinciais: entre Cabinda, Huambo e Luanda .....	271
8.2 – Resultados de uma pesquisa: quem são os jovens estudantes universitários angolanos? .....	277
8.2.1 – Tipologias – perfis ideal-típicos .....	277
8.2.1.1 – Jovens desenhando o seu futuro? .....	281
8.2.1.2 – A configuração de diferentes tipos de comportamentos e práticas sociais em relação aos valores expressos .....	281

8.3 – Os jovens estudantes universitários: entre valores e identidades .....	285
Conclusão – O ovo de Colombo .....	288
Referências bibliográficas .....	298
Anexos .....	I
Anexo A – Inquérito I .....	II
Anexo B – Inquérito II .....	XI

## Índice de quadros

	págs.
Quadro 1 - Distribuição dos inquiridos, por sexo .....	202
Quadro 2 - Estado civil, por sexo .....	203
Quadro 3 - Ter filhos, por sexo .....	204
Quadro 4 - Número de filhos, por sexo .....	204
Quadro 5 - Línguas Nacionais faladas pelos inquiridos, por sexo .....	204
Quadro 6 - Reprovações escolares, por sexo .....	205
Quadro 7 - Nível de estudos pretendido, por sexo .....	206
Quadro 8 - Cargo de direcção, por sexo .....	206
Quadro 9 - Desejo de viver e trabalhar no estrangeiro, por sexo .....	207
Quadro 10 - Habilitações literárias dos pais (mães e pais) dos inquiridos .....	208
Quadro 11 - Situação na profissão dos pais (mães e pais) dos inquiridos .....	209
Quadro 12 - Escolaridade dos irmãos dos inquiridos .....	210
Quadro 13 - Pertença a associação? .....	211
Quadro 14 - Se é membro de associação, especifique qual.....	211
Quadro 15 - Membros de uma associação juvenil, religiosa ou de solidariedade, por sexo.....	212
Quadro 16 - Duas actividades realizadas ao fim de semana, por sexo .....	214
Quadro 17 - Uso de preservativo, por sexo .....	214
Quadro 18 - Princípios que devem nortear o futuro de Angola e dos angolanos, por sexo .....	215
Quadro 19 - As três mais importantes qualidades dos políticos, por sexo .....	215

Quadro 20 - Recenseamento eleitoral, por sexo .....	216
Quadro 21 - Intenção de voto, por sexo .....	216
Quadro 22 - Militância partidária, por sexo .....	217
Quadro 23 - Fazer carreira política, por sexo .....	217
Quadro 24 - Os três problemas sociais que mais afectam Angola .....	218
Quadro 25 - As três mais importantes qualidades dos profissionais, por sexo .....	219
Quadro 26 - Os três Ministérios mais importantes, por sexo .....	219
Quadro 27 - As três disciplinas importantes no ensino básico, por sexo .....	220
Quadro 28 - Os três problemas que afectam os jovens, por sexo .....	222
Quadro 29 - Os três objectivos de vida dos jovens angolanos, por sexo .....	222
Quadro 30 - Futuro dos jovens em Angola, por sexo .....	223
Quadro 31 - Duas aquisições a médio prazo, por sexo .....	223
Quadro 32 - Algo que considere valer a pena o sacrifício e, se necessário, pôr em risco a sua própria vida, por sexo .....	224
Quadro 33 - Três motivos para os sacrifícios .....	224
Quadro 34 - Distribuição dos estudantes pelas províncias de residência .....	227
Quadro 35 - Distribuição dos inquiridos pelas províncias onde nasceram .....	227
Quadro 36 - Distribuição dos inquiridos, por sexo .....	227
Quadro 37 - Estado civil dos inquiridos .....	228
Quadro 38 - Inquiridos com filhos .....	228
Quadro 39 - Reprovação .....	229
Quadro 40 - Situação na profissão dos estudantes .....	229
Quadro 41 - Nível de estudos pretendido, por sexo .....	230
Quadro 42 - Cargo de direcção, por sexo .....	230
Quadro 43 - Desejo de viver e trabalhar no estrangeiro .....	231
Quadro 44 - Desejo de viver e trabalhar no estrangeiro, por sexo .....	231
Quadro 45 - Crença nos curandeiros .....	232
Quadro 46 - Recurso a curandeiros, por sexo .....	233
Quadro 47 - Três actividades realizadas ao fim-de-semana .....	233
Quadro 48 - Três actividades realizadas ao fim de semana, por sexo .....	233
Quadro 49 - Frequência de leitura de jornais .....	234
Quadro 50 - Frequência de leitura de jornais, por sexo.....	234
Quadro 51 - Três géneros literários preferidos .....	234
Quadro 52 - Línguas nacionais faladas .....	235

Quadro 53 - Línguas nacionais faladas, por sexo .....	235
Quadro 54 - Uso de preservativo, por sexo .....	236
Quadro 55 - Três aquisições a médio prazo .....	237
Quadro 56 - Três aquisições a médio prazo, por sexo .....	238
Quadro 57 - Três objectivos de vida dos jovens angolanos, por sexo .....	238
Quadro 58 - Pertença a associação? .....	241
Quadro 59 - Tipo de de associação de pertença, por sexo .....	241
Quadro 60 - Recenseamento eleitoral .....	241
Quadro 61 - Intenção de voto dos inquiridos .....	242
Quadro 62 - Intenção de voto dos inquiridos, por sexo .....	242
Quadro 63 - As três qualidades mais importantes nos político, por sexo .....	243
Quadro 64 - Militância político-partidária, por sexo .....	243
Quadro 65 - Militância partidária vs fazer carreira política vs conversa sobre política com amigos .....	244
Quadro 66 - Importância atribuída aos princípios para nortear o futuro de Angola ....	244
Quadro 67 - Importância atribuída aos princípios para nortear o futuro de Angola ....	245
Quadro 68 - Os três problemas sociais que mais afectam Angola, por sexo .....	246
Quadro 69 - Os três Ministérios mais importantes, por sexo .....	247
Quadro 70 - As três áreas mais importantes para o desenvolvimento de Angola, por sexo .....	248
Quadro 71 - As três qualidades mais importantes num bom profissiona, por sexo .....	248
Quadro 72 - Para considerar-se justa, o que é que uma sociedade deve providenciar ..	249
Quadro 73 - As três principais características da juventude .....	250
Quadro 74 - Os três problemas que mais afectam os jovens .....	251
Quadro 75 - Os três principais objectivos de vida dos jovens angolanos, por sexo .....	252
Quadro 76 - Disposição para lutar pelo país em caso de guerra .....	252
Quadro 77 - Disposição para lutar pelo país em caso de guerra, por sexo .....	253
Quadro 78 - Os três principais motivos para os sacrifícios, por sexo .....	253
Quadro 79 - Três qualidades que as crianças devem aprender em casa, por sexo .....	255
Quadro 80 - As três disciplinas mais importantes no ensino básico, por sexo .....	257
Quadro 81 - Três comportamentos sempre justificados, nunca justificados ou pouco justificados .....	258
Quadro 82 - Comportamentos sempre justificados, nunca justificados, ou pouco justificados, por sexo .....	260

Quadro 83 - Roubar comida, numa loja, deve ser perdoado se o ladrão é jovem, por sexo .....	261
Quadro 84 - Roubar comida, numa loja, deve ser perdoado se o ladrão é pobre, por sexo .....	261
Quadro 85 - Roubar comida, numa loja, deve ser perdoado se o ladrão é mutilado, por sexo .....	261
Quadro 86 - Quais não gostaria de ter como vizinhos, de entre estes grupos, por sexo	262
Quadro 87 - Fiabilidade das pessoas .....	264
Quadro 88 - Fiabilidade das pessoas, por sexo .....	264
Quadro 89 - Razões por que as pessoas vivem com necessidades, por sexo .....	264
Quadro 90 - Incómodo com o modo como a sua família, os seus vizinhos ou o seu povo vivem?, por sexo .....	265
Quadro 91 - Providências de uma sociedade justa,por sexo .....	266
Quadro 92 - Felicidade .....	266
Quadro 93 - Felicidade, por sexo .....	267
Quadro 94 - Two Step Cluster .....	283
Quadro 95 - Two Step Cluster .....	284





## Introdução

Sobre a juventude, muito já se disse e se dirá. Pode mesmo dizer-se que em todos os tempos e geografias, a juventude é tida como vítima e carrasco. Cortejada e vilipendiada, é este duplo olhar, esta contínua avaliação que faz com que a juventude possa ser entendida como um (tempo) ideal e, por isso, que se desejaria eterno mas que, lamentavelmente (pelo menos para uma boa parte dos indivíduos), não é. Se as investigações (entenda-se, estudos científicos) em torno da juventude são recentes, o mesmo não se pode dizer da extensa literatura, entre contos e romances, dedicada à juventude – de Doistoievsky a Musil, sem esquecer Goethe, Machado de Assis e tantos, tantos outros que, de uma maneira ou de outra, celebraram a juventude em centenas, milhares de páginas cuja universalidade faz com que se possa afirmar, sem receio de errar, serem verdadeiros tratados. De leitura obrigatória. Mas se de romancistas se trata, outros grandes nomes como Platão e Aristóteles também se debruçaram sobre a juventude, sobre a relação entre a juventude e a política, sobre a juventude e o conhecimento, o saber – para estes filósofos, entre jovens e velhos, era nos “homens” de meia-idade onde se situaria o “justo-meio”, a virtude, a sapiência, sendo esses precisamente quem detinha o poder na sociedade. E ainda, no mesmo diapasão, Durkheim no tocante à educação, à formação, e Rousseau para quem a juventude é o período em que (ainda) “não sabemos viver” e que nos deixou *Émile*, uma profusão de reflexões e conselhos, um tratado sobre a educação das crianças/jovens. No que tange à educação, mas sobretudo à dimensão moral, a Grécia antiga deixou para a posteridade páginas imorredoiras. Para filósofos, como Platão, para quem o mundo real é/era o da(s) ideia(s), a escrita é entendida como um simulacro da palavra (verbalizada, bem entendido). Nesta medida, o registo escrito que aqui se deixa, só será eficaz se e quando a palavra se multiplicar – quando chegar ao maior número de indivíduos e a oralidade é, ainda, a forma não somente mais eficaz como apelativa para que isso aconteça: que o digam os *griots*.

Sobre a juventude construíram-se e fabricaram-se histórias e mitos. E as façanhas e artimanhas que preenchem as nossas memórias e o nosso quotidiano, sobretudo enquanto adultos, sucedem-se, o que faz desta ideia, de juventude, um emblema: de vida, de energia, de perenidade. E de romantismo. Não é por acaso que a invenção do elixir da juventude apela à imortalidade, que a fonte da juventude seja glosada e, enquanto idade de ouro, venerada. Estas são outras formas de se cantar a juventude, metáforas de um período, de um tempo que se pretende perene. Se ontem foi assim, hoje a sede de e da juventude

## SER JOVEM EM ANGOLA

traveste-se e a juventude deixa de ser somente a referência a um grupo etário específico a passa a significar um valor que se conquista e mantém por via do prolongamento não da idade, impossibilidade das impossibilidades, mas de práticas e artifícios que visam expressar uma atitude. E aparência. Mais do que ser-se jovem, está-se jovem. É-se cada vez mais jovem porque se morre cada vez mais tarde, pelo menos nos países ricos, mas também nos países pobres há formas outras e quem faça por manter a juventude por mais tempo. A cultura do corpo, por via das mais variadas fórmulas, é o ponto de chegada e partida do “mito da eterna juventude”. A medicina e a beleza concorrem, paredes-meias – entre a medicação, a cosmética, as cirurgias plásticas, o exercício físico, a indumentária –, e é uma parafernália de ofertas rejuvenescedoras, uma tentadora falácia que nos faz sonhar e que tem o seu epicentro na dificuldade da escolha do melhor produto, da melhor “solução”. Juventude não como correspondendo a uma faixa etária mas como fase, como estilo de vida, é o que de mais comum se diz e houve. Este apelo à juventude que até já se compra no supermercado é, evidentemente, produto da sociedade de consumo mas também de um tempo em que a juventude é objecto de estudo, de investigação – passa-se do “ser” jovem para o “fazer-se” jovem, muda-se o verbo e mudam-se as “vontades”.

Inúmeros são os estudos sobre juventude, no ocidente, realizando-se regularmente inquéritos em que se comparam e apuram as variações, diferenças ou não, entre os mesmos – os inquéritos sobre os valores, não necessariamente mas muito especialmente da juventude, são disto exemplo. Os referidos estudos sobre os jovens, a juventude, os seus problemas mas também as suas culturas permitem que se diga, sem grande margem de erro, que a apropriação da cultura jovem e a sua invasão nos *media* faz, deste, o tempo em que diariamente renascemos. No mínimo, renovamo-nos.

Mas sobre (a) juventude, a sua substantivação e adjectivação, também se diz que é um estado de espírito; é-se jovem ou novo quando comparando e “qualificando” um adulto, mais ou menos “velho”, com um jovem (de idade). Estas várias formas de se “ser” jovem, esta cirurgia semântica, são verdadeiros ícones das vestes que de há muito constituem uma segunda pele se não orgânica, no mínimo encantatória.

Falar-se de juventude como modelo cultural, como questão sociológica e/ou como problema social sugere um leque de novas e diferentes abordagens, olhares cruzados pela interdisciplinaridade que o campo temático apresenta. No presente caso, o que se pretende é conhecer e compreender a juventude e os seus valores. É claro que falar-se de valores tem tanto de sedutor quanto de perverso. É sedutor por não haver sociedades sem valores, indivíduos cujas vidas não sejam matizadas por valores; é perverso porque, num primeiro

momento, eles, os valores, se apresentam como condicionadores da acção e sobretudo da liberdade dos indivíduos.

Tal como o conceito de juventude, o de valores também é plural. Fala-se dos valores de ontem, dos de hoje, dos futuros – sobretudo tendo em conta que o presente se encontra polarizado pela internet que estatuiu uma nova linguagem, um novo ser-estar nas relações entre os indivíduos que penaliza os info-excluídos –, de valores éticos, morais, materiais. De entre as várias definições de valor, a definição do latim *auctoritas* é a que se apresenta próxima do objecto deste trabalho e é a que o define como “exemplo, modelo; (...) direito de iniciativa, autoridade, autoridade moral, influência, prestígio, importância”<sup>1</sup>. Quer isto dizer que este é um tema que não deixa ninguém indiferente. Mas quer também dizer que quando se fala de valor(es) e ainda que haja espaço para livre-arbítrios, não existe contudo espaço para a ausência: de escolhas e de respeito pelas mesmas. E isto sucede muito por causa do pendor moral de que se revestem os valores, quaisquer que sejam. E se de juventude e valores se fala, nada mais “natural” que buscar-se as identidades dos jovens. Performativas ou não, as identidades dos jovens derivam não poucas vezes em clichés e, enquanto trabalho de investigação, a metodologia que o guiará e guindará será o inquérito por questionário cujos resultados se adivinham, no mínimo, surpreendentes.

Contrariamente ao que se pode já chamar uma tradição e escola neste domínio, em África, os africanos continuam a sua luta pela sobrevivência e os poucos recursos de que dispõem não se compadecem com trabalhos de investigação, com honrosas excepções. Acresce a isso o facto de o diálogo entre os africanos, mormente no quadro de instituições de ensino e de investigação, ser (quase) inexistente – sobretudo, quase desconhecido, quando existente<sup>2</sup>. Eis porque este trabalho, que se pretende oportuno, pertinente e útil, esbarra com uma série de limitações, desde logo a inexistência de estudos em Angola que permitam elucidar, de inquéritos que permitam comparar. Sobre África e o pós-independência, o pós-colonialismo, boa parte dos estudos mais recentes e porventura mais divulgados relativos aos jovens, à juventude, imbrica para a problemática do pós-guerra e mais precisamente para o da (re)integração dos (jovens) soldados. No entanto, muitos dos problemas com que se debate a juventude no ocidente são idênticos aos dos jovens em

---

<sup>1</sup> A inexistência de símbolos no teclado do computador, obriga a que a palavra não esteja correctamente escrita. Dicionário de Latim-Português, Porto, Porto Editora, 1998, pp. 147.

<sup>2</sup> Se se tomar como referência os países de língua portuguesa, esta ausência é confrangedora. O mesmo não sucede com os países africanos de língua francesa e inglesa onde já existe uma relevante produção ensaística.

África. E se a questão do desemprego é transversal neste mundo que se diz global, o desinteresse pela política, um facto que tem levado à realização de inúmeros estudos na Europa e nos EUA, não é menos real em África. Há, na realidade, inúmeros pontos de contacto entre essas realidades, entre esses jovens, entre essas juventudes, que se desconhecem de todo, ou em parte, e cujo diálogo é importante promover.

Muitas são as juventudes e, conseqüentemente, muitas e diferentes as suas culturas, os seus problemas, os seus anseios – atente-se nos casos da “juventude rural” e da “juventude urbana”. Este estudo que tem como problemática central os valores dos jovens em Angola e as suas identidades, e que se baseia em dois inquéritos realizados junto de jovens, no caso de jovens estudantes universitários, busca compreender e explicar a adesão dos jovens a determinado tipo de valores e em que medida estes diferem, ou não, de práticas sociais ou modos de vida na Angola de hoje e enunciam, ou não, um futuro promissor para o país. No concernente à metodologia e, como já foi dito, a inexistência de trabalhos sobre a juventude, em Angola, leva a que este trabalho não se apoie em estudos comparativos *tout court*, mas se relacionem (alguns d)os diferentes estudos e inquéritos sobre a juventude, realizados sobretudo na Europa e ainda os realizados pela autora deste trabalho.

Correspondendo às novas abordagens, mormente da antropologia, sobre a tipologia das sociedades simples e complexas, em Angola encontramos-nos perante uma sociedade (hiper)complexa: a considerar diferentes aspectos como ser um país africano, ex-colonizado (por Portugal), que teve um regime de partido único também chamado ou considerado marxista-leninista ao longo de 17 anos (1975-1992), recentemente saído de uma guerra, com uma percentagem significativa da população a viver em cidades e muito especialmente na cidade de Luanda (estima-se que 5 a 7 milhões dos cerca de 17, 18 milhões de habitantes do país), um país produtor de petróleo mas cuja população é maioritariamente pobre. Em termos sociológicos, mais do que estudar e compreender a sociedade angolana, é compreender a acção dos indivíduos, a acção colectiva dos indivíduos, nas palavras de Becker (1973). Ou também se poderá dizer, por via da acção dos indivíduos, procurar compreender a sociedade angolana. Na senda de Weber e de outros autores, diz Myrdal (1965: 53) que não existe “ciência social desinteressada” pois que “a conotação de valor de nossos principais conceitos representa o nosso interesse na questão, dá direcção aos nossos pensamentos e significação às nossas inferências. Ela coloca as questões sem as quais não haveria respostas”.

## SER JOVEM EM ANGOLA

No presente caso trata-se de jovens estudantes universitários cuja acção ou acções se procura conhecer e compreender, por via dos seus valores e identidades, tendo sido o inquérito por questionário a metodologia adoptada. Para atingir tal desiderato, este trabalho encontra-se organizado em quatro partes, cada uma delas contendo dois capítulos, com excepção da terceira que contém três.

Se na primeira parte o enfoque vai para o necessário e inevitável enquadramento teórico, conceptual e metodológico com referências à sociologia da juventude de que ressaltam autores como Galland e José Machado Pais, já a sociologia da acção tem em Giddens, Mouzelis e Archer, abordagens que se cruzam em torno da dualidade da estrutura (teoria da estruturação) e do dualismo da estrutura.

A segunda parte deve ser entendida como uma extensão da primeira onde outros conceitos e temas são abordados, de entre os quais o das identidades e dos valores. Para isso socorremo-nos dos conceitos de papel e de anomia que permitem não somente problematizar como entender as ambivalências e os paradoxos que os conceitos, as suas interpretações e os seus usos encerram. O recurso à sociologia do conhecimento é, por isso, um excelente alibi para desocultar o que muitas vezes insiste em permanecer oculto (Merton). O conceito de papel pode (con)fundir-se com o de identidade, o de anomia presta-se ao de decadência e pode levar ao de conflito. Em qualquer um dos casos, a acção, qualquer que ela seja, tem o papel central em todo este processo.

A informação e os elementos relativos à juventude no continente africano pecam por escassos, o mesmo se podendo dizer de Angola mas, ainda assim, estes são abordados na terceira parte, momento em que os dados são lançados para se partir para o tratamento dos questionários na quarta e última parte. É esta última que permitirá que se possa traçar os valores e as identidades dos jovens estudantes universitários em Angola e, para isso, foram feitos dois inquéritos por questionário – cada inquérito corresponderá a um capítulo –, sendo que a questão metodológica que integra a primeira parte deste trabalho dá conta do processo de selecção da análise quantitativa.

O primeiro inquérito compreende uma amostra de estudantes da província de Luanda das Universidades Agostinho Neto e Católica de Angola. Já o segundo inquérito, pretendendo cobrir uma extensão maior do país, foi realizado (para além da província de Luanda) nas províncias de Cabinda e do Huambo. Fazer uma viagem pelo perfil e valores dos estudantes universitários em Angola, acabou por desembocar no estabelecimento de tipologias de que se dará conta no final deste trabalho.

## SER JOVEM EM ANGOLA

Para alcançar tal desiderato, procede-se a uma viagem pelo mundo da sociologia que conflui inevitavelmente com o da juventude – afinal, trata-se da sociologia da juventude. O conceito-chave, o de juventude, é aqui abordado nesta busca de valores e identidades mas, nesta caminhada, outros mais se foram cruzando como os de conflito, de tipo-ideal, de individualismo, de (pós)modernidade. Reflexões em torno do (pós)colonialismo, da independência, da guerra e do pós-guerra alicerçam este quadro cujas matizes remetem o leitor para uma pintura de carácter mais “impressionista”, que realista – afinal, a sociologia deve ser entendida como uma aproximação, uma interpretação da realidade –, tendo como pano de fundo a sociologia da acção.

# SER JOVEM EM ANGOLA



**PARTE I**

**A (Sociologia da) Juventude: enquadramento  
teórico, conceptual e metodológico**

## SER JOVEM EM ANGOLA

## Capítulo I

### **Emergência e existência da (sociologia da) juventude: a juventude enquanto problema *versus* os problemas da juventude**

#### **1 – Enquadramento teórico, conceptual e metodológico**

##### **1.1 – Da emergência da juventude à importância e necessidade de se conhecer os jovens em Angola**

Cientes de que são os indivíduos quem pensa e constrói o mundo, as sociedades, trago à liça uma questão e conseqüente proposta de interpretação e compreensão da sociedade angolana a partir da investigação feita a uma categoria que compreende e congrega mais de metade da população angolana: a juventude.

“Que Angola, a do futuro, com os jovens de hoje?”<sup>3</sup> é uma pergunta suficientemente sugestiva para início de trabalho, mas que apresenta inúmeros escolhos. Desde logo, a impossibilidade de se poder dar uma resposta conclusiva à pergunta por se não poder antever o futuro; por outro lado, a ciência não se compadece com futurologias, o que significa que a resposta a esta pergunta obedece a um rastreio junto dos jovens, hoje (e de hoje?), de forma a conseguir-se uma aproximação em torno dos valores dos mesmos relativamente ao presente. Quanto ao futuro, este, não será propriamente objecto de análise – como é possível analisar o futuro? – mas, tão somente, de avaliação prospectiva. Perspectivar o futuro a partir do presente é tarefa ciclópica mas que as ciências sociais não renegam.

A sociologia tem como objectivo e desafio compreender e interpretar as acções dos indivíduos na sociedade, o que só é possível quando os sociólogos se encontram munidos de instrumentos científicos. É nesta dialéctica que se faz história, que se faz ciência, de que se alimenta e faz (a) sociologia: o saber teórico, conceptual e metodológico que, infelizmente, muitos não lhe reconhecem, mercê das resistências que ainda hoje se podem encontrar mais do que na comunidade científica, no senso comum, no concernente às ciências sociais – e esta é uma questão que alerta para a importância e necessidade da educação, do ensino e de como a “senso-comunização” (parafraseando Boaventura de

---

<sup>3</sup> Mesmo sendo uma *verdade de La Palice* – a de que os jovens de hoje já não serão amanhã –, é mister dizer que serão estes aqueles que, amanhã, terão as rédeas do país. Daí a importância de se fazer, hoje, uma radiografia do presente, pois só deste modo se poderá perspectivar o/um amanhã: digno e para todos.

Sousa Santos) da ciência pode ter um efeito perverso – acaba muitas vezes por se tornar mais difícil a mudança no senso comum do que na comunidade científica. Significa dizer que a mudança, se tivermos como seu corolário o sucesso da mesma, deverá acontecer em simultâneo, isto é, nos dois sentidos: na e entre a comunidade científica e os indivíduos nas suas outras pertenças e comunidades.

É ainda comum ouvir-se, hoje, falar de ciência se e quando se refere às “ciências naturais”, ao ramo “científico-tecnológico” como se só esta área do saber fosse científica<sup>4</sup>. Este discurso a-científico em relação às ciências sociais e humanas, que exclui este ramo do conhecimento e do saber do território da acção, é ainda um legado positivista de que a sociologia é, ainda assim, a disciplina que consegue reunir maior consenso relativamente à sua cientificidade. Assim, é tarefa do sociólogo empreender estudos, investigações de que é matriz única o conhecimento, o saber, só possíveis se e quando o projecto é exequível, isto é, se se encontram criadas as condições de conhecimento que só as ferramentas de análise permitem. Em áreas tão distintas como a família, a saúde, a educação, a política, a economia, o desenvolvimento, entre outras tantas, o terreno da sociologia é vasto e cada vez mais especializado.

A juventude é mais uma das áreas de análise de investigação sobre a qual se debruça a sociologia e cuja emergência é relativamente recente. Schmidt (2001: 179) defende que os anos 20, do século passado, marcam o momento em que os jovens começam a ser objecto sistemático de investigação por ser a altura em que os mesmos começam a ser “um estrato social estável e identificável pelas suas características diferenciadas”, dando de seguida o exemplo dos trabalhos de investigação da Escola de Chicago. Para além de haver uma série de factores que explicarão o fenómeno, o que o exemplo da Escola de Chicago ilustra é que os jovens são vistos como um problema, uma ameaça à ordem social, pois são associados à delinquência, ao desvio (sendo estes os ingredientes que a catapultam, à juventude, como categoria social) – a associação dos jovens e da juventude à criminalidade com a emergência da industrialização e o cada vez maior recurso à mão-de-obra juvenil e a consequente perda de autoridade dos pais do cada

---

<sup>4</sup> A propósito do conceito de valor, da sua existência e necessidade, diz Steven Connors: “where the scientist seeks knowledge about objects and processes which are held to be independent of his or her procedures of observation, the enquiries of the humanities and social sciences are directed towards cultural objects and processes which are not to be understood otherwise than in social and cultural terms. Such a distinction has traditionally been used to distinguish between evaluative and non-evaluative enquiry, though, with the increasing awareness of the ways in which scientific enquiry is always culturally conditioned and conditional, this distinction has lately come to seem very fragile” (Connors, 1992: 9).

vez mais numeroso grupo de operários, são algumas das explicações avançadas (Green: 1990). Esta uma visão criminalizante associada ao poder político (Pacom: 2001)<sup>5</sup> e à marginalidade, remetendo a sociologia da juventude para a sociologia do desvio, como muito bem diz Shmidt<sup>6</sup> – o conceito de “pânico moral” utilizado pela sociologia britânica nos anos 70, precisamente nos estudos sobre desvio comportamental e criminalidade juvenil (v. Ferreira: 1999), enquadra-se neste discurso pela relação estabelecida e de que a consequência é a ameaça aos valores e aos interesses fundantes de uma sociedade (Filho et al: 2006). Assim, quando Schmidt fala de um “estrato social estável e identificável”, estará a falar de um “estrato-problema identificável”. Já na Grã-Bretanha e segundo Hall (1983: 9), a juventude enquanto categoria emerge no pós-guerra – significando problema social para os guardiões morais da sociedade –, tendo sido uma das mais visíveis manifestações da mudança social nesse período por ter tido um importante papel “as a cornerstone in the construction of understandings, interpretations and quasi-explanations about the period”<sup>7</sup>.

As causas para a emergência da sociologia da juventude encontram-se no impacto que os jovens passam a ter nas sociedades modernas e na importância que os mesmos começam a ter na estruturação e organização das sociedades – a agenda política, económica e social das sociedades ocidentais começa a contar com a acção e o impacto de uma nova categoria, a juventude. Neste contexto, a investigação sobre e em torno da juventude pode ser tida como sendo a “linha da frente”, o centro nevrálgico para a investigação interdisciplinar das manifestações e efeitos da mudança social (Evans: 2002, 245). São estes desafios que explicam o facto de desde logo a juventude ser encarada como um problema, sendo que a desconstrução e compreensão dos referidos problemas funcionam como objectos e objectivos, em si, para a sociologia, o que engloba “o padrão em mudança dos problemas da juventude” (Eisenstadt: 1969). São disso exemplos a delinquência, a marginalidade, mas também a educação/formação e o desemprego, enfim problemas do mundo moderno que mais não são que os problemas de toda uma sociedade e de todas as sociedades.

---

<sup>5</sup> A par desta visão criminalista relacionada com a proletarianização, encontra-se a vitimizante – a ideia de uma juventude vítima das mudanças, no caso das sociedades ocidentais (Pacom: 2001, 92).

<sup>6</sup> Para uma abordagem em torno do conceito de desvio, v. Becker, para quem o desvio não está na qualidade do acto que a pessoa comete, mas na consequência da aplicação das regras e sanções, pelos outros (1973: 9).

<sup>7</sup> O sublinhado é do autor.

A juventude enquanto problema é um anátema fundacional que preside, ainda hoje, a inúmeras teses sobre a juventude. Esta será um das explicações possíveis para a inescapável relação entre a juventude e o futuro, como se este dependesse, *mutatis mutandis*, daquela – se a juventude é tida e vista como um problema, o futuro, a haver ou a existir, será igualmente um problema. E mais (ou ainda), a associação da juventude traça, quase invariavelmente, um quadro pouco risonho – veja-se o título do livro de Cashmore (1985), “No Future. Youth and Society” de uma juventude sem futuro, perdida, ainda que o mesmo título sugira que sem juventude não há futuro, não há sociedade. Isto é, a resolução do *problema juventude*, mais do que dos problemas da juventude, constituem o tal anátema que congrega e institui a juventude como problema social (segundo Clarke et al [1998], esta é uma abordagem para os guardiões morais) e sociológico. Como refere Griffin (1997: 21), os jovens são muitas vezes tidos e representados como sendo a causa de problemas sociais específicos, sendo que “a sua juventude” é que estará na base dos mesmos.

O título de um livro publicado na Bélgica, em 1966, “Jeunesse difficile ou temps incertains?”, espelha a possível confusão que o autor procura deslindar que se poderá estabelecer entre os actores e a conjuntura, entre os actores e a estrutura e, por outro lado, mostra como esta questão não é de hoje. Quanto à relação entre a juventude e o futuro – e aqui a juventude já não apresentada como problema mas como solução, como fonte, recurso –, ela constrói-se na pegada da transição que incorpora tanto a juventude quanto o presente, pois que o (tempo) futuro não é jovem e tão-pouco transitivo: os jovens de hoje, podem ser entendidos como o futuro de amanhã, mercê da alegoria que se estabelece entre o futuro que se desconhece, ainda que se projecte, e a capacidade residual que têm os jovens de se tornarem, no futuro, adultos<sup>8</sup> responsáveis e assim tomarem as rédeas da sociedade – a reprodução e manutenção da sociedade constituem, em suma, a essência da dialéctica futuro/juventude.

Considerando que a abordagem da juventude enquanto categoria sociológica é recente, uma questão se coloca aos espíritos de quem ouve e fala da juventude se não como problema, no mínimo problemáticamente: terão sido os jovens, em todos os tempos, civilizações e culturas, também eles problemáticos como os de hoje? Terá sido o conflito a

---

<sup>8</sup> Segundo Boutinet, ser adulto é uma noção que analisa a dimensão ideológica da representação de si, sendo que o “ser adulto” comporta uma dimensão de medo. A ambivalência que lhe está associada evoca sentimentos entre o conformismo, o dogmatismo que substitui ao espontaneidade de felicidade, de realização (Boutinet, 1998: 20).

gizar as relações entre os jovens e os mais velhos? Será esta tão-somente uma questão geracional? Serão enfim, os jovens, um problema, ou será que os problemas com que se confrontam as sociedades adquirem expressão e visibilidade quando os jovens se vêem confrontados com eles? Serão então os jovens vítimas e não os perpetradores do caos social? Qual o lugar e o papel dos jovens nas sociedades? Estas algumas das indagações que se colocam com particular pertinência às sociedades de hoje e fazem da sociologia da juventude um campo relevante, dir-se-ia mesmo determinante, no quadro das problemáticas sobre que se debruça esta área da sociologia. E porque a colocação das proposições é central quando se buscam respostas para as perguntas que definem o húmus de uma investigação, o bom senso recomenda o reequacionamento da problemática: é possível afirmar-se que a não resolução dos problemas com que se confronta a juventude poderá levar a que a juventude se torne, ela mesma, e por isso mesmo, um problema? A ser verdade, os dois elementos da equação atrás referida podem ser verdadeiros, mas somente quando colocados segundo esta última equação pois só ela expressa a verdadeira acepção de uma problemática que é mais do que residual (da categoria juventude): a problemática é social e sociológica por colocar-se à maioria da população, como é o caso de Angola, o que poderá tornar mais do que um problema, um trilema (expressão tomada de empréstimo a Machado Pais) – é um problema da juventude, é um problema que diz respeito a 60% -70% da população angolana e é um problema que atravessa as diferentes áreas da sociedade: educação, saúde, economia, habitação, entre outras, sem esquecer o desemprego o HIV<sup>9</sup> e, mais recentemente, a sinistralidade rodoviária. Por isso a juventude é uma questão estrutural, estruturante e transversal num país em que está tudo por fazer e o lugar e papel dos jovens é uma incógnita hoje e amanhã, apesar do tom inflamado dos discursos políticos que ensaiam e projectam um futuro brilhante para Angola e, conseqüentemente, para os jovens angolanos.

Socorrendo-nos da citação de Machado de Assis que abre este trabalho, poder-se-á dizer que os recreios a que o autor se refere podem ser entendidos como uma metáfora dos problemas de uma sociedade e, por conseguinte, das aspirações e expectativas dos jovens – estes mais não são do que uma expressão desses mesmos problemas, excelentes indicadores e porta-vozes do seu tempo. Dir-se-ia que Assis minimiza, subalterniza ou mesmo anula o papel e a acção dos jovens, mas o que também se pode entender da citação é que a acção dos jovens está refém da sociedade de que faz parte e que se uma sociedade

---

<sup>9</sup> Sendo que, o desemprego e o HIV, são dois dos maiores problemas com que as diferentes juventudes, mormente a angolana, se confrontam.

se encontra anquilosada, a acção dos jovens reflectirá esse estado, essa condição, no que contraria as, chamemos-lhes, abordagens de Tolstoi e também de Tchekov cujas críticas, severas, são dirigidas aos jovens pela sua inércia e pelo seu materialismo. Karl Mannheim começa o seu ensaio intitulado “O problema da juventude na sociedade moderna” levantando duas questões: “o que a juventude nos pode dar? O que a juventude pode esperar de nós?” (Mannheim: 1968, 69). Estas parecem ser questões (quase) intemporais – intemporais aqui entendidas não somente em termos de tempo como de espaço (universais). Ora, tal é também o caso de Angola, cujas especificidades importa atentar.

### **1.2 – Definição do problema: pergunta de partida**

Relativamente a Angola, é comum ouvir-se dizer que existe uma crise de valores, crise que se encontrará estampada no quotidiano dos indivíduos – comportamentos desregrados, laxistas, em que a corrupção e o crime campeiam, em (quase) tudo contrárias às normas, aos preceitos éticos e morais que devem nortear a vida dos indivíduos e de que o trânsito (o caos e o desrespeito das regras do trânsito, a incivilidade entre os condutores e como resultado uma elevada taxa de sinistralidade rodoviária) será um exemplo paradigmático. Uma crise de valores que deverá antes entender-se para uns como crise moral, para outros tratar-se-á de uma crise social de que a indiferença e a desumanização, particularmente na grande urbe de Luanda, são sintomáticas – no entanto, importa aqui realçar que quando o poder político reage, “identifica” e faz campanha pelo “resgate dos valores”, os mesmos parecem centrar-se sobretudo nas famílias, no desrespeito pelos mais velhos, contra a criminalidade (por ex. o estupro de crianças) e não propriamente contra a corrupção (de que o compadrio e a “gasosa”<sup>10</sup> serão expoentes máximos por fazerem parte do difícil dia-a-dia dos angolanos), ainda que a “tolerância zero” tenha sido o ditame escolhido<sup>11</sup>. Em qualquer um dos casos, qualquer que seja o momento ou a situação denominada “crise de valores”, o certo é que a mesma tem implicações no quadro dos valores dos indivíduos ou, se se quiser, serão os valores dos indivíduos (ou dever-se-á antes dizer da sociedade angolana?) que têm implicações e estarão na base da chamada crise de valores.

---

<sup>10</sup> Termo usado em Angola para significar suborno, luvas.

<sup>11</sup> É interessante notar que o discurso (do presidente da República de Angola que, quando os faz, “inauguram uma nova era”) em torno da “tolerância zero” terá surgido em 2009, seguindo-se o do “resgate dos valores” em 2010.



## SER JOVEM EM ANGOLA

O mote para este trabalho são precisamente os valores e, mais precisamente, compreender quais os valores que norteiam os jovens em Angola. Quem são os jovens angolanos? Desta pergunta derivam outras tantas: o que e como pensam os jovens angolanos, se considerado ser *vox populis* serem pouco recomendáveis, i. e, não serem as suas acções orientadas em função de e dos valores (entendidos como positivos, válidos, aceites)? O que pensam e dizem os jovens angolanos corresponderá ao desregrado quotidiano das gentes ou, bem pelo contrário, os valores (considerados positivos) encontram-se presentes nesta categoria? Partindo do pressuposto de que como actores sociais a acção é, para o(s) indivíduo(s), o pressuposto de base da (sua) vida em sociedade, ficar-se-á a sua acção pela reacção ou é, antes, uma “acção activa”, pró-activa? Que papel e lugar o dos jovens em Angola? Quem são os jovens angolanos? A inventariação destas interrogações leva-nos a estoutra: que Angola, a do futuro, com os jovens de hoje? A resposta a estas perguntas é o objecto desta investigação que se pretende seja dada ao longo destas páginas, sendo os valores a via eleita para este desiderato, de que as identidades dos indivíduos serão uma das suas faces e expressões.

### 1.3 – Objecto geral

Não há sociologia sem actores. Esta afirmação não deixa margem para dúvidas, sobretudo considerando que não há sociedade sem actores – uma asserção como esta é do domínio do senso comum. Qual o papel e o lugar dos angolanos, jovens, na sociedade angolana, é assunto sobre o qual muitos tergiversam e que importa conhecer com suporte científico. O facto de haver um ministério, em Angola, que tem a alçada da juventude (e do desporto), não é sinónimo de que exista uma política para a juventude ou, a existir, que os jovens se revejam na mesma e, muito menos, que haja estudos nesta área que permitam aquilatar a importância da existência de uma política para a juventude – este será, mais adiante e como não podia deixar de ser, objecto de análise neste trabalho. Para compreender o papel e o lugar dos jovens em Angola hoje, e sobretudo amanhã, lançando quiçá assim as bases para uma possível “revolução” nas estruturas do país e nos espíritos das gentes, é imperioso que se descortine quem são os jovens em Angola.

Quem são e o que pensam, são alguns itens que poderão permitir fazer o retrato dos jovens e, deste modo, da sociedade angolana<sup>12</sup>. No caso de Angola, e mais especificamente a partir da amostra do inquérito realizado, falar-se-á de juventude ou de juventudes? O facto de esta categoria ser tida como de transição<sup>13</sup> – a que corresponderá o estado metafísico comteano, uma curta e mera passagem, um não-ser mas, ainda assim, um estágio necessário e obrigatório e que Erikson (1979: 232) de algum modo contraria dizendo que “el adolescentus que antes no era más que una criatura en fase de transición, llega ahora a ser cada vez más participe de una fase autónoma de la vida” –, faz com que passado e futuro não sejam negligenciados. Bem pelo contrário, a transitoriedade incorpora sempre um antes e um depois: o que (se) foi e o que (se) está sendo – o gerúndio é aqui importante, razão porque talvez faça sentido aqui introduzir, a par da transição, o conceito de trajetória (Calvo: 2011)<sup>14</sup>. Dito de outro modo: o conhecimento dos jovens de hoje exige que se considere a geração<sup>15</sup> anterior e que se atente na que se segue. Passado e futuro entrecruzam-se neste presente, o presente dos jovens de que se desconhece o futuro. E porque o presente é, ele próprio, um estágio efémero, só o futuro ganha foro de cidadania – se não para os jovens, para os mais velhos<sup>16</sup>. A importância que os mais velhos atribuem ao passado, bem mais do que ao futuro que deixa de ser uma incógnita para

---

<sup>12</sup> Como se não bastasse o facto de os jovens de hoje constituírem o repositório da população angolana de amanhã, afinal como em todas as geografias, os números falam por si, atestam-no: cerca de 50% dos angolanos tinha menos de 15 anos, 60% menos de 18 e 93% menos de 50, segundo dados da UNICEF de 2003.

<sup>13</sup> Segundo Epstein (1998: 4), autores como Calabrese defendem ser a adolescência o período em que os indivíduos se encontram mais permeáveis à alienação – ora, isto explica-se, segundo Weinstein e Erikson, pelo facto de os adolescentes se encontrarem numa fase de transição e de formação de identidades.

<sup>14</sup> Para Gil Calvo, por trajetória se deve entender o período que medeia entre o início e o fim da juventude, enquanto a transição serão as etapas por que passa enquanto jovem, aquilo que o autor chama tácticas.

<sup>15</sup> Diz Machado Pais que, “em termos sociológicos, pertencer a uma geração ou suceder-lhe não é ter a mesma idade ou ser mais ou menos jovem, mas possuir uma contemporaneidade de ideias, de influências, de saberes, de filiações identitárias, de valores”. (Pais et al, 1998: 27). O mesmo autor também refere que a etimologia do conceito de geração “remete para uma ordem temporal dominada pelas dimensões da *história* e da *memória*”. (Pais, 1999: 2). Mannheim defende a existência de gerações múltiplas, porquanto “nous ne parleront donc d’un *ensemble générationnel* que lorsque dès contenus réels, sociaux et intellectuels établissent, précisément dans cet espace de la déstabilisation et du renouvellement, un lien réel entre les individus qui se trouvent dans la même situation de génération”( Mannheim, 1990: 59). O sublinhado é do autor.

<sup>16</sup> Segundo Manning e Truzzi, entre o presente e o futuro não existe discontinuidade ideológica, sendo que o presente se apresenta como o mais importante face à perda da característica do futuro como dimensão diferente do presente. (Manning et al, 1972: 28).

passar a certeza<sup>17</sup>, poderá bem ser o que despoleta a importância ao e do passado. A memória, a experiência, a vivência e o saber constituem os lastros do passado que não pode ser ignorado, é o próprio passado que se presentifica, que ganha estatuto – razão por que os mais-velhos (aqui e agora, com hífen, para identificar uma das expressões mais usadas, em Angola, para referir as pessoas mais velhas – difícil de traduzir em termos de faixa etária), os adultos, se vejam e tenham como detentores da sabedoria, remetendo os jovens para uma dimensão de ausência, de desconhecimento, de incompletude, de não-ser. Ora, o mesmo não se poderá dizer do futuro: o futuro não é! Talvez isto explique o lugar que os mais velhos têm na sociedade: são um testemunho e um sucedâneo da memória, do passado, do ser.

Relativamente aos jovens, fácil é compreender que, pela sua ausência de passado e, por conseguinte, de memória e de *sagesse*, os mesmos encontram-se-ão prisioneiros desta condição de não-ser, desta ausência de estatuto. Por esta ordem de ideias, poder-se-ia dizer que a questão juvenil é meramente ontológica! Ora, a questão juvenil obedece à organização das sociedades e dos indivíduos – a sua organização e estruturação, das sociedades e dos indivíduos, são o denominador comum da hierarquização de que todas as sociedades são devedoras e, nessa medida, de ordem (também) geracional – para Mannheim (1990), o problema das gerações é importante por ser um dos registos, uma das referências que permitem conhecer a formação dos movimentos sociais e espirituais.

De algum modo, pode inferir-se que a questão juvenil apresenta-se de forma ritualística: a sucessão das gerações<sup>18</sup>, sendo uma realidade em todos os quadrantes, não deixa de ser uma incógnita no modo como essas passagens de testemunho se fazem. As dimensões tempo-espaço e, claro está, a cultural, não podem ser ignoradas, pois são elas que vão sustentar a definição e identificação das diferentes juventudes. Assim, falar-se

---

<sup>17</sup> Isto acontece pelo facto de os mais velhos entenderem que o futuro é dos jovens. Numa coisa os jovens e os mais velhos (os adultos) parecem estar de acordo: se idealmente percebem o futuro como provir, na prática representam-no no presente, ainda que diferentemente: os mais velhos consideram que já não têm futuro e daí a associação do futuro com os jovens (o seu futuro é/está no presente e por isso o vivem prazenteiramente ou, melhor dizendo, placidamente), enquanto os jovens vivem o presente sofregamente, com a urgência de quem não sabe se terá futuro e ou de quem sabe que o futuro não é mais do que uma metáfora.

<sup>18</sup> A propósito do debate em torno do conceito e das balizas geracionais, v. Mannheim (1990: 30) para quem o debate se circunscreve em duas dimensões: a positivista e a romântica-histórica. Entre outros autores, Mannheim alude a Mentré, para quem uma geração tem a duração de 30 anos e para quem a sucessão das gerações aparece de forma mais clara nos reagrupamentos livres (salões, círculos literários) do que nas instituições que pré-determinam os comportamentos.

desta categoria supõe que se faça um rastreio global da mesma para só depois se passar para os estudos de caso. No presente trabalho, mais do que conhecer a juventude angolana, importa conhecer os jovens angolanos: o que pensam, e se o que pensam condiz (o melhor será dizer condirá) com o que farão no futuro – os trabalhos que se fizerem no futuro em torno desta categoria e problemática é que permitirão proceder à respectiva avaliação. Ou, como referem Linhart e Malan, “s’interéresser aux attitudes, aux comportements, aux idées, aux stratégies des jeunes, c’est donc s’informer aussi sur la façon dont évolue notre société. Doublement. D’abord, parce que les jeunes ne constituent pas, au fond, un groupe si différent des autres, mais représenteraient une version condensant l’évolution générale” (Linhart, 1990: 11,12).

Retomando a citação de «A Morte de Ivan Ilich», de Tolstoi, que surge logo no início deste trabalho que afirma serem os mais novos, os jovens, os conservadores, a mesma é no mínimo uma “tese revolucionária” que contraria a de Mannheim<sup>19</sup> para quem “a juventude não é progressista nem conservadora (...) é uma potencialidade pronta para qualquer oportunidade” (Mannheim: 1968, 74-5), indo de encontro à tese de que o ser humano, quando nasce, é uma “tábua rasa”. Ora, para Mannheim, são os mais velhos os conservadores e, esta sim, é a tese que é comumente aceite e, como tal, do domínio do senso comum, precisamente porque os jovens são vistos como irresponsáveis, arruaceiros, dados a revoltas (e não necessariamente revolucionários), mas também contestatários e, conseqüentemente, nada conservadores – mas esta abordagem também se pode fazer associando os jovens à acção e os velhos à passividade. A fácil adesão à referida citação que se pode ler em Tolstoi, rapidamente cede lugar às seguintes questões: i) a de que porventura, aos novos não se pede que pensem, mas que aprendam (a reproduzir); ii) a de que essa aprendizagem se faz a partir de um modelo pré-existente; iii) logo, se esse modelo pré-existente será o dos velhos, estará explicada a razão porque a acção será mais reactiva que activa; iv) concluir-se-á, portanto, que a citação de Tolstoi ou corresponde ao

---

<sup>19</sup> Para Mannheim (1990), a resistência à mudança encontra-se nos mais velhos mercê da consolidação dos seus quadros de referências. São os jovens os mais receptivos à mudança e, por essa razão, seus precursores, o que não significa que os mesmos não possam ser conservadores – resta a educação, a formação, o enquadramento, como depositários de uma juventude “progressista” (uma visão que se enquadra no considerado natural conflito de gerações a que o autor alude. A propósito do problema sociológico das gerações, importa não descurar o vector idade – faixa etária – e as vivências comuns, mas igualmente o tempo cronológico, o tempo histórico que é, em última análise, o catalisador da idade e das vivências que permitem definir uma qualquer geração – é na ruptura entretanto estabelecida entre passado e presente, o antes e o depois, que se engendram não somente as gerações como os conflitos que os subjazem.

período em que dos adolescentes e jovens se espera mais mimetismo que iniciativa e acção, ou que a mesma integra a galeria de críticas que são habitualmente dirigidas aos jovens, tornando-se, deste modo, um lugar-comum. Estas questões confluem no sentido de se questionar qual o papel e lugar associado e “destinado” aos jovens. De igual modo, a citação de Machado de Assis dá conta da importância do tempo e dos contextos, quando se pretenda caracterizar a(s) juventude(s), independentemente das suas geografias, isto é, se a conjuntura de um país for semelhante à de outra, o fenómeno será, também ele, semelhante. Para o que interessa neste trabalho, destaque-se, desde logo, a problemática da estrutura e da acção, escopo da sociologia que será a coluna vertebral desta viagem que ora se empreende. Em que medida se poderá dizer, dos jovens angolanos, ser a sua acção meramente contemplativa, entenda-se, entre passiva e reactiva, já que condicionada ela é – como são todas, afinal! – ou, bem pelo contrário, em que medida se poderá afirmar que a acção empreendida pelos jovens compreende um (elevado) grau de iniciativa e liberdade?

A hipótese de que nos socorremos é a de que a acção dos jovens, em Angola, parece padecer de um mimetismo confrangedor e que essa mesma acção é que explica as contradições entre o que os jovens pensam, dizem e o que fazem, fazendo assim jus às palavras de Tolstoi<sup>20</sup>. Mas será que é assim de facto, será que os jovens se encontram arredados da acção aqui entendida como activa, autónoma? Esta questão, seguramente charneira neste trabalho, reenvia para a existência, ou não, de uma juventude ou de juventudes em Angola, resposta que tem como pilares o inquérito por questionário sobre os valores e as identidades dos jovens em Angola.

### **1.3.1 – Objecto específico: e porquê os jovens universitários em Angola?**

Ainda que este trabalho seja sobre a juventude, importa circunscrever de que juventude se trata. Para além de faltarem os meios para uma abordagem sobre as diferentes juventudes, os diferentes grupos (por exemplo a rural, a urbana, os jovens de e/ou na rua, as jovens mulheres, entre tantas outras), uma empreitada que suporia um outro tipo de investimento entre humano e financeiro, todo a investigação que se pretenda científica tem,

---

<sup>20</sup> Segundo Karen Evans (2002: 246), a perspectiva que dimensiona o impacto significativo da estrutura nas escolhas e experiências de vida nos jovens adultos, encontra-se particularmente localizada no pós-guerra (II Guerra Mundial), sendo que a introdução do conceito de agência tem um desenvolvimento relativamente recente: “this come about as sociologists and others recognized that the influence of social structures was not direct, nor was it deterministic”.

necessariamente, de definir o objecto, sendo que (n)a sua definição tem inerente a delimitação, a exequibilidade do trabalho e, importa não esquecer, a sua pertinência.

Por que razão, de entre os jovens, esta investigação será sobre os jovens universitários? As razões são objectivas e de ordem prática. Porque o conhecimento dos valores dos jovens é o objecto e o objectivo deste trabalho, a opção universitários prende-se com o facto de: i) a escola, como instância socializadora, ter um lugar particular no quadro da formação integral dos indivíduos; ii) serem estes jovens os que, no futuro, terão a responsabilidade de governar o país e, nesta medida, será importante conhecê-los; iii) serão estes, os jovens, por inerência da sua posição, o espelho do que de melhor e pior tem/terá o país para oferecer; iv) são os jovens universitários aqueles que se encontram em melhores condições de responder ao questionário que subjaz a este estudo; v) se os jovens são considerados irreverentes, os jovens estudantes, e muito particularmente os universitários, estão associados aos grandes movimentos de massas e ao seu “comprometimento” com a mudança (se o Maio de 1968 é o paradigma, outros exemplos há como são os casos mais recentes da que ficou conhecida como “primavera árabe” e ainda as “acampadas”<sup>21</sup> que juntaram sobretudo jovens, entre estudantes e desempregados, cujo epicentro foi em Espanha e cujo protesto e reivindicações se ouviram um pouco por todo o lado).

Enquanto jovem, o papel de estudante (Super: 1984) universitário é particularmente relevante em qualquer sociedade e, no caso de Angola, adquire uma importância assaz relevante por força das circunstâncias que o jovem país, recentemente saído de uma longa guerra, tem como desafios e que em duas palavras se resume: (re)construção e futuro. Tratando-se e tratada como um segmento específico da juventude, esta população surge como encontrando-se, para alguns, na fase intermédia do seu percurso e, para outros, na fase final, razão por que o “efeito de período” assumirá particular importância na perspectiva classista. No caso de Angola e tendo em atenção factores tais como as balizas etárias em que se enquadra esta categoria e o contexto político, económico e social, parecem ser as duas correntes (a geracional e a classista) que serão incontornavelmente abordadas e objecto de reflexão na análise a ser feita no âmbito dos jovens estudantes universitários.

---

<sup>21</sup> Esta concentração e movimentação de jovens, decorreu entre os meses de Maio e Junho de 2011.

#### 1.4 – Objectivo

Em todas sociedades, a percepção que se tem é que para alguns jovens o futuro apresenta-se risonho, para outros nem tanto, e outros há ainda que dizem não ter futuro. Em Angola, e para a maioria dos jovens, o futuro parece ser incerto face às inúmeras dificuldades com que a maior parte da população se confronta, ainda que a esperança possa estar e seja um ser-estar prenhe de incertezas sendo por isso, a própria incerteza, um repositório de esperança. Apesar de a juventude se encontrar associada à esperança e de a percepção que se tem dos jovens angolanos ser a de uma juventude que acredita no futuro do país que os viu nascer, como atesta o resultado do inquérito realizado à população estudantil, angolana, em uma universidade em Portugal (100% disse pretender regressar a Angola depois de terminado o curso e 60% diz ter boas perspectivas relativamente ao futuro, enquanto para 40% as perspectivas são muito boas), não é pacífico afirmar que também os jovens, em Angola, tenham a mesma percepção do futuro<sup>22</sup>.

No caso dos jovens universitários, residentes em Angola, pode sempre sugerir-se que o facto de o serem representa, por si só, um grupo (por oposição aos demais existentes) cujo nível de vida é superior ao dos demais grupos de jovens angolanos, o que faz deles uns privilegiados e, nesta medida, poderá bem ser que também eles tenham boas perspectivas relativamente ao futuro. Se for este o pressuposto, então poderá afirmar-se que estes jovens, sendo privilegiados, fazem parte de uma elite. Acontece, porém, que a maioria dos jovens em Angola não faz parte deste grupo (à semelhança da população em geral), o que permite, desde já, que se afirme existirem várias juventudes em Angola. Mas se se considerar que são as elites que têm o ónus de encabeçar as instituições, os movimentos, as mudanças, importa saber qual o papel e lugar desta elite no desenvolvimento de Angola, no resgate da justiça e da equidade entre os angolanos, dos jovens angolanos. É, sem dúvida, este, mais um desiderato que se impõe desbravar<sup>23</sup>.

O objectivo deste trabalho é, em última análise, compreender e conhecer os futuros responsáveis políticos, administrativos, económicos e culturais de Angola e, deste modo, questionarmo-nos sobre a validade do slogan veiculado e por todos conhecido, em Angola: Angola, país de futuro. Entre a propaganda e a realidade, esta a questão que está por

---

<sup>22</sup> V. Vera Cruz (2006b).

<sup>23</sup> Não sendo este trabalho sobre as elites, não é possível deixar de fazer estas referências quando se fala de um grupo de privilegiados, se comparados com a esmagadora maioria da população.

responder. E para responder a esta questão, é forçoso conhecer os valores dos indivíduos que dão corpo ao “ser angolano”, à(s) identidade(s) dos angolanos.

### 1.5 – Metodologia

Fazer a radiografia e, a partir da mesma, fazer projecções de um país maioritariamente constituído por jovens, como é o caso de Angola, é tarefa tão sedutora quanto ciclópica. Fazer a radiografia de um país e perspectivá-lo para o futuro, sem pretender fazer futurologia, é absolutamente urgente e essencial, ainda que apresente riscos nem sempre previsíveis e ultrapassáveis. Desde logo e no presente caso, a ausência de elementos e de trabalhos na área são factores inibidores; há também a considerar que o retrato que se pretende será feito a partir de uma amostra que se pretende representativa de jovens que tenham nascido ou que tenham as principais cidades do país como local de residência – o que poderá logo à partida, constituir um óbice. O que estes dois elementos realçam é não somente a urgência mas também a pertinência de um trabalho desta natureza, sem esquecer a dificuldade do mesmo. Estes dados acabam por ser os responsáveis pela realização de dois inquéritos, em que o primeiro permite com que se fique com um panorama geral dos estudantes universitários da província de Luanda e, o segundo, em três diferentes províncias.

Esta delimitação e opção pelas províncias-cidades de Luanda, Huambo e Cabinda (a província de Benguela foi entretanto arredada porque o número de questionários era demasiado reduzido para figurar neste estudo) deve-se ao facto de a cidade de Luanda congregar gentes das várias províncias de Angola (pode mesmo dizer-se que, actualmente e mercê da guerra, Luanda congrega gente das 18 províncias de Angola), e as demais serem, também elas, províncias e cidades importantes tanto do ponto de vista histórico como económico, político e estratégico – o Huambo foi, durante muito tempo, a província mais povoada de Angola e, antes da independência, considerada o celeiro de Angola; por outro lado, a província do Huambo foi considerada um dos bastiões da UNITA enquanto Cabinda é a província onde a exploração do petróleo é mais intensa (a exploração de petróleo também se faz no Soyo, província do Zaire) e onde existem movimentos pró-independentistas<sup>24</sup> – e, deste modo, cobre-se a província mais a norte, Cabinda, a capital,

---

<sup>24</sup> Ainda que já se fale na existência de movimentos independentistas, separatistas ou que advogam a federalização do país, nas Lundas (províncias da Lunda-Norte e Lunda-Sul), regiões diamantíferas por excelência.



Luanda, e a província do Huambo que fica no centro-sul do país. A tudo isto acrescem as diferenças culturais e as percepções que, por exemplo, os cidadãos de cada província têm dos demais, as representações construídas relativamente aos outros, o que permitirá um estudo comparativo dos valores entre os jovens estudantes universitários das diferentes províncias e suas (respectivas) configurações identitárias. Os critérios que presidem à selecção dos inquiridos que começaram por ser três, passaram a quatro: i) a idade (entre os 18 e os 35 anos, esta a faixa considerada jovem pelo estado angolano); ii) o ser estudante universitário; iii) ser estudante de Economia e ou de Direito; iv) ser estudante nas províncias de Cabinda, Luanda e Huambo. Se num primeiro momento esta delimitação surge como inibidora por se centrar nos jovens universitários e por aparentemente não se encontrarem representados jovens de diferentes origens e esferas sociais – o que não é necessariamente verdadeiro pois, no concernente aos estratos sociais, é sabido existir uma população estudantil bastante heterogénea e no que diz respeito aos filhos da elite política e económica, estes estudaram ou encontram-se a estudar em universidades no estrangeiro –, esta delimitação obedece à natureza do próprio questionário: relativamente extenso e a ser respondido pelos próprios inquiridos. A par do inquérito por questionário, as fontes documentais constituirão os instrumentos de análise desta investigação.

A escolha deste método, o inquérito por questionário, prende-se com a importância e necessidade da adopção de uma metodologia que, considerando o objectivo da investigação e o número de inquiridos, mais e melhor se aproximasse e aproxime da realidade. Alguns autores, como é o caso de Grawitz (1984) e de Mills (1974), dirão que os aspectos psicológicos, as atitudes, os gestos, a mímica e outros são elementos-chave para e na compreensão dos indivíduos que só os métodos qualitativos, como é o caso da entrevista, abarcarão. Mesmo que corroborando com esta afirmação, imperioso será dizer-se que ela não se compadece com a natureza e objectivos de todas as investigações. É bem verdade que todo e qualquer trabalho de natureza científica tem em comum a busca da verdade, do conhecimento, mesmo se sabendo que a verdade «não é objectivo alguma vez alcançável», razão porque é preciso acreditar «na possibilidade de aperfeiçoar os instrumentos intelectuais e as condições institucionais de rectificação, controlada e partilhada, do erro e da elaboração de interpretações plausíveis, fecundas e refutáveis sobre relações entre factos empiricamente observáveis» (Pinto, 2001: 45). Mas a verdade, esta, não pode ser confundida com objectividade e, portanto, com cientificidade. Para além de um erro grosseiro, seria o mesmo que confundir as asserções consideradas verdadeiras, de que a lógica é rica em exemplos, com a ciência (basta ver a classificação das ciências,

mormente das ciências nomotéticas, e compreender-se-á a diferença entre as mesmas). Falar de ciência supõe falar de teoria e do seu corolário, a metodologia. E, relativamente à metodologia, não é por acaso que existe uma plêiade de métodos que as diferentes disciplinas e investigadores desenvolvem e adoptam em função de um sem número de factores, sendo que, actualmente, não se pode sequer falar de uma metodologia que seja específica a uma disciplina científica, mas antes no cruzamento de vários métodos (Albou: 1973), até porque a questão metodológica é, também ela, de ordem epistemológica. Assim como a verdade não é alcançável, também a objectividade não deve ser confundida com neutralidade e com imparcialidade – daí a necessidade do que Gilberto Velho (1987) chama «objectividade relativa», enquanto Sedas Nunes (1977) chama à atenção para as interpretações científica e ideológica de um mesmo enunciado.

A escolha do método quantitativo para esta investigação obedece a razões de natureza científica, como não podia deixar de ser, e se se considerar como Mucchielli que o inquérito tem subjacente uma investigação metódica (resultados quantificáveis) e tem como objectivo «la vie psychologique d'un groupe social, ses comportements, ses goûts, ses opinions, ses besoins, ses attentes...ses raisons d'agir et de reagir, ses manières de vivre, de travailler, de se distraire... ses changements et les influences auxquelles il est sensible» (Mucchielli, 1967: 5), então poder-se-á avançar com uma possível explicação: face à multiplicidade de itens observáveis que os métodos quantitativos também poderão fornecer, parece ser o inquérito aquele que permite num primeiro momento e com mais rigor, no presente caso, precisar e alcançar o objectivo preconizado, mesmo que através da subjectividade dos indivíduos, pois que «l'enquête sociale a précisément pour objet la mise à jour de ce qui existe comme réalités psycho-sociales latentes, accessibles seulement à la recherche méthodique» (Mucchielli, 1967: 65). E se, como Grawitz (1984), se considerar que a ideia do inquérito sugere que existem problemas, o objectivo do mesmo exige que os referidos problemas sejam formulados – precisar o objectivo do inquérito, consiste também em formular hipóteses verificáveis e obter resultados generalizáveis. É ainda Grawitz quem aconselha a que o questionário escrito deve ficar reservado a domínios circunscritos cujos factos não impliquem problemas de atitudes ou de opiniões ambíguas ou complexas (até porque, segundo a mesma autora, as opiniões expressas são do domínio do inconsciente) porque «questionner un individu c'est chercher à obtenir des renseignements sur ce qu'il sait, sur ce qu'il a fait ou compte faire, ce qu'il pense ou ressent, c'est-à-dire croit, espere, admire, redoute ou blâme, et avec quelle intensité et

enfin quelle explication il donne lui-même se son comportement» (Grawitz, 1984: 745)<sup>25</sup>. Mais do que isso, é necessário ter em atenção que aquilo que o inquirido diz nem sempre corresponde ao que ele pensa, faz ou pensa que sabe e pensa que faz<sup>26</sup> ou, como refere Pais (1991: 110), “para entender o que um jovem quis dizer falta saber muito mais do que esse jovem quis dizer e saber muito mais do que ele próprio sabia”. Por aqui se pode observar que a utilização do inquérito e sua descodificação são do domínio científico, pois apela, mais do que às respostas dos inquiridos, à própria formulação do inquérito e, conseqüentemente, à *sagesse* do inquiridor. Dito de outro modo, é (também) na interpretação do inquérito que reside o ónus e simultaneamente a riqueza da investigação em curso.

A natureza extensiva da metodologia adoptada permite que, a partir da amostra, se possa se não generalizar, no mínimo ficar com uma ideia aproximada de alguns dos problemas e expectativas que se colocam aos jovens estudantes universitários e, por conseguinte, conjecturar sobre o conjunto dos jovens.

Considerando que (o) ser, (o) dizer, (o) pensar e (o) agir, para além de não serem sinónimos frequentemente se opõem, o fio condutor deste trabalho privilegiará precisamente aquele que parece ser o principal escolho do inquérito por questionário: a dificuldade de organizar um inquérito que tem como pressuposto o conhecimento da população a inquirir e também a organização, a formulação e a ordem das perguntas – em resumo, é a própria validade do trabalho de investigação que se encontra em causa<sup>27</sup>. O conhecimento será a palavra-chave, mas a ética, a deontologia e a sensibilidade são, também eles, elementos a considerar em todo o processo de investigação. Mas se é verdade que o aspecto prático ora salientado é importante, não menos importante é a teoria, como muito bem já referia Auguste Comte no seu célebre “Curso de Filosofia Positiva”.

Para compreender e conhecer os valores e identidades dos jovens em Angola, organizou-se o questionário em torno de cinco grandes temas. Relativamente aos dados

---

<sup>25</sup> A este propósito v., também, Tuckman (2002), onde o autor refere que a técnica do questionário permite cobrir três áreas de recolha de informação. Conhecimento ou informação (o que o inquirido sabe), valores ou preferências (o que o inquirido quer ou prefere) e as atitudes e convicções (o que o inquirido pensa ou crê).

<sup>26</sup> V., por exemplo, Peretz (2000).

<sup>27</sup> Vera Cruz, Elizabeth, *ibid.* O inquérito por questionário feito a estudantes universitários angolanos em Portugal, em Maio de 2005, para o trabalho com o título «Angola: Radiografia de um país. O que pensam e sabem os agentes da mudança?», permitiu constatar e eliminar algumas das dificuldades na realização deste.

biográficos o que se pretende saber é, no essencial, quem são os jovens (universitários) angolanos tendo também, como base, os seus percursos, as suas histórias “de vida”. No capítulo do lazer em que se enquadram as actividades do fim-de-semana, o que se busca é o entender não somente como os jovens ocupam os seus tempos livres mas, também, o seu maior ou menor envolvimento em acções de solidariedade, de carácter cívico como é, por exemplo, a participação ou não em actividades de, para e com a comunidade. No quadro da actividade cívica, incluir-se-á a dimensão política onde se buscará o peso dos partidos políticos na sociedade angolana, das instituições político-administrativas, em suma, pretende-se ver se a dimensão político-ideológica muito presente na sociedade angolana tem o respectivo respaldo junto dos jovens inquiridos. O tema Angola é muito abrangente, englobando, por isso, o interesse dos inquiridos pelos destinos do país e a sua sensibilidade particularmente no concernente ao presente e ao futuro do país. E, por fim, os valores. E as identidades. O cruzamento dos temas e dos dados é que permitirá fazer o diagnóstico ou, se se quiser, o prognóstico do futuro dos jovens e de Angola: a resposta à pergunta quem são e para onde vão ou pretendem ir os jovens é que permitirá conhecer os valores e as identidades dos jovens em Angola.

Relativamente às identidades, buscar-se-á descortinar através do cruzamento de variáveis, quem são os jovens através da realização de Clusters (Two Step Cluster). Por outro lado, busca-se também, através da representação que os angolanos têm e fazem de si próprios, se os seus interesses, as suas preocupações, estão centradas no bem comum ou no individual ou se, pelo contrário, essas suas dimensões se encontram plasmadas e difusas. Será em torno da problemática dos valores, concatenada com a das identidades, que se gizará a pesquisa em curso. Considerando que as características, os denominadores comuns que identificam a juventude se concentram na linguagem, no corpo, no vestuário, na irreverência e sobretudo na posse de bens materiais que alimentem o hedonismo que se lhes associa, será interessante constatar se serão de facto, estes, os valores dominantes dos jovens em Angola. Se, enquanto fase de transição, as suas preocupações se encontrarão focalizadas no presente, no dia-a-dia, em questões básicas e triviais onde pontua o hedonismo, importa não descurar igualmente a problemática emprego/desemprego com o acento tónico no trabalho, na carreira e, neste campo, elegem-se os indicadores ser rico/dinheiro e sucesso como sendo aqueles que poderão nortear a vida dos jovens – dito de outro modo, pretende-se verificar em que medida as preocupações dos jovens se centram em “trivialidades” de que os bens materiais são disso exemplo (“trivialidades” no concernente aos bens materiais aqui entendidos no âmbito do consumismo desenfreado

que formata as sociedades de hoje) ou se, pelo contrário, as suas atenções são de natureza prática, se os jovens estão mais preocupados com o (seu) futuro profissional, com o problema do desemprego que já se faz sentir, muito particularmente em Luanda, cidade que, nunca é demais lembrar e segundo estimativas, concentra cerca de um terço da população total de Angola.

Elias (1993) alerta para o facto de a passagem da juventude para a adultez pressupor constrangimentos e limitações. Estas considerações têm como base as mudanças radicais que aconteceram na sociedade angolana nos últimos 15 anos e que têm o seu marco nas eleições gerais de 1992<sup>28</sup>. Foram, as mudanças, de tal forma marcantes, que bem se pode falar de um antes de 1992 e de um pós-1992. A livre circulação de gentes (uma liberdade relativa se se considerar que o país ainda estava em guerra e que essa guerra condicionava a circulação das gentes), de bens e de capitais, estava em sintonia com o novo espírito entretanto inaugurado em Angola: a ideia de que aquele era o momento de despertar do sono (qual bela adormecida) e concretizar o sonho há muito adiado. Estavam criadas as condições para a emergência de novas profissões e de novos profissionais – ainda que se tenha passado de uma situação de inexistência de desempregados para, estouta, em que o aumento substantivo de desempregados justifica que se afirme que o desemprego é um dos problemas com que se debatem os jovens em Angola<sup>29</sup> –, mas também de novos problemas, e estes inquéritos pretendem reflectir esta nova sociedade e os seus novos problemas e desafios. Mas não se esgota aí, pois estes inquéritos (por questionário) assumem-se como uma expressão da trajectória de um país, de um estado, de um governo que faz da (re)construção o seu novo desafio, a sua grande aposta. A construção de um país carece de inúmeros factores e a dimensão humana e ética é decisiva para a concretização dos objectivos a atingir. Correndo o risco de parecer um pleonismo, correndo o risco de se entender a expressão “homem novo” como sendo parte da propaganda política do antigamente, é curial dizer que a acção dos actores sociais é determinante para a construção pretendida. Que “homem novo” e que acção, que valores – se materialistas ou pós-materialistas (Inglehart) –, é o que estes inquéritos buscam. Para

---

<sup>28</sup> As eleições de 1992 são o corolário do fim da guerra-fria, da queda do muro de Berlim e, claro está, da tentativa de cessação de hostilidades entre o MPLA e a UNITA. O ano de 1992 é um marco indelével nas mudanças políticas, económicas e sociais em Angola.

<sup>29</sup> Ao aumento do número de desempregados não é alheia a guerra desencadeada no pós-1992. Uma das consequências foi o aumento exponencial dos deslocados de guerra e, consequentemente, da população de Luanda que se estima ser hoje de 4 milhões de habitantes.

isso precisamos de um conjunto de regras e procedimentos de que a metodologia é um dos principais componentes definidores das “regras do jogo” (Nachmias et al: 1993).

### **1.6 – “Chora terra bem-amada”<sup>30</sup>: o fio da meada**

A motivação para a realização deste projecto surge na esteira dos contactos, entre conversas e observações, feitas particularmente com e entre (os) jovens angolanos. A oportunidade de ir colectando (não mais do que) impressões, por isso necessariamente imprecisas, dos seus sentimentos, entre anseios temores e angústias, sobretudo no que diz respeito ao estado presente e futuro do país onde nasceram e onde muitos pensam trabalhar, acabou por ser o fio da meada num universo povoado de um sem número de possíveis projectos, todos eles de grande interesse para qualquer investigador. A verdade é que a ausência de trabalhos de natureza científica em Angola e (mesmo) sobre Angola (mormente na área de ciências sociais), está na mesma proporção com a carência e diria mesmo ausência de investigadores angolanos, a que se associa a imensa dificuldade de se poder desenvolver um trabalho que careça de fontes estatísticas e afins: ou são inexistentes e ou quando existem, só estão acessíveis a meia dúzia de indivíduos. É em circuito fechado que se trabalha e isso significa que a investigação científica, a ciência em Angola, é letra-morta. E é pois, sob o signo da ausência que este trabalho vai ser realizado pois que, no concernente a Angola, os dados disponíveis foram praticamente nulos, como se poderá constatar ao longo destas páginas.

Ouvir os jovens angolanos tergiversarem sobre o seu país natal, a Angola tão cantada quanto chorada (e que reenvia para o livro de Alan Paton) mas, acima de tudo, glorificada, não deixa de ser um cadinho de surpresas. Contrariamente ao que se possa ou pudesse pensar, também eles são críticos não somente no concernente à governação do país, como também da categoria de que fazem parte. As críticas mais comuns que alguns jovens angolanos fazem à juventude em Angola, prendem-se com os valores que os animam e que faz deles reféns e, por conseguinte, reprodutores do sistema. Não sendo críticas ferozes e nem se podendo considerar as mesmas como estados de alma de indivíduos cujas trajectórias estão marcadas por tragédias pessoais, não deixam de ser elementos merecedores de atenção. Tanto assim é que, de forma não intencional (claro está!), acabaram estes jovens por “me impor” a tarefa de procurar saber/conhecer «quem

---

<sup>30</sup> “Chora terra bem amada” é o título do celebrado livro de Alan Paton.

critica quem», «quem critica o quê» e, logo, quem são os críticos e os criticados que podem bem ser os mesmos (simultaneamente sujeito e objecto). A par disso, o desconhecimento que os jovens apresentam e têm da sua história, mesmo da mais recente, é um desafio. Desafio porque pode bem ser que este desconhecimento seja um dos que estão na base dos comportamentos, das atitudes e dos valores dos jovens angolanos.

Conhecendo alguns destes comportamentos e atitudes<sup>31</sup>, seria interessante averiguar-se se estes são moldados por valores que emergiram ao longo da colonização de Angola, se no pós-independência já que muitos parecem ser seus sucedâneos. Se e em que medida os valores dos mais velhos são estruturantes dos valores dos comportamentos e das atitudes ora perseguidos, se estes têm um carácter meramente utilitário – segundo Boudon (1995: 202), os modelos utilitaristas ainda que importantes para explicar os fenómenos de valorização, são contudo insuficientes – ou não, são aquilo que se poderá chamar «o móbil de crime»! Porque este projecto, como qualquer outro, não passa de um arrazoado de suspeitas em que (tudo e) todos são suspeitos, e inocentes, mas cujas pistas (do crime) vão sendo apresentadas ao longo destas páginas. Para isso, é necessário organizar estas mesmas suspeitas, é necessário que elas tenham lógica.

O que se sabe, neste momento, é exactamente isto: foi cometido um crime (terá sido mesmo um crime – se sim, quem?; ou a vítima ter-se-á suicidado?; ou terá sido um acidente – a vítima ter-se-á matado acidentalmente?) e o objectivo do investigador encarregue do caso é o de deslindar o referido crime. Se o motivo do crime se apresenta claro (a guerra, o pós-guerra, as assimetrias sociais e económicas, a disfunção social e a anomia daí decorrente) a natureza do mesmo já não – desenganem-se os leitores, só surgirá bem no final da história, quando o(s) criminoso(s) for(em) encontrado(s) depois de um sem número de peripécias que fazem parte do enredo da história e que, em última análise, permitirão encontrar o verdadeiro culpado. É claro que nada disso provará em absoluto e em definitivo que este enredo e a sua trajectória serão lineares – pode bem haver surpresas. Não se espere por happy ends! E, quanto ao verdadeiro culpado, ainda se está para ver em que medida se pode falar da existência de um *verdadeiro* culpado e, apesar de se não pretender cair na tentação dos excessos do relativismo – antes preferindo a dúvida metódica – a busca da verdade é, sem sombra de dúvida, aquela que dita(rá) a

---

<sup>31</sup> As atitudes “são opiniões que expressam sentimentos, emoções, reacções a favor ou contra algo, enfim, valorizações. (...) Apesar de todas as diferenças, normas, valores, atitudes e ideologias acabam, finalmente, por manifestar-se, em sentido lato, como sistemas de representação” (Pais, 1998: 19) sendo, no caso das atitudes e dos valores, meros conceitos analíticos (Vala et al: 2003, 30).

investigação. O indivíduo que puxa o gatilho pode ser tão ou mais culpado que todos os outros personagens da história. Pode ainda dar-se o caso de ser aquele que puxou o gatilho uma vítima das circunstâncias. Haverá um *verdadeiro* culpado ou, tão-somente, o/um (mero) culpado? A única *certeza* que se pode dar é a de que tudo se fará para que todos compreendam a trama, ainda que nem todos comunguem, necessariamente, do veredicto.

Afinal, entre a investigação, as provas e o veredicto do tribunal e o do próprio leitor existem, não tão poucas vezes, distintas aferições. Montmartre, um célebre bairro de Paris foi pintado por nomes não menos célebres como Van Gogh, Picasso, Lautrec, entre outros. No entanto, os críticos de arte só consideram como sendo «o verdadeiro retrato de Montmartre» o quadro pintado por Renoir, e a razão é simples: por entenderem ser Renoir aquele que melhor se aproximou(a) da verdade, da essência do bairro. O célebre quadro de Renoir, «O baile no Moulin de la Galette», um retrato de Montmartre, é a pintura de alguém que viveu em Montmartre e que, talvez por isso, melhor o terá retratado. Mas é evidente que um retrato, uma pintura, por mais que se assemelhe à realidade, por muito que se aproxime da realidade, é uma (entre muitas) visões e aproximações da realidade. É, por isso mesmo, (mais)uma construção da realidade e, portanto, ele próprio, uma nova realidade.

O percurso que é proposto (índice) serve, tão-somente, como guião de leitura. O que se deixa lavrado nas páginas que se seguem é um arrumado bloco de notas relativo a uma investigação cujo mistério se espera desvendar no final destas laboriosas páginas. No prefácio do seu livro, Firmino da Costa (1999) usa o pretérito quando se refere ao desenvolvimento do seu projecto. Por razões que parecem óbvias, usaremos o futuro para sublinhar que a pesquisa se irá desenvolvendo «como um encadeamento de problemas de investigação, (...) ajustada às mudanças ocorridas e às novas dimensões de análise». Relativamente ao sujeito, os problemas «provêm quer dos desdobramentos analíticos e reequacionamentos teóricos que se forem realizando, quer da acumulação de observações<sup>32</sup> efectuadas, por vezes de teor inesperado» (Costa, 1999: 7) – é de bom-tom informar o leitor que uso o futuro porque, na verdade, para mim, este já é um pretérito (porque a introdução é precisamente aquela que é (re)escrita no final).

Para já, levante-se o pano!

---

<sup>32</sup> Relativamente às observações e ao seu acumular, estas foram de grande utilidade para o desenvolvimento deste trabalho por terem trazido elementos que, de outra forma, teriam ficado no limbo. O contacto directo com os jovens e algumas instituições, permitiram o “confronto” do teórico-conceptual com a “realidade prática”.



## Capítulo II

### Teorias sociológicas

#### 1 – Entre a estrutura e a acção

Não se pretende aqui enveredar e muito menos enredar pelo e no conceito ou noção de pós-colonialismo (não, ainda) mas, ainda assim, importa referir que o objecto da investigação cujo título é «*Ser Jovem em Angola: valores e identidade(s) dos estudantes universitários angolanos*» diz respeito ao pós-independência deste país.

Considerando que os jovens dificilmente poderão falar do passado – por desconhecimento (por o não terem [vivido]), por desinteresse e, como se não bastasse, porque o sistema educativo é (quase) omissivo no que diz respeito ao passado próximo (o séc. XX e mais precisamente os últimos 50, 60 anos da história de Angola são um tempo que contém a marca indelével das vidas dos indivíduos de hoje) –, muitas das questões que importa conhecer e que reenviam para o passado (e aqui a questão geracional é importante por via dos pais e avós<sup>33</sup>), dizem respeito aos jovens de hoje, seus valores, sua(s) identidade(s), pois são os detonadores do conhecimento dos sujeitos (da história e das suas histórias), os interruptores que teimam em não funcionar fazendo com que germine o lusco-fusco. As interrogações são inúmeras, desde logo a que diz respeito à relação entre os actores, os jovens, entre estes e (os) demais actores e o modo como estes mesmos jovens percebem a sua condição enquanto jovens mas, sobretudo, enquanto actores.

Conhecer os valores e as identidades dos jovens, supõe conhecer a relação entre a estrutura (social) e a acção desses mesmos jovens. Em que medida é que a teoria da estruturação (a que se chamará dualidade) se encontra presente ou, pelo contrário, é o dualismo o sistema que vigora na sociedade angolana e mais especificamente em Luanda – é certo e sabido que se poderá sempre admitir a existência de dualismo e de dualidade como o faz Mouzelis (1991)<sup>34</sup>. Mas, regressando ao passado que os jovens parecem não ter, isto significará em última análise que os mesmos estão despojados de *habitus* já que, para Bourdieu, é a posição presente e passada dos indivíduos que configura o referido

---

<sup>33</sup> Como refere Bourdieu, a continuidade entre as gerações estabelece-se através da dialéctica da exteriorização da interioridade e da interiorização da exterioridade (Bourdieu, 2002: 168).

<sup>34</sup> Dualismo e dualidade são conceitos que Giddens aborda a propósito da definição de «dualidade da estrutura» (Giddens, 2000).

*habitus* (Bourdieu, 2002: 177)? Quer isto dizer que esta categoria (a juventude), se algum passado tem, será o dos seus progenitores. Alcançados nestes últimos, limitar-se-ão os jovens a reproduzir, no presente, o princípio gerador desse mesmo presente? Dito de outro modo, serão os jovens agentes passivos de e numa sociedade onde os mais velhos é que são os «verdadeiros» actores sociais? A ser assim, os mais velhos serão simultaneamente a matriz, a estrutura e os actores da e na sociedade angolana. Se se anula a acção dos jovens em todo o processo de construção e desconstrução dos valores e das identidades, qual afinal o seu lugar na sociedade luandense? Mas se pelo contrário se admitir que os jovens ainda que sejam produtos dos mais velhos, da estrutura, não são meramente passivos e sim actores sociais de corpo inteiro, a questão que se coloca é qual o espaço de intervenção dos jovens no sistema, na sociedade<sup>35</sup>. Não sendo meros reprodutores incorporarão, os jovens, outros e novos valores na estrutura e na acção deles próprios e nos demais agentes através da sua acção? Qual a linha de demarcação entre os mais velhos e os jovens na sociedade luandense, este micro-cosmos que é mais macro que micro se se atentar que, segundo as estimativas e como já referido, cerca de um terço da população angolana está sediada em Luanda, uma cidade com gentes de norte a sul de Angola? E relativamente às províncias de Cabinda e do Huambo? A existir, que acção a dos jovens, qual a razão e o sentido das mesmas? Em última análise, o que é que determina as referidas acções? Ou, melhor ainda, terão as acções de ser necessariamente (pré)determinadas?

Platão chama à atenção para o carácter *a priori* do conhecimento, o que leva a que as acções (o mundo sensível) não sejam autónomas, não tenham vida própria. Ora, a diferença entre a filosofia e a sociologia é epistemológica: enquanto a filosofia destaca as questões relativas ao Ser, à essência, alguns dirão à metafísica, as preocupações da sociologia centram-se na acção dos indivíduos, (n)a realidade.

Como é então possível entender, equacionar a acção dos indivíduos? Se se considerar que “os jovens não são progressistas nem conservadores por natureza, eles são uma potencialidade pronta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos, que pode levá-los a apoiar desde movimentos totalitários ou conservadores até iniciativas democráticas ou de transformação social” (Schmidt, 2001: 189), que espaços de manobra terão os jovens?

---

<sup>35</sup> «Cada agente, saiba-o ou não, queira-o ou não, é produtor e reprodutor de sentido objectivo e, porque as suas acções e as suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual não é produtor e que não domina conscientemente encerram uma “intenção objectiva”... que supera sempre as suas intenções conscientes». (Bourdieu: 2002, 175)

### 1.1 – Jovens embriagados de poder?

Considerando o título da investigação a levar a cabo, uma pergunta se destaca no conjunto de tantas outras: a existir heterogeneidade, haverá alguma relação entre a heterogeneidade da juventude angolana e a heterogeneidade dos seus valores? Parte-se pois do pressuposto que a juventude angolana não é um corpo coeso e pretende-se verificar se haverá alguma relação causa-efeito entre a heterogeneidade desta categoria e a heterogeneidade dos seus valores e identidades. Outra possibilidade é partir (também) da hipótese de que apesar da heterogeneidade dos jovens e dos valores, há algo que os une e identifica – saber, conhecer essa heterogeneidade (de valores) que se plasmam numa identidade comum é outro caminho a seguir. Para «ilustrar» este ponto de partida, nada melhor que indagar o percurso dos inquiridos.

O conhecimento da “ficha” dos inquiridos é uma mais-valia para melhor entender se haverá alguma distinção entre os valores comungados pelos jovens angolanos considerando as diferentes origens, sobretudo se se considerar que o universo a inquirir está sediado em três províncias de Angola – Luanda, Cabinda e Huambo. É partindo daí que se partirá rumo à “identificação” dos valores e da(s) identidade(s) (sendo que esta última remete para a questão da nação angolana que, como se sabe, se encontra em construção) que podem ou não ser mais do que os valores de uma geração; podem bem ser os valores de diferentes grupos de distintas origens geográficas que corresponderão aos valores de uma elite. Este agrupamento permitirá “categorizar” os valores – no caso de se partir da hipótese de que há uma conexão entre a partilha de valores e as origens geográficas – podendo então dar-se o caso de ser a estrutura a determinar os valores (e a acção). Mas no caso de se considerar que essa mesma estrutura incorpora a acção, tem-se que: i) a acção dos jovens é reduzida no sentido em que os mesmos se limitam a reproduzir a estrutura e os valores herdados; ii) a acção dos jovens é quase uma não-acção porque a acção contempla a liberdade e a criatividade; iii) a acção dos jovens não sendo homogénea tem uma relação directa com os valores professados e que são os partilhados pelas suas famílias<sup>36</sup>. Mas se o pressuposto é a afirmação de que os jovens mais não fazem do que reproduzir os valores da sociedade em que se encontram inseridos – ainda que isso não seja sinónimo de inacção, bem pelo contrário, pois poderá significar que os jovens se

---

<sup>36</sup> É evidente que este enquadramento dos valores passa por que a construção do inquirido o preveja. Uma via possível é explorar, no inquirido, a distinção entre aquilo que se deseja e o que se faz e o que se não se deseja e não se faz, com outras possíveis combinações.

encontram a «estruturar», a criar as condições para que um determinado modelo de sociedade vingue, por exemplo o de uma sociedade em que o valor utilidade (num misto de necessidade e privação) seja dominante –, então em termos teóricos socorrer-nos-emos num primeiro momento da sociologia do conhecimento (que a noção de que o conceito é situacional, de Deleuze, sublinha) para perceber a relação entre as acções e os seus contextos, aqui ilustrado por Parker (2003: 116): “when and what people improvise and create, and how they do it, in the face of unique circumstances are important elements in any explanation”.

Em qualquer um dos casos, a sociologia do conhecimento permitirá não somente compreender as acções tendo sempre em atenção os contextos como, de igual modo, explicitar o que se encontra encoberto.

## 2 – A funcionalidade da estrutura e da acção

Diz Merton que «a sociologia do conhecimento nasceu com a notável hipótese de que até mesmo as verdades tinham que ser consideradas socialmente explicáveis, que tinham que ser postas em relação com a sociedade histórica em que apareciam» (Merton, 1968: 557). O paradigma para a sociologia do conhecimento, tal como é enunciado por Merton, está alcançado em cinco momentos que se traduzem nas tradicionais questões do «onde» (se situam as bases existenciais dos produtos mentais), no «quais» (os produtos mentais submetidos à análise sociológica), no «como» (se acham os produtos mentais relacionados com as bases existenciais), no «por quê?» (as funções latentes e manifestas atribuídas a estes produtos mentais existencialmente condicionados) e no «quando» (se evidenciam as relações atribuídas entre a base existencial e o conhecimento) (Merton, 1974).

Estas interrogações servem na perfeição o objectivo do trabalho que se pretende realizar considerando, como Mannheim, que «todo pensamento se processa numa totalidade histórico-social». Mas mais do que «estudar e explicar esse papel *funcional*<sup>37</sup> do pensamento social e existencial nos vários estágios do processo real», o que aqui interessa é «descobrir a correlação entre o “estilo de pensamento” subjacente a uma dada posição e a “motivação intelectual” de um certo grupo social» (Mannheim, 1974: 64-73).

---

<sup>37</sup> O sublinhado é do autor.

Veja-se o caso do conceito de valor(es) que, como é sabido, tem tantos significados quantos os seus “usos”. E, no caso de Angola, será que este conceito sofreu uma mudança de significado nos últimos 30 anos? Como explicar que a sociedade angolana, o seu quotidiano – mormente na cidade de Luanda –, os valores que incorporam os seus membros esteja balizada pela utilidade, pelo lucro, pelo imediatismo? Uma primeira explicação é de que ela (a sociedade angolana) não é muito diferente de todas as outras. A segunda explicação, óbvia, é a de que os valores actuais que vigoram um pouco por todo o lado estão assentes na troca, no comércio, no ganho, no lucro, na defesa da propriedade individual, no individualismo (porventura mais do que na individualização)<sup>38</sup> – é esta a globalização de que tanto se fala! – e a cujo fascínio Angola não escapa. Uma terceira explicação aponta para os ecos de uma guerra que encontra(ou) no lucro e no luxo a expressão viva dos males da(s) guerra(s), paredes-meias com o lixo (bem entendido). Apesar de o lucro, o ganho, o *self made man* norte-americano não ser a doutrina oficial em Angola (segundo os contornos por todos conhecidos e descritos por Merton), o certo é que os caminhos trilhados por muitos angolanos é este, sendo muitos mais aqueles que parecem desejar persegui-lo – entre aqueles que se “amanham” para ganhar uns parcos kwanzas e outros que se fazem ao “lucro-fácil”, é um “ver se te avias” entre os desesperados e os que possuem fortunas colossais.

Falar-se de doutrina oficial, no caso angolano, será o mesmo que dizer-se e contrariar o que atrás foi dito: é que ainda que oficialmente não haja legislação nem prédicas que vão nesse sentido, no entanto a prática corrente é, às mais das vezes a do ganho fácil, das relações privilegiadas, da corrupção (“normal” num país onde a administração, o estado, [ainda] se caracteriza pela desorganização).

Como diz Merton, «nenhuma sociedade carece de normas governantes da conduta» (Merton, 1968: 207) e Angola não escapa a este desiderato, mas a verdade é que os últimos 35 anos de e na vida dos angolanos têm sido um galopar de experiências novas, de adaptações a novas realidades, de valores que foram conhecendo flutuações, reorientações, actualizações, de oportunidades que se foram gizando. O dinheiro, como símbolo de prestígio, emergiu após um período de ocaso (1975-1992), conquistando um lugar cimeiro

---

<sup>38</sup> Relativamente à distinção entre o individualismo e a individualização, duas formas distintas de valorização do indivíduo, v. Bréchon e Galland (2010) para quem o individualismo tem na base o utilitarismo, é uma espécie de egoísmo por ter o interesse individual como critério último, enquanto a individualização se encontra assente na valorização da autonomia pessoal – cada ser humano é mestre do seu próprio destino e o humano encontra-se no centro dos valores.

(1992-2011) em que pontua o que alguns chamarão «sucesso»<sup>39</sup>. Nas habitações, nas viaturas, no vestuário, nas festas que se organizam e oferecem e a que se vai, nas escolas em que andam os filhos, nas férias que se fazem, nos amigos que se têm e também no local onde se trabalha (sem esquecer a profissão e respectiva categoria), é um sem número de situações que permitem observar os «novos valores» que se afirmam e ganham foro de cidadania na sociedade angolana. Na dificuldade de se poder afirmar categoricamente a existência de um «sonho» angolano, importa contudo registar três aspectos que se apresentam cruciais e que podem permitir um melhor (re)conhecimento dos valores dos angolanos, e muito particularmente dos luandenses, que porventura explicarão as suas práticas: a alienação<sup>40</sup>, a megalomania e a anomia. Dos angolanos se diz terem sido os que mais e melhor incorporaram os valores coloniais (quicá, daí a sua alienação) e, como se não bastasse, gostam os luandenses de fazer gáudio da sua (pretensa) riqueza – da riqueza e do poder dos angolanos (que o país potencialmente tem) e que está longe de ser uma realidade.

Considerando a tipologia de modos de adaptação individual proposta por Merton (1968: 213 e seg.), parecem ser as três primeiras aquelas que mais se aproximam das atitudes dos angolanos, a saber: a conformidade, a inovação e o ritualismo (sem contar com o retraimento e a rebelião). Entre as três, só a inovação contempla o comportamento desviado – quer dizer que, na sua maioria, os angolanos se incluíram nos outros dois modos. Uma questão que se levantará é: a ser verdade que o comportamento dos angolanos se enquadra na conformidade e no ritualismo, como explicar a anomia? Apesar da suposta desagregação de valores, não se poderá considerar ou afirmar de forma leviana que a anomia se tenha instalado em Angola. É bem verdade que a inexistência de anomia não é sinónimo de inexistência de conflito e isto é passível de ser verificado se se tornar explícito o implícito, tarefa cara à sociologia do conhecimento. Face à inexistência de desvio, ainda à luz de Merton, dir-se-á que a existência de conformidade e de ritualismo

---

<sup>39</sup> Tal é o caso da «cultura norte-americana contemporânea que parece aproximar-se do tipo polar em que ocorre grande ênfase sobre objetivos de êxito sem a ênfase equivalente sobre os meios institucionais» (Merton, 1968: 208).

<sup>40</sup> Uma alienação a ser vista no mínimo, em dois momentos, através da valorização do dinheiro e que correspondem em última análise à maior ou menor incorporação de valores, segundo alguns, ocidentais (se o eram já não são, porque globais se tornaram), resquícios da colonização e que se poderá atestar do seguinte modo: em determinados segmentos da população, nas preferências nas escolhas dos parceiros sentimentais no concernente à cor da pele.

definirá e caracterizará a acção dos jovens angolanos. Tudo isso e mais são questões para serem aduzidas mais adiante.

## 2.1 – Dualismo ou/e dualidade da estrutura?

É comum hoje dizer-se, dos jovens angolanos, pretenderem seguir os passos da elite política angolana (que corresponde também, em boa parte, à económica). Quer isso dizer que os jovens limitam-se ou limitar-se-ão a reproduzir o sistema, uma reprodução que ainda assim admite no seu seio variação, mudança, mas no sentido de aperfeiçoamento do modelo. Deles (dos jovens) se diz pretenderem ter uma vida «fácil», exercer funções onde seja possível o lucro fácil e de preferência onde tenham protagonismo – isto é, onde possam exercer funções de chefia em que o exercício do poder seja uma realidade. Os postos de subalternidade estão por isso postos de parte e, para alcançar este desiderato, terão os jovens incorporado estratégias (a que não serão alheios os seus valores ou muito simplesmente porque os jovens conseguirão o feito de “separar as águas”, isto é, separar as estratégias dos seus valores) que vêm do passado a que adicionam às do presente. É portanto possível dizer-se que os jovens de hoje são o resultado dos valores do passado (dos seus pais) – uma herança colonial e pós-colonial de que os referidos jovens são filhos e devedores<sup>41</sup>. Deste curto relato ressalta a pesada (herança da) estrutura, dos valores (de ontem e de hoje) que estarão na base da acção dos jovens<sup>42</sup>.

Segundo Giddens, a noção de acção humana relaciona-se com a explicação estrutural, requerendo por isso: «1) uma teoria do agente humano, ou do sujeito; 2) a descrição das condições e conseqüências da acção; 3) uma interpretação da “estrutura” como algo que é parte integrante tanto das condições e conseqüências dessa mesma acção» (Giddens: 2000: 1). Relativamente aos dois últimos pontos, importa referir que estes vêm de encontro ao enunciado atrás sobre a investigação proposta. Para a compreensão da relação entre a estrutura em que os jovens se inscrevem e a sua acção (ou não?), para compreender o peso maior ou menor que a estrutura social tem/terá sobre os jovens, é necessário descrever as condições e conseqüências da acção (o que levará necessariamente

---

<sup>41</sup> Estes filhos da «guerra» correspondem a uma geração cujos valores estarão provavelmente «inquinados» em conseqüência dessa mesma guerra.

<sup>42</sup> Relativamente à questão dos valores, ver o trabalho de Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* onde é possível ver-se a relação que o autor estabelece entre os valores (religiosos) e a acção (capitalista).

ao período e à situação colonial, mas também, e num segundo momento, ao que já se consignou chamar pós-colonialismo; por outro lado, a interpretação da estrutura como parte integrante das condições e consequências da acção é a sequência lógica do ponto anterior) – é à relação dialéctica entre acção e estrutura que Giddens chama «dualidade da estrutura». Relativamente à ideia de acção ou de agência, o mesmo autor diz tratar-se de «um fluxo contínuo da conduta» chamando à atenção para a importância das consequências não intencionais da acção, da conduta intencional «na medida em que surgem sistematicamente incorporadas no processo de reprodução das instituições» (Giddens, 2000: 14 e 22).

O problema, tal como se apresenta no projecto de investigação e que se pretende levar a cabo, não é o da ordem, não será o da normatividade, mas sim o dos valores interiorizados que poderão determinar, estar na base das condutas dos indivíduos, nas tais consequências não intencionais da acção. Assim se compreenderá porque razão estes mesmos valores são reproduzidos – o fito não será (pelo menos de forma consciente) manter a ordem; esta reprodução será antes uma resposta não intencional (porque interiorizada) e quando se lhes pede (aos agentes ou actores) que expliquem as suas acções, as suas respostas serão ligeiras, vagas, isto é, não reflectidas, meros registos do senso comum – dito de outro modo, «conhecidas» mas não «sabidas» (Merton, 1979)<sup>43</sup>.

Contrariando Giddens, Margaret Archer acentua que a articulação acção-estrutura envolve (o) espaço e (o) tempo (Archer, 1985), já que supõe um antes e um depois – a propósito da teoria da causalidade, Pena Pires diz que em Giddens falta a teoria do actor, o contexto (Pires, 2003)<sup>44</sup>. A ausência da noção de espaço e de tempo em Giddens fica fortalecida quando é estabelecida e definida a importância da estrutura por ser ela que acaba por conferir realidade aos indivíduos e às suas acções pois, segundo Giddens (2000: 43-44), «a estrutura confere simultaneamente forma à “personalidade” e à “sociedade”» não devendo «ser concebida como uma barreira à acção, mas sim como encontrando-se

---

<sup>43</sup> No concernente à ordem cognitiva (abordagem micro-sociológica), diz Knorr-Cetina: «(...) the knowledge attributed to agents is thought to account for their conduct: participants act in terms of tacit knowledge and rules which they know how to apply in specific situations, but which they may not be able to explicate. It's the task of the social scientist to identify the rules and tacit resources which underlie everyday activities (...)» (Knorr-Cetina et al; 1981, 4).

<sup>44</sup> Não é difícil compreender porque é que em Giddens não há espaço e tempo (os sistemas sociais é que existem no tempo-espaço): é que a estrutura é (um)a ideia, portanto não corpórea (a cultura para Archer é o sistema para Giddens, e também aqui se pode ver qual o lugar da estrutura em Giddens), o que de algum modo remete para Platão.



envolvida na sua produção». Por isso, acrescenta o mesmo autor a propósito da dualidade da estrutura, a estrutura é o «modo através do qual a relação entre o momento e a totalidade se expressa sob a forma de reprodução social» (Giddens, 2000: 45). Ora, se a estrutura se traduz em reprodução social, a acção surge como tendo um peso e um papel simultaneamente reduzido e episódico. Então, para Giddens, a acção acaba por ser não somente determinada e constringida pela estrutura como anulada pela mesma, o que leva a considerar que da dialéctica estrutura-acção proposta pelo autor resulta, isto sim, o peso da estrutura sobre a acção. Para Alain Touraine, a posição do actor no sistema reduz a análise da acção social, na medida em que a sociologia da acção recusa a explicação do actor pelo sistema destacando as relações entre os actores definidas pelas suas orientações culturais e conflitos sociais (Touraine: 1984, 26).

Já aqui se referiu que no respeitante aos jovens, em Angola, não se pretende (até porque não existe uma relação de causalidade) fazer das normas ou da normatividade<sup>45</sup> o eixo de análise e, tão-pouco, a ordem (apesar destas incorporarem a estrutura colonial e pós-colonial, estrutura essa que será objecto de uma pequena abordagem, mais adiante). Excluídos estes, fica o poder e uma vez mais Giddens: «é possível explicar a relação entre os conceitos de acção e de poder, ao nível da conduta estratégica, do seguinte modo: a acção implica a intervenção sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo, produzindo assim resultados explícitos (...) e o poder enquanto capacidade transformadora, pode assim ser considerado como referente às capacidades dos actores para alcançarem tais resultados» (Giddens: 2000, 82). Aqui pode introduzir-se a noção de rotina, mas igualmente de habitus (Bourdieu), na medida em que a incorporação dos valores (disposição) não sendo da ordem do consciente, do intencional, tem no entanto consequências e efeitos perversos que faz com que os indivíduos atribuam determinado valor (positivo) a um elemento concreto por esta ser uma prática rotineira na sociedade em que se encontram inseridos. Não quer isso dizer que se deva desresponsabilizá-los, mas há todo um trabalho a fazer a começar pela instrução, alavanca para a desalienação das mentes. Quando Marx (1981) refere que «não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência», está certamente a dizer que a estrutura vinha sendo (naquele período e contexto específico) factor determinante, que os indivíduos se limitavam a reproduzir o sistema (alienação) e que o que era necessário era que os indivíduos tomassem o destino nas suas mãos – era deles que dependia a mudança. Em

---

<sup>45</sup> Para R. Williams (1979: 15), o mais importante tipo de elementos normativos são as normas e os valores.

última análise o que está subjacente é que apesar de a acção ser constante, ela não supõe (necessariamente) mudança – por isso muitas vezes não é reconhecida como tal – e que a estrutura mais não é do que a incorporação e cristalização de normas, valores e atitudes que se expressam através da rotinização das práticas, um pouco à semelhança da “ciência normal” kuhniana<sup>46</sup>. Mas a ideia de rotina, em Giddens, ainda que sugira e incorpore (a) acção é amorfa porque quando algo rompe as rotinas não questionadas, a reprodução cede lugar à reflexão racional (Cohen: 2002). E é também aqui que intervém a crítica de Archer (1985: 61) por considerar que o sistema social de Giddens «as merely a “visible pattern”» até porque “action of course is ceaseless and essential both to the continuation and further elaboration of the system, but subsequent interaction will be different from earlier because conditioned by the structural consequences of that prior action”<sup>47</sup>.

Quando Mouzelis defende a existência não somente da dualidade da estrutura como também de dualismo (no que contraria Giddens), chama à atenção para o facto de neste último «actors as subjects take up a certain distance from the rules, in order to view them as social objects requiring strategic intervention» (Mouzelis, 1991, 29). Diz ainda Mouzelis que a anulação do dualismo era o mesmo que se nos concentrássemos nas actividades rotineiras da construção de um edifício complexo, ignorando a contribuição dos arquitectos, líderes sindicais e outros (Mouzelis, 1991: 31). A tese de Mouzelis pode ser entendida do seguinte modo: o facto de a todos os indivíduos lhes terem sido ministradas as mesmas competências não significa que tenham, todos, as mesmas performances<sup>48</sup>. Esta perspectiva reducionista de Giddens não é a de Mouzelis para quem a «face-to-face interactions do not necessarily entail micro-process. (...) the micro/macro distinction simply points the degree to which social systems or the consequences of action stretch across time and space» (Mouzelis: 1991, 33). Quando Giddens fala de sistema, Mouzelis fala de dualismo na medida em que a relação actor-estrutura depende do poder que os actores têm, de uma hierarquia.

---

<sup>46</sup> Ver também Giddens quando refere que uma das proposições principais da teoria da estruturação é a das regras e dos recursos utilizados pelos actores na produção e reprodução das suas acções, que são simultaneamente os meios da reprodução do sistema social (dualidade da estrutura). É no sistema social que a dualidade da estrutura se realiza, acontece? É aqui que se encontra presente a estrutura e a acção?

<sup>47</sup> A perspectiva morfogenética de Archer defende «the dialectical interplay between structure and action», isto é, «that structure logically pre-dates the action(s) which transform it; and that structural elaboration logically post-dates those actions, which can be represented» (Archer: 1985, 61 e 72).

<sup>48</sup> Sobre as noções de competência e performance, ver os trabalhos de Chomski.

Os trabalhos de Giddens (1987 e 2000) mostram claramente que o teorema da dualidade da estrutura deve ser entendido como sendo “simultaneamente condição e resultado da acção, factor que constrange e possibilita a intervenção do actor” (Pires, 2000: XII)<sup>49</sup> mas, ainda assim, privilegiando a acção (o sistema social) em relação à estrutura, o que vem contrariar a hipótese de trabalho que aqui se representa. Ainda que a teoria de Giddens se apresente muito sugestiva, a tese de Mouzelis é mais “realista” por admitir a existência não somente da dualidade da estrutura mas também de dualismo – as sociedades são verticais (e não horizontais), as relações entre os indivíduos e os grupos são desiguais. É partindo das assimetrias e tendo como base o dualismo (que não recusa a dualidade da estrutura) que se pretende pesquisar qual o lugar da acção dos jovens angolanos na sociedade em que se encontram inseridos e as estratégias e o modo como essa mesma acção se realiza. Se a sociedade é uma produção humana e o indivíduo uma produção social (Berger e Luckmann), pode aferir-se como Dubet que “o indivíduo é o elo onde se articulam o actor e o sistema, a acção e os factos sociais, a subjectividade e a objectividade, a construção da sociedade e a imposição da sociedade aos actores” (in Molénat: 2006, 2). Mas uma outra abordagem possível (a propósito da identidade pessoal na esfera simbólica) é que a identidade pessoal não é determinada pelas condições sociais, mas sim construída a partir dos recursos da história pessoal que é uma história subjectiva – a “lien sociétaire” em vez de determinar, oferece oportunidades, recursos, pois que o societário “diferencia” mas não “determina” (Dubar: 2001, 198) o que, em última análise, reenvia para a questão da acção. Afirmam James et al (1999: 201) que “society is nothing more, and nothing less, than these patterns of interaction or what we might call social relationships. And social structure is the transformation of these relationships into the form of an idea; that is, “structure is the way that sociology conceptualizes these social relationships and their various manifestations”.

E porque só a acção (o presente) pode ser transformado (Parker: 2003) e como “a acção não pode ser definida somente como resposta a uma situação social sendo, antes de mais, criação, inovação, atribuição de sentido” (Touraine: 1965, 10), este trabalho visa mais do que fazer uma radiografia do país através da sua juventude (não exactamente do país, mas da sua população), contribuir para a discussão sobre esta questão maior que envolve a dignidade de/a vida dos indivíduos (Bourdieu: 1998).

---

<sup>49</sup> Pires é quem faz a apresentação da obra de Giddens (2000), mas esta mesma tese pode encontrar-se em Pires (2003).

### 3 – A Sociologia da juventude

#### 3.1 – Balizas e singularidades

A sociologia da juventude<sup>50</sup> contém um conjunto de problemáticas não muito diferentes das outras sociologias. Não muito diferentes porque o escopo da sociologia é a relação e a acção dos indivíduos em e na sociedade. A especificidade da sociologia da juventude prende-se com a singularidade dos indivíduos sobre os quais se debruça. A emergência dos vários ramos da sociologia surge da necessidade de dar resposta aos desafios que os indivíduos e as sociedades vão colocando e com que os sociólogos se foram e vêm confrontando. Pode assim postular-se que, para além das pesquisas nas quais os investigadores têm presente os resultados que buscam, há também a considerar a serendipidade, “a descoberta por acaso, por uma mente preparada, de novos resultados que não eram procurados” (Merton: 1968, 9). Ora, a serendipidade é não somente reveladora da importância da sociologia, como também e sobretudo do que faz dela uma ciência: a “mente preparada”. Uma mente preparada é aquela que tem os dispositivos próprios, necessários e suficientes, é uma mente que tem uma disposição que lhe passa a ser imanente e/o que lhe permite reconhecer os problemas e buscar a solução.

Uma mente preparada é aquela cujo conteúdo está impregnado de teorias, conceitos, definições e metodologias, que lhe permitem colocar um problema e percorrer todas as etapas necessárias com vista à sua resolução. Ainda que esta descrição pareça um tudo-nada simples, dir-se-ia ser um processo linear, na prática a investigação científica é um caminho tortuoso, com inúmeros escolhos e cujos resultados são muitas vezes imprevisíveis – mas nem por isso menos estimulante.

Uma teoria sociológica, por si só, não explica o problema sociológico; uma teoria sociológica é uma explicação possível para um problema, não se esgotando nem em uma só teoria e tão-pouco em um só método. A importância das teorias sociológicas deriva do facto de constituírem os alicerces a partir dos quais toda e qualquer problemática sociológica, toda e qualquer estrutura é construída. Como pilares do edifício a construir, talvez isto explique a dificuldade de se chegar aos materiais a serem utilizados, a dificuldade de encontrar o caminho a partir do qual o edifício se firmará em toda a sua pujança e se edifique – passe do estado de acto à de potência, parafraseando Aristóteles.

---

<sup>50</sup> Sobre o estado da arte v. Wullf (1995) e Islas et al (2008).

Desenhar um projecto, estádio-primeiro da construção de um edifício, é uma tarefa a todos os títulos primordial por incorporar todos os elementos e instrumentos necessários para a materialização do referido projecto. Sendo uma das mais difíceis, supõe que se atente desde logo nas condições de exequibilidade do mesmo e que contempla igualmente a importância, a pertinência e a necessidade do dito projecto, a solidez e a inovação, e não somente das condições objectivas e materiais da realização do mesmo. Quer isto dizer que a mera enunciação e hierarquização das etapas de pesquisa, ainda que necessárias, são mais formais que eficientes. O fundamento para a selecção da(s) teoria(s) que suportarão esta pesquisa, levou a que se fizesse inicialmente uma radiografia do tecido social para, deste modo, melhor se compreender que percurso fazer para atingir o objectivo preconizado.

De entre as várias sociologias e teorias que se afiguraram como possíveis intérpretes desta investigação, destaque-se a sociologia da vida quotidiana, a sociologia da cultura, a do conhecimento, as teorias do conflito e, claro está, a sociologia da juventude. Em qualquer uma delas é possível descortinar-se o peso da estrutura nos indivíduos e a secundarização destes no contexto social, o que vem de encontro ao enunciado desta investigação: em Angola, os agentes sociais parecem ter um lugar e papel secundário no concerto das políticas sociais, educativas, culturais e, claro está, económicas, excepção feita a esta última em que é possível constatar um dinamismo que é certamente devedor da importância e necessidade de um sector que é vital para a sobrevivência dos indivíduos, onde quer que seja – o chamado sector informal da economia com o destaque para as mulheres, atesta ser este o segmento que não padece de acção, ainda que esta seja uma resposta às condições impostas pelo próprio sistema, pela estrutura e em que os indivíduos têm um papel preponderante ditando muitas vezes se não as políticas económicas do país, têm no mínimo um papel preponderante nas estratégias do governo. Nos demais casos, as acções dos angolanos não podem propriamente ser consideradas respostas ao sistema, mas simples adaptações.

Como afirma Mannheim<sup>51</sup>, “existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais” (1986: 30), o que corresponde ao trilho que nos propusemos percorrer. Se o condicionamento social do pensamento de que fala Mannheim é um dos esteios desta

---

<sup>51</sup> Para Mannheim, a ideologia é uma etapa cuja evolução é a da sociologia do conhecimento – é o mesmo autor que afirma existir o elemento ideológico em todo o pensar.

investigação, tese que vem na linha de Marx, não é menos verdade que o inverso também pode ser verdadeiro, como defende Weber. Parece poder afirmar-se, para já, que se num primeiro momento e em todas as sociedades existe de facto um condicionamento social do pensamento e, num segundo, quando os valores são intuídos, o peso da estrutura como que se esbate mercê da “adjudicação” dos valores pelos indivíduos e pela sociedade, isto é, poder-se-á dizer que há como que uma transfiguração que faz com que o indivíduo, o actor, deixa de sentir o peso da estrutura e começa a pensar ser ele o verdadeiro agente em todo o processo. É neste palco no qual se degladiam os actores e as instituições, os actores e o poder político. O que torna maquiavélico este combate é, simultaneamente, o que induz e atravessa o incontornável deleite do *match point*.

A sociologia da juventude, que incorpora diferentes concepções de juventude, sugere, como se poderá entender nas páginas que se seguem, que a juventude para além de poder ser entendida como metáfora da mudança social (Hall, Austin e Willard), pode igualmente ser entendida como sintoma social. A razão para isso prende-se com o facto de se tratar de uma frase transitória e de busca de um lugar social, o que leva a que repercute com mais intensidade os problemas e as características da sociedade como um todo.

### **3.2 – A importância da Sociologia da juventude**

#### **3.2.1 – A juventude enquanto categoria de transição**

Porquê, uma sociologia da juventude? A resposta a esta questão, levanta outras tantas interrogações, como seja a da importância e emergência de tantas outras sociologias. Como tantas outras disciplinas, a sociologia surge inicialmente condensada e só começa a espartilhar-se ou a especializar-se, conforme vai sendo confrontada com novos desafios, novas perguntas para novas respostas que as sociedades vão colocando e impondo. Deste modo, as ramificações da sociologia são expressão da multidimensionalidade dos problemas sociais – e do desenvolvimento da própria disciplina. A arquitectura que está na base da emergência das várias sociologias compreende a (a)ventura do conhecimento na sua expressão científica: passar da dimensão social para a sociológica, no que contém as teorias, os conceitos e as técnicas que dela fazem, da sociologia, uma ciência em franco progresso.

A sociologia da juventude surge da necessidade de compreender um determinado estrato social, os jovens, com características específicas e num quadro em que os mesmos começaram a ser considerados um problema para as sociedades, nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, geografias que, por força da sua história e dos estudos desenvolvidos na área das ciências sociais, fazem delas pioneiras na tarefa de desbravar e interpretar o mundo em que vivemos e, no caso, o lugar e o papel dos jovens em contextos de imigração.

Enquanto categoria, a juventude caracteriza-se pelas seguintes dimensões: a idade – denominador comum (Roche e Tucker: 1997) –, o estilo de vida e a transitoriedade<sup>52</sup>. Mas, estas características não são exclusivas da juventude, pois o mesmo se pode encontrar por exemplo na adultez, porquanto também ela incorpora as três dimensões acima referidas. O que as distingue está sobretudo na importância dada pelas sociedades a cada uma delas, é o lugar e o papel que lhes é reservado. É claro que, no que diz respeito à juventude, o facto de esta categoria ser tida como transitória alberga uma especificidade que não se pode ignorar: a dimensão “transição” condiciona o espaço, as políticas e até mesmo as teses que existem em torno da juventude. Por ser uma categoria de transição, a expectativa gerada (pela sociedade e pelos mais velhos) condiciona o seu lugar e papel. Dela, da juventude, espera-se comportamentos e atitudes de reverência face aos mais velhos que comporta a sua identidade transitória e que mais não é do que a sua situação de aprendiz – os jovens são aprendizes e como tal se devem comportar. Nesse sentido, os jovens encontram-se percorrendo um ritual de passagem, mas que não deixa igualmente de ser iniciático, visando a sua plena inserção na sociedade de que irão fazer e ser parte: deixarão de ser filhos, estudantes, aprendizes enfim, para passarem a ser pais, trabalhadores, adultos, responsáveis por si próprios, pela família (Pais: 2001; Guerreiro et al: 2004<sup>53</sup>) que entretanto constroem e, *ipso facto*, pela sociedade<sup>54</sup> – de assinalar, a este

---

<sup>52</sup> O sexo (género), enquanto categoria distintiva (que discrimina homens e mulheres) e os grupos sócio-profissionais (que enunciam as diferentes funções e os diferentes status), a juventude caracteriza-se pela sua essência transitória (Linhart: 1990, 10). A propósito da transição da juventude para a adultez, v. Corijn et al (2001) que apresentam um estudo sobre e relativo à Europa, mais propriamente a dez países europeus.

<sup>53</sup> Entre os inúmeros trabalhos sobre a problemática das transições dos jovens, o destaque vai para estes que abordam a relação entre as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa e a/na transição da juventude para a adultez cujo epicentro é a precariedade – não mais uma linearidade na transição, mas sim uma transição cuja trajectória é rotulada, por Machado Pais, como yô-yô.

<sup>54</sup> No passado, a adultez no masculino ocorria quando o jovem “macho” substituíu o pai na estrutura familiar, enquanto as raparigas se tornavam adultas por via do casamento (Saraceno: 1997, 29).

propósito, que não será casual o facto de que quando se fala de rituais iniciáticos e de transição, os mesmos se encontram afectos aos adolescentes/ jovens, o que vem reforçar a tese de transição associada à juventude. Esta situação de não-ser, atrás referida, simboliza a precariedade que se lhe molda, com que a juventude é entendida e vista. Mas é esta precariedade que lhe dá espaço para a arbitrariedade, para o inesperado, para a inovação. Deste modo, os epítetos que lhe estão associados, as suas marcas distintivas, provam precisamente a sua condição que é a de um ser errante, contraditório, inacabado, talvez por isso em construção: a rebeldia, a indisciplina, a irreverência, a insubmissão, o desassombro, o espírito de aventura, a irresponsabilidade, mas também a paixão, a imaginação e a espontaneidade (Thevenot: 1986, 29) são algumas das características que lhe estão associadas.

Comte já dizia, a propósito dos três estados de evolução das sociedades e do espírito humano que os mesmos se podiam comparar à dos indivíduos, quando associa o segundo estado, o intermédio, como sendo um estado de transição, comparável ao dos jovens. No entanto, para Comte este estado intermédio não era importante, significativo, exactamente por ser transitório (o definitivo era o terceiro, o estado positivo ou a adultez). A pouca importância atribuída por este autor, ao segundo estado, significará uma secundarização da juventude que a sociologia desconstrói e exponencia. De igual modo, no séc. XVIII, o suíço Isaak Iselin, uma proeminente figura do iluminismo, estabelece uma teoria onde estabelece o paralelismo entre os estádios de vida individual e o colectivo, a que correspondem características no plano psicológico e individual, a saber:

“Childhood    sensuousness    savagery  
Adolescence    imagination    barbarism  
Adulthood    reason    civilisation”<sup>55</sup>

A barbárie que Iselin associa à adolescência e à juventude, explica de alguma forma a associação que, ainda hoje, se estabelece entre a adolescência/juventude e a delinquência. Quer isto dizer que a juventude é uma construção, uma construção feita pelos cientistas (sociais) que concatena as diferentes juventudes existentes um pouco por todo o lado (pois para além de não se poder falar da existência de uma juventude por existir uma pluralidade de juventudes em uma só geografia, as sociedades, elas próprias,

---

<sup>55</sup> Jahoda:1999, 133.



definem e promovem as suas juventudes) e conceptualiza a juventude como fenómeno sociológico. Mas é também uma construção cujas caracterizações são senso-comunizadas (uma vez mais Boaventura de Sousa Santos), sendo por esta via que a referida construção ganha foro de cidadania.

A importância da sociologia da juventude encontra-se precisamente na mapeação desta categoria como fenómeno sociológico, enquanto categoria com uma identidade específica, franqueando a porta aos jovens enquanto sujeitos cognoscentes. Mas se de sujeitos cognoscentes se trata, parece haver alguma contradição e ambiguidade em torno desta categoria: porque razão é a transição<sup>56</sup> tão prolongada se é ao longo desse mesmo período que os indivíduos cumprem o seu ritual de transição e também de iniciação, e é ao longo (entenda-se durante) dos anos convencionados que os jovens adquirem a capacidade de votar, em que começam a trabalhar, constituem família? Fará sentido falar-se de juventude enquanto transição ou esta transitoriedade é uma baliza institucional que visa controlar e enquadrar um extracto da população? Se o ciclo de transição é bem maior do que aquele que é normalmente consignado, entenda-se “institucionalizado”, a juventude entendida enquanto categoria de transição é um instrumento de legitimação das políticas de juventude sobretudo no que diz respeito ao controle deste segmento da população. E a importância desta categoria é óbvia quando se a associa ao futuro, pois fica claro ser sua responsabilidade o presente e o futuro de todos os outros segmentos da população, isto é, da sociedade propriamente dita. Deste modo se compreende a cada vez maior importância dada à juventude, por ser ela a força de trabalho que vai render a geração mais velha – ainda que Kett (1977: 3) refira que os anos 70 do séc. XX, no caso dos EUA, os jovens eram mais consumidores que produtores<sup>57</sup>, situação contrária ao que se passa actualmente nos países ocidentais onde há cada vez mais velhos e, por conseguinte, menos jovens, e estes se batem contra o desemprego e a precariedade no trabalho – essencialmente por ter o ônus da reprodução dos indivíduos e da sociedade.

Num mundo em permanente mudança, as aspirações dos jovens e os problemas que eles enfrentam colidem, não poucas vezes, o que atesta, de algum modo, a transversalidade

---

<sup>56</sup> Esta transitoriedade que lhe está associada não é específica da sociologia. A psicologia será a disciplina que cedo definiu e caracterizou esta categoria segundo este parâmetro – a este propósito ver, por exemplo, Spranger (1965).

<sup>57</sup> “Indirectly, young people sustain a wide range of service occupations: teachers, guidance counselors, adolescent psychologist, market research, analysts, printers, clothiers, disk jockeys, even policemen and judges” (Kett: 1977, 3).

desta categoria. A família, a educação e o emprego são os três domínios que sustentam toda e qualquer abordagem sobre a juventude – o papel da família, considerado fundamental, é cada vez menor nas sociedades modernas; o acesso à escola, à educação, à instrução, cada vez mais massificado e especializado, tem um efeito perturbador porque os jovens não encontram espaço para potenciarem o aprendido porque o desemprego é uma penosa realidade, desestruturante para eles e para o tecido social. Enquanto transição para a vida activa, o discurso encantatório que inicialmente se construiu em torno da juventude carece de actualização face à emergência de novos desafios, novos dilemas e de novas reconfigurações juvenis. Mas é também considerada transitória, uma transição cada vez mais prolongada, mercê de uma maior dependência dos jovens em termos temporais face às dificuldades económicas que fazem com que o mercado de emprego condicione a independência dos jovens (Cavalli: 2008). Aqui se pode aferir da relação estabelecida entre transitoriedade e dependência, o que pode sugerir que será esta a razão por que somente esta categoria se encontre associada à transitoriedade – o mesmo não se passa com a infância e com a adultez, fases de vida com diferentes características.

No seu trabalho sobre a transição dos jovens para a adultez, Shanahan (2000) dá conta de vários trabalhos de investigação e abordagens sobre a temática e, como consequência disso, conclui da variabilidade na transição para a adultez, isto é, do facto de a referida transição não ser igual em todas as sociedades e de a mesma ser cada vez menos previsível e mais precária. De entre essa variabilidade, o autor sublinha a importância das análises em cujas abordagens figurem os vários momentos de individualização por que passam os jovens – a história de vida dos jovens associada ou sustentada pelo veículo das mudanças estruturais, nomeadamente as sócio-económicas. Entretanto, o trabalho de Arnett (1997) sobre a transição para a adultez tal como é vista pelos jovens norte-americanos, oferece uma nova perspectiva pois dá voz aos jovens, eles próprios, no concernente a esta temática. Assumir responsabilidades e a consequência das suas acções, decidir em função das suas crenças e valores (independentemente dos seus pais e de outras influências) e o estabelecimento de relações com os pais em pé de igualdade (como um adulto), correspondem aos referidos critérios tidos como mais importantes. É assim que, os critérios considerados mais importantes neste estudo são a intangibilidade, a gradualidade, o factor psicológico e o individualista, sendo esta última a principal característica na transição para a adultez – a independência e a igualdade no que tange à independência financeira e o não viverem com os pais, são as dimensões destacadas.

A verdade é que a palavra transição, o seu entendimento, denuncia um problema, um conflito. No concernente à juventude, a transição acaba por ser entendida se não como um problema e/ou como uma problemática, no mínimo como uma mudança cujos contornos se desconhece e que Bachman et al (1997: 8) referem como sendo um momento crítico caracterizado pelo aumento de expectativas e de busca de oportunidades. No entanto e no capítulo juventude, não se deverá falar de transição no singular e tão-pouco como se a mesma não sofresse evoluções. E isto é tão verdade que, por exemplo, o facto de já se falar de pós-adolescência ou de jovens-adultos, aquilo a que se pode chamar micro e macro transições (Scabini et al: 2006), é revelador de que se trata de uma transição com uma marca cada vez mais individual(izada)<sup>58</sup> o que ilustra a evolução não somente do fenómeno como da sua conceptualização.

Mas, em última análise, resulta que qualquer que seja a abordagem feita em torno da juventude enquanto categoria de transição, a conclusão é a mesma: a acção do indivíduo, do jovem, é e está condicionada pela estrutura, qualquer que ela seja e, nessa medida, o peso da estrutura é, aí, determinante. A questão que se colocará é se haverá, restará alguma margem de manobra? E, nesta medida, quem, afinal são os jovens?

### **3.2.2 – Sobre o conceito de juventude – “Muito jovem para... muito velho para...!”: entre o ser e o estar jovem!**

Featherstone e Wernick começam o seu trabalho (1995: 1) citando Heidegger que diz “we are born dying”, remetendo o leitor para o incontornável declínio do corpo. Ora bem, se a infância é apresentada como um tempo de nascimento e a velhice está associada à morte, nesta perspectiva faz sentido que a juventude seja entendida e associada ao denominador comum que associa a beleza ao dinamismo, este à força, ao apogeu, precisamente por ser um período em que o indivíduo se encontra, em termos físicos, no seu momento alto e em que se não fala de decrepitude. No que parece um paradoxo, eis que a (fase de) transição alberga a “fórmula” que dá lugar ao “definhamento”: a adulez e a velhice.

Proibida de falar enquanto agente moral e político, a juventude tornou-se numa categoria vazia, habitada por desejos, fantasias e interesses do mundo dos adultos (Epstein: 1998, 24). Esta definição e simultaneamente caracterização da juventude expressa,

---

<sup>58</sup> Esta marca individual(izada) depende, em grande medida, da(s) família(s) de origem (Scabini et al: 2006).

também ela, a transitoriedade desta categoria que se manifesta pelo “desejo” de ser o que se não é mas que se sabe se virá a ser. Mais, explora o facto de esta categorização ser uma projecção do mundo adulto – será, talvez, uma forma de sublimar as aspirações dos adultos – sem considerar as dificuldades de circunscrever a categoria “juventude” e, por isso, caindo na tentação da generalização (Pugeault-Cicchelli et al: 2004). Para já, importa estabelecer a diferença entre adolescência e juventude, “where the study of adolescence generally concentrates on how bodies and minds are shaped for adult futures, the study of youth emphasizes instead the here-and now of young people’s experience, the social and cultural practices through which they shape their worlds” (Bucholtz; 2002, 532), de onde se pode compreender quão importante se tornou e é a investigação sobre a juventude.

Segundo os dados do “Relatório Mundial sobre a Juventude de 2005: os jovens hoje e em 2015” que cobre indivíduos entre os 15 e os 24 anos, são mais de 200 milhões os jovens que vivem na pobreza, são 130 milhões os analfabetos, 88 milhões estão/são desempregados (cuja taxa é mais elevada na Ásia Ocidental, Norte de África e África subsahariana) e 10 milhões vivem com o HIV- SIDA. São números alarmantes que porventura pecarão por defeito e não por excesso, razão mais do que suficiente para que esta categoria não seja objecto de políticas de juventude alcandoradas em estereótipos negativos. No mesmo Relatório, pode ler-se ainda que os jovens são uma força positiva para o desenvolvimento, a paz e a democracia, e de entre as recomendações feitas para a promoção de uma cultura da juventude, destaque-se a importância da participação dos jovens nas tomadas de decisões como uma das alavancas para a promoção desta categoria e, para isso, é necessário intensificar os investimentos nos jovens com vista à implementação do “Programa de Acção para a Juventude” e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). E qual a importância da juventude no contexto global? É que à juventude, enquanto categoria, é-lhe inerente uma situação que faz dela um repositório, um laboratório experimental de políticas sociais, culturais, económicas e outras, para as gerações vindouras. Não é por acaso que comumente se diz que o futuro está alcandorado na juventude.

A propósito do que chama inventário e classificação relativos a esta categoria, Mager (1986: 43) questiona as balizas que permitem, ou não, considerar a juventude como grupo ou categoria social, perguntado-se sobre “quais são os critérios objectivos que permitem substituir à noção vaga do senso-comum um objecto bem delimitado, teoricamente fundamentado” ou se qualquer tentativa de definição estará condenada ao fracasso? Mais ainda, avança com a possibilidade de renúncia a toda e qualquer definição

sugerindo tomar como objecto as diferentes conjunturas históricas onde a questão da juventude, “classe de idade mobilizada”, se coloque.

Está visto que a distinção entre categoria e grupo impõe-se, neste momento, por força da confusão muitas vezes estabelecida entre estes dois conceitos. Ora, enquanto em um grupo se considera a pertença comum e sobretudo a coesão, a categoria não contempla a coesão mas sim a dispersão, desde logo por não contemplar o factor normativo e coercitivo – uma internalidade que é específica, ao grupo, e que não se assiste, não é comum na categoria (numa perspectiva filosófica, a categoria será mais uma estética enquanto o grupo será de dimensão ontológica)<sup>59</sup>. Numa categoria podem encontrar-se grupos vários, diferentes classes sociais – a categoria não exclui, à partida, mesmo por ser uma construção social – enquanto o grupo compreende uma selecção que parte dos próprios indivíduos<sup>60</sup> ou, como refere James (1997: 3,4) a propósito das crianças, enquanto variável da análise social a juventude não pode estar separada de outras variáveis como as de classe e género, entre outras tantas. Mas quais são os elementos constitutivos de “tornar-se jovem”, “ser jovem” e “deixar de o ser” (Mauger: op. cit. 46)?

Como categoria socialmente construída, da juventude se pode fazer uma cronologia – entenda-se, uma abordagem histórico-sociológica. Esta abordagem dá conta não somente da construção do conceito e da categoria, mas também da sua evolução que, como não podia deixar de ser, carrega consigo perspectivas diversas. Como categoria social, construída, a juventude é mais do que a pertença a uma faixa etária, determinada, o mesmo podendo aplicar-se a outras categorias como a infância, a adultez e a velhice<sup>61</sup>. Mas se é verdade que a idade não define esta categoria (é um facto que a geografia mas também as condições políticas, económicas e sociais explicam-no), não é menos verdade que

---

<sup>59</sup> Criticando o estruturalismo-funcional, Sheila Allen (1968, cit. em Wallace et al: 1998, 33) defende que a juventude não deve ser vista e entendida como uma categoria universal, mas como um grupo dividido por sexo, raça e classe.

<sup>60</sup> Para Merton (1968: 385), “as *categorias* sociais são agregados de situações sociais, cujos ocupantes não estão em interacção social. Têm características *semelhantes* – de sexo, idade, estado civil, rendimento etc. –, mas não são necessariamente orientadas em relação a um corpo de normas distintivo e *comum*. Tendo status iguais, e conseqüentemente interesses e valores *semelhantes*, as categorias sociais podem ser mobilizadas para ingressar em colectividades ou em grupos. Quando funcionam como grupos, os membros da mesma categoria social podem ser considerados como *grupos de pares* ou companhias de iguais (embora o uso tenha limitado o termo de *grupos de pares* aos grupos cujos membros sejam da mesma idade)”. O sublinhado é do autor.

<sup>61</sup> Para Fornäs, a juventude é uma fase de desenvolvimento fisiológico e também a fase psicológica que se estende entre a adolescência e a pós-adolescência (Fornäs: 1995, 3).

enquanto representação simbólica (que traduz e expressa comportamentos e atitudes associados a um extracto populacional) esta, por si só, também não permite a definição, de *per si*, do conceito de juventude, sem esquecer que a mesma não comporta o modo ou a representação que a juventude tem e faz de si própria – como refere Sedas Nunes (1998), trata-se de uma versão hiper-simplificada do *ser juvenil*<sup>62</sup> e, por conseguinte, estereotipizada. Uma das controvérsias em torno da problemática juventude encontra-se, precisamente, nestas duas aparentemente diferentes abordagens. Aparentemente por ser consensual que, quando se fala de juventude, ser incontornável o registo etário<sup>63</sup> ou demográfico, o registo de uma faixa etária que a sociologia definiu como sendo o dos indivíduos entre os 15 e os 29 anos (tal é o caso de Portugal), a ONU entre os 15 e os 24, a UNESCO entre os 14 e os 25 e o estado angolano entre os 15 e os 35 anos – ainda que as balizas sejam móveis, é forçoso admitir que o espaço que medeia os 10-12 anos e os 30 é, em todas as culturas e geografias, aquele que é considerado o período da iniciação ao ingresso propriamente dito na idade adulta, a fase da responsabilidade (países há, como o Brasil, onde a juventude se inscreve na faixa entre os 16 os 24 anos ou outros há, como a Serra Leoa, onde a faixa etária que compreende esta categoria se situa entre os 16 e os 35 anos e o Quênia entre os 18 e os 35 anos).

Assim, se o marco etário é o eixo central que permite que, a nível do senso comum, todos entendam que quando se fala de jovens e de juventude se esteja a falar de pessoas pertencentes a uma determinada faixa etária<sup>64</sup>, ainda que variável, que compartilha crenças, valores, símbolos, normas e práticas que podem ser próprios ou inerentes, ou ainda derivados ou assimilados (Pais, 1990), e Hopkins (2010: 2), citando Rachel Pain, refere ainda que se pode definir a idade tendo em atenção a idade cronológica (o número de anos que uma pessoa já viveu), a física (diz respeito à aparência e ao seu estado de saúde) e a social (no concernente aos valores sociais, atitudes e crenças). A juventude é

---

<sup>62</sup> O sublinhado é do autor.

<sup>63</sup> Como refere Macnicol (2006: 4) que chama a atenção para a distinção entre “ageismo” (nas relações sociais e atitudes) e “discriminação etária” (no emprego), “age distinctions, age stratifications, age judgements and *age-appropriate behaviours* are subtly woven into our patterns of thinking, as a way of making sense of the world”. O sublinhado é do autor.

<sup>64</sup> Mas este elemento aglutinador choca com a modernidade (pós-modernidade) que tem nos países ricos indivíduos cada vez mais velhos (na idade) e jovens na aparência e nos comportamentos para quem o recurso à cirurgia plástica ou os integra na categoria juventude ou vai fazer com que emerja uma nova categoria. Se por um lado a idade tem cada vez menos peso na definição de juventude, por outro ela continua a ser a baliza que permite defini-la (a juventude).

ainda vista como a idade perigosa (Dean: 1997), a idade de todas as certezas (assim se vêem muitos jovens ou, melhor dizendo, assim são vistos os jovens pelos adultos) ou a idade da ilusão, dirão os mais velhos – em última análise, “o problema que se coloca quando se discute a questão da juventude é conhecer-se onde os desejos (ou determinações) da sociedade sobre as idades se articulam (Keil: 2004, 22). Para Stuart Hall (1998), a idade é um elemento importante porquanto factor diferenciador entre os mais velhos e os jovens e a juventude surge como metáfora da mudança social (Hall)<sup>65</sup> e Austin (1998), enquanto para Phillip Mizen<sup>66</sup> (2002) a idade separa os jovens das suas famílias de forma arbitrária – este autor critica a perspectiva ortodoxa dos estudos da juventude (crítica esta extensiva ao estrutural-funcionalismo) por esta ser vista como transição para a vida adulta, isto é, da infância para o mercado de trabalho<sup>67</sup>, crítica a que também alude Cohen quando fala deste período caracterizado por Parsons e Manheim como sendo de “irresponsabilidade estruturada”, naquilo a que Cohen (1997: 186-7) chama período de moratória<sup>68</sup> que se encontra compreendido entre a infância e a adultez e que ainda que bizarro ou desviante “their behaviour may appear, their function is essentially adaptive”. Sobre a juventude, diz Deschavanne (2004: 9 e 11) ser a “idade dos possíveis” e uma categoria antropológica que só existe na sua relação com a adultez.

Para além de biológico e, segundo Cohen, bio-político (cit. em Hollands: 1990, 4), a idade é um fenómeno social (Schmidt: 2001, 184) e o que parece faltar ao senso comum é estoutro registo: o sócio-cultural. Mas ao senso comum falta sobretudo a compreensão da juventude enquanto categoria sociológica que congrega não somente os limites etários que não são nem naturais nem objectivos, como «também, e principalmente, (...)

---

<sup>65</sup>Stuart Hall (1998) parte do pós-guerra britânico e defende que os jovens encontravam-se a 100% no novo mundo, ao contrário dos mais velhos, o que fez deles a vanguarda da mudança social. V., a propósito da relação juventude/ mudança social, Galland (1996).

<sup>66</sup> Mizen também entende a existência da juventude enquanto construção política – importância da idade para a gestão política das relações sociais bem como na mudança da forma do estado capitalista.

<sup>67</sup> Diz Mizen que “the argument presented here is that youth’s continuing significance to the development of capitalist social relations derives from the importance of age to the political management of social relations and to the changing form of capitalis state.” (Mizen: 2002, 6)

<sup>68</sup> O “período de moratória” é uma expressão de Erikson (1979: 233 e 235). Segundo Roberts, alguns escritores, sobretudo alemães, “have argued that prolonged transitions create a “moratorium” during which young people can escape from the old determinants of their life chances such as gender, social class origins, and achievements in secondary scholl. (...) In other words, from youth and young adulthood onwards active individualization is supposed to become the norm, and this is equated with young people escaping from former structural constraints” (Roberts: 1995, 116).

representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas» (Groppo: 2003, 8) ou, como refere Pais, “quando aparece referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas: uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo (Pais: 1990, 146)<sup>69</sup> .

Para Gokalp (1981: 3), a vida activa dos jovens começa cada vez mais tarde pois estes não passam directamente da infância para a vida activa, isto é, profissional – o período de formação constitui um novo momento, uma nova “idade de vida” em que se colocam aos jovens um certo número de questões cujas respostas supõem escolhas (de uma profissão, de um lugar para viver, de um companheiro/a) a que a autora chama a idade das escolhas, enquanto Cavalli (1996) refere que o prolongamento da fase da juventude no ciclo de vida a que chama idade do ouro, pode ser observado em todas as sociedades europeias, sendo a razão primeira a escolaridade obrigatória<sup>70</sup>, na medida em que a escolarização contribuiu para instituir a infância e a juventude como categorias definidas essencialmente pela idade (Blöss: 1994, 257) – o sistema escolar estrutura a aprendizagem em função das idades, definição de juventude que se impõe a partir dos anos 40 (séc. XX), nos EUA (Cicchelli, Galland: 2008, 6). É mercê desta transformação na valorização das idades da vida que Dirn fala da “ambiguidade dos jovens” durante a qual os indivíduos devem adquirir uma posição que não é determinada automaticamente pela escola – hoje os adultos querem parecer jovens sem contudo renunciarem às responsabilidades e vantagens da sua idade de que resulta uma negação da diferença entre jovens e adultos que fragiliza a identificação social dos jovens (Dirn: 1991, 50), e Blöss (1994) refere o valor da idade como instrumento de conhecimento e de reconhecimento social da juventude.

Essa plural abordagem em torno do conceito de juventude remete para estoutra que, repensando a questão da juventude, chama a atenção para a necessidade de novas abordagens, para a importância da actualização das abordagens tendo em conta os novos tempos e, com eles, as novas configurações sociais e sucedâneas, contrariando as

---

<sup>69</sup> Para este autor, “o reconhecimento sociológico da associação de determinadas idades a determinadas fases de vida é uma descoberta que envolve a nem sempre escorregia convergência de factores de natureza institucional e cultural”. (Pais: 1990, 147).

<sup>70</sup> Mas esta escolaridade obrigatória, este aumento do número de anos na escola que é entendido como uma mudança positiva, não deixa de conter estoutro que é o aumento da dependência dos jovens, em número de anos – o momento em que o jovem acede ao mercado de emprego dá-se cada vez mais tardiamente.



biológicas, etológicas e historicistas (Cohen: 1997)<sup>71</sup>. E estes múltiplos modos de abordar a juventude acabam por ser expressão das múltiplas facetas de como os jovens vivem, sentem, são – entre qualidades, problemas e aspirações.

Os trabalhos de Olivier de Galland, de Philippe Ariès (estes considerados os pioneiros da sociologia da juventude) e também os de Levi e Schmitt são alguns exemplos de abordagens que fazem o histórico da emergência e evolução da juventude<sup>72</sup>. A trajectória, o historial da emergência da juventude para além da referência aos contextos económicos, sociais, culturais, políticos e, naturalmente, geográficos, destaca a vertente classista, a demográfica e o ensino como indicadores desse movimento. É claro que há balizas temporais incontornáveis, como são o caso da revolução industrial e a década de 60 do séc. XX.

Entre a exaltação dos jovens enquanto agentes da mudança e o serem problemáticos, é entre estes eixos que esta categoria social é construída – o curioso é que se mantêm, na actualidade, estes mesmos eixos que vêm do séc. XVII-XVIII e que começam por ser atributos da aristocracia, passam para a burguesia até se terem finalmente democratizado. Johanna Win e Rob White (1997) defendem que a juventude é um conceito relacional que tem a adulez como eixo gravitacional<sup>73</sup> – a juventude é um conceito relativo e só faz sentido quando em contraste com outros grupos de idade – e, apesar de partilharem a idade, as condições sociais, económicas e culturais, elas são distintas, tese que vai de encontro à de Machado Pais. Se as condições históricas, sociais, políticas, culturais e económicas estão na base da emergência da juventude, outro tanto se pode dizer sobre a existência de juventudes, no plural – pois esta não é uma entidade homogénea. A este propósito destaque-se, entre outros, os trabalhos de Chamboredon

---

<sup>71</sup> “Young people did not constitute a unitary social category, even though “youth” might be constructed as a singular site of state intervention or moral discourse. (...) Youth is simultaneously constituted as a place and time of marginality and powerlessness *and* as the bearer of a whole series of special symbolic powers. As a legal subject-form within a patriarchal order youth is a category of disqualification, a mere locus of lacks. But as a commodity form, manufactured by the consciousness industries, youth is a veritable cornucopia of desirable properties”. O sublinhado é do autor. (Cohen: 1997, 223-225)

<sup>72</sup> Destaque-se, igualmente, os trabalhos de Crubellier (1979) e de Gillis (1981).

<sup>73</sup> Os autores sugerem que a ênfase na juventude enquanto processo social (em vez e tão somente da idade), oferece a oportunidade para compreender os diferentes grupos sociais de jovens, defendendo igualmente que, mais do que falar de uma categoria, importa falar das relações entre grupos específicos de jovens e instituições.

(1966, cit. in Dubet, 1996: 23), Thévenot (1979), Bourdieu (2003) e Machado Pais<sup>74</sup>, sendo que este último (autor) sublinha a juventude no contexto da sociologia da vida quotidiana e afirma que a consistência social da noção de juventude se deve ao prolongamento dos tempos de passagem entre a infância e a idade adulta (Pais, 1990: 148), tempo este que já foi dividido em duas etapas, a adolescência e a juventude (Stanley Hall e Erikson consideraram a juventude como fase caracterizada pela socialização dos indivíduos para a idade adulta), sendo que hoje a adolescência foi absorvida pela juventude, muito devido ao prolongamento da vida escolar (Coleman: 1985), enquanto para Kett (1977) o conceito de adolescência deve-se a forças sociais de que é devedora a demografia e as condições industriais do fim do sé. XIX.

A adolescência, num passado não muito longínquo, foi fase e período (oficialmente) reconhecido como real e considerado como problemático, enquanto a juventude não passava literalmente de uma palavra. Problemático porventura por ser um período de mudanças que se traduzem em um ganho de autonomia para o adolescente/jovem, em que o poder parental se não se reduz, se vai alterando, e em que o “individualismo e a individualização” vão ganhando terreno (Singly: 2006, 12). Assim e segundo este mesmo autor, o fim da infância manifesta-se na “non-coïncidence entre le nous familial et le nous générationnel” (Ibd, 17), razão porque Galland (1991: 39) lhe chama um “segundo nascimento” – os indivíduos passam de um estado “primitivo”, da infância, a um outro “civilizacional” e “racional” que é a “adulter”. Com a emergência da juventude, a adolescência é-lhe confiada – o tempo em que se é adolescente foi reduzido e a juventude ganhou espaço, de tal forma que a própria literatura sobre a adolescência e os adolescentes foi cedendo espaço e a juventude ganhou um estatuto próprio, qual carta de alforria<sup>75</sup>.

Se entendida a adolescência e a juventude como problemas, dir-se-ia que os problemas da adolescência foram transferidos para a juventude. Estas balizas classificatórias dos indivíduos que antecedem a adulter – infância, puberdade, adolescência, juventude (esta última estará entre os dois mundos, o da infância e o da adulter) – e que se foram e vêm alterando, atestam o longo período probatório, de gestação

---

<sup>74</sup> Machado Pais, justamente considerado em Portugal o pai da juventude, tem uma obra considerável nesta área – a sociologia da juventude – que será, sempre que se justifique, referida neste trabalho.

<sup>75</sup> Refere Bucholtz (2002) que enquanto a juventude é tida como uma categoria flexível e contestável, a adolescência é universal (numa perspectiva biológica e social). Por isso a antropologia da adolescência considera o desenvolvimento e a mudança em dois níveis, o individual e o cultural.

de um sujeito, de uma entidade cuja formulação caminha de braço dado com as mudanças políticas, sociais, económicas e culturais. Atestam, igualmente, a estereotipização de que é alvo esta categoria cujo retrato, pouco abonatório, congrega, entre outros, a associação à violência, às atitudes anti-sociais, ao conflito com os pais e adultos de um modo geral tidos como figuras de autoridade, ao consumo de álcool e de drogas, à gravidez precoce, enfim, ao desregramento.

Como observado, esta periodização e classificação foi reduzida, porventura uma consequência do facto de as crianças, elas próprias, serem cada vez mais sujeitos. E essa periodização é, também, uma das marcas distintivas da juventude enquanto construção social e cultural (Levi e Schmitt), precisamente pelos seus alinhamentos e evoluções – veja-se o caso da identificação das sete idades de vida referida por Ariès (1988: 41)<sup>76</sup>, em pleno séc. XVI: a infância, até aos sete anos; a *pueritia* até aos catorze; a adolescência que, segundo Constantino termina aos vinte e um anos enquanto para Isidoro esta termina aos vinte e oito; a juventude que, ainda segundo Isidoro, se prolonga até aos quarenta e cinco anos; a *senectude* sucede-lhe (à juventude) e antecede a velhice que pode ser mais ou menos prolongada. Atente-se ainda na caracterização de Kett (1977: 12) que chama “a nebulosa linguagem da idade” à panóplia de alinhamentos e categorizações que a infância e a juventude “sofreram” ao longo do tempo e que contemplam “a specific range of youth” no que diz respeito à distinção entre grupos de idade. O que se verifica é que esta matéria relativa à idade consagra, a par da dependência/independência dos indivíduos, a proibição e a permissão de agir (ou não) no que se convencionou considerar, ou não, adequado. De entre os critérios jurídico-administrativos (Mauger: 1986, 53) – em contraposição com os chamados naturais, a saber a idade, o sexo, a etnia –, destaque-se trabalhar, votar, casar, no caso das mulheres o serem chamadas “meninas” toda a vida (a “tia” que nunca casou e daí ter a categoria de menoridade, de sub-adulto, na expressão de Helson)<sup>77</sup>, ter experiências sexuais, dormir fora de casa, ter hora de chegada a casa, cumprir serviço militar, ser preso, são alguns dos inúmeros exemplos que cobrem a categorização e a construção da infância, da juventude, da adultez, da velhice – das idades de grupo – no que Neugarten e Bessin chamam “police des âges” (cit. em Helson: 2009, 21) e que, também elas, passam pela idade.

---

<sup>76</sup> Esta periodização, referida por Ariès, é retirada do livro “Le grand propriétaire de toutes les choses”.

<sup>77</sup> Assim foi, pelo menos em Portugal e também em Angola, até à década de 70 do séc. passado. Actualmente, em Angola, tia e tio é uma expressão também usada nos centros urbanos e que, de alguma forma, vem substituir a de “camarada”.

A estrutura e orgânica das sociedades por via das normas<sup>78</sup> e convenções estarão na base da necessidade da categorização dos indivíduos, em nome da reprodução e “harmonia social” e talvez esta seja umas das explicações para que a família ganhe particular importância no concerto da socialização. O que é a socialização senão a adequação, a conformidade de os indivíduos agirem segundo o estabelecido?

É claro que se pode sempre questionar, ainda antes do conceito de juventude, o de emergência (o da sua emergência). Será que a juventude só começa a existir, só “emerge” no momento em que os indivíduos dela se dão conta – não é a juventude um fenómeno universal e intemporal<sup>79</sup>? Mas é claro que o “dar conta” também não pode ser tomado levemente, como se se tratasse de um caso fortuito. O que está por detrás da “emergência” prende-se necessariamente com factores de ordem social, cultural, política e económica e que faz, deste, um fenómeno social total. Sempre se pode apresentar a questão de outro modo: será que é o discurso sobre a juventude que lhe dá existência institucional, académica? Parece claro ser, esta última asserção, aquela que tem consistência e permite que se fale da juventude enquanto facto sociológico.

De facto social a sociológico, é este o desiderato que está na base da “emergência” da juventude, desiderato a que não é alheio o desenvolvimento das ciências sociais, mormente da sociologia. Para Manning e Truzzi, citando Erikson, a juventude “is then judged on the basis of what it is not and will never be, or not quite yet, or is not anymore” (Manning et al, 1972: 3), e o que esta citação traduz é uma permanente expectativa expressa no futuro e o defraudar da mesma de que o passado é testemunha. Fenómeno universal e biológico por excelência (definido em termos culturais), para estes autores, Manning e Truzzi, e no que parece um truísmo, a idade está reflectida na juventude.

Se, para Ariès, a infância e a adolescência são produtos da emergência da sociedade burguesa (tese, aliás, ultrapassada), para Galland a emergência da juventude remete para a sociologia da família e da infância, estando associada à educação, tese que, segundo o mesmo autor, tem a sua paternidade em Durkheim<sup>80</sup>. E se Durkheim é a referência francesa, Margaret Mead (1968) é a norte-americana que faz a análise da

---

<sup>78</sup> Para Robin Williams (1979), os mais importantes tipos de elementos normativos são as normas (entre obrigações, calims/desejos, expectativas e papéis) e os valores (critério de desejo/desirability). O sublinhado é do autor.

<sup>79</sup> V., a este propósito, Manning e Truzzi (1972).

<sup>80</sup> Segundo Durkheim, para que haja educação é necessário que exista uma geração de adultos e uma de jovens, sendo que a primeira exerce uma acção sobre os segundos – os adultos sobre os jovens –, (Durkheim, 1966).

personalidade social do adolescente<sup>81</sup>. É ainda Mead quem, a propósito do conflito de gerações, distingue três diferentes espécies de cultura, sendo que na pós-figurativa (existência de pelo menos três gerações) os mais novos aprendem primeiramente com os mais velhos, na co-figurativa a aprendizagem das crianças e dos jovens é feita com os seus iguais e, na pré-figurativa, são os adultos que aprendem com os mais novos – aí não parece haver propriamente um conflito de gerações, mais parecendo ser a “evolução normal” nas relações entre os indivíduos no decurso da vida e em que, as vertentes idade, experiência, papéis e estatuto se vão posicionando.

Geracional e classista, são estas as duas correntes que organizam e estruturam a sociologia da juventude<sup>82</sup>, segundo Pais (1993: 37). Enquanto a primeira diz respeito à idade<sup>83</sup>, e nela se incluem nomes como Parsons, Eisenstadt e Mannheim<sup>84</sup> (este último distingue-se dos outros por defender um maior impacto por parte dos jovens na mudança social o que porventura explicará um confronto entre jovens e adultos) – no quadro mais amplo das teorias estruturo-funcionalistas, a segunda debruça-se sobre as classes em que os indivíduos se integram, dizendo por conseguinte respeito às suas pertenças de classe. Apesar do enfoque dado à corrente classista mercê do facto de esta remeter de forma clara e explícita para a existência de múltiplas juventudes, a corrente geracional não deixa de conter, no seu enunciado, a juventude entendida no plural – o facto de se falar por exemplo de valores (de geração) não significa que não seja possível falar-se de valores no plural porque haverá, certamente, vozes dissonantes. Significa, sim, que de entre os diferentes

---

<sup>81</sup> Relativamente ao curso de vida dos indivíduos e à evolução das ciências e dos conceitos, diz Groppo (2003) que as ciências médicas criaram a concepção de puberdade, a psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a adolescência, tendo a sociologia ficado com a de juventude. A propósito do papel dos médicos e psicólogos no discurso sobre os adolescentes e jovens, na sua edificação, v. Galland (1996).

<sup>82</sup> “Analyses of youth culture and subcultures can be summarised by dividing them into generational and structural explanations. That first analysis is concerned with the continuity/discontinuity of inter-generational values, and the second with the relationship of youth to social class, the mode of production and its consequent social relations”(Brake: 1987, 24). É também este autor que dá conta da visão da juventude, por parte de Mannheim – este apresenta a juventude como geradora de/a mudança –, contrariando a função “agregadora” de Parsons, para quem a cultura juvenil funciona como um rito de passagem entre a adolescência e a adultez (Brake: 1985).

<sup>83</sup> “Conjunto de indivíduos pertencentes a uma determinada faixa etária, por força do sistema de representações, valores, atitudes e condutas que partilham face a gerações mais velhas” (Fernandes: 2001) e também com a continuidade/descontinuidade dos valores inter-geracionais (Brake: 1985).

<sup>84</sup> Mannheim (1990: 157) distingue entre “situações geracionais potenciais” e “complexos geracionais reais”, sendo estes últimos caracterizados não somente pelo destino comum como igualmente por uma cidadania activa capaz de mudar a história.

valores de uma geração haverá algo que permite identificar uma determinada geração, o que remete para a problemática identitária.

De entre as várias propostas de análise apresentadas, parece oportuno alinhar uma constatação: enquanto espaço-tempo de transição e de iniciação, os mesmos traduzem-se muito particularmente pela experiência e vivência do nunca experienciado e vivido e que passa a ser parte do quotidiano de cada um – tal é o caso da sexualidade e do trabalho – sendo, igualmente, o tempo das escolhas e das decisões – do percurso profissional (carreira), do cônjuge (família), do papel e do estatuto social, entre outros. Mas a juventude é também caracterizada por uma “sucessão de rituais de passagem (de saída e de entrada) que dão a imagem de um processo de consolidação por etapas que asseguram a definição progressiva dos papéis do adulto” ((Levi e Schmitt: 1994, 11). Irreverência, espírito de contestação, transgressão, mudança e uma dose de vulnerabilidade (esta que pode e é, não poucas vezes, aproveitada pelos poderes políticos), estes alguns dos inúmeros rótulos associados à juventude, rotulagem essa que muito se deve, por exemplo, a momentos históricos como o Maio de 68 e a movimentos artísticos como o punk que, sobretudo na música, se fizeram e fazem sentir (o rock, o hip-hop e o rap são alguns desses exemplos; no caso de Angola, o exemplo mais recente é o do kú-duro).

Não é objectivo deste trabalho o entendimento das consciências históricas dos jovens<sup>85</sup>, até porque as imagens que estes têm do passado, ainda que prisioneiras de construções culturais e ideológicas, não são sedimentadas, falta-lhes o lastro que só um país, um estado, uma sociedade organizada e estruturada segundo modelos de operacionalidade poderia ter transmitido. Trinta e cinco anos depois da independência, só agora parecem estar a ser dados passos para a criação de condições para um ensino estruturado e conseqüentemente sistemático da história de Angola, deixando desta forma o registo iconográfico em que se tem baseado. Não sendo sobre as consciências históricas, é meta deste trabalho apurar das construções culturais e ideológicas visando compreender o “modo como as jovens gerações são socializadas ou consciencializadas (...) para o entendimento dos mecanismos de reprodução da sociedade” (Pais: 1999, 3-4). As diferentes abordagens ora referidas, de entre as múltiplas abordagens possíveis do que define e caracteriza a juventude, da sua conceptualização, ilustram a singularidade da polissemia do conceito, que é singular e plural, e de cuja transversal ontologia emerge uma das mais emblemáticas categorias que a (pós)modernidade trouxe à liça. Esta “roupagem

---

<sup>85</sup> Como o faz Pais (1999).

juvenil”, alinhavada por jovens e adultos, não passa de projecções e representações sociais cerzidas ao longo das trajectórias de todos e de cada um, num universo alegórico feito de ambiguidades, contradições, alteridades e memórias. Como a própria vida. De tal modo que parece oportuno introduzir a noção de juventude, enquanto processo social, como fazem Win e White (1998: 23).

### **3.3 – A juventude: alguns casos**

A configuração da juventude, sobretudo do e no ocidente, vulgo países industrializados, é um elemento importante a considerar, sobretudo no quadro da (quase) inexistência de trabalhos académicos, de investigação científica, no continente africano. Conhecer, avaliar, comparar as diferenças e similitudes entre as diferentes juventudes, entre diferentes países e no interior dos países eles próprios (Galland et al: 1998) é também conhecer outros quadros conceptuais e analíticos que, no presente caso, constituem uma ferramenta inestimável porquanto e como referido atrás, a exiguidade de estudos nesta área no continente africano obriga a que quase nos atenhamos ao que se fez e faz no mundo. De um modo geral, o consumismo, o individualismo, o hedonismo e a preocupação com o emprego são algumas das características apontadas aos jovens mas, um pouco por todo o mundo, inúmeras são não somente as designações, os tempos (as idades), mas também as (diferentes) formas de viver a juventude (Brown et al: 2002).

“Devenir adulte aujourd’hui” (Bidart: 2006), é um livro que apresenta um retrato de diferentes sociedades, diferentes maneiras de viver a juventude e a adultez<sup>86</sup>. Ainda que se fale de uma juventude europeia, africana ou outra de um outro continente, nunca é demais salientar que este não é parte do discurso sociológico. Objectivamente, a sociologia o que faz é tratar de desconstruir estas falácias e conhecer as diferentes juventudes que existem nos diferentes continentes, em um país, em uma sociedade. É para aí que se direccionam as linhas que se seguem.

A imagem e as representações dos jovens das últimas décadas, algumas delas com base em estudos, inquéritos, apontam que os norte-americanos com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos têm pouco senso de rebeldia, uma auto-confiança excessiva e uma baixa intensidade de conflitos com os pais; no Brasil, mais propriamente em S. Paulo, apurou-se que “a geração dos 90 não quer mudar o mundo. Muito pelo contrário. Quer

---

<sup>86</sup> Os relatos que se seguem não constam do referido livro.

viver bem e com muito prazer dentro do capitalismo, respeitando a família e a propriedade. (...) a vida é um interminável videoclipe, uma mistura alucinante de dinheiro, sucesso e fama com uma pitada de romantismo e quase nenhum idealismo”<sup>87</sup>(Schmidt, 2001: 194-5). Segundo a pesquisa do projecto Juventude cujos dados foram publicados em 2004, a resposta à pergunta relativa aos valores mais importantes para uma sociedade ideal refere que 55% dos jovens brasileiros escolheu a solidariedade, 50% o respeito pelas diferenças, 46% a igualdade de oportunidades, 44% o temor a Deus e 41% a justiça social (Singer: 2005, 32-33).

Relativamente à juventude em França, que em 1986 contava cerca de 7 milhões, mais precisamente 6 842 000, entre os 18-25 anos (Linhart: 1990, 15), dela se pode dizer ser “sage”<sup>88</sup>, submissa, individualista, indiferente às coisas políticas, impermeável às ideologias. Dela também se diz ser independente, livre, determinada, preocupada com a sua autonomia (Linhart: 1990, 11). Esta caracterização da juventude francesa dá conta das alterações sociais e económicas que se foram fazendo sentir ao longo dos tempos (em França), cujo rescaldo pode encontrar-se, entre outros, nos comportamentos e atitudes dos jovens. O resultado dos inquéritos sobre os valores dos jovens dá conta, segundo os seus autores, de jovens com uma personalidade original, marcados pelo pragmatismo (eles partem de condições objectivas e não ideológicas), individualismo (buscam a preservação e a melhoria da sua sorte por via de estratégias puramente pessoais) e pela tolerância (tolerância esta que é consequência do facto de se encontrarem preocupados e concentrados na sua inserção, o que faz com que o que se passa em redor seja relegado para segundo plano, isto é, tolerância que deve ser entendida como alheamento), mercê não somente da fase da vida em que se encontram (a da inserção profissional e social) como também do contexto – muito mais do que os adultos. No presente caso e segundo os autores, é a crise económica que estará na base destes valores e comportamentos, e o desemprego um dos grandes problemas com que os jovens se confrontam(vam). Mas, os jovens europeus, de hoje, já não são uma força colectivamente mobilizada, já não são contestatários; eles são menos politizados, menos engajados nos movimentos políticos e

---

<sup>87</sup> Esta citação é de Malu Oliveira, jornalista que pesquisou 500 jovens (estudantes de escolas particulares) com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos.

<sup>88</sup> A tradução portuguesa para “sage”, contempla desde sábio (a tradução mais comum), a ajuizado, sensato, bem-comportado, obediente, dócil, gentil, sossegado, modesto e recatado. Assim sendo, preferiu-se deixar a palavra em francês porquanto, no presente caso, a qualquer um dos significados se pode aplicar). Dicionário de Francês-Português (2000), Porto Editora, 2ª edição, p.694.



sindicais, pouco críticos no concernente às ideias liberais em economia (Galland: 2008, 45). E se de jovens franceses se fala, não é despidendo referir-se algumas das conclusões de um inquérito sobre os valores dos franceses, realizado em 2008, que dão conta do seguinte: o nível de aspirações materiais dos indivíduos não depende dos seus recursos ou das suas frustrações de bens económicos, mas do diploma possuído e do seu sistema de valores relativamente ao mundo; um nível elevado de educação não é somente um instrumento que permite compreender o mundo como modifica o modo de o conceber e de se situar na relação com os outros; a educação oferece capacidades de mobilizar valores de abertura e de humanismo tornando os indivíduos mais curiosos, mais tolerantes, mais abertos o que se traduzirá em uma maior distância dos valores materialistas ingehartianos (Bréchon: 2010b, 118). A importância deste inquérito prende-se com o facto de se poder verificar que, no caso das idades “les différentes classes présentent des niveaux voisins de matérialisme, même si les personnes âgées le sont légèrement plus. Pour toutes les cohortes jusqu’à 71 ans, le matérialisme n’oscille que de 5 points. Il n’est sensiblement plus élevé que pour les générations nées avant 1936, ayant donc 72 ans et plus en 2008” (Bréchon: id, 112), dando conta de que mais do que a idade são outras variáveis (demográficas, sociais, etc.) que permitem aferir da evolução dos valores do jovens.

Estes jovens são, afinal, produto do seu tempo, que a expressão que dá título ao trabalho atesta (Youth, the “Underclass” and Social Exclusion), e que define e caracteriza a emergência e existência de uma nova juventude, no ocidente (a partir da década de 90 do século passado), como “underclass”<sup>89</sup>, com características estruturais e culturais distintas, tais como o serem anti-trabalho, anti-sociais e dependentes da assistência social e a que não serão alheios os novos contextos familiares, a criminalidade, o desemprego – por isso é uma juventude e uma nova “classe” perigosa que convoca a exclusão social e que deu o mote para teorias “underclass”, como por exemplo na Grã-Bretanha (MacDonald: 1997). Ainda sobre a Grã-Bretanha, o trabalho de Kenneth Roberts (1995) dá conta da problemática do desemprego entre os jovens e que o debate sobre o sistema educativo remete para o falhanço do ensino que é exigido para enfrentar a moderna classe económica mundial (Ibid.: 4). Mas se estas coordenadas acabam por ser comuns em diferentes espaços, outras há, como é o caso do entretenimento que igualmente se destaca na Suécia, que existem independentemente do background social (Reimer: 1995, 135).

---

<sup>89</sup> O conceito de underclass, utilizado bem antes desta associação à juventude por numerosos autores, não é de todo pacífico, ficando-se entre a marginalização (e não a marginalidade), a exclusão e o “outseiderismo” (Cfr. MacDonald: 1997).

Sem pretender cair na tradicional estereotipização de tudo e de todos, esta (aparente) anestesia dos jovens, porventura sintoma de um mundo e de um tempo de reconfiguração, de redefinição e de reconceptualização e, talvez por isso, parco de ideais e de heróis, um mundo de mudanças de que as recomposições familiares<sup>90</sup> são disso exemplo (entre divórcios, segundas famílias, famílias mono-parentais, casais gays, meios-irmãos<sup>91</sup>) em que o apelo da modernidade expresso na voracidade da vida e do tempo foi sublimado pelo *fast-food*, em que tudo (a)parece feito deixando pouco espaço à imaginação e à criatividade, tudo isso concorre para gerar uma massa amorfa de indivíduos depressivos, carentes, ensimesmados, voltados para si mesmos, cujo maior desafio é viver bem. Naquilo que parece ser um paradoxo, é (n)este individualismo que os indivíduos se realizam e valores como a justiça social e a solidariedade não deixam de fazer parte da agenda, sendo mesmo considerados particularmente importantes para os visados – como defende Singly, a crescente autonomização dos indivíduos não é sinónimo de menos sociedade, sendo, isso sim, uma forma de organização colectiva, já que o individualismo não é a-social ou defende uma abordagem estática da sociedade (Molénat: 2006, 2). A individualização, segundo Singly (2006: 12) é o direito de o indivíduo não ser definido e confinado por e em um lugar, no quadro das gerações, dos sexos ou de instituições, porque “chacun est défini comm auparavant par sa place, mais il peut également être considéré en tant qu’individu à part entière, en tant que personne. *Le processus d’individualisation exprime un refus devant la réduction identitaire*”<sup>92</sup>.

Kenneth Roberts (1995: 115) cita o estudo comparativo sobre jovens na Grã-Bretanha e na Alemanha, realizado no início de 1990 por Karen Evans e Walter Heinz [1994]), que dá conta da individualização activa e da passiva, sendo que, no caso da passiva, os jovens agem sobretudo em função das circunstâncias enquanto, no caso da activa, esta ocorre geralmente entre jovens que se encontram em uma situação relativamente privilegiada.

Mas se comparados os inquiridos supra-citados com estoutro de Camilleri e Tapia (1983), estes dão conta “de uma juventude”, francesa, que impulsiona a mudança das representações e dos meios nos planos mais sensíveis do tecido social – não será por acaso que estes autores alertam para a complexidade da atitude dos jovens, por exemplo no

---

<sup>90</sup> Sobre a família contemporânea, entre outros autores, v. Singly (2007).

<sup>91</sup> Uma expressão cara no ocidente mas que parece estar não somente a cair em desuso como, no plano institucional (pelo menos em Portugal), ter deixado de existir.

<sup>92</sup> O sublinhado é do autor.

campo social e no político. E esta complexidade é observável no plano heurístico pois o adulto contemporâneo é um indivíduo transicional, pois é menos a idade cronológica que a subjectiva que influencia os percursos de vida – o conjunto da vida adulta é feito de transições profissionais, afectivas e familiares; a noção de maturidade “s’est faite moins unanime et consensuelle”, isto é, menos objectiva que subjectiva, menos determinada pela idade que pela capacidade de “composer avec l’altérité en soi” (Helson: 22).

Em relação à Austrália, Win e White (1998) chamam à atenção para o facto de os estudos (académicos) sobre a juventude levantarem algumas questões teóricas e, sobretudo, poderem ser instrumentalizados – em última análise, a abordagem destes autores remete para a existência de juventudes, no plural, do problema das generalizações e na importância e necessidade de as academias o considerarem, alertando para o perigo de a investigação sobre a juventude ser política e sobretudo politizada. As novas (re)conceptualizações que vão surgido em torno da juventude (veja-se o caso da “choice biography” introduzida por Beck) dão conta das dinâmicas sociais emergentes e, conseqüentemente, das mudanças que a sociedade (estrutura) e a acção (agência) dos jovens vêm promovendo.

Portugal não escapa a este movimento e de entre os já numerosos estudos feitos e existentes como é o caso de “Juventude portuguesa. Situações, problemas e aspirações”, de vários autores e em 8 vols., e que é o resultado de um inquérito realizado entre 1986-7, publicado em 1989, e que abarca inúmeras dimensões da vida dos jovens – a educação e a escola, o trabalho (emprego e profissão), os jovens e o futuro, a identidade nacional e social dos jovens, entre outros. A pesquisa sobre a composição social, representações e valores dos estudantes universitários (Casanova: 1993, 50) dá conta que os inquiridos valorizavam, “por ordem decrescente de veemência a acção controlada, a pertença colectiva, o risco e a liberdade do que o abandono ao acaso, a individualidade, a estabilidade e a igualdade”.

Outro destaque vai para o inquérito de 1997 cujo resultado é apresentado em “Jovens Portugueses de Hoje”, livro que deu à estampa em 1998 e onde os perfis, a escola, o trabalho, o emprego, a sexualidade, as atitudes políticas são alguns exemplos dos temas abordados e tratados. No capítulo relativo aos “perfis sociais juvenis” e contrariando a tese da dissolução do valor da família, este estudo (também) comparativo dá conta de que o valor da família continua(va) “em alta” (este dá conta do prolongamento do processo, contrariamente ao que sucedia no passado, o que estará associado ao prolongamento das trajectórias escolares); de significativo, também, o “aumento ‘acentuado’ das habilitações

escolares da geração dos pais à geração dos inquiridos, passando pela verificação de que cresceu muito o valor percentual dos jovens que trabalha, em sacrifício das domésticas, até ao fluxo de mobilidade intergeracionais”, no período 1987-1997 (Nunes: 1998, 50).

### 3.4 – Jovens e estudantes

A crescente proletarização (que tem início com a revolução industrial) a que a Europa assistiu encontra-se de mãos dadas com a visão da juventude enquanto problema, uma juventude perigosa que carecia de um novo rumo. Os trabalhos de Galland (1991) e de Wallace e Kovatcheva (1998) dão conta, entre outros temas, da movimentação que aconteceu um pouco por toda a Europa sob o signo da prevenção, da moralização e da protecção. É com este pano de fundo que se dá a massificação do ensino. Relativamente a este item e mais propriamente a esta dupla, juventude e universidade, inúmeros são os trabalhos no ocidente. No continente africano, a produção ensaística dá um enfoque particular à educação e ao ensino, com particular acento ao universitário e, em torno desta, há já um número considerável de trabalhos a assinalar, muitos deles levantando questões sobre o futuro das universidades e do ensino em África<sup>93</sup>, mormente nos países dos seus autores e outro tanto avançando com ideias, perspectivas e projectos em torno da questão. Em Angola, e um pouco por todo o continente africano, a massificação do ensino – com todas as limitações que se lhe reconhece – dá-se, tão-somente, na segunda metade do séc.XX, com as independências.

Considerando que a população em Angola é maioritariamente jovem, natural é que se possa dizer que metade ou mais da população angolana frequenta a escola – ou deveria. Com mais ou menos dificuldade para ingressar no ensino mercê de questões de ordem sócio-económica, pode no entanto dizer-se que a procura é bem maior do que a oferta. Neste quadro, são os estabelecimentos de ensino, privado, aqueles que, nos últimos anos, vêm aumentando e albergando um número considerável de estudantes por razões que se prendem com o aumento da população em idade escolar, aumento esse não acompanhado pelo crescimento (proporcional) do número de estabelecimentos de ensino. Por outro lado, por muitos entenderem ser o ensino privado de melhor qualidade (e por melhor qualidade se deve entender a melhor qualificação dos professores, o menor absentismo por parte dos

---

<sup>93</sup> Veja-se, a título de exemplo, o(s) trabalho(s) desenvolvido(s) pela CODESRIA.

mesmos e as melhores condições oferecidas pela escola no concernente às estruturas físicas), estes estabelecimentos vêm gozando de grande aceitação por parte da população, não obstante as propinas que se traduzem em mensalidades cujo valor médio é o dobro do salário mínimo mensal (cerca de USD 100, o equivalente a cerca de 70 €). Ainda que possa parecer um paradoxo, é crescente não somente a procura por esses estabelecimentos de ensino (do primário ao universitário) como também do número de alunos que, anualmente, desistem de estudar por força da sua situação económica.

A evolução do sistema de ensino em Angola traduz-se no número de estudantes, no dos estabelecimentos de ensino (foram criadas, em 2009, sete universidades públicas de norte a sul do país) e no número de licenciados. Mas outros indicadores apontam para este crescimento, de que se destaca a actual prevalência da profissionalização dos indivíduos sobretudo por parte do serviço público, o que traduz mudanças na estrutura do aparelho de estado – a formação académica vem ganhando cada vez mais espaço na configuração da administração pública. É assim que, em um país de jovens, estes sentem-se pressionados pois sabem que o acesso ao emprego se torna, dia após dia mais difícil (até para aqueles que estudam), os salários são baixos, a vida é caríssima e, portanto, a solução é, ainda assim, estudar, ter um “canudo” porque, de outra forma, os jovens sabem que não terão futuro – a pressão para seguir o ensino superior está associada à crescente competição relativamente às oportunidades de obtenção de um emprego.

Se existe a consciência da importância e necessidade de estudar, de estar na escola, enquanto jovens adultos que (já) são, os estudantes universitários (objecto deste trabalho) caracterizam-se por grande heterogeneidade – alguns encontram-se em situação de autonomia financeira, de estabilização profissional, de constituição de família e outros em situação de precariedade financeira, de busca de si próprios, de grande dependência emocional e financeira.

A importância de se “estudar” os jovens estudantes universitários está precisamente no facto de estes representarem uma faixa etária, um período chamado de transição, uma fase de vida, mas, também, por neles (se) concentrarem os problemas e aspirações de uma categoria, sem esquecer as expectativas que os demais neles depositam por serem vistos, ainda que à jusante, como fiéis depositários do país (à jusante precisamente porque a filiação partidária continuar a ser um elemento importante para o reconhecimento profissional).



**PARTE II**

**Das teorias aos conceitos sociológicos**





## Capítulo I

### Singular ou plural?

#### Juventude(s): entre conflitos e identidade(s)

##### 1 – É a juventude conflituosa?

###### 1.1 – Em torno do conceito de conflito

Conflitos há muitos e a dificuldade, mais do que o reconhecimento de que se está em presença de um, ainda que o conceito se preste a enganos e derivas, será a sua natureza, as causas e consequências do mesmo. No presente caso importa a definição, em concreto, mais do que de semântica, do conceito de conflito no quadro da sociologia. São inúmeros os autores que, de uma forma ou de outra, se debruçaram sobre o conflito. De entre eles, uma referência incontornável, Marx, para quem o conflito tem a sua génese na luta de classes – o proletariado *versus* o capitalista – cuja base ideológica também conhecida por marxismo, se encontra na antítese ideias *versus* praxis. Em Weber também se pode perscrutar o conflito na velha antinomia razão *versus* “tradição”.

Julien Freund propõe a seguinte definição: “le conflit en un affrontement ou heurt intentionnel entre deux êtres ou groupes de même espèce qui manifestent les uns à l’égard des autres une intention hostile, en general à propôs d’un droit, et qui pour maintenir, affirmer ou rétablir le droit essaient de briser la résistance de l’autre, éventuellement par le recours à la violence, laquelle peut le cas échéant tendre à l’anéantissement physique de l’autre” (Freund, 1983: 65). De entre as várias explicações que Freund dá sobre o conceito, destaque-se a relativa ao objecto do conflito que é, segundo o autor, o direito, entendido como uma disposição formal e uma reivindicação de justiça – “est l’enjeu des conflits” (Ibd., 68). Apesar de apresentar o conflito sobretudo no que tem de mais bélico, Freund contemporiza mais adiante, na senda de Weber e de Simmel, quando refere que falar-se de conflito é falar-se de relação social, sendo um dos factores de mudança e de mobilidade social. Tratando-se de um fenómeno social, o conflito pode ser ambíguo mas também engendrar uma dinâmica, uma acção positiva (conflito criador), ainda que o seu contrário também seja verdadeiro, podendo ter um efeito regenerador (conflito integrador). No capítulo relativo às gradações, a transgressão surge como sendo aquela que comporta um

elemento de interdição (por via da violação da regra)<sup>94</sup>. Alain Touraine defende que “não há conflito importante sem acordo das partes em presença sobre o que está em jogo no conflito” e “um conflito só é importante, só é mesmo um autêntico conflito social na medida em que os actores visam, cada um por seu lado, gerir o campo da sua interacção” (Touraine: 1984, 85).

Na base do conflito está omnipresente o seguinte: i) o descontentamento, ii) a oposição e iii) a acção. Neste quadro, em uma sociedade, as causas de conflito podem ser inúmeras e as consequências igualmente, e a anomia surge bem colocada na linha de partida como causa geradora de conflito. A ausência e/ou o enfraquecimento das normas mais do que enunciar corporiza, ela própria, o conflito. A anomia como expressão e resultado não necessariamente de males sociais mas seguramente de mudanças, tem os ingredientes do conflito (o descontentamento, a posição e a acção). Mas o retorno do actor tal como preconizado por Touraine parece indiciar um apelo ao individualismo (Lipovetsky) na medida em que o individualismo não deixando de concatenar com outras dimensões, promove o indivíduo e, nessa medida, a sua acção sobretudo se considerado que “nada é mais redutor do que assimilar a neo-individualidade narcisista a um hedonismo estrito, passivo e consumista. Em relação ao passado, observa-se uma prática mais séria dos desportos, uma preocupação mais insistente em melhorar a própria técnica, em fazer estágios para progredir. (...) Daí este paradoxo da época pós-moderna: quanto mais se apregoa a legitimidade do prazer e da autonomia subjectiva, mais nos dedicamos a um *trabalho* interminável de vigilância, de prevenção, de correcção de nós mesmos. (...) O narcisismo pós-moderno é ora “limpo”, ora exibitório, ora ansiogénico” (Lipovetsky, 1995: 110)<sup>95</sup>. Esta ambivalência descrita por Lipovetsky, configura uma conflitualidade que os indivíduos reivindicam e que parece caracterizar as suas acções. Chegados aqui, não é possível deixar de referir o conceito de sociologia da ambivalência que é definida e descrita como um conceito que, dizendo directamente respeito à estrutura social e não ao indivíduo, acaba por corporizar um conflito de interesses ou de valores “in which the interests and values incorporated in *different* statuses occupied by the same people results

---

<sup>94</sup> A transgressão não nasce só do conflito, podendo igualmente provocá-lo pelo fascínio que a violação do interdito pode encerrar (Freund: 208).

<sup>95</sup> O sublinhado é do autor. Lipovetsky refere, também, que o individualismo pós-moderno não é sinónimo de perda de valores, “não representa a negação da moral, mas antes a progressão social de uma moral indolor, circunstancial, emocional” (Ibd., 116).

in mixed feelings and compromise behavior” (Merton: 1963, 97)<sup>96</sup>. Mas também o conceito de risco, sociedade de risco amplamente desenvolvida por Beck<sup>97</sup> (1999; 2001) nos seus diferentes trabalhos (para quem de uma sociedade com base na repartição das riquezas se passa para uma sociedade fundada na repartição dos riscos) que sublinha o paradoxo do desenvolvimento (a baixa taxa de casamentos, o aumento dos divórcios) e também o risco do desemprego entre os jovens, mas o que Wallace et al (1998: 38) dizem ser realmente problemático é a ideia de individualização não somente do risco mas dos problemas que antes eram resolvidos pelos empregadores, sindicatos e outros organismos e que agora tendem a privatizar-se.

No tocante à juventude, afigura-se possível cruzar-se a sociologia da juventude com a do conflito, mercê da conflitualidade interna e que será comum aos jovens e às associações, estereotipadas ou não, que associam a conflitualidade aos jovens e que será latente, entre os jovens e a família e entre os jovens e a sociedade (esta estereotipização fez desta categoria se não uma potenciadora de conflitos, no mínimo um problema). O conflito é, se não a marca distintiva da juventude, aquele que sobressai e que determina os estudos sobre a juventude – veja-se o caso do recorrente conflito de gerações. Relembrando que Angola é um país jovem e de gente jovem, um país que saiu recentemente de um conflito armado, um país que herdou a estrutura administrativa e uma parte considerável dos valores coloniais, um país essencialmente pós(colonialismo, guerra e com alguns aspectos de pós-modernidade), natural é que seja dominado por tensões, conflitos e que o egoísmo e o narcisismo o tenham invadido. Mas o interessante nisto é que este não é um fenómeno específico a Angola, já que “nos nossos sistemas narcísicos, o indivíduo adula os seus superiores para avançar na carreira, deseja mais ser invejado do que respeitado, e a nossa sociedade, indiferente ao futuro, apresenta-se como uma selva burocrática onde reina a manipulação e a concorrência de todos contra todos” (Lipovetsky: 1988, 65).

Considerando, como Guérin-Plantin, que a relação entre a juventude e a mudança é o paradigma messiânico de análise da juventude – no que contraria a ideia de juventização proposta por Fred Mahler para os que entendem a juventude de forma passiva, como mero

---

<sup>96</sup> Ainda que Merton apresente seis diferentes tipos de ambivalência sociológica, o destaque vai para o acima transcrito pelo que de conflitual encerra, nomeadamente nos valores. O sublinhado é do autor.

<sup>97</sup> Segundo este autor, o individualismo significa em primeiro lugar uma decomposição, em segundo o abandono dos modos de vida da sociedade industrial e, é na base desta decomposição que os indivíduos constroem a sua própria trajectória”.

receptáculo (Wallace et al: 1998, 40) –, não há como atentar-se na tipologia da mudança que, no caso dos jovens angolanos, o conflito engendrará(?). No entanto, também não há como ignorar a asserção de Boudon (1984: 199) para quem “somente a lógica dos sentimentos pode sustentar o princípio segundo o qual os conflitos sociais seriam o motor essencial da mudança social”.

## **2 – A problemática da(s) identidade(s)**

### **2.1 – Em torno do conceito de identidade**

Não há como escapar e trazer-se ao debate algumas reflexões em torno da identidade, por duas ordens de razões: porque as identidades são estruturantes dos indivíduos e por se encontrarem infiltradas nos valores, quaisquer que eles sejam. Estão, pois, no centro do debate, quer elas sejam imaginadas (Benedict Anderson) ou sonhadas – como as pessoas sonham (Beck). Uma outra abordagem é a de Claude Dubar que se socorre da expressão de Bernard Péroile para quem a noção de identidade é “polimórfica e bulímica” (2001: 1) e aborda a identidade como essência (abordagem essencialista) indo à filosofia, ao epicentro desta disciplina, o ser, socorrendo-se de Parménides, aquele que primeiro terá enunciado a problemática do ser (e do não ser) e, ainda, de Heraclito (este sobretudo na abordagem referida como nominalista ou existencialista, porque contingente) – para Dubar, a identidade não é e não está no que é “idêntico”; é, sim, resultado de uma “identificação” contingente (produto da diferenciação e da generalização), naquilo a que o autor chama o “paradoxo” da identidade.

Etimologicamente, a identidade é definida como sendo a “qualidade do que é idêntico, paridade absoluta, analogia”, remetendo para aquilo cuja “natureza não muda, que se conserva sempre igual, semelhante análogo”. Mas, para além desta definição, é possível encontrar estoutra: “conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é”<sup>98</sup>. Em qualquer uma destas definições, é possível encontrar-se a alteridade que, se aparentemente contradiz as enunciadas definições, as torna prisioneiras uma da outra, pois para haver igualdade e/ou diferença, é necessário que estas existam em relação a um outro

---

<sup>98</sup> Dicionário Universal da Língua Portuguesa, 6ª edição, Lisboa, Texto Editora, p.841.

– há sempre algo de permeio que faz da identidade um conceito polissémico<sup>99</sup>. Por outro lado, a considerar ainda que “as identidades (sociais) constroem-se por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridade, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes” (Pinto: 1991, 219). Kaufmann (1994) diz que o conceito evoluiu em duas diferentes, se não contrárias, direcções, a saber: uma dimensão mais individual que comporta a complexa interacção indivíduo-sociedade, e uma segunda que remete para o uso do termo de forma (mais) estática, classificatória, como se de uma “etiquetagem” se tratasse.

Contrariando o discurso que atravessa várias disciplinas, sem esquecer o espectro político para o qual a(s) identidade(s) é um elemento central na tessitura dos indivíduos e das sociedades, Brubaker (2005) diz, entre o que chama as concepções forte e fraca de identidade, não ser certo que a identidade seja indispensável. Mas, admitindo que elas são sim, indispensáveis, parece ser consensual que a produção das identidades sociais tem na base a concatenação de dois processos, a saber: a identização e a identificação. Enquanto o primeiro diz respeito ao “processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras”, no processo de identificação “os actores sociais integram-se em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial” (Madureira Pinto: 1991, 218). Quer isto dizer que “as identidades sociais constroem-se por integração e por diferenciação (...) alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto convívios e infidelidades recíprocas” (Madureira Pinto: 1991, 219).

A leitura do texto de Madureira Pinto chama desde logo a atenção para o facto de as identidades serem produzidas, o mesmo que dizer que são fruto de um processo e, como tal, construídas (Huntington: 2004), construção esta que é descontínua e incessante – descontínua por não ser linear, por se não poder prever o seu percurso, e incessante por ser

---

<sup>99</sup> Sobre a adopção e uso (recente) do que chama noção de identidade, pelas ciências sociais, ver o trabalho de Firmino da Costa sobre a “Sociedade de Bairro”, onde o autor defende que “a identidade cultural de Alfama não é uma essência ontológica nem um atributo estático, mas uma construção social, ou melhor, antes de mais, um conjunto de representações simbólicas socialmente construídas, e em permanente processo de reconstrução, por diversos tipos de protagonistas sociais” (Costa: 1999, 496). Para uma abordagem histórica e sobre a polissemia e a ambiguidade do conceito, ver a análise de identidade enquanto categoria analítica de Brubaker (2005).

permanente seguindo direcções várias. É também por isso, por serem produzidas e por serem sociais – Madureira Pinto defende não ser legítimo, sociologicamente, falar-se de identidades nulas ou de perda de identidades, mas sim de identidades negativas (Madureira Pinto: 1991, 228) – que as identidades são múltiplas, que as identidades são plurais<sup>100</sup>.

Parece ser igualmente consensual a afirmação relativa à existência de identidades plurais, salvaguardada que está a alteridade que enforma as mesmas (identidades), apesar de a pluralidade de identidades contrariar a afirmação de Madureira Pinto a propósito da existência de identidades negativas – não havendo espaço para identidades nulas ou para a perda de identidades mesmo porque estas são múltiplas, também não parece haver como sustentar as identidades negativas mesmo porque estas serão metáforas das primeiras. A permanente tentação de dinamitação das identidades – assim se constroem as identidades já que a alteridade tem latente o conflito – considerando que as mesmas podem ser assassinas e às vezes até mesmo suicidas, leva a uma permanente tensão de que os valores são devedores. Perfilar um *determinado* valor ou conjunto de valores não permite estabelecer uma conexão entre valores e identidades – a equação matemática, ainda que possível, é abusiva e carece de valor heurístico. O facto de as identidades se colocarem sempre para o indivíduo e para os seus grupos de pertença, não necessariamente antagónicos mas diferentes, permite substantivar as crises que os valores tendem a mitigar, mas que as identidades sublinham. Mas a identidade é um valor, um valor essencialista (o facto de ser essencialista não faz da identidade menos estratégica e posicional). É essencialista por ser primacial, mas é um valor que só existe por ser flexível e esta flexibilidade deve-se à sociabilidade, à alteridade imanente aos indivíduos.

Para Stuart Hall, a construção das identidades faz-se actualmente considerando não “quem somos”, “de onde viemos” ou “como fomos representados”, mas sim “o que podemos ser”, “o que podemos tornar-nos” e “como podemos representar-nos a nós próprios” – dito de outro modo, as identidades constroem-se (de) dentro dos discursos e não (de) fora, considerados os contextos sociais e institucionais (Hall: 1996, 4)<sup>101</sup>. Contrariando a definição popular (de senso comum) de identidade que tem o reconhecimento de alguma identificação comum como elemento constitutivo, fundacional da mesma, Hall defende que as identidades são construídas através da diferença (e não da semelhança), o que compreende a relação com o outro, a alteridade. Deste modo, a

---

<sup>100</sup> Sim, porque até o processo de identificação se constrói no confronto com os outros, não é um processo ensimesmado, construindo-se de fora para dentro. V., igualmente, (Almeida: 1990).

<sup>101</sup> Hall defende que o conceito de identidade por ele defendido é estratégico e posicional, não essencialista.

unidade que é marca das identidades mais não é que o resultado do jogo de/o poder e da exclusão – as identidades são as posições que os sujeitos são obrigados a assumir e encontram-se nos pontos de encontro, de intersecção entre os discursos e as práticas, entre o “eu” e o “outro”, a identidade é a *sutura*<sup>102</sup> que unifica e que unificando distingue, diferencia, exclui. Huntington, define identidade como “an individual’s or a groups sense of selfe. It is a product of selfconsciouness, that I or we possess distinct qualities as an entity that differentiates me from you and us from them” (2004: 21-22), destacando-se o aspecto relacional, a interacção, a diferença e a imaginação (aqui, o autor parafraseia Benedict Anderson para quem as nações são comunidades imaginadas) enquanto elementos constitutivos das identidades, necessariamente múltiplas.

A leitura destes autores estabelece que: i) a diferença é o elemento fundador das identidades; ii) é a alteridade que consubstancia as identidades; iii) as identidades são plurais. Fica de fora destas conceptualizações que o discurso identitário se coloca aos indivíduos somente quando estes são questionados e ou confrontados sobre quem são. Seja ela individual, colectiva ou nacional, o discurso da identidade é um discurso que tem como pedra de toque a exclusão – por ser seu elemento primacial – do outro em relação ao mesmo. A questão da identidade só se coloca no confronto, e é perante a ameaça da exclusão, é na altercação que paira a identidade. Por isso ela é construída, por isso se refaz, se reconstrói. E elas, as identidades são, também, “imagined selves”: elas são o que nós pensamos ser e o que queremos ser (Huntington: 2004, 22). É neste jogo, nesta sedução, nesta guerra aberta, neste conflito dos e entre os “multiple self” (Elster: 1995) que o discurso das identidades lança as sementes da altercação, da marginalização e da marginalidade de que a juventude é um exemplo, podendo tornar-se, na célebre expressão de Amin Maalouf, «identidades assassinas».

As identidades dos jovens em Angola não se cristalizam numa definição. Para conhecer as identidades dos jovens em Angola, que é também objecto deste trabalho, é forçoso que conheçamos os seus valores, as suas aspirações e aquilatar das diferenças entre o que pensam, dizem e fazem<sup>103</sup> – e este, não sendo o objecto deste trabalho, será uma das pontes para a almejada travessia. Mas será que as identidades se dimensionam no que se pensa, no que se diz ou no que se faz? A clivagem entre o pensamento e a acção está consubstanciada no célebre provérbio popular: “faz o que eu digo e não o que faço”.

---

<sup>102</sup> Relativamente ao termo sutura, o autor também chama de intersecção, parafraseando Stephen Heath.

<sup>103</sup> É Ferreirade Almeida (2000) que diz não haver coincidência necessária entre o que as pessoas pensam, o que dizem e o que fazem.

Para Jean Stoetzel (1983: 9), “l’homme se donne une identité en acceptant comme principes de ses pensées et de ses actes des valeurs qui forment un ensemble cohérent. Il se pénètre d’autant plus facilement de ses valeurs qu’une telle cohérence de valeurs existe aussi dans la culture où il vit” e, se aceitarmos como verdadeira esta asserção, o que fica a pairar é saber-se qual o conjunto coerente em que se revêem os angolanos e, muito especialmente, os jovens. É ainda este autor que afirma haver uma relação entre os valores e as idades de vida (a idade está associada a uma série de variáveis relativas aos valores<sup>104</sup>), ainda que esta não deva ser uma leitura linear, porquanto as atitudes e comportamentos são o reflexo da posição das classes de idade e das condições de existência dos indivíduos.

### **2.1.1 - Identidade individual e identidade colectiva**

O conceito de identidade, tal como outros, não “nasceu de geração espontânea”. Pode mesmo dizer-se que os diferentes conceitos de identidade, de ontem e de hoje, têm uma trajectória que se explica pelo próprio desenvolvimento científico, mormente das sociais e humanas. A leitura de uma qualquer história da filosofia, de um compêndio de epistemologia, de uma história da ciência, oferece elementos bastantes aos leitores que permitem aferir que também existe uma história da(s) identidade(s). Exemplos de entre os mais antigos como os de Platão, Aristóteles, S. Agostinho (estes num tempo em que as diferentes disciplinas do saber ainda se encontravam concentradas), Descartes, Locke – na filosofia –, Piaget – na psicologia –, Weber – na sociologia – atestam bem da importância e evolução da questão identitária, colocada por estes e outros autores segundo diferentes abordagens, abordagens que radicam, todas elas, na natureza humana, no que define o ser humano. A verdade é que estes percursos da abordagem do conceito de identidade – conceito que se poderá considerar primacial por remeter para uma questão central, dir-se-á da filosofia mas que atravessa todas as diferentes disciplinas do saber e que é a do Ser: o que é o Ser, o que o define? haverá um não-Ser? – enunciaram o conceito partindo do que se pode chamar a raiz do conceito, o de identidade individual e de identidade colectiva,

---

<sup>104</sup> Segundo ainda o mesmo autor, outros determinantes devem ser considerados no âmbito dos valores, tais como o sexo, a profissão, o emprego, o nível de instrução, a habitação, a propriedade, a nacionalidade, entre outros.



por também eles serem primaciais, por atravessarem, de algum modo, outros conceitos tais como os de raça, etnia, nação, etc. O que é Ser negro, branco, crioulo, mestiço, kwanhama, caluanda, tchokwé, índio, angolano, sérvio, português, eis algumas das indagações com que ainda hoje nos deparamos e que remetem para o conceito de identidade, isto é, de Ser. Não sendo meras palavras (contrariamente ao que defende Bourdieu a propósito da juventude), elas são conceitos que definem, que identificam positiva ou negativamente, um indivíduo, um grupo (e, claro está, uma categoria como a juventude). O verbo identificar é definido como “tornar idêntico, reconhecer como idêntico”, sendo que o seu adjectivo diz que é o “que pode ser identificado”<sup>105</sup>.

O que distingue o verbo e o adjectivo do substantivo (atrás referido e definido) é que nos primeiros existe clara e explicitamente o acto de “reconhecimento” que consubstancia a identificação e, conseqüentemente, a identidade. A identidade surge como apetrecho, elemento quase orgânico, constitutivo e enunciador do que distingue (mas não necessariamente diferencia) os seres humanos uns dos outros, contrariando a ideia feita – de que os dicionários são paladinos – de que a identidade é aquilo que nos torna idênticos, semelhantes. O nome é um exemplo maior do conceito de identidade – o acto de nomear, de dar o nome a alguém ou a algo não tem como objectivo igualar, tornar semelhante, mas sim distinguir – uma distinção que buscando a distinção dos demais, de alguma forma visa tornar único (ainda que muitos tenhamos nomes semelhantes) e a este tornar único tem que necessariamente associar-se quem o faz, a razão por que o faz (porquê este e não aquele) o que significa que há outros registos a considerar (como é o caso das histórias de vida, das emoções). Em última análise, pode dizer-se que o reconhecimento pressupõe a distinção. No entanto e considerando a polissemia do conceito, enquanto a identidade individual incorpora a individuação, a colectiva introduz a “mesmidade” – esta última “legítima” a tal polissemia do conceito permitindo, deste modo, as nuances identitárias concebidas e, quiçá, a serem concebidas.

A identidade individual surge no momento em que o indivíduo nasce, o que remete para a questão da personalidade. Como ser individual que se torna, não somente por via do nascimento como também através do processo de socialização de que é alvo, o indivíduo vai construindo o seu mundo. Neste processo de construção em que participa o indivíduo e a sociedade num permanente dialogismo, a identidade individual, num primeiro momento residual, com o tempo ganha foro de cidadania. Apesar de os adultos considerarem os

---

<sup>105</sup> Dicionário de Língua Portuguesa, op. cit., p. 842.

jovens uns seres incompletos – daí os adjectivos que caracterizam os jovens como o de serem irresponsáveis, imaturos, instáveis – por oposição aos próprios adultos, estes sim portadores de responsabilidade, estabilidade, sabedoria, status (Boutinet: 1998, 11)<sup>106</sup>, certo é que os jovens são seres de corpo inteiro e com identidades próprias, da individual passando pela colectiva, cultural, de grupo, entre tantas outras possíveis. Mas a identidade individual e a colectiva são parte de um elenco que integra outras tantas (possíveis) identidades ou do seu uso (Brubaker: 2005)<sup>107</sup>, sendo que para este trabalho importa fazer a ponte entre estas, a individual e colectiva, e uma (possível) identidade juvenil. Muito particularmente o da identidade dos jovens em Angola e, ainda mais particularmente, dos jovens estudantes universitários. Para isso, e tendo em atenção as inúmeras abordagens sociológicas em torno da identidade, aquela que se adopta para este trabalho é aquela que associa a identidade social à categoria de pertença, na medida em que ela avalia os aspectos importantes da vida dos indivíduos das sociedades modernas e determina o que Durkheim designa por facto social (isto é, as maneiras de agir, pensar e sentir dos indivíduos) (Dubar: 2001, 7), procurando verificar-se em que medida e como coabitam, em todo este processo, a dimensão individual e a social ou colectiva.

Também se poderá entender a identidade como acto e/ou expressão de conhecimento; mais ainda, quando se fala de identidade, fala-se de (re)conhecimento de si ou “do outro” e é precisamente no plano do conhecimento e do confronto que as identidades “acontecem”. Por isso quando se fala de identidade juvenil, fala-se de uma identidade plural construída e em construção (permanente) – indivíduos com balizas etárias definidas por terceiros e que variam não somente no espaço como também em função dos tempos, com diferentes trajectórias familiares, sociais e culturais e que em um determinado período de vida se espera tenham determinados comportamentos, também eles balizados e que variam entre a irreverência, a rebeldia e a irresponsabilidade e a dependência e a necessidade de protecção. É nesse confronto, nesse atoleiro, nessa

---

<sup>106</sup> O autor dá conta da evolução dos modelos de vida adulta, entre 1945 e 1995, onde distingue três fases, sendo a última (1980-1995) caracterizada como instável, de vocação caótica e problemática. Para além disso, o autor refere a ambivalência que o “ser adulto” comporta, entre o conformismo e a serenidade (Boutinet: 1998, 12 e 21).

<sup>107</sup> “Understood as a core aspect of (individual or collective) selfhood or as a fundamental condition of social being, identity is invoked to point to something allegedly *deep, basic, abiding, or foundational*. This is distinguished from more superficial, accidental, fleeting, or contingent aspects or attributes of the self, and is understood as something to be valued, cultivated, supported, recognized, and preserved” (Brubaker: 2005, 65). O sublinhado é do autor.

conflitualidade entre o que dele se espera e a descoberta de si próprio que os indivíduos se “fazem” jovens e encabeçam as cruzadas de uns e outros.

### 3 – Os Jovens e a Identidade

#### 3.1 – Em torno do conceito de papel: A juventude não é mais do que “um papel”?

Etimologicamente, por papel se deve entender como sendo “parte de cada actor em peça teatral; modo de proceder; actos que se praticam; atribuição; função que se desempenha na sociedade, na vida pública ou privada”<sup>108</sup>.

Originalmente atribuído a Linton, o que define sociologicamente o conceito de papel<sup>109</sup> – um dos conceitos “fundadores” da sociologia e, também ele, abordado por diversos autores e sob diversos prismas (Jackson: 1972) –, mais do que a posição social ocupada pelo actor social, são as expectativas (expectativas essas porventura ditadas pelos direitos e deveres a que todos os actores estão sujeitos) e as características individuais dos actores, é o que é esperado, são as expectativas geradas por essa teia, mais precisamente pela posição social – desde logo, porque é a sociedade que determina os papéis, gerando expectativas que subjazem aos referidos papéis<sup>110</sup>. Deste modo é possível encontrar uma zona de obrigações e de constrangimentos que é correlativa à de uma de autonomia condicional (Boudon: 1990, 505). Assim, temos que não existe papel sem acção, do mesmo modo que não existe acção sem papel – a noção de papel, cuja importância os funcionalistas destacaram, dá conta do sistema social bem como da personalidade (Touraine: 1965, 52)<sup>111</sup>, a capacidade do actor sair da situação de figurante e passar a de

---

<sup>108</sup> As definições expressas não esgotam tudo quanto o dicionário refere relativamente à etimologia da palavra – o que se apresenta é a definição que mais se aproxima ao conceito sociológico de papel. (2000), Dicionário Universal da Língua Portuguesa, Lisboa, Texto editora, 6ª edição, p.1122.

<sup>109</sup> Mead, Turner e Goffman são alguns dos autores que desenvolveram o conceito de papel, em diferentes abordagens – o interaccionismo simbólico e o funcionalismo são dois dos expoentes das referidas abordagens.

<sup>110</sup> Segundo Mucchielli (1965: 30), as exigências do nosso papel de adaptação aos hábitos colectivos acabam por levar a uma espécie de desindividualização – a existência não seria possível, acrescenta o autor, sem o que chama de desindividualização funcional.

<sup>111</sup> Em que consiste então a unidade do actor, o que é que o torna em algo mais do que um conjunto de papéis”, interroga Touraine. A resposta está precisamente na acção do actor, na capacidade de o mesmo se

actor de corpo inteiro, aquele que age, que tem o poder de fazer e de decidir, não se ficando pela reacção, pois “o actor social não é nem o reflexo do funcionamento (ou das «contradições») da sociedade, nem a soma dos interesses e desejos individuais (Touraine: 1984, 35)<sup>112</sup>. A “execução” que passa pela incorporação do papel por parte do actor, dos múltiplos papéis associados às suas múltiplas funções, não significa que os actores se identifiquem com os mesmos – significa, tão-somente, que os actores precisam de “vestir os papéis”, incorporam-nos tal como no processo de internalização dos valores (comuns), pois os mesmos fazem parte do processo de socialização dos indivíduos.

No palco da vida, o actor social é um protagonista que não escolhe propriamente os papéis que desempenha, mas que é por eles e conseqüentemente pela sociedade, escolhido – quando se diz que o indivíduo representa, isto significa que o indivíduo “veste a pele”, incorpora e/ou age em função do papel, da expectativa que dele se tem. O papel tem uma concepção normativa e é ela, a norma, que faz com que se possa inferir que este é um dos estádios, é uma das componentes da(s) identidade(s), se por identidade se entender «o emaranhado que constitui o ser, o estar e o sentir dos indivíduos, na confluência do individual e do social».

Para Martuccelli (2002: 216 e seg.)<sup>113</sup>, o papel tem duas representações, a saber: a encarnação e o distanciamento. Enquanto no primeiro, o social, a sociedade e a socialização, uma vez interiorizados, passam a constituir uma fonte de satisfação sendo que estes indivíduos que encarnam os papéis pretendem, em geral, ter direito a uma consideração maior, superior à dos outros, no segundo o indivíduo é mais tolerante, mais permissivo, menos autoritário. Estas diferentes maneiras de *habitar* (Id.: 218) os papéis sociais dão «aos indivíduos um sentimento de superioridade subjectiva muito particular» (Ibd: 220). O papel surge como uma armadura, uma máscara, funcionando como uma forma de resistência (Ibd.: 221) – acrescente-se que a leitura de Martuccelli parece sugerir que é o distanciamento aquele onde a máscara assume um papel de relevo já que, na encarnação, o indivíduo deixa de ser um “fingidor”, assumindo e sentindo-se bem na sua nova pele não justificando, deste modo, o recurso à máscara.

---

“reconhecer e afirmar mais como produtor do que como consumidor da situação social, como capaz de a pôr em questão em vez de tão-só lhe responder” (Touraine: 1984, 28).

<sup>112</sup> Mas se Touraine dá primazia ao actor, Merton, a propósito da ambivalência sociológica diz que esta “proceeds from the premise that the structure of social roles consists of arrangements of norms and counter-norms which have evolved to provide the flexibility of normatively acceptable behaviour required to deal with changing states of a social relation” (Merton: 1963, 117).

<sup>113</sup> As citações de Martuccelli foram traduzidas pela autora (tradução livre).

Mas a arquitectura dos papéis, a sua operacionalidade, também evoluíram, ainda que quando se fale de papel se tenha de ter em conta que os papéis, eles próprios, mudam, que a centralidade de cada papel varia de indivíduo para indivíduo, sem esquecer as mudanças que ocorrem nas relações entre os papéis. Deste modo, a pós-modernidade que se assenhorou de uma “autonomização individualista que não deve ser pensada como liberdade absoluta do sujeito (...) fora de qualquer modelo social” tem os modelos e os papéis não como “imperativos” na medida em que eles são “múltiplos, elásticos, opcionais” pois “vivemos o tempo da desmultiplicação das normas socialmente legítimas” (Lipovetsky: 1995, 105). A plasticidade dos sujeitos, dos indivíduos, dado adquirido, e agora a plasticidade dos papéis, constituem a moldura de um novo modelo societal que tem a acção como centro nevrálgico. Uma acção conforme as expectativas da sociedade, que esta impõe aos indivíduos e que, no caso dos jovens, resulta nas representações que a sociedade e, muito naturalmente, os próprios jovens constroem, têm de si próprios. Que papéis estão reservados aos jovens e que expectativas têm os indivíduos e as instituições em relação aos jovens?

A resposta a esta pergunta podemos ir buscá-la a Fend (1994), para quem a transição para a adultez tem implícitos dois processos de iniciação, sendo que um se prende com o do papel da família e o outro com o do papel do trabalho – como é a sobrevivência da humanidade que está em causa, não será de estranhar a importância da família e do trabalho para esta categoria, ainda segundo o autor. Se prosseguirmos (n)esta lógica, bem se poderá considerar e concluir que o que parece estar em causa é a reprodução da sociedade e, por conseguinte, os diferentes papéis que os diferentes actores, categorias, grupos têm que desempenhar e desenvolver numa perspectiva que se apresenta, no mínimo funcional(ista), mas não menos real e pragmática.

Para além do mais que conhecido discurso protector mas não menos acusador e crítico em relação aos jovens – os jovens são o futuro mas não deixam de ser demonizados porque irresponsáveis –, um discurso contraditório e ambíguo, é conhecida a récita que, na fronteira da protecção e da demonização se criou e que se prende com a coragem, o heroísmo e a honra (Austin et al: 1998, 39), récita que tem uma função social: a captação dos jovens para as tarefas que envolvam sentimentos como o altruísmo, de que o exemplo mais acabado será o cumprimento do serviço militar. A expressão da importância do papel encontramos-na, na interrogação de Heslon (2009: 18), que destaca a passagem de uma visão definida e definitiva sobre a adultez que marcou os anos 1970-1980, para uma outra que surge em 1960 mas que só se generaliza entre 1990-2000, e que é a seguinte: “doit-on

absolument devenir adulte? Faut-il nécessairement s'enfermer dans les contraintes, es obligations et les installations irrévocables qu'impose la vie adulte ordinaire?"<sup>114</sup>.

A importância do papel no quadro da distinção entre os sexos, é sublinhada por Parsons (1942), para quem existe uma diferença no concernente aos papéis desempenhados pelos dois géneros que se manifesta e se consubstancia na passagem da criança para a adolescência – razão porque o autor entende que a cultura juvenil desempenha um papel e função positiva na passagem da segurança da infância para a adultez (saindo da barra protectora familiar para o mundo novo do casamento). A importância dos papéis e das experiências na transição adolescente/ jovem/adulto, a sua relação com as diferentes e novas responsabilidades que entretanto se vão “impondo” é abordada no interessante trabalho de Bachman et al (1997) sobre o uso e consumo de drogas – a questão é: de que forma os novos papéis influenciam o consumo de drogas entre os jovens/adultos?

Poderá, então, dizer-se que a juventude não é mais do que um papel?

Para que melhor se entenda a noção e a importância do papel no processo de socialização e acção dos indivíduos, importa analisar a relação entre o papel e a identidade.

### **3.2 – Papel vs identidade(s)?**

É Kaufmann (1994) quem defende que o conceito de identidade (aquela que se fica pela rotulagem, pela “etiquetagem”) se confunde com o de papel<sup>115</sup>.

A identidade, ainda que tenha elementos comuns ao papel – tal é o caso dos diferentes palcos em que o indivíduo se movimenta, do político ao social, passando pelo cultural (entre tantos outros) –, congrega uma dimensão individual relevante, pois ela «permite garantir a permanência do indivíduo no tempo, o que faz com que, independentemente das mudanças, ele, o indivíduo, é sempre o mesmo», pois «l'identité est ce qui permet dans un seul et même mouvement à la fois de souligner la singularité d'un individu de nous rendre, au sein d'une culture ou d'une société données, semblables à

---

<sup>114</sup> O mesmo autor refere que o termo adulto designava não somente uma idade de vida como também uma ordem social que a nossa época pretende romper, e que se traduz no adulto, homem e dominante (Heslon, id.).

<sup>115</sup> Não constituindo um modelo de definição estável e amplamente reconhecido, Kaufmann (1994: 303) define papel como podendo ser entendido como posição, lugar, estatuto.

certaines autres» (Martucelli: 343). Parece ser consensual, pelo menos a este nível, que quando se fala de identidade(s), fala-se de uma dimensão em construção, fluída e, se por um lado ela é marcada pela diferença, por outro é relacional (Woodward: 2003), ainda que «na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal» (Hall: 2003, 106). Porque o espaço do papel é um espaço iminentemente social, o espaço da identidade parece comprometido se considerado o seu aspecto psico-individual. Parece, pois, poder avançar-se com a seguinte tese: o indivíduo «revela a sua “identidade», no que ela tem de mais intrínseco, no espaço de liberdade que o papel permite – isto é, a identidade “refugiada” no que ela tem de “intrinsecamente individual”. Este espaço de liberdade que é um atributo da identidade e que esta conquista no seu confronto com o papel é que faz da identidade um elemento primacial no e do indivíduo. E porque as identidades remetem para a problemática do poder – o espaço da(s) identidade(s), ainda que discursivamente plural, é avaro no que tange à dimensão psico-individual. Como fluidas que são, as identidades alimentam-se como se de parasitas se tratassem. Talvez por isso não deixem de se servir igualmente dos papéis para dar corpo à sua matriz que não cessa de se confrontar dialogica e narcisicamente.

É por via desta relação entre papel e identidade que se pode afirmar haver expectativas, por parte das comunidades, das sociedades, relativamente aos jovens. Deles se espera o “melhor” e o “pior” – sujeição e desacato, conformidade e rebelião – sendo que deste modo se pode afirmar, com alguma segurança, que o problema não está nos jovens mas nas comunidades, nas sociedades. Em que medida não se poderá afirmar que “ser jovem” é um papel mais que, qualificando, identifica?

### **3.3 – Haverá uma identidade juvenil?**

#### **3.3.1 – Entre a identidade e a cultura juvenil**

A cultura juvenil<sup>116</sup> anda de mãos dadas com o conceito de subcultura. Muitos são os títulos, as teses, ainda que não haja uma relação entre as duas. O que há é uma justaposição do conceito de subcultura, entendida como marginal, *outsider*, às culturas

---

<sup>116</sup> V., entre outros trabalhos, Pais (1993), Amid-Talai et al (1995), Bucholtz (2002) e Ferreira (2007).

juvenis também elas associadas ao submundo. Ainda que considerada por Brake (1987) uma solução temporária, este defende que as subculturas surgem para resolverem problemas colectivos resultantes das contradições na estrutura social gerando, deste modo, uma forma de identidade colectiva<sup>117</sup>.

É de Erikson (1979: 240-1), a citação que se segue: “Según los hechos cognoscitivos que há establecido Piaget, parece verosímil que, efectivamente, la juventud tiende a *pensar* en términos ideológicos – es decir, combinando una orientación egocêntrica, narcisista, decidida a adaptar el mundo a sí misma, y una devoción por códigos y esquemas de un altruísmo idealista, tanto si su posibilidad es o no demostrable. En consecuencia, es esa propiedad del todo-o-nada de la adolescência, esa característica que he denominado *totalizadora*, la que permite a muchos jóvenes empeñar su lealtad en ideologías definidas de una forma en extremo simplista. A su vez, en los períodos e intervalos en los que disminuye el potencial revolucionário, la juventud se ve empujada a credos y actividades donde resulta difícil trazar la divisória psicológica entre la aventura y la tragédia política, entre la jugarreta juvenil y lo criminal en potencia (...)”<sup>118</sup>. Nestas linhas pode ver-se quão impregnado de romantismo está esta concepção de juventude de Erikson que, no limite, a identifica como ideologicamente revolucionária (nos intervalos é aventureira ou criminosa), em um papel (pré-)definido de que resulta um paradoxo: a juventude é revolucionária, logo é activa, mas só age na medida em que está assim predestinada.

Esta ideologização da juventude, da sua identidade, encontra eco nas múltiplas adjectivações e substantivações, parametrizações de que os jovens e a juventude são, de há muito, alvo, como também se pode observar, por exemplo, em Parsons (1942).

A importância da relação entre os papéis e os valores resulta da sua inter-acção que acaba por ser geradora das identidades dos indivíduos. Como já foi dito, enquanto os valores são estruturantes da acção dos indivíduos, o espaço do papel é um espaço iminentemente social que convoca à acção dos mesmos e que só existe por via desta mesma acção, e a identidade será o resultado deste confronto entre os valores e a acção

---

<sup>117</sup> Enquanto para a corrente classista as culturas juvenis são contestatárias (em relação à classe dominante), já a corrente geracional apresenta-se menos reivindicativa e mais colaborante com o *status quo*.

<sup>118</sup> Os sublinhados são do autor. É também Erikson (1979: 243) – considerado o psicólogo que mais influência terá tido no pensamento sobre a adolescência – que, a partir de trabalhos na área da psicanálise como os de Kohlberg, fala da aprendizagem moral como um aspecto da infância, da experimentação ideológica como uma parte da adolescência e da consolidação ética como tarefa da maturidade.



nos diferentes papéis que os indivíduos incorporaram e através dos quais pautam as suas acções.

Os papéis, ainda que não normativos – eles resultam das normas –, obedecem a preceitos de que derivam as expectativas associadas aos referidos papéis, espelhando, por isso, as acções e as identidades dos indivíduos. Nessa medida, os papéis, também eles, estruturam as identidades dos indivíduos e porque a identidade “revela”, congregando o aspecto relacional (Hunting: 2004) – sendo características da identidade a unidade e a diferenciação (ainda segundo Hunting) –, pode afirmar-se que existe uma identidade juvenil precisamente por haver papéis alocados aos jovens e, por conseguinte, identidades que se lhes “colam”. Não serão os papéis veículos de que os valores, as regras e normas se servem para se alocarem?

Para uma análise da identidade juvenil, Idalina Conde (1990: 676) sugere a captação de um conjunto de significativas “expressões identitárias” que pressupõem uma adesão generalizada dos jovens. Por identidade juvenil deverá então, entender-se, como sendo um código, uma linguagem que incorpora, expressa e traduz as práticas associadas aos jovens e que advém não somente dos valores e normas das sociedades em que os mesmos se encontram inseridos, como aqueles que lhes são e estão associados, sem esquecer os papéis e conseqüentemente as expectativas a eles associados, que podem ser associadas a quatro dimensões (Pais: 1998, 201): i) a posição originária (identidade herdada); ii) a posição presente (identidade adquirida); iii) a posição esperada (identidade projectada); iv) a posição imprevisível (identidade ameaçada). Em suma, a acção dos jovens, muitas vezes considerada irreverente, e não poucas condenada precisamente por não obedecer aos códigos normativos impostos nas sociedades, acaba por lhes conferir uma especificidade que os papéis, condicionados e condicionadores, nem sempre prevêem.

A noção de “condição social” associada à juventude pressupõe a ideia de dependência e de interesses comuns de geração (Cruz et al: 1984, 289), ainda que a cronologia, por si só, não baste para definir uma geração social, argumenta Sedas Nunes (1968) para quem, as diferentes gerações (biológica, demográfica e social) se caracterizam, no essencial, sobretudo no que diz respeito ao social, pelas referências sociais e culturais. Para Erikson, a juventude é um fenómeno geracional (Erikson: 1977, 161), um período de “crise de identidade”<sup>119</sup>, chamar-se-á um período probatório em que o jovem se encontra na condição de errante, de aventureiro em busca do seu território – crise

---

<sup>119</sup> Citado por Coleman (Coleman: 1985, 24).

que, segundo Dubar (2001), obriga os indivíduos a reflectir colocando-os perante si próprios, uma crise geradora de mudança. No entanto e tal como a juventude é uma construção, pode afirmar-se, no mesmo diapasão, a existência de uma identidade juvenil, de um perfil juvenil – dito de outro modo, a identidade juvenil, a sua definição, está contida na própria definição de juventude, uma categoria polissémica. Assim sendo, é uma identidade que se vai reinventando e que se define pelo seu *modus operandi*. É este *modus operandi* que justifica que se introduza a noção operatória de cultura juvenil (que obviamente concatena outras tantas culturas juvenis<sup>120</sup>) e que contém “an almost recent character: flexible, mobile, widely divergent, shifting in different directions” que “in a discursive interplay with musical, visual and verbal signs that denote what is young in relation to that which is interpreted as respectively childish or adult” (Fornäs: 1995, 1 e 3), sem esquecer o (tempo de) lazer (Roberts: 1983).

No presente caso, parece por demais pertinente a associação de identidade juvenil com a de cultura juvenil<sup>121</sup> porque cada uma delas é que dá consistência à outra – enquanto a cultura será essencialmente activa, porque prática, a identidade é que consubstancia a consistência da primeira; por outro lado, pode entender-se a cultura juvenil em um plano iminentemente material e a identidade juvenil em um plano heurístico. Trata-se, pois, de uma identidade performativa, uma identidade definidora do que significa ser jovem e que, por isso, congrega igualmente a condição e a situação juvenil – enquanto a primeira, a condição, tem um cariz institucional, a segunda, a situação, é de ordem prática<sup>122</sup>. A construção da juventude acaba por ser obra de terceiros (institucional) e dos próprios jovens (dimensão cultural) sendo que estes, com o papel activo que têm em todo este processo, é que configuram tanto a condição quanto a situação juvenil que se vão redimensionando – os tempos e os actores vão-se renovando e, como tal, é a própria condição e situação juvenil que se vão actualizando. Deste modo, falar-se de identidade e de cultura juvenil é rubricar o eterno discurso de/as identidades em construção de que as

---

<sup>120</sup> A propósito de identidade cultural, refere Costa (1999: 82) que esta não é sinónimo de homogeneidade social, nem quer dizer que não existam hierarquias sociais, relações de dominação, conflitos de interesses.

<sup>121</sup> Stuart Hall prefere falar de sub-culturas, por estas não serem dominantes (são, sim, indivíduos originários da classe média ou trabalhadora) (Hall: 1983, 14).

<sup>122</sup> Abramo (2005: 42 e 89) estabelece a distinção entre condição e situação juvenil, socorrendo-se de Miguel Abad e Marília Sposito – a primeira como “o modo como uma sociedade contribui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida”, “uma construção histórico-social”, e a segunda que “revela o modo como tal condição é vivida”.

culturas são devedouras<sup>123</sup>. Não será pois de estranhar que, a propósito da pós-modernidade, Lipovetsky refira que “as nossas sociedades se estabelecem ávidas de identidade, de diferença, de conservação de desconstrução, de realização pessoal imediata; a confiança e a fé no futuro dissolvem-se nos amanhãs radiosos da revolução e do progresso já ninguém acredita, doravante o eu se quer é viver já, aqui e agora, ser-se jovem em vez de forjar o homem novo” (Lipovetsky: 1988, 11). Na senda do “aqui e agora”, uma das marcas distintivas da (pós-)modernidade é o estilo de vida, sendo que os indivíduos são agora identificados pelas suas preferências de consumo e interesses (Wallace et al: 1998, 15; Aubert: 2005) prefigurando uma cultura somatófila (Pais: 2006), pelo seu maior ou menor domínio das novas tecnologias mas também mas por um futuro nublado face à manifesta erosão no capítulo do emprego – com especial atenção para os jovens<sup>124</sup>.

A geração X (assim chamada por Douglas Coupland) é uma “generation of young people defined more by what they are not than by what they are, who are self-conscious and “reflexive” about their manipulation of styles and tastes, who are sceptical towards metanarratives, being no longer able to believe in the certainties of previous generations of youth, who do not expect firm job prospects or life chances but who “sample” different parts of the world and different periods of history in order to construct identities, as they would try on a new set of clothes” (Ibid.).

Mas, falar-se de cultura juvenil será mais um estar do que um ser? Ou será o contrário? Ou ambos na mesma proporção? E mais, qual e como estabelecer a fronteira entre ser e estar? Estas interrogações surgem no contexto do que o quotidiano nos permite observar: não são tão poucos os indivíduos que já se encontram fora da faixa etária consagrada aos jovens e que têm um comportamento considerado juvenil (quantas vezes considerado estranho, desfazado para a idade), ou uma forma de estar, um comportamento, práticas de que o vestuário é uma das marcas distintivas e que embora não os “faça” jovens, sugere um “sentir-se” jovem, uma manifestação de inconformismo, de abertura de espírito, sobretudo no caso da “cultura hippie”<sup>125</sup>. Mas também, é claro, de inovação<sup>126</sup>.

---

<sup>123</sup> A propósito das identidades, v. o trabalho de Aubret (2009) que dá conta das identidades nos adultos.

<sup>124</sup> Relativamente ao papel e lugar dos jovens no mundo do consumo/ consumista, tal como o mundo contemporâneo é descrito, v. Santos, 2004 e Miles et al (1998).

<sup>125</sup> Contrariando a tese de Parsons (1942: 614) para quem “in so far as the idealization of the youth culture by adults is an expression of elements of strain and insecurity in the adult roles it would be expected that the patterns thus idealized would contain an element of romantic unrealism”.

Falar-se da existência de uma identidade juvenil é, necessariamente, falar-se da existência da busca de diferenciação e de identificação o que supõe que se fale de identidade juvenil, no plural, e também aqui importa não esquecer que estas reflexões em torno das identidades, no caso, juvenis, como é o caso das identidades (juvenis) múltiplas<sup>127</sup>, surgem na esteira da chamada pós-modernidade e, no caso das identidades juvenis – dos casos europeu e americano, enfim ocidentais – é a raça, a etnia, são os contextos migratórios (para além da questão do género e da homossexualidade) alguns dos itens que sobressaem e fazem desta uma “nova” problemática ou, no mínimo, abre caminho para novas abordagens<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> A intergeracional cultural shift é parte da mudança da sociedade materialista para a pós-materialista (Inglehart: 1990, 12).

<sup>127</sup> Para uma abordagem histórico-sociológica das identidades e muito especialmente das juvenis, v. Côte (2009).

<sup>128</sup> V. por exemplo, Seider (2010) e Hopkins (2010).

## Capítulo II

### Os valores: entre a anomia e a mudança

#### 1 – O conceito de anomia

Ainda que não nos proponhamos perscrutar a “história” da palavra e do conceito de anomia, uma questão particularmente interessante referida na que se pode considerar uma “breve história” da anomia de Philippe Besnard (desde Durkheim, como frisa o autor), do seu uso e evolução, é a da polissemia da palavra (anomia) – no que não será a única – acrescentado o autor que, para muitos, o recurso à anomia foi, durante algum, sinónimo de sociologia (signo de pertença profissional), não sendo pois, de estranhar, que a anomia tivesse sido considerada um conceito central na sociologia<sup>129</sup> – mas a definição de anomia extravasa a sociologicamente aceite, tendo adquirido significados tais como o de indivíduos marginais e inovadores, o de selvagem, entre outros<sup>130</sup>.

O pai do conceito de anomia, Durkheim<sup>131</sup>, define-a como um estado de patologia social que surge da desintegração ou desestruturação de uma/numa sociedade, da consciência colectiva dos indivíduos – a raiz da anomia encontra-se na tensão gerada pela autoridade moral colectiva (consciência colectiva) e o interesse individual, isto é, quando a consciência colectiva falha o controlo das aspirações individuais (Brake: 1985). A ruptura ou enfraquecimento da solidariedade entre os indivíduos, resultante de factores vários, será o resultado de crises sociais cujo desenlace não foi no entanto desenvolvido pelo autor, para além do conhecido suicídio anómico – o que sugere que as causas da anomia não são individuais e tão pouco altruístas. Mas se o suicídio é um facto social cujas causas são

---

<sup>129</sup> Refere ainda Besnard que é nos anos 60 do século XX que o conceito de anomia adquire o estatuto de conceito sociológico, mercê da balização do mesmo: como signo da especificidade e necessidade da disciplina e da sua autonomia em relação a outras ciências sociais. O mesmo autor, no final da obra e a título de conclusão, deixa o seguinte remarque: “Le bilan assez sombre que nous avons dressé de l’utilité cognitive du concept d’anomie doit-il faire désespérer de la sociologie? Ou bien faut-il voir dans l’agonie de l’anomie le signe que la discipline a su surmonter une maladie de jeunesse en se débarrassant d’une notion aussi encombrante que vaine?” (Besnard: 1987, 10 e 387).

<sup>130</sup> Ibid, 210.

<sup>131</sup> Durkheim faz referência à anomia nos seus trabalhos sobre o “Suicídio” e na “Divisão do Trabalho Social” e foi buscar o conceito de anomia a Jean-Marie Guyau, para quem a anomia “est créatrice de formes nouvelles de relations humaines, d’autonomies qui ne sont pas celles d’une référence à des normes constitués, mais ouvertes sur une créativité possible” (Duvignaud: 1986, 75).

individuais<sup>132</sup>, não se compreende a razão porque o suicídio anómico se integra neste grupo classificatório (a par do egoísta e altruísta<sup>133</sup>), já que a causa do suicídio anómico não deve ser entendida como sendo individual – em última análise, a classificação de suicídio de Durkheim, ainda que revolucionária para a época, peca por pretender abarcar as motivações individuais e sociais.

Pode entender-se que a anomia, para Durkheim, sendo uma patologia social – e ainda no registo suicidário –, esvazia o egoísmo<sup>134</sup> e o altruísmo, por não se enquadrarem na definição patológica tal como é entendida pelo autor. À luz do que o conceito, ele próprio, encerra – o enfraquecimento ou a ausência de normas – é de considerar que a anomia, enquanto facto social, é um elemento perturbador da sociedade no seu conjunto (ou é expressão de perturbação social) que se reflecte na relação dos indivíduos uns com os outros e, posto isso, na sociedade. Nesta relação dialéctica, a anomia deve ser entendida como factor desestruturante, disfuncional, que poderá ter manifestações várias, tais como o egoísmo e o individualismo – desestruturação, esta, que pode bem ser entendida como desorganização social<sup>135</sup>. Na mesma senda, acrescenta Dubet (1994: 25) que com “O Suicídio”, “a anomia muda de natureza. Ela já não é definida unicamente como uma característica do sistema, antes designa o estado daquele que já não interioriza o sistema”, remetendo a anomia para o indivíduo.

Crítico relativamente à sociologia que surge mais como uma sociologia das variações<sup>136</sup> do que propriamente uma sociologia das mutações, Jean Duvignaud distingue

---

<sup>132</sup> Afinal, o que serão “causas individuais”? Durkheim estabelece a diferença entre o egoísmo e a anomia, não em termos sociológicos, mas sim psicológicos e individuais.

<sup>133</sup> O suicídio fatalista, ainda que considerado e categorizado pelo autor, ocupa pouco espaço no seu trabalho (apenas uma nota de rodapé). Citando Eugene Hynes, Besnard diz que “l’anomie et le fatalisme son le défaut et l’excès de la régulation des pulsions individuelles; l’égoïsme et l’altruïsme sont le défaut et l’excès de l’orientation de l’individu vers des fins sociales” (Besnard: 1987, 64).

<sup>134</sup> Segundo Besnard, o egoísmo e a anomia são, para Durkheim, expressão de um mesmo estado social (Besnard: Ibid: 74).

<sup>135</sup> Thomas e Znaniecki referem, a propósito do seu trabalho sobre os camponeses polacos na Europa e nos EUA (onde estabelecem a relação entre desorganização social e desorganização pessoal), que “le facteur essentiel de la désorganisation des familles et des communautés rurales polonaises serait l’apparition d’attitudes individualistes et hédonistes résultant des contacts avec le monde extérieur, notamment par les migrations saisonnières en Allemagne” (Besnard: 1987, 160).

<sup>136</sup> A este propósito, Duvignaud dá os exemplos de Comte (que procura os elementos positivos e permanentes da vida colectiva), Durkheim (que examina as múltiplas cristalizações das sociedades) e Max Weber (que interroga as relações constantes que se estabelecem entre duas ordens de actividades contingentes), sendo Marx o único que coloca a mudança no centro das suas reflexões. Ainda assim, o autor

“as variações que intervêm na trama da existência colectiva, perceber as determinações” sem que se esteja a “examinar nem a analisar as mudanças”, sendo a razão porque defende que “l’objet ou le domaine de la sociologie débordent la sociologie elle-même” (Duvignaud: 1986, 35-36). Sobre a anomia e a propósito de Durkheim, diz o autor que “l’idée de dérèglement résultant du changement, qui tend à laisser penser que la mutation viole nécessairement la règle lorsqu’elle est une véritable mutation”, faz com que “l’anomie résulterait donc du point d’imputation statistiquement repérable de cette infinité du désir sur une personnalité devenue par cela même individuelle et meurtrie” (Duvignaud: 1986, 39-40). É aqui que surge estouta questão, relevante na análise sociológica: a mudança é resultado do indivíduo, da acção, ou é a sociedade, a estrutura que desencadeia a acção e, conseqüentemente, a mudança? Esta é, também, uma pergunta a que Durkheim não responde. No entanto, ela surge como crucial para se poder compreender, mais do que a anomia, como se dão as mudanças nas sociedades. Nem Weber nem Marx respondem à questão na íntegra e Giddens, com a dualidade da estrutura, tão-pouco. Mouzelis com o dualismo que não rejeita a dualidade da estrutura, fica-se pela questão do poder e da sua hierarquização.

De entre os teóricos que se debruçaram sobre o tema, parece ser Margaret Archer quem melhor se aproxima da resposta, sublinhando o peso da estrutura que, por sua vez, desencadeará e modelará a acção dos indivíduos e a que corresponderá aquilo a que Spratt e Riesman (1968) chamam o carácter social do indivíduo. Esta “velha”, complexa e central questão sociológica parece poder ser resolvida se, na sua conceptualização, se tiver de facto em atenção o espaço, o tempo e o contexto<sup>137</sup>. Será em função do espaço, do tempo e do contexto – a que se acrescenta o pretexto –, que a problemática da e sobre a mudança se manifestará. Se nos ativermos a Lavoisier quando diz que “na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”<sup>138</sup>, constata-se que o mundo, os objectos, os indivíduos se encontram em permanente mutação, ainda que não de forma visível. Desta asserção se poderá concluir que a mudança se dá, independentemente da estrutura e/ou que será da dialéctica acção/estrutura que a mudança se produzirá, permanentemente. É claro que sempre se poderá colocar as questões sobre que acção, que estrutura e que mudança? É

---

considera o conceito de anomia o mais fecundo de entre os sugeridos/concebidos por Durkheim (Duvignaud: 1986, 35).

<sup>137</sup> Questão aliás já referida por Margaret Archer e Pena Pires, a propósito da dualidade da estrutura de Giddens (v. Cap. da tese em k isto é referido...

<sup>138</sup> Esta é, igualmente, uma questão muito cara à Filosofia – basta rever os filósofos gregos da antiguidade.

aqui que entra Merton<sup>139</sup> quando introduz o desajustamento que ocorre nas sociedades quando ocorre uma falha entre o objectivo e o meio para o atingir – é nesta desadequação que ocorre a fissura, a insatisfação, e emerge a anomia. A inexistência de concordância entre a estrutura e a acção emerge como epicentro da anomia<sup>140</sup>. Mas, afinal, o que é e quem é que produz a mudança, é o que surge como princípio orientador da estrutura e da acção. Porque a estrutura não é uma “entidade” estática, resta considerar que é a acção – quer a mesma seja ou não intencional – que preside a toda e qualquer mudança, o que faz com que se regresse a Marx. Regressados a Marx, importa então assumir que a acção adquire estatuto determinante quando se trata de mudanças profundas, de revoluções. Não sendo o caso, é o diálogo entre a estrutura e a acção que, no quotidiano, interagem, se degladiam e se vão posicionando, à vez, em função das forças em presença, isto é, dos tempos, contextos e pretextos. E é nesse confronto em que o indivíduo tem maior ou menor poder de acção e de reacção, que a mudança acontece.

Regressando à anomia, o que subjaz ao conceito é, como se disse, a desregulação, o desregramento, o desvio, logo são as normas, as regras que enformam uma sociedade, os seus valores que entram em crise. Dito isso, será então a problemática dos valores, quaisquer que sejam eles, aquela que determinará o estado anómico de uma sociedade e dos seus indivíduos. Durkheim, no seu registo da anomia, fala de ruptura ou do enfraquecimento dos laços entre os indivíduos em uma dada sociedade, sendo que a consequência pode traduzir-se e multiplicar-se nos indivíduos de forma excessiva ou deficitária<sup>141</sup> – em qualquer dos casos, a anomia é apresentada como factor desestabilizador, anormal, patológico, desviante (Merton), o equivalente à quebra da normalidade durkheimiana e, como refere Besnard, a anomia durkheimiana (relembre-se) está ligada à mudança (quer seja a anomia aguda, quer a crónica). Parsons chama à atenção para a indeterminação dos fins da acção e para a ausência de um sistema de símbolos suficientemente concretos e estáveis em torno dos quais os sentimentos do indivíduo podem cristalizar-se<sup>142</sup>, sendo este último o que parece encontrar-se mais

---

<sup>139</sup> Cohen critica Merton por considerar um erro a conceptualização da solução para a anomia deste, que é individual, enquanto para Cohen ela é colectiva (Brake: 1985, 51).

<sup>140</sup> Ainda em torno do conceito de anomia, v. os trabalhos de Pedro Moura Ferreira.

<sup>141</sup> Para Eugene Hynes, “l’anomie et le fatalisme sont le défaut et l’excès de la régulation dès pulsions individuelles; l’égoïsme et l’altruïsme sont le défaut et l’excès de l’orientation de l’individu vers dès fins sociales” (Besnard: 1987, 64).

<sup>142</sup> (Besnard: 1987, 167). Os quatro tipos de desvio definidos por Parsons, são: a actividade-passividade e a conformidade-alienação.



próximo da realidade angolana, mercê da desestruturação da sociedade e da alienação dos indivíduos e, conseqüentemente, dos seus valores. Quanto à indeterminação dos fins da acção esta, a acontecer no caso angolano, será uma consequência da anterior, isto é, da ausência dos símbolos acima referidos.

Mas, a verdade é que o conceito de anomia remete, necessariamente, para o de facto social, como já aqui foi avançado, porque na definição de facto social, Durkheim entende-o como um sistema de valores que é imposto aos indivíduos. Deste modo, quando o sistema de valores não encontra adesão por parte dos referidos indivíduos, esboroa-se o equilíbrio social que o facto social sugere e define. Por outro lado, pode sempre dizer-se que a ausência de equilíbrio social, a sua desagregação, o que faz é potenciar a emergência de um novo equilíbrio. A questão que se coloca é relativa ao momento da emergência e sobretudo da cristalização desse novo equilíbrio: será imediato ou levará o seu tempo? Tudo leva a crer que a resposta a esta pergunta seja a segunda. Mas, há ainda a considerar-se um outro plano, que é não o da ausência de adesão mas do facto de os valores em presença em uma determinada sociedade não serem e/ou estarem, eles próprios, suficientemente estruturados, devendo-se esta “indeterminação, em grande medida a factores como a sociedade ter-se confrontado com uma revolução e, conseqüentemente, uma revolução de e nos valores que, impostos ou não, têm a adesão de grande parte dos indivíduos e estes, ainda mal refeitos, são confrontados, pouco tempo depois, com outras tantas mudanças no seu sistema de valores, o que os leva, a par de uma série de condicionalismos e condicionantes, à anomia<sup>143</sup>.

São, pois, algumas interpretações possíveis do estado de anomia, porventura passíveis de ser o caso de Angola (em pouco tempo, os angolanos “aderiram” a comportamentos, práticas e atitudes entre materialistas e utilitárias que se traduzem em desumanização), não podendo ser ignorada a perspectiva de Merton para quem não é somente a ausência de normas a origem da anomia mas também o conflito das mesmas, reconhecendo o potencial criativo da anomia e, claro está, o seu lado destrutivo.

---

<sup>143</sup> A propósito da anomia e da violência colectiva, o destaque vai para Huntington para quem “la modernisation tend à produire l’aliénation et l’anomie, l’absence de normes engendrée par le conflit de valeurs anciennes et nouvelles” (Besnard: Id., 200).

### **1.1 – Angola: entre a anomia e a mudança?**

Não é possível problematizar a possível relação entre a anomia e a mudança, sem referir que o continente africano e os africanos foram, durante muito tempo (no âmbito da situação colonial e do colonialismo) tidos como aqueles que se encontravam arredados de mudanças – uma das justificações para o seu não desenvolvimento e importância e para a necessidade e urgência de protecção por parte da Europa (Mbembe: 2001).

À luz do conceito de anomia, é curial que se equacione (e interrogue) que em Angola se vive um período de anomia e se os comportamentos dos jovens angolanos serão reflexo da mesma. Ao falar-se de crise de valores e sabendo-se que em termos demográficos os jovens representam mais de metade da população, não se pode deixar de associar a tão propalada crise de valores, em Angola, à igualmente conhecida crise juvenil que caracteriza esta faixa etária (uma crise que começa na adolescência). Em termos meramente especulativos, poder-se-ia dizer que qualquer uma delas pode ser causa da outra mas, no presente caso, a questão não pode colocar-se deste modo, desde logo porque a crise juvenil é normalmente entendida numa perspectiva psicológica, enquanto a crise de valores tem uma explicação sociológica. Para Melucci (cit. em Stecanela: 2010, 45) “a crise é um tipo particular de mudança e tem como peculiaridade certo carácter de evento ingovernável no qual se está mergulhado, com a sensação de não ter agido para obter aquele tipo de mudança, nem de tê-lo desejado”, definição que parece desresponsabilizar os sujeitos, os indivíduos, pelo menos em termos individuais, mas que acaba por convocá-los no plural. Não há “culpados” a quem apontar o dedo, e sim a constatação de que um fenómeno social se passa e que necessita de ser investigado e compreendido – trata-se, na verdade, de um facto social.

Sendo que a desestruturação do tecido social, a ausência de regras são sintomas e desencadeadoras de práticas, acções que se poderão considerar anómalas, perguntar-se-á se a guerra, com as suas múltiplas consequências, terá sido a matriz de uma possível anomia em Angola? Para isso, é necessário ter em atenção a interpretação de Elton Mayo, do conceito de anomia a partir de Durkheim. Para Mayo, o que Durkheim quis significar e aquilo para que chamou à atenção com o conceito de anomia, foi que a anomia é um sintoma, um mal para que tendem todas as sociedades que têm um desenvolvimento rápido, numa civilização industrial (Besnard, 1987: 163-164). No caso de Angola, pode dizer-se que se assistiu a um desenvolvimento rápido a partir de 1992, ainda que o conceito de desenvolvimento seja passível de discussão e ainda que a industrialização não

seja um dos elementos desse mesmo desenvolvimento. Ainda que não deite por terra a explicação de Mayo que serve tão-somente para explicar o contexto em que vivia Durkheim quando este definiu e caracterizou a anomia, a verdade é que para se compreender a anomia, é necessário que se tenha um conjunto de itens que convoquem o “mal” a que se refere Mayo, de entre os quais se destaca a guerra, mas também dos diferentes factores referidos por Parsons (ainda que no concernente às sociedades ocidentais), como é o caso das transformações estruturais rápidas como a urbanização e as migrações, que mais não são, no presente caso, consequências da guerra. Tal é o caso de Angola.

Angola é um país que, desde 1974, vem passando por momentos fracturantes. A guerra e as suas consequências nos diferentes planos – social, físico, económico, material, psicológico e espiritual –, arrastaram consigo forças e fragilidades incomensuráveis. O combate e a resistência passam a integrar o dia-a-dia dos angolanos passando a constituir a duas faces de uma mesma moeda, e a luta pela sobrevivência é o objectivo comum. Os expedientes entretanto concebidos para enfrentar as sucessivas crises expressam bem não somente as dificuldades enfrentadas, como igualmente a capacidade de contornar a crise por parte dos angolanos<sup>144</sup>: é logo nos primeiros anos de independência que uma percentagem significativa da população passa a comercializar os produtos, da sua dieta alimentar, adquiridos nas “lojas do povo” – sobretudo a cerveja e os refrigerantes – e é por via deste “negócio” que vive e consegue custear as suas viagens, nomeadamente a Portugal como era moda na altura. Não é pois, surpreendente, que a “arte do desenrasque” se tenha tornado (ainda assim é, hoje, mas de forma mais depurada), em Angola, a senha da sobrevivência. Da “gasosa” às kinguilas (nome dado às mulheres que fazem o câmbio da moeda nas ruas), passando pela kixiquila (estratégia consubstanciada na entrega mensal de pequenas quantias de dinheiro a um dos elementos do grupo entretanto formado, e que funciona rotativamente) e pelas mulheres que vendem nas ruas (as “velhas” kitandeiras que entretanto abriram espaço às zungueiras<sup>145</sup>), o retrato não ficaria completo se se não referisse os milhares de crianças e jovens que calcorreiam as cidades de lés-a-lés

---

<sup>144</sup> Segundo Stecanela (op. Cit.: p. 45), “a crise gera conflitos, resistências, saudosismos e também desafios”.

<sup>145</sup> Kitandeira (que vem do kimbundo kitanda, que significa mercado), o mesmo que vendedora (de mercado ou afins, mas também de rua) e que faziam parte do quotidiano das gentes nascidas antes de 70 do séc. passado (mais precisamente no período anterior à independência) enquanto zungueira (que provém do kimbundo zunga, que significa andar à deriva, sem rumo) tem um sentido “plástico” e é usado depreciativamente ainda que para significar, à semelhança de kitandeira, vendedora.

(sobretudo em Luanda) vendendo de tudo um pouco, são incontáveis os “esquemas” de resistência e criatividade de entre os quais alguns floresceram e prosperaram.

Paralelamente a estas novas formas de vida, novos valores foram sendo assimilados, sobretudo a partir da década de 90 (o período correspondente à chamada “abertura democrática”) sendo, o principal, o dinheiro. Se até à década de 90, os angolanos de um modo geral tinham o básico para viver, de repente a escassez já não propriamente de géneros mas de dinheiro, passa a integrar o leque reivindicativo dos angolanos. O manancial de dificuldades e de aspirações de toda a ordem, porventura adormecido, ergue-se e com ele surgem fenómenos tais como o das crianças de e na rua, a prostituição, a indigência, a delinquência, a violência, o desemprego, entre outros<sup>146</sup>. Dir-se-ia que o “desenvolvimento” escancara as portas de uma sociedade, a todos os títulos carente de tudo. O empobrecimento a que foram votados milhões de angolanos, o desemprego galopante, a inflação desmedida e uma cidade, Luanda, a rebentar pelas costuras com cerca de 5 a 7 milhões de habitantes, são razões bastantes para se poder dizer que as mudanças, em Angola, não são letra morta. O interessante é compreender e saber como é que essas mudanças se fizeram sentir e em que medida: i) terá havido uma ausência ou enfraquecimento das normas, das regras?; ii) a ser verdade, que normas e regras estarão enfraquecidas?; iii) que sectores ou áreas serão os afectados pela anomia? Tendo em consideração tudo quanto foi dito, é “natural” que tenha ocorrido um enfraquecimento das normas, mesmo porque o papel do estado na regulação da coisa pública é fraco, o que é em grande medida explicado pelos consecutivos anos de guerra.

A não satisfação das necessidades básicas da população em áreas tais como a educação, a saúde, sem esquecer que uma grande percentagem da população vive dificuldades para poder fazer as três refeições diárias, vivendo abaixo do limiar da pobreza, o deficitário sistema de abastecimento de água e de saneamento básico, as constantes falhas de energia, a dificuldade no acesso à habitação, todas elas são razões suficientes para que a anomia se instale, ainda que o povo continue rindo, cantando e dançando. O *déficit*, que a “institucionalização” da corrupção só veio agudizar, gerou um

---

<sup>146</sup> Relativamente ao trabalho de Thomas e Znaniecki, pode ainda ler-se que “les adultes son désorganisés par suite de l’effondrement des règles de conduite ancienne; les enfants sont amoraux en l’absence de règles de conduite socialement sanctionnées” (Besnard: Ibid., 160). Quanto à violência, no caso dos jovens e segundo Judith Lazar, ela é não somente um fenómeno social total como começou a manifestar-se no início dos anos oitenta, na maior parte dos países democráticos, havendo um conjunto de factores entre económicos, financeiros, sociais e culturais que estarão na base do fenómeno (Lazar: 2002, 15-16).

déficit de confiança generalizado dos indivíduos relativamente às instituições, ao estado, ao poder político e ao cidadão comum. A arte do “desenrascanço” que neste momento se pode traduzir em uma expressão cara logo após a independência, nos áureos anos da revolução, e que passadas três décadas traduz a actualidade é “ao inimigo nem um palmo de terra”, sendo que o inimigo é o vizinho do lado – é a ilicitude a ganhar foro de cidadania. De tudo isto se pode para já, concluir, que as dificuldades aliadas à insatisfação – a dificuldade de satisfação das dificuldades do dia-a-dia, dos chamados valores materialistas (essências, básicos) tal como é entendido por Inglehart (1997), gera uma insatisfação generalizada –, terão contribuído para gerar a anomia, “uma” anomia que se enquadra na perspectiva de Merton e que se situa entre a criatividade e a destruição.

Dito isto, importa também sublinhar que um dos aspectos geradores da anomia, a insatisfação, o choque entre o pretendido, o esperado e a sua não concretização, poderá explicar a razão porque se assiste ao desfasamento entre a realidade e o desejo (ou o desejado), o que pode remeter para o domínio individual e psicológico. Numa dimensão sociológica, falar-se-á, então, de insatisfação colectiva, aqui não somente de grupos mas de toda uma sociedade. Para enfrentar o sistema, novas formas foram engendradas e, valores tais como a confiança, a solidariedade e a honestidade, foram respectivamente substituídos pelo individualismo, pelo egoísmo, suborno, pelo compadrio e pela corrupção. É bem verdade que, no que diz respeito ao individualismo, que segundo Duvignaud “ne définit pas un être ni une substance fixe, mais l'éventuelle imputation de la novation dans la trame de la vie collective au point où les fissures apparaissent dans le système”<sup>147</sup> (Duvignaud, 1986: 59), sempre se poderá dizer que o mesmo integra a galeria de práticas da pós-modernidade, pós-modernidade que também se faz sentir em Angola em múltiplos aspectos – em Angola também existem, por exemplo, grupos e associações de defesa do ambiente, ainda que não existam os de defesa por exemplo dos cães, no que se compreende, já que muitos dos angolanos têm, literalmente, “vida de cão” (“vida de cão” tal como era entendida e vivida antigamente e não à luz dos parâmetros ocidentais que os tratam como “filhos”).

---

<sup>147</sup> Para este autor, o fenómeno anómico, associado à mudança, é sempre individual, “parce que la novation ne pouvant apparaître dans les couches sociales traditionnelles ou même celles qui sont affectées par le changement (...) émerge aux confins de la vie sociale encore officielle, dans des groupes privilégiés que leurs privilèges exilent de la société dans une hyperconscience de la réalité globale, chez les marginaux de toutes sorte (...) dans des actes contingents, irrépétibles, qui scandalisent apparemment quand ils sont exécutés” (Duvignaud: 1986, 59).

A “era do vazio” descrita por Lipovetsky e onde o autor fala de uma nova fase na história do individualismo ocidental, a ter começado no ocidente (Europa e América do Norte) e também caracterizado pelo excesso (e também pela flexibilidade) segundo Robert Castel, já transpôs fronteiras – o “processo de personalização” que contempla dois pólos (um positivo que diz respeito à liberdade e outro negativo por ser fracturante no concernente à socialização disciplinar) e que tem o “narcisismo colectivo” como denominador comum (Lipovetsky: 1988, 8 e seg.) – de tal modo que muitas das características enunciadas pelo autor, estão presentes na sociedade angolana, um país onde a mudança acontece, muitas vezes vertiginosamente. E é claro, também que, neste sentido, falar-se de anomia, em Angola, será falar-se de mudanças. Neste quadro, natural é que as “infinitas consequências colectivas e individuais”<sup>148</sup> resultantes da anomia, façam emergir novos elementos, novos quadros conceptuais, novas categorias, novas realidades. Em suma, a anomia surge como elemento de mudança, qualquer que ela seja e, em Angola, a mudança acontece e encontra-se particularmente representada no eixo axiológico, uma consequência das mudanças fracturantes sentidas um pouco por todo o lado.

Para melhor explicar e compreender estas mudanças, nada melhor do que o recurso uma vez mais a Merton que, a propósito da anomia, nos reenvia para um desequilíbrio interno da estrutura cultural (os meios institucionais, os instrumentos), isto é, uma forte valorização dos fins e a uma fraca definição normativa dos meios utilizados para atingir os referidos fins, ainda que se fique sem saber se a anomia resulta do desequilíbrio ou se é constitutiva do mesmo<sup>149</sup>. A descrição da pós-modernidade por Lipovetsky parece sugerir que a erosão que emana da anomia é, se não sinónimo, uma de suas características, porquanto “a cultura pós-moderna é um vector de alargamento do individualismo; diversificando as possibilidades de escolha, liquefazendo os marcos de referência, minando os sentidos únicos e os valores superiores da modernidade, modela uma cultura personalizada ou por medida, permitindo ao átomo social emancipar-se das balizas disciplinares-revolucionárias” (Lipovetsky: 1988, 13)<sup>150</sup>.

---

<sup>148</sup> Ibid., p.87.

<sup>149</sup> Besnard: 1987, 230. A teorização de Merton em torno da anomia, passa pelos seus estudos sobre a sociologia do desvio.

<sup>150</sup> Singly (2005: 63) refere haver uma confusão entre “individualismo” e “individualismo metodológico”, «presque toujours “l’individualisme” désigne un terme négatif dont le sens ordinaire, ou semi-savant, oscille entre l’égotisme et le libéralisme économique. Pourtant, l’individualisme constitue initialement un idéal fondateur des sociétés occidentales modernes qui ne peut être confondu ni avec la thèse d’un déclin moral ni

Está-se, assim, perante não somente uma sociedade mas sobretudo o indivíduo hipermoderno (Aubert: 2005), uma hipermodernidade paradoxal, sendo que uma das questões que se colocará nesta hipermodernidade paradoxal é se a anomia, para além de um conceito, pode ser considerada um valor?

## 2 – A problemática dos valores

### 2.1 – Em torno do conceito de valor(es)

É certo e sabido que o conceito de valor<sup>151</sup> convoca, desde logo, a dimensão económica, dimensão essa que se vai esbatendo e metamorfoseando no contexto dos seus atributos, e atribuições – entre a utilidade e a crença, ínvios são os caminhos dos valores. Assim é que o valor atribuído a uma mercadoria não será o mesmo que é atribuído a um juízo – trata-se de duas diferentes perspectivas: uma que quantifica e outra que qualifica, ainda que elas não se oponham (é possível, dir-se-ia desejável, quantificar e qualificar um mesmo objecto ou mercadoria). É igualmente certo que enquanto substantivo-adjectivante, a palavra valor presta-se a outras construções semânticas tais como valorizar, valorar<sup>152</sup>, remetendo, de igual modo, para a dimensão “avaliativa” que pode ser melhor ou pior, maior ou menor – quer isto dizer que existirá uma gradação, qualquer que seja, de que o juízo de valor será e funcionará como barómetro.

O conceito de valor, no quadro das ciências sociais, foi e é objecto de reflexão e estudos nomeadamente por parte da psicologia e, no tocante a aspectos de ordem metodológica, a questão, candente, poderá traduzir-se do seguinte modo: haverá ciência sem valores? Não sendo propósito deste trabalho dar resposta a esta pergunta que, mais do que controversa, já foi por demais discutida tendo levado a respostas (mais ou menos) inconclusivas, parece contudo ser ponto assente que a questão dos valores tem de ser acautelada enquanto obstáculo epistemológico. Neste trabalho os valores são tomados como objecto e, também aqui, algumas questões se levantam, desde logo a seguinte: são os valores mensuráveis? Os valores terão sido a linha de fronteira que separou as ciências sociais das naturais, a ciência do senso comum, dos juízos de valor ao valor dos juízos – pois não há valores sem juízos. No caso das ciências sociais os valores terão constituído,

---

avec la domination d'un système de production et d'échanges. En sociologie, cette méfiance s'est encore accrue du fait que l'individualisme a été accaparé par les partisans de "individualisme méthodologique"».

<sup>151</sup> Sobre as diversas acepções e sinónimos da palavra valor, v. Lavelle (1951).

<sup>152</sup> A este propósito, v. Myrdal (1965).

emblematicamente, a trave-mestra do reconhecimento daquelas como ciências, por terem conseguido superar ambiguidades e resistências que se colocavam à condição do sujeito ser simultaneamente objecto, sem que para isso tivesse de deixar de ser objectivo e científico. É o carácter profiláctico desta relação entre o sujeito e o objecto que permitiu e permite que os valores tenham sido metodologicamente compaginados, não deixando de ser, também eles, objecto de pesquisa. Talvez, por isso, “a sociologia dos “valores” confronta-se com duas questões de vulto: uma de natureza definitória ou conceptual: *o que se entende por valores?*, outra de natureza operatória ou metodológica: *como dar conta desses valores?*” (Pais: 1998, 17)<sup>153</sup>.

A resposta a estas questões é o que se pretende dar ao longo das próximas linhas mas, para já e por uma questão operacional, importa estabelecer as diferenças entre os valores, as atitudes e as crenças, sendo que “values are often regarded as determinants of attitudes and beliefs. Values are more global, abstract attributes than attitudes, which refer to some specific class of situation, object, or person. (...) Both values and attitudes are *evaluative* in nature; they reflect how we feel. Beliefs, in contrast, are *cognitive*; they concern thoughts and ideas rather than feelings and emotion” (Harding: 1986, 4-5)<sup>154</sup>. Para Inglehart (1977: 29), citando J. Robinson e P. Shaver “values differ *operationally* from attitudes only in being fewer in number, more general, central and pervasive, less situation-bound, more resistant to modification and perhaps tied to developmentally more primitive or dramatic experiences”. Assente que existe uma diferença entre os valores, as atitudes e as crenças, são os valores, enquanto orientadores do comportamento (Almeida: 1990, 124), o *leit motif* destas páginas – isto apesar de o entendimento relativo aos valores humanos ser um processo nunca acabado “a never ending process” (Rokeach: 1979).

A relação entre os valores e a moral e os valores e a ética – território de excelência da filosofia (são conceitos, princípios, valores considerados fundadores) – integra o núcleo de interrogações que se não pode ignorar por ser parte do universo mais geral da conceptualização dos valores. Para a filosofia, a ética é um domínio central das acções dos indivíduos por força da implicação moral que a mesma acarreta e que se traduz no dever e na responsabilidade dos e entre os indivíduos, sendo que os valores se apresentam de feição prática e utilitária, centrando-se na finalidade da acção (Alicke: 1983, 5)<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> O sublinhado é do autor.

<sup>154</sup> O sublinhado é do autor.

<sup>155</sup> Ainda que com um enfoque para a psicologia, a abordagem histórica, com rigor académico ainda que descomplexada dos e sobre os valores faz, deste livro, de leitura obrigatória. Quanto ao que chamamos



Em torno dos valores muitos foram os autores que se debruçaram e, da filosofia à sociologia, inúmeras são as abordagens, as teses e as teorias – entre marxistas e funcionalistas, entre outras correntes e escolas, é um mundo que se abre.

Etimologicamente, por valor se deve entender como “conjunto de princípios ou normas que, por corporificar um ideal de perfeição ou plenitude moral, deve ser buscado pelos seres humanos; no pensamento moderno de tendência relativista, cada um dos preceitos ou princípios igualmente passíveis de guiar a acção humana, na suposição da existência de uma pluralidade incontornável de padrões éticos e da ausência de um Bem absoluto ou universalmente válido”<sup>156</sup>. De entre os sociólogos que se debruçaram sobre a problemática dos valores, destaque-se Weber para quem os valores explicam e condicionam a acção dos indivíduos, Marx que defende que os valores são expressão da acção dos indivíduos, são produto das estruturas – os valores (ideias, crenças, princípios) são, para Weber, elementos constitutivos da acção (no que vai de encontro a Durkheim) enquanto para Marx são o resultado das acções dos indivíduos e ainda Parsons para quem os valores são determinantes na acção dos indivíduos porquanto todas as sociedades mais não são do que sistemas sociais orientados por valores.

Já Touraine e a propósito da sociologia da acção, diz que esta “não é uma sociologia dos valores mas um estudo da criação dos valores, considerados como orientações normativas da acção e que a sua razão de ser deve ser encontrada unicamente na acção ela-própria”, não havendo “continuidade entre valores e normas ou, mais exactamente, entre orientações culturais e ideológicas” (Touraine: 1965, 54 e 86). Deste modo e tal como é habitualmente apresentada, “a noção de valor tem por função mascarar o hiato entre apostas culturais e interesses sociais, mascarar o espaço dos conflitos de classe”, sendo “falso que os actores sem interacção se reportam às mesmas normas e aos mesmos valores (Touraine: 1984, 85-86). Destes autores, deve entender-se que os valores são a expressão acabada entre o ser e o estar dos indivíduos, aquilo que os consubstancia, e relação entre a acção e o pensamento, mas também o incontornável *link* entre os indivíduos e a sociedade. A substantivação de que são devedouras as acções, que plasmam as sociedades, são a causa e o efeito das mesmas. A importância dos valores reside no lugar que estes ocupam no concerto da estruturação das sociedades e, nesta medida, dos

---

“valor prático”, é por ser eminentemente social que faz com que se fale das funções dos valores, a saber: adaptação, a abstracção, **self-definition**, guia e motivação **in person-situation** interacção (Kahle: 1983).

<sup>156</sup> Estas são duas (perspectiva ética) das mais de vinte “entradas” possíveis da palavra valor (Houaiss: 2003, vol. VI, pp.3659-3660).

indivíduos, razão porque os valores também podem ser definidos e entendidos como “beliefs about desirability that organize experience and direct behavior with respect to certain broad classes of events”, destacando Epstein (1999: 4) a dimensão da preferência (à semelhança de outros autores como é o caso de Rokeach), da escolha, sendo que os conceitos mais próximos dos valores são os objectivos, a finalidade e os motivos (Epstein, id.)<sup>157</sup>.

Os argumentos até agora apontados justificam a pertinência do debate teórico em torno dos valores, razão por que se procede à análise do conceito, do seu lugar e as formas por que se exprime. No entanto, a discussão em torno do conceito de valor(es) tem, como premissa, o conflito entre valores absolutos e os relativos (Connor, 1992), e o que este autor faz é recusar aquilo à que chama rendição “either the orientation towards the universal, absolute and transcendent value, or the commitment to plurality, relativity and contingency” porque “it arises from the apprehension of the mutual implication of the various versions of the absolutist and relativist cases, the fact that, as well as contradicting each other, each side of the argument also requires, confirms and regenerates the other” (Connor: 1992, 1)<sup>158</sup>.

Porque a avaliação é incontornável e inevitável, Connors afirma que o valor é inescapável (Connors: *Ibid.*). Para atestar da inescapabilidade dos valores, Connors cita John Fekete para quem “we live, breathe and excrete values. No aspect of human life is unrelated to values, valuations, and validations. Value orientations and value relations saturate our experiences and life practices from the smallest established microstructures of feeling, thought, and behaviour to the largest established microstructures of feeling, thought, and behaviour to the largest established macrostructures of organizations and institutions. The history of cultures and social formations is unintelligible except in relation to a history of value orientations, value ideals, goods values, value responses, and

---

<sup>157</sup> “Motives imply goals and goals imply motives. Neither can exist without the other. Motives emphasize the person part of the person-situation interaction, whereas goals emphasize the situation part of the interaction. Values, like goals, usually emphasize situational characteristics, but they also imply attributes of the person with reference to the situations” (Epstein: 1999, 4).

<sup>158</sup> Para Connors, “value, in this imperative sense, is the irreducible orientation towards the better, and revulsion from the worse (...) the imperative to value might be identified with the pleasure principle, which seeks always to increase the yield of pleasure and to avoid all forms of displeasure, or it might be identified with the biological basis of our beings, in our seemingly inbuilt need to preserve life and to resist death” (Connors: 1992, 2).

value judgements, and their objectivations, interplay, and transformations”<sup>159</sup>, na mesma senda de Stoetzel, para quem os os valores são os ideais, são preferências que predisõem os indivíduos a agir de uma determinada maneira, “pertencendo às orientações profundas que estruturam as representações e as acções de um indivíduo”, razão porque constituem a sua identidade profunda (Bréchon: 2000, 9). Para Schwartz, “values represent, in the form of conscious goals, three universal requirements of human existence: biological needs, requisites of coordinated social interaction, and demands of group survival and functioning. Groups and individuals represent these requirements cognitively as specific values about which they communicate in order to explain, coordinate, and rationalize behaviour”<sup>160</sup> (Schwartz: 1996, 2), sendo que os valores podem servir interesses individuais, colectivos e ambos, razão porque os interesses são uma definição característica e intrínseca dos valores (Schwartz et al: 1990).

De entre as seis referências que Tiles e Oberdiek fazem a propósito do uso dos valores e que, na perspectiva dos mesmos, vão desembocar na cultura, cultura que objectiva os referidos valores, destaque-se “a quality (or a practice) that is partially constitutive of a persons identity, as a self-evaluating, a self-interpreting, a self-making being; a fundamental criterion for a person to choose what is good (or better) among possible courses of action; a fundamental standard to which one holds the behaviour of self and others” (Tiles et al: 1995, 40-41).

Se tivéssemos que exprimir em uma linguagem de senso-comum, diríamos que a problemática dos valores se coloca na já velha dualidade do bem e do mal<sup>161</sup>. A luta entre o bem e o mal é a luta relativa à conservação da espécie humana e é ela que rege a vida em sociedade. Compreende-se, pois, que a discussão acesse tempos, instituições, e seja objecto de aturadas reflexões por parte das diferentes confissões religiosas mas que também faça parte do debate científico. Temas como a moral e a ética são os sucedâneos desta busca de um sentido para a vida, da felicidade que só uma vida virtuosa que clérigos e filósofos de há muito reclamam, como seu reduto por excelência, permitiriam alcançar.

---

<sup>159</sup> Fekete, John (1988), Introductory Notes for a Postmodern Value Agenda” in *Life after Postmodernism: Essays on Value and Culture*, ed. John Fekete (London: Macmillan, 1988), p. i., in Connors, 1992: 8.

<sup>160</sup> Segundo Schwartz, dez tipos de valores derivam dos três universais: o poder, a realização, o hedonismo, o estímulo, a auto-direcção, o universalismo, a benevolência, a tradição, a conformidade e a segurança.

<sup>161</sup> O termo valores tem sido usado de forma variada para referir interesses, gostos, preferências, deveres, obrigações morais, desejos, objectivos, necessidades, aversão e atracção, etc., e explicita ou implicitamente, “they are continually regarding things as good or bad, pleasant or unpleasant, beautiful or ugly, appropriate or inappropriate, true or false, virtues or vices” (Williams: 1979, 16).

Naturalmente que não se poderia eximir de relacionar os valores com este outro domínio que é o da moral e da ética (como já referido) já que, se se concordar com Stoetzel (1983), neste domínio os factores sociológicos de variação que aparecem como os mais importantes são a idade, o nível de instrução e a posição política e religiosa, se se considerar que são os indivíduos, os papéis e as posições que os mesmos ocupam que ditam os códigos de conduta nas sociedades. Quando se fala de valores, fala-se, não tão poucas vezes, não somente de mudança<sup>162</sup> – uma mudança assente na verificação e não no postulado, defende Boudon (1984) – como de crise de valores. Em todos os tempos e sociedades, de uma maneira ou de outra, não há como escapar à mudança e à crise ou pretensa crise de valores de que os jovens se não são considerados os responsáveis são, para bem e para o mal, invariavelmente os visados no confronto, qualquer que ele seja (de que se destaca o geracional).

A este propósito, refira-se o livro que dá por título “para onde vão os valores?” e que reúne textos de diversos autores. Publicado em 2004 e coordenado por Jérôme Bindé, no seu prefácio contesta-se a ideia da associação da existência de uma crise de valores e de que a mesma se deveria (e deverá, para alguns) à eclosão da mundialização que estaria apenas preocupada com os progressos técnicos, na materialização (naturalmente sem alma, portanto desumanizada) e, por conseguinte, incapaz de guiar as acções dos indivíduos porque indiferente à importância dos valores. Interrogando-se sobre se se assistiria ao crepúsculo, à guerra ou à hibridação de valores, sugere-se que o que se passaria e passará ser(i)á antes uma crise de sentido dos referidos valores e da aptidão para geri-los, o que se poderá também traduzir por uma ausência de valores compartilhados.

Qualquer que seja a situação, pode ver-se que, para além de uma preocupação, a “crise de valores” é uma questão que reúne o consenso relativamente à necessidade, no mínimo, de se discutir sobre o tema. E isto sucede porque os valores são “capitais” na e para a organização e sobrevivência das sociedades e dos indivíduos. A mudança social é um facto incontornável ou, no dizer de Roberts (1995: 6), “change is a ubiquitous feature of modern life” e “each generation seems to see itself as experiencing momentous social changes”. Sim, porque as “crises de valores” mais não são do que a face visível de mudanças e/ou do conflito de gerações a que não é alheio o ambiente político, social, económico, religioso e cultural por que passam as sociedades – estas as crises cíclicas,

---

<sup>162</sup> A este propósito, v. Boudon (1984: 200), para quem “a mudança social só pode ser *científica* (...) quando incide sobre processos parciais bem definidos no tempo e no espaço”. O sublinhado é do autor.

porque de crise de valores se poderá falar também em outras situações de conflito como é o caso da guerra. Poderia facilmente afirmar que são estes que despoletam as crises, ou o seu contrário. É possível que um e outro se revezem em função das características dos indivíduos e das sociedades. Se se for por este caminho, poderá dizer-se que os valores individuais não têm de ser os colectivos, sendo o contrário também verdadeiro, na medida em que não existe uma concomitância entre os mesmos. Existe, sim, a tentativa de equiparar os valores individuais com os colectivos, tendo como objectivo o equilíbrio social. Fala-se de valores familiares, geracionais, classistas, políticos, religiosos, morais, culturais, materiais, entre tantos outros, numa escala(da) que visa não somente identificar como dotar de identidade diferentes grupos e categorias sendo, também ele, um conceito polissémico. Ora, assim como o conceito é polissémico, também os valores são plurais e conflituantes (Lukes: 2008).

De forma mais ou menos inconsciente, tendem os indivíduos a considerar os seus valores como sendo melhores do que os dos outros, o que remete para a definição proposta por Almeida (2000: 160) para quem “os valores sociais são sistemas estruturados de preferências”, o que sugere a liberdade de escolha dos indivíduos no tocante aos valores por si adoptados, ainda que o mesmo autor ressalve que os referidos sistemas de preferências têm enraizamentos sociais; mas, também, de forma mais ou menos consciente, tendem os indivíduos a considerar que, quando se fala de valores, se está no território do que é ideal, do que é bom, do que é exemplar. Os valores podem ser bons e maus, dependendo do critério de cada um, de cada sociedade, das normas por que os indivíduos e as sociedades pautam as suas acções. Se se for aos verbos valorar ou valorizar, constata-se que os mesmos significam o acto de dar, atribuir valor a algo ou alguém, o acto de dar ou atribuir mais ou menos importância a algo, o que pressupõe a existência de um critério, norma, de um modelo a partir do qual o juízo é feito, a qualificação é atribuída. E onde há valoração, existe o seu oposto, há censura, e esta remete necessariamente para estoutro juízo de valor que é o o mau, o errado, o negativo. Mas é nesta imbricação entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, é neste enredo de antíteses, nesta constante alteridade, que radica a importância dos valores e da sua cultura.

Quando se fala de valores, fala-se, necessariamente de escalas, escalas essas que funcionam como termómetros das acções dos indivíduos. Porque as sociedades são e estão organizadas em torno de princípios, a ética acaba por ser e estar imanente, enquanto a moral, residual, é que nos permite agir em conformidade com os valores – por isso

entender-se ser a ética um dogma – do grego *dóigma*, decisão, decreto<sup>163</sup> – e a moral o esteio dos valores<sup>164</sup>. De entre a plêiade de valores de que os indivíduos e as sociedades dispõem,<sup>165</sup> o valor definido e entendido como moral acaba por ser, porventura, o menos consensual. E isso porque os indivíduos e as sociedades tendem a sacralizar a moral, a tomá-la como una e indivisível – Kant, para quem a razão/racionalidade era o magma da e na acção dos indivíduos, será o expoente máximo desta conceptualização –, quantas vezes confundindo-a com a ética.

A problemática da moral assenta na presunção da certeza de uns e, conseqüentemente, no julgamento que daí deriva quando perante práticas contrárias ao considerado certo, justo, correcto, bem – e isso sucede, sobretudo, quando há uma maioria que assim o entende e/ou aceita e, por conseguinte, tudo o que lhe é contrário é recusado e quantas vezes tido como amoral. Assim é que também é preciso não esquecer que a “*décalage existant entre les jeunes et leurs aînes sur le plan des valeurs morales (...) ne tien pás seulement à l’apparition de nouvelles valeurs (authenticité, tolérance, liberté...) propres aux jeunes, ou à l’affaiblissement de valeurs traditionnelles auxquelles les adultes seraient encore attachés (patriotisme, honneur, respectabilité, sens religieux...), mais aussi à l’infidélité d’une partie des adultes à certaines valeurs universelles (justice, loyauté, respect d’autrui, amour, spiritualité, etc.) qu’ils défendent en façade*” (Camilleri e Tapia: 1983, 29). Ou ainda, como diz Machado Pais (2010: 112), aquilo a que actualmente se assiste “é a uma *desordem da moral* expressa na existência de múltiplas moralidades, frequentemente conflituantes entre si. Isto acontece porque o núcleo duro da acção moral se tem deslocado do *societal* para o *individual*”<sup>166</sup>.

Se partirmos do pressuposto de que os valores não são dogmáticos (deixando esta “tarefa” para a ética, esta sim universal ou universalizante no quadro dos princípios), que se prestam a ser discutidos e diferentemente adoptados, dependendo dos contextos, dos

---

<sup>163</sup> Dicionário Universal da Língua Portuguesa, p.544.

<sup>164</sup> Em uma linguagem de senso comum, poderá dizer-se que a ética está/é condicionada pelo dever, tem o dever como imanência (o dever ser, o dever estar, o dever fazer, razão porque tende à universalização), e os valores (veja-se que dele se pode falar no singular e no plural, o que não sucede com a ética) são condicionados por diferentes dimensões: a cultural, a afectiva, a pessoal/individual, etc.

<sup>165</sup> Segundo Rokeach (1979: 2-3), o número de valores humanos é pequeno e capaz de diferentes arranjos estruturais, sendo resultantes das necessidades psicológicas e das sociais e aprendidos e determinados pela cultura, sociedades, instituições, experiências pessoais – são, por isso, determinantes nas atitudes, juízos, atribuições e acções.

<sup>166</sup> O sublinhado é do autor.

indivíduos e das sociedades, importa agora analisar-se a viabilidade, ou não, da conformidade dos valores que carece de mais do que de internalização. Se, como Firey, considerarmos que toda a ordem social tem uma “finite life span”, como configurar a questão da sobrevivência dos valores de hoje para amanhã? Firey adianta que as sanções e os sentimentos são parte deste processo de articulação com vista à “perpetuação” dos valores – remetendo para a institucionalização dos referidos valores (e precisando que, de outro modo, se ficaria pela ideologização) – e para o seu curto tempo de vida (Firey: 1963). E, citando Charles Sanders Peirce (Firey: id, 157), defende que “future facts are the only facts that we can, in a measure, control”. Mas “os valores, tal como as representações sociais ou as ideologias, circulam através de múltiplas formações discursivas que de maneira nenhuma são independentes dos contextos sociais em que essa circulação se processa” surgindo “necessariamente associados a determinados contextos de vivência social, de tal forma que nunca é demais acentuar os vínculos que se estabelecem entre entidades simbólicas – como é o caso das representações sociais, dos valores, das ideologias ou das atitudes – e as realidades materiais que lhes dão suporte” (Pais, 1998: 11), sendo idêntica a perspectiva de Boudon (1984).

Como se pode constatar através do que acima ficou registado, a conceptualização e definição dos valores não pode ser confinada a uma disciplina ou a uma limitada classe de métodos de pesquisa ou de investigação (Williams: 1979, 15). Para Mills (1965: 47), “a menos que justifiquem as instituições e motivem as pessoas a representar papéis institucionais, “os valores” de uma sociedade, por mais importantes que sejam nos vários ambientes privados, são histórica e sociologicamente irrelevantes. Há, decerto, uma influência mútua entre os símbolos justificantes, as autoridades institucionais e as pessoas obedientes”. Ora, esta é uma questão particularmente importante sobretudo quando se realiza um estudo sobre os valores, desde logo porque se os valores são historicamente e socialmente irrelevantes, então só interessará a muito poucos indivíduos e, a nível académico, quiçá à psicologia, debruçar-se sobre esta temática (sem esquecer, como é evidente, a filosofia). E são irrelevantes por não serem portadores de mudança, por não levarem os indivíduos à acção? Afinal, em que plano se situarão os valores? São os valores determinantes dos comportamentos (abordagem apoiada na noção mertoniana de “grupo de referência”), causa, ou pelo contrário, são os comportamentos que determinam os valores e, nessa medida, são efeito? A este propósito, Roger Sue (2004) defende a existência de três ordens de valores, a saber: de princípios (que são universais e abstractos e que contemplam por exemplo a liberdade e a igualdade), os interiorizados e os

praticados. Sublinhe-se a impotência desta última ordem de valores, precisamente por ser aquela que é relativa à materialização, ou não, dos valores das ordens anteriores.

A importância dos valores está consubstanciada, na Europa, nos inquéritos realizados (EVSSG)<sup>167</sup> sobre o que os europeus consideram importante nas suas vidas, de como os seus valores se expressam em áreas tais como a moral, a religião e a política, o trabalho, a família, as suas vidas pessoais, em que medida os valores são partilhados pelos indivíduos na Europa e, finalmente, quanto diferem eles (Harding et al: 1986), o mesmo se passando com o World Values Survey que é realizado e abarca os diferentes continentes. Mas as sociedades diferem radicalmente dos seus padrões de valores, não somente a nível da hierarquia ou prioridades mas também na relação entre os valores (Williams: 1979, 17-18). Tomando como exemplo o estudo sobre os valores dos jovens portugueses nos anos 80 (Ferreira: 1993), constata-se que aqueles se mostravam particularmente sensíveis à realização pessoal, privilegiavam as dimensões micro-familiares e de amigos e, ainda que indiferentes relativamente às insituições (políticas, religiosas e sócio-profissionais), já se mostravam atentos aos valores pós-materialistas<sup>168</sup>. E, a este propósito, diz Machado Pais (in Ferreira: 1993, 6) que “os valores, tal como as representações sociais ou as ideologias, circulam através de múltiplos canais discursivos, de *clusters*, de campos semânticos, de formações discursivas, numa circulação que de maneira nenhuma é independente dos contextos sociais em que essa circulação se processa”<sup>169</sup>.

No âmbito dos diferentes contextos sociais e pluralidades discursivas dos valores, Elvin Hatch (1983: 3-5), em um livro sobre o relativismo ético e não sobre a relatividade do conhecimento como o próprio enuncia, chama à atenção para a problemática do relativismo (dos valores) e de duas diferentes formas de relativismo: à que chama de “julgamento da realidade” e estoura que é o “julgamento dos valores”. As duas formas de julgamento subjazem, por sua vez, à distinção entre a “relatividade da ética” ou “relativismo ético” e a “relatividade do conhecimento”, sendo que a primeira é aquela que

---

<sup>167</sup> European Value Systems Study Group.

<sup>168</sup> Relativamente aos jovens suecos, “Diz-se hoje em dia que os jovens defendem valores pós-materialistas, significando isso que, mais do que ao bem-estar material, dão prioridade à qualidade e ao sentido da vida, ao desejo de desenvolvimento pessoal e à aquisição de amplas experiências, pondo à prova as suas potencialidades e interesses” (Kugelberg: 1998, 43).

<sup>169</sup> O sublinhado é do autor.



surge inicial e parece estar particularmente conectada com o que se convencionou chamar de relativismo cultural<sup>170</sup>.

Para o presente caso, registre-se a definição de valor(es) de Vala et al (2003: 30-31), para quem “os valores são propriedades que emergem em contextos, configurações de factores muito diversos, como sejam factores cognitivos e motivacionais a nível individual e factores económicos e institucionais a nível social, organizam o significado dos contextos inter-pessoais ou sociais e tornam salientes e normativos determinados valores nesses contextos. Neste sentido, os valores expressam dinâmicas conflituais e actualizam-se na complexidade das interações e dos contextos sociais”. E porquê esta definição? Por incorporar não somente os factores sociais mas também individuais com as múltiplas dimensões que subjazem aos mesmos, sem esquecer que o(s) autor(es) destaca(m) que os valores são expressão de dinâmicas conflituais. Tal parece ser o caso de Angola.

### **2.1.1 - Uma polifonia de valores?**

Para Edgar Morin (2004: 91) “até hoje o problema dos fundamentos dos valores era de uma simplicidade extrema: Deus tinha dado as leis aos homens para que eles pudessem cumprir o bem. (...) Obedecer, respeitar os valores, eram evidências. É claro que as coisas mudam com o crescimento da autonomia e da responsabilidade individual porque o imperativo já não vem de Deus, nem da religião, nem do Estado, nem da sociedade, mas do próprio indivíduo, de acordo com o imperativo categórico de Kant. (...) o humano não é apenas o indivíduo, a sociedade ou a nossa espécie biológica, mas a trindade que estes três termos constituem, na sua interdependência. Nesta óptica, os valores são, portanto, relativos ao indivíduo, por intermédio da sua responsabilidade, da sua dignidade, da sua virtude e da sua felicidade, mas igualmente ao grupo e à espécie, sobretudo num contexto de globalização. Como é difícil respeitar ao mesmo tempo três níveis de exigência, é frequente aparecerem conflitos de dever”. E esta citação de Morin concatena a problemática dos valores dando conta da sua importância, sim, mas sobretudo de quem e de como se articulam os diferentes agentes que são simultaneamente “origem” e “destinatários” tendo sempre presente os diferentes papéis, lugares, posições ocupadas

---

<sup>170</sup> O mesmo autor acrescenta o “relativismo histórico”, sendo esta a tríade que constitui o relativismo cultural.

pelos mesmos, do ser social e individual que é/são e que, nunca como agora, não abdica(m) de ser.

Se, como Almeida (2000: 161), considerar-se que os valores e as representações são também o aspecto simbólico-cultural das identidades, fácil é perceber-se como a moral se atravessa em toda esta problemática por ser um dos elementos constitutivos dos valores e, conseqüentemente, das identidades. Ora, parece não haver como isentar-se a referência dos valores relativamente à moral<sup>171</sup>. Dito de outro modo, não há como escapar aos valores morais, os valores que parecem reivindicar a supremacia<sup>172</sup> de entre os demais (e aqui justifica-se o parêntesis para introduzir a virtude, expoente máximo da moral aristotélica), provavelmente por ser entendido como um valor sentenciador, o que também poderá explicar a afirmação de Turiel (2002: 2) para quem a moralidade é, pode ser uma fonte de conflitos.

Reverendo a definição de Vala et al (2003: 30-31), pode ler-se que os valores “organizam o significado dos contextos inter-pessoais ou sociais e tornam salientes e normativos determinados valores nesses contextos”. Pois bem, o facto de os valores se encontrarem associados à organização e à normatividade atesta a complexidade e importância não somente dos valores mas também da moral. Esta funciona como uma partitura dos valores, quaisquer que sejam e onde quer que seja. Ainda que sujeita à confusão nos seus princípios, castradora para alguns (muitos?), mercê da complexa teia que envolve as acções dos indivíduos, o peso da moral enquanto instância e paradigma da acção faz dela uma entidade “sentenciadora” que é simultaneamente individual e social. Não é por acaso que Andrew Sayer (in Browne: 2009, 2), a propósito de economia moral define “the moral concerns lay norms (informal and formal), conventions, values, dispositions, and commitments regarding what is just and what constitutes good behavior in relation to others, and implies certain broader conceptions of the good or well-being”, enquanto Stoetzel (op. cit.,: 21) a define como um conjunto de regras que guiam a conduta. Mas estes são parâmetros e princípios que norteiam outras dimensões da vida que não só a económica – tais são os casos da religião, da política, da cultura, entre outras –, razão porque a definição é suficientemente abrangente para abarcar os diferentes domínios da vida e da acção dos indivíduos.

---

<sup>171</sup> A propósito do “desenvolvimento da moralidade”, v. Turiel (2002).

<sup>172</sup> Para Hatch (1983: 8), os sistemas morais consistem em crenças e convicções sobre o que é certo e bom opondo-se, em última análise, ao que tenha um sentido técnico, prático ou instrumental.

Mais ou menos reféns da moral, os valores são tributários das noções do dever, do bem e do mal, do certo e do errado e fazem parte da geografia dos indivíduos e das sociedades, nas suas inescapáveis inter-relações. Em última análise, por moral se deverá entender a responsabilidade que cada um e todos têm (ou devem ter) relativamente a si e aos outros (sem esquecer o meio que os rodeiam), razão que explica que ela se encontre presente em todas as dimensões da vida e, como não podia deixar de ser, nos valores eles próprios. Essa responsabilidade que se vai deslocando entre o individual e o social, que vai atribuindo mais ou menos importância ora ao indivíduo ora ao grupo, à sociedade, é ela que “garante” o necessário equilíbrio social (dos e entre os indivíduos).

Se a ética é universal, da moral se dirá funcionar como um esqueleto, um cabide que dá corpo às múltiplas vestes que são os valores. Uma das questões mais pertinentes que se colocará no respeitante aos valores e à juventude é se haverá uma relação entre valores e idade – neste caso, situar-se-á na faixa etária, variável charneira do que se consigna chamar juventude e, a este propósito, poder-se-á avançar dizendo que sim, que existe uma relação na forma como a juventude é caracterizada (tal como sucede com outras categorias) com os valores que se entende serem os desta categoria. Quando se adjectiva a juventude (do ser problemática ao ser laboriosa) e se a substantiva (como é caso de se a associar ao futuro), está-se a significar e com isso a valorar. Por outro lado, o factor idade é indicador, por si só, dos valores (e dos papéis, bem entendido) que se pensa ou se atribui à juventude (ou a uma outra categoria). O aparentemente simples acto de nomear congrega uma carga simbólica que integra os valores que se atribui ou se supõe serem da juventude, que não são necessariamente os valores em que esta mesma juventude se revê (até porque, importa lembrar, a juventude integra no seu seio outras tantas juventudes).

## **2.2 - Que relação entre a anomia e os valores?**

### **2.2.1 – O caso de Angola**

Quando Alain Touraine aborda a evolução e as contradições da sociologia clássica que o autor diz ter marcado os anos setenta do séc. XX, dir-se-ia estar a caracterizar,  *grosso modo*, a sociedade angolana, sobretudo quando afirma que “à ideia, central na sociologia clássica, da correspondência entre institucionalização dos valores e socialização dos

actores, opôs-se a separação do sistema e do actor. O sistema foi concebido como um conjunto de regras e de condicionamentos que o actor deve aprender a utilizar ou a contornar mais que a respeitar (...)” e “a mudança histórica deixou de ser definida como progresso ou modernização, para passar a ser vista como rede de estratégias que procurava otimizar o emprego de recursos limitados e controlar zonas de incerteza. A ideia de sociedade desapareceu e o «social» foi ele próprio substituído pelo político, que assumiu duas formas opostas: por um lado, a do poder político totalitário que devora a vida social; por outro, a dos grupos de pressão e dos aparelhos de decisão que se enfrentam num mercado político. Mundo frio, cujo actor – com as suas crenças, os seus projectos, as suas relações sociais, a sua capacidade de acção propriamente social – é eliminado”, apresentando-se o sistema como ordem e o actor como jogador (Touraine: 1984, 20-21). Maio de 68 é o momento em que a presença do actor ainda se fazia sentir (momento em que “o próprio crescimento se explicava mais pelos comportamentos que pelas circunstâncias, pelas vontades que pelos recursos materiais” (Touraine: Id., 32) bem como o da sua eliminação.

Os valores mudam, é um facto incontornável. Mas eles, os valores, mudam tanto quanto os indivíduos afirmam ou são os comportamentos, as atitudes, as práticas dos indivíduos que mudam, de acordo com as condições objectivas e subjectivas do meio?

Se se considerar que os valores são conceitos que presidem às acções dos indivíduos, perguntar-se-á se são os valores que mudam e ditam as mudanças dos indivíduos ou se é o (seu) contrário? Ou é ainda o seu somatório? A ideia frequente, ainda que não consensual, de que as mudanças económicas estarão na base da mudança de valores pode bem ser contrária (Bréchon e Galland: 2010). No caso de Angola, terão sido as mudanças políticas, ideológicas, sociais, económicas e culturais que ditaram e estarão na base de novos comportamentos e atitudes que conflituam com os valores? Porque razão se fala de crise de valores? Naturalmente que não é possível dissociar-se a conjuntura, o contexto histórico, social, político e económico das grandes mudanças que aconteceram em Angola nos últimos 35 anos, tese que corrobora a de Inglehart (1997) para quem o sistema de crenças se encontra relacionado com variáveis políticas e sócio-económicas como a democracia ou o crescimento económico. Naturalmente que, de entre essas mudanças, os valores ter-se-ão alterado, adulterado, metamorfoseado. E naturalmente que na base das mudanças, quaisquer que sejam, estão os indivíduos, de forma mais ou menos consciente, objectiva e activa.

Em Angola, o quotidiano é marcado pela sobrevalorização dos valores materiais, aqui entendidos como valores de consumo, que é um fenómeno à escala mundial<sup>173</sup> – que implica a emergência de novos valores, tais como o individualismo tido como “característico” de sociedades ocidentais e a posse de bens materiais entendida como “característica” de sociedades de consumo – sendo o guião cujo quadro pictórico se encontra emoldurado por um lado pela tenaz luta pela sobrevivência e, por outro, pelo manifesto desejo de ostentação<sup>174</sup> (a guerra será uma das explicações para este fenómeno). A associação destes dois factores, não sendo uma especificidade “angolana” mas sendo uma realidade nesta geografia, chama à atenção para a necessidade de serem gizadas investigações visando a sua compreensão. Como adverte Williams (1979: 28-29), “in short, to hypothesize an influence of values upon social behaviour under specified conditions is not to make the absurd claim that all behaviour is merely an expression of values and has no other determinants”.

### 2.2.2 – Entre o valor e os valores

Neste capítulo proceder-se-á à avaliação dos valores socorrendo-nos, para o efeito, de algumas das palavras de ordem que, a partir de 1974, estiveram na base das atitudes, comportamentos e práticas dos angolanos, expressões dos valores dos indivíduos e da sociedade, pelo menos até aos anos 90, altura em que outro quadro de valores é, entretanto, inaugurado.

No caso angolano, parece não restarem dúvidas que aquilo a que se chama crise de valores, é muito particularmente devedoura da recente história de Angola nos seus mais diferentes matizes de que ressaltam a revolução e a guerra, chave-mestra da crise de valores em Angola, de que a anomia é a expressão visível – o Projecto de Lei de Bases da Política de Juventude do Estado faz referência à crise de valores na sociedade angolana, e muito em especial no tocante à juventude urbana, crise que se deve, segundo os

---

<sup>173</sup> A propósito de consumo, “a culture may be dominant even if most people can only aspire to participate in it: its dominance is felt to the extent that people’s can only aspirations, their hopes and fears, vocabulary of motives and sense of self are defined in its terms. (...) while it is important to recognize that the terms of participation in consumer culture are profoundly unequal, these terms are not directly tied ... to economic inequality, but are peculiar to the culture itself” (Lury: 1997, 7).

<sup>174</sup> O célebre “quem dá mais” pode bem ser entendido com “quem tem mais”.

legisladores, à instabilidade das famílias, à erosão do sistema educativo e ao “notório alheamento da sociedade em geral na participação da orientação e educação das jovens gerações” avançando o mesmo projecto no sentido da importância da educação massiva da juventude como um dos caminhos a seguir. Porque a anomia não significa ausência de valores, mas sim alteração, degenerescência, conflitualidade ou, dito de outro modo, a anomia é um conceito que traduz um sintoma de uma qualquer crise institucional que se reflecte nos indivíduos e no seu quotidiano e de que as mudanças são a expressão visível<sup>175</sup>, pode afirmar-se que, em Angola, se vem assistindo ao que chamaremos a erosão dos valores. Não se pode deixar de situar o período das grandes mudanças, em Angola, no 25 de Abril de 1974 e a importância dos símbolos<sup>176</sup> que traduziam ou exprimiam esses valores.

A efervescência que contaminou os angolanos na então província de Angola fez deles, e muito especialmente dos jovens, militantes, guerrilheiros, políticos e ideólogos. Rapidamente se transformaram nos artífices da nova sociedade que se pretendia erigir, uma sociedade que desse lugar ao propalado “homem novo”, liberto das teias da colonização, da ideologia colonial e do imperialismo. As palavras de ordem que o traduziam, começavam sempre com um “abaixo”: desde o abaixo o colonialismo, o imperialismo e o neo-colonialismo, aos abaxos o capitalismo e o tribalismo, passando pelos abaxos ao analfabetismo e à corrupção de que o episódio do antigo ministro da Saúde do governo de transição tão bem ilustra<sup>177</sup>, uma parte da história do pós-independência em Angola pode ser contada através das palavras de ordem. O acento na alfabetização como prioridade deixa claro que a construção do “homem novo” se faria por via da educação, do ensino. E, de facto, as campanhas de alfabetização cedo começaram, ao mesmo tempo que as lutas inter-partidárias se acirravam um pouco por todo o território angolano. Para além do simbolismo e do entusiasmo vividos aquando da proclamação da

---

<sup>175</sup> Em torno do conceito de anomia v. Epstein (1998).

<sup>176</sup> “Os sistemas simbólicos que fundamentam qualquer acção social não devem, por conseguinte, ser apenas entendidos como “classificações cognitivas”; são também classificações morais e emocionais”. (Machado Pais: 1991, 134). O sublinhado é do autor.

<sup>177</sup> De seu nome Samuel Abrigada, este episódio que surgiu na altura como uma forma de protesto anti-corrupção (o episódio ficou conhecido por causa de um suposto desvio de 100 mil contos por parte de Samuel Abrigada que, se tivesse ocorrido nos últimos 10, 15 anos, seria considerado “burlesco”, isto é, no mínimo hilariante!), parece não ter passado de mais um expediente político que visou desacreditar para afastar os militantes da UNITA do governo de transição – o caso de Jerónimo Wanga, ministro da educação na altura, é outro exemplo.

independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, o período que se lhe seguiu foi considerado o das conquistas da revolução. Com o MPLA no leme, os “vivas” sucedem-se aos abaxos – “o MPLA é o povo, o povo é o MPLA”, cantava-se então as virtudes do Movimento/Partido e do povo numa identificação unanímista que deixava pouco ou nenhum espaço para a reflexão e, conseqüentemente, para o questionamento, para a negação – novos símbolos e signos passam a constituir a nação angolana (que continua em construção). O MPLA passa a congregar a trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), e os angolanos não viam que mal ao mundo pudesse vir por este motivo. Bem pelo contrário. Expulso Deus, as religiões e outras formas de sujeição e de alienação, Angola, trincheira firme da revolução em África, cedo institucionaliza a propriedade colectiva em desfavor da privada, os sábados vermelhos – momento em que os dirigentes políticos e os populares se associavam na safra da cana do açúcar, na limpeza das ruas e o bem comum torna-se o símbolo da revolução, que mais não era senão outra forma de promover e viver o “poder popular”. A celebração do “poder popular” teve, na famosa expressão de um responsável político e antigo primeiro-ministro, Lopo do Nascimento, “é preciso partir os dentes à pequena burguesia”, um dos seus momentos mais altos<sup>178</sup>. Estava a sociedade organizada em torno de ideais que se propalavam ser de justiça e equidade e, apesar das graves carências no sector (que iam da falta de professores<sup>179</sup> à falta de manuais escolares), o ensino continuou sendo considerado uma prioridade e um dos instrumentos mais privilegiados social e politicamente foram os cursos de alfabetização, como referido atrás.

Refere Machado Pais que, muitas atitudes e valores (aquelas podem expressar estes, ainda que estes últimos sejam caracterizados por uma maior estabilidade), entendidas como resultantes de um efeito de geração ou de idade, podem ser também de período (Pais, 1998: 26)<sup>180</sup> e Stoetzel (1983: 227), a propósito dos resultados da relação entre os valores e as idades de vida, diz que (no quadro de um inquérito feito a mais de 12

---

<sup>178</sup> Se na altura alguma ambiguidade ficou no ar no concernente ao modo como essa expressão foi melhor ou pior aceite pelos angolanos, hoje não é raro ouvir-se a referida expressão como forma de demonstrar que a mesma estava longe de corresponder à verdade: então não são os políticos os tais pequenos-burgueses por eles criticados incluindo, claro está, o próprio Lopo do Nascimento?!

<sup>179</sup> Razão por que se assiste à chegada de números professores cubanos, mas também búlgaros e de outras nacionalidades (países do leste, bem entendido).

<sup>180</sup> Para Inglehart, “differences in values and behavior *could* simply reflect differential exposure to given communications networks” (1997: 10). Mais adiante, no mesmo texto, Inglehart estabelece a relação entre idade e valores, sendo que a infância e a juventude são momentos decisivos na formação do carácter dos indivíduos de que decorrem os valores.

000 indivíduos em nove países europeus) as opções dos jovens são os valores montantes, a dos velhos os valores declinantes e que as opções das idades médias são os verdadeiros valores do “jour”, (entenda-se presente). A cultura pré-figurativa<sup>181</sup>, contemporânea, em que os jovens são simultaneamente agentes socializados e socializadores (dos mais velhos) (Pais, id.), tipifica o efeito de período atrás referido. É o contexto que dita muitas atitudes e valores e o caso angolano é paradigmático.

A cessação de hostilidades entre a UNITA e o MPLA que o Acordo de Bicesse estabeleceu – acabaram por ser tréguas e não o fim da guerra – em 1991 e as eleições que se seguiram em 1992, dão conta das mudanças ocorridas na sociedade angolana e nos seus membros, de uma economia considerada socialista para o que se consignou chamar capitalismo selvagem. É a partir deste período que entram em “concorrência” outros valores: o valor e os valores, isto é, o valor entendido como capital financeiro e os valores “morais”. A rápida transformação e adopção por parte dos angolanos do que alguns chamarão “valores ocidentais” (porventura em oposição com os “antigo leste”, socialista e comunista) em que imperam o lucro e o sucesso – Freud diria, porventura, que estas mudanças se devem ao recalçamento de que padeciam os angolanos – bem como a juvenilização da sociedade angolana são dois factores que em muito concorrem para validar a asserção de Pais (1990). Nesta medida, pode avançar-se com uma primeira hipótese de que, em Angola, existem e persistem os valores modernos, materialistas, e não os pós-modernos que se encontram associados à liberdade de expressão, à qualidade de vida, à tolerância ou à democracia, pois que os valores materiais<sup>182</sup> se encontram assentes na inexistência e busca de segurança económica e física, segundo o modelo defendido por Inglehart (1997)<sup>183</sup>.

Para Inglehart, os valores pós-materialistas são passíveis de ser encontrados nos países ocidentais onde o espectro da fome e da guerra de há muito foi expurgado. Nesta afirmação de Inglehart encontra-se o dilema dos países africanos (e de outros considerados não-desenvolvidos, em vias de desenvolvimento ou países de desenvolvimento médio como agora se diz): países que não podendo ser considerados enquadrados na pós-

---

<sup>181</sup> V. atrás, o mesmo conceito em Mead (s/d).

<sup>182</sup> É ainda na mesma obra que se pode ler que “a formatação dos valores nas sociedades está (...) dependente não apenas da prosperidade económica, mas também da filiação histórica e cultural em que a sociedade se insere”. (Vala: *Ibd.*, 96).

<sup>183</sup> São quatro as categorias de valores propostos por Inglehart, sendo que os dois primeiros corresponderão aos materialistas e os demais aos pós-materialistas: i) valores de sobrevivência, e bem estar-económico; ii) valores de segurança; iii) valores de pertença e estima; iv) valores estéticos e intelectuais.



modernidade, não deixam, contudo, de conter elementos desta mesma (pós-)modernidade em sectores como os da economia e finanças, do social, do cultural, do religioso, ainda que em muitos outros aspectos e mesmo nos mencionados pós-modernistas se encontrem elementos “estranhos” ao referido pós-modernismo<sup>184</sup>. E, a este propósito, atente-se no trabalho de Kotzé e Lombard (2003) onde os mesmos dão conta dos valores pré-materialistas, no âmbito de um inquérito realizado, na África do Sul, sobre os valores (considerados prioritários), no período compreendido entre 1990-2001. Nele, para além dos já citados valores materialistas e pós-materialistas, os pré-materialistas foram igualmente considerados. E por valores pré-materialistas se deverá entender: habitação para todos; água potável para todos; vestuário para todos; escola para todos; terra para todos; alimentação para todos. A inclusão dos valores pré-materialistas para o período 1995-2001, deveu-se não somente ao contexto e as mudanças ocorridas na África do Sul, mas também à “complexity and diversity of the South African population as far as values are concerned and the extent that poverty is affecting value orientation” (Lategan in Kotzé e Lombard: 2003, 187).

A inevitabilidade da pós-modernidade também entendida como abandono das grandes narrativas (“récits”, no original), na expressão de Jean-François Lyotard (Giddens, 1994), da globalização, lança e impõe desafios aos africanos, desafios que concorrem para a acentuação do desequilíbrio entre países ricos e pobres. O facto de, em Angola, persistirem problemas tais, facilmente identificados e que se traduzem na conhecida “luta pela sobrevivência” que milhões<sup>185</sup> vivem e testemunham, não faz com que não se reconheça a existência de valores pós-materialistas por parte de um segmento da população, ainda que nos inclinemos a avançar com a hipótese de os chamados valores pós-materialistas constituírem o eixo de quaisquer valores, quer sejam eles materialistas, pós-materialistas, morais, éticos, religiosos, e sociais. A diferença entre o materialismo e o pós-materialismo situar-se-á no pendor de cada um, mas também na maior ou menor indiferença pelo destino comum. Por outras palavras, enquanto os valores materialistas não sendo sinónimo de individualismo apresentam expressões de individualismo – situação comum em países em guerra e também no pós-guerra em que a satisfação das

---

<sup>184</sup> Esta questão sugere a defendida por Habermas e Zieche que enfatizaram a ambivalência da modernização – “modern culture is neither better nor worse than past traditions, but it is unavoidably different” (Fornäs: 1995, 8).

<sup>185</sup> Os números revelados pelos relatórios internacionais e pelo CEIC (Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola) apontam para um elevado índice de pobreza.

necessidades imediatas colidem com os apelos consumistas –, os pós-materialistas incidirão na comunidade, no bem comum, posto que o patamar das suas satisfações e interesses materiais se encontram satisfeitos, reenviando-os, assim, para dimensões outras (alguns dirão metafísicas!) que assentam justamente na reinvenção da pós-modernidade caracterizada, entre outras coisas, pelo individualismo.

Ora, “as configurações de valores dependem do grau de exposição das sociedades aos processos de secularização e individuação”, sendo que a formação de valores depende, deste modo, da prosperidade económica, da filiação histórica e cultural em que a sociedade se encontre inserida (Ferreira: 2003, 96). É comum dizer-se, das sociedades africanas, serem sociedades em que valores como a solidariedade pontuam. Não é menos verdade que, cada vez mais, um outro discurso (ainda em surdina) se vem ouvindo e que contraria o anterior. O que estas duas afirmações nos dizem e aquilo para que nos chamam à atenção é para o facto de existirem várias “Áfricas” e também que em um mesmo país se podem encontrar valores materialistas e pós-materialistas, devendo-se esta distinção, entre outros factores, à diferença ou clivagem urbano/rural, um elemento decisivo mas ignorado para uma melhor compreensão do pulsar do continente africano. É do domínio público que o crescimento vertiginoso das cidades, sobretudo nos países não ocidentais, é uma realidade e uma preocupação para alguns organismos internacionais, certamente locais e é objecto de reflexão e estudo. Ora, o fluxo migratório campo-cidade e conseqüente redução e aumento populacional arrastam, consigo, mudanças e transformações a vários níveis. No caso do espaço urbano, as grandes mudanças, porventura menos visíveis, centram-se no domínio dos valores. Para o bem e/ou para o mal, assiste-se a novas configurações nas relações entre os indivíduos, as famílias, até porque num primeiro momento quando o indivíduo troca a sua aldeia pela grande cidade está e fica por sua conta e risco, o que faz com que as estratégias de sobrevivência o levem a centrar-se no “eu”.

Por outro lado, não será o maior ou menor desenvolvimento das forças produtivas, o maior ou menor desenvolvimento industrial que estará na base da diferença de/os valores, mas a normalidade, a estabilidade da vida dos indivíduos. Também não se poderá afirmar que existe uma relação causa-efeito entre juventude e valores pós-materialistas (tese defendida por Inglehart mas, certamente, à luz do contexto ocidental) vista como ciclo de vida – hipótese avançada por Inglehart a par das possíveis mudanças intergeracionais – mesmo porque, no caso angolano, o que se verifica é uma tendência generalizada pelos valores materialistas, a que não escapam os jovens e de que não se vislumbra uma mudança nos próximos tempos. Considerados os valores materialistas e

pós-materialistas à luz da tese de Inglehart, é possível estabelecer uma correlação entre o ser mais ou menos conservador, questão ditada pela conexão entre os valores e as idades da vida defendida por Stoetzel. No que concerne aos jovens em Angola e no quadro da imagem e da representação construída sobre os mesmos, dir-se-á que os valores dos jovens angolanos não se distinguem grandemente dos dos adultos e dos mais velhos<sup>186</sup>, correspondendo aos valores actuais das idades médias de Stetzel. E não deixa de fazer sentido se se pensar que, de um modo geral, e no caso particular de Angola, os jovens são herdeiros de uma situação sócio-política-económica e cultural sobre e (contra?) a qual pouco parecem poder fazer, já que a sua margem de manobra está condicionada por factores extrínsecos à sua vontade o que poderá levar a considerar-se como hipótese que a prática, os comportamentos, as atitudes dos indivíduos nem sempre expressam os seus (reais) valores mas são expedientes, adaptações à realidade – o uso do substantivo-adjectivante utilitarismo parece, aqui, oportuno. Concomitantemente, natural é que os “verdadeiros valores” dos jovens angolanos se encontrem a montante.

Na resposta à sua interrogação (Pais: 1993, 6) “em que medida os sistemas de valores devem ser tomados como efeito ou, ao contrário, como causa dos comportamentos ou práticas sociais”, o autor postula um fraccionamento incompatível com as actuais teses sociológicas segundo a qual o relativismo é a-sociológico e a prática recomenda a alteridade. Para Jan Deth et al (1995), a resposta à mesma pergunta é simples: as atitudes são influenciadas pelos valores e estes pelas atitudes<sup>187</sup>. Por outro lado os valores, não sendo directamente observáveis como bem refere o próprio Pais, mas também Jan Deth (1995) – para quem os valores se manifestam na acção mas não são constitutivos da mesma –, são contudo um conceito diferente segundo as várias disciplinas, o que acentua a dificuldade da investigação nesta área e que leva a que estes autores defendam o uso do conceito de valor por parte dos investigadores como instrumento heurístico.

No seu estudo prospectivo sobre os valores e as representações sociais em Portugal, Ferreira de Almeida defende que os valores e as representações constituem bons indicadores de comportamentos, sendo a recíproca verdadeira. Almeida (1990: 123-4) define os valores como “expressão de sistemas organizados e duradouros de preferências”,

---

<sup>186</sup> Esta asserção vem na senda da citação de Tolstoi, que abre este trabalho.

<sup>187</sup> Mais adiante, no texto, os autores contradizem esta afirmação quando dizem que “values are seen here as conceptions of the desirable which are not directly observable but are evident in moral discourse and relevant to the formulation of attitudes. For heuristic purposes, we understand these conceptions as hypothetical constructs which constrain attitudes.” (Deth et al: 1995, 46).

acrescentando que as representações englobam “preferências sistemáticas a que se chamam valores, os quais fornecem, a quem os adopta, elementos orientadores do comportamento”. Quer isto dizer que as representações – estas entendidas como avaliações cognitivas sobre qualquer tipo de realidade (Almeida: 2000, 161) – são constituídas por valores e são estes que, em última análise, determinam as representações e os comportamentos. Nesta medida, o estudo sobre os valores dos jovens em Angola permitirá descortinar as atitudes e os comportamentos dos mesmos e assim perspectivar mais do que os seus comportamentos no futuro, o futuro de Angola. Considerando que a análise prospectiva tende a tomar os jovens como alvo preferencial de análise devendo-se esta escolha ao vector idade – a idade aqui vista como elemento estruturador da vivência dos indivíduos e conseqüentemente da organização das sociedades (que se enquadra na corrente geracional) – e à informação disponível, certo é que uma vez mais a associação dos jovens com o futuro é um binómio indissociável do tema juventude. Mas, como bem alerta Almeida (1990: 5), “uma dificuldade sempre se perfila, porém, quando algum contraste se encontra entre novas e velhas gerações: é a de saber se se está perante mero efeito de idade destinado a ser absorvido à medida que o envelhecimento biológico tempere ou neutralize as distinções encontradas, ou, pelo contrário, se é legítimo presumir alguma cristalização das novas posições, se é razoável admitir que elas permanecem e até se tornem virtualmente dominantes num conjunto social”.

### **2.2.3 – Papel e valores**

Se o conceito de papel contém, no seu gérmen, a expectativa, isto significa que se existe expectativa é porque existem atitudes, comportamentos, normas que os indivíduos incorporaram e que guindam as suas acções. Assim sendo, são estes determinantes (atitudes, comportamentos, normas) que estruturam as acções e explicam a expectativa de que os papéis são devedouros. E assim se explica que a abordagem relativa aos papéis suponha que se fale, necessariamente, de valores – a expectativa coloca-se no pressuposto de que os papéis são pedaços de histórias, “contam histórias”; e só é possível contar histórias se e quando se tem algo para contar, bonito ou feio, bom ou mau, independentemente do juízo de valor (todos conhecemos a “história da carochinha” ou quase todos a de Madame Butterfly, mas não sabemos como é que os actores se irão sair em palco, que novas “roupagens” trazem, etc.).

Porque os valores são a ferramenta a partir da qual os indivíduos e as sociedades são formatados, eles, os valores, acabam por se impor enquanto veículo que incorpora a acção dos indivíduos na sociedade. Deste modo, ao mesmo tempo que agilizam a acção e os comportamentos, condicionam-nos. É entre este espaço de liberdade e condicionamento que emergem os papéis, que mais não são do que metáforas, meta-linguagens da acção dos indivíduos. Ainda que os valores sejam estruturantes das acções dos indivíduos, é precisamente por ser um actor social que o indivíduo age, é na acção que os valores acontecem, se dão a conhecer. Não é pois, gratuito, afirmar que é na acção e enquanto acção que os papéis, incorporados de valores, sedimentam por um lado os referidos valores, não deixando, ainda assim, de os actualizar. E isso acontece porque os valores, tal como os papéis, não só são múltiplos como não são estanques e é na acção, na materialização dos papéis, que os valores se mostram, se tornam visíveis, ainda que a acção dos indivíduos nem sempre seja pautada por valores ou pelos valores que são estruturantes e orientam se não a acção, os princípios de conduta do indivíduo – também por isso é importante realçar que, na tipologia de valores, encontra-se à partida os valores individuais e os colectivos e que o conflito entre os mesmos é latente.

Uma sociedade cujos indivíduos norteiem as suas acções, todos eles, segundo valores idênticos e ajam em conformidade com os referidos valores, é uma sociedade utópica – as teses parsoniana e durkheimiana caem por terra, face à impossibilidade de se cumprir a sociedade ideal preconizada por estes autores, uma ordem social e uma estrutura normativa que não contemplam o imprevisto, a mudança e, logo, a diferença e a pluralidade. Precisamente porque o seu sistema não admite desvios, ele supõe a correspondência entre acção e resultado em uma regularidade “metafísica”. Acontece, porém, que nas sociedades não existe uma relação causa-efeito, não há necessariamente convergência entre papéis e valores, entre expectativas e normas, não há como controlar e prever (ao milímetro) as acções dos indivíduos e o futuro das sociedades. Ao sujeito desta incorporação de modelos de acção diferentes e contraditórios, próprios das sociedades contemporâneas chama, Lahire, o homem plural (Lahire: 2006, 60). Trata-se, assim, do homem plural vivendo em sociedades plurais, sociedades onde os papéis continuam a ter um lugar importante mas onde os mesmos foram e continuam a ser objecto de grandes e estruturantes mudanças das e nas sociedades e onde os indivíduos não são meros figurantes: são beneficiários e actores de corpo inteiro.

Porque não se pode falar da correspondência entre papéis e valores do mesmo modo que se não pode falar de um fato ou de um par de sapatos que sirva a todos, resta a ideia (a

incontornável presença de Platão mas também de Weber é aqui, uma vez mais, reclamada) de fato ou sapato como modelo que congrega, entre outras coisas, o livre-arbítrio, um conceito caro e transversal ao do valor liberdade. Será legítimo ou extemporâneo perguntar-se se os papéis mudam na mesma proporção em que mudam os valores?

## **2.3 – Valores e Identidades ou Valores vs Identidades?**

### **2.3.1 – Uma identidade de valores?**

Num primeiro momento poderia dizer-se que os valores quantificam e/ou são quantificáveis e as identidades qualificam e/ou são qualificáveis. Sabendo, de antemão, que os valores não são mensuráveis, logo não quantificáveis, resta saber se se pode aquilatar da sua qualificação e, claro está, da qualificação das identidades.

Considere-se os valores como “preferências colectivas que aparecem num contexto institucional e, pela maneira como se formam, contribuem para sua regulação” (Boudon et al: 2001, 600). Se a especificidade, a coerência e a constância são atributos dos valores, ajuizar-se-á, ainda que apressadamente, pela negação da presença de valores em Angola (para quem considerar que só existem valores positivos). Ora sucede que não existem sociedades que se não regulem por valores, indivíduos que não tenham presente a noção do bem e do mal e da necessidade de pautarem a sua existência segundo normas. Se, como Inglehart, aceitarmos que a mudança ainda que não tão efémera como é muitas vezes sugerido, é “a basic, long-term process” (Inglehart: 1997, 21), poderá de Angola dizer-se estarem os seus cidadãos a braços com uma crise de valores, há já muito tempo. Angola viveu, nas três últimas décadas, grandes mudanças políticas, sociais, económicas, culturais e religiosas que se reflectiram nas sociedades e nos indivíduos e os valores dos angolanos sofreram mudanças significativas de que se não pode imputar responsabilidades senão aos agentes das mudanças. Quem têm sido os agentes das mudanças nos últimos 30 anos? A resposta a esta pergunta leva-nos num primeiro momento à classe política angolana para, num segundo, sublinharmos a importância e o peso de factores externos e internos que dominaram e determinaram a evolução das sociedades, e muito particularmente de Angola, de que a queda do Muro de Berlim é paradigma a partir dos anos 90 da história deste país.

Considerando que a análise dos valores em Angola está condicionada à mudança da sociedade angolana, ela própria, das suas estruturas, é mister verificar a se a(s) identidade(s) dos angolanos é refém destas mudanças e, portanto, dos valores que enformam os indivíduos e as sociedades. Tomando como referência o sistema colonial, é possível avaliar a estreita relação entre valores e identidades que a situação colonial operacionalizou. A ideologia colonial que a política colonial consagrou, tem no Estatuto Político Administrativo dos Indígenas, vulgo Estatuto do Indigenato (Vera Cruz: 2006), a matriz da identidade que os colonialistas portugueses entenderam impor aos africanos, entenda-se negros. A alienação das mentes que a domesticação dos indivíduos cimeta, constitui a chave-mestra do processo de desidentificação e, por conseguinte, de “identificação”. A ambivalência e a ambiguidade traduzidas em uma gramática da ideologia colonial (Pidgeon: 1996), foram os esteios do discurso que instituiu e visou perpetuar o sistema colonial em África. Que valores e de que forma o sistema de valores imposto pela administração colonial se travestiu e manifestou, considerado o objectivo do colonizador – a anulação do indivíduo, logo a sua desidentificação –, é o que nos propomos analisar mais adiante tomando como ponto de partida que “a categorização social e [os] valores contribuem para a atribuição de um lugar particular a cada indivíduo na sociedade e para a auto-percepção do indivíduo como o sujeito que ocupa um dado lugar na rede dos grupos sociais” (Vala: 1986, 20).

### 2.3.2 – Poderá falar-se de valores específicos da juventude?

Considerando que existe uma identidade juvenil, natural é que a resposta à pergunta que dá título a este ponto não possa deixar de ser afirmativa. Desde logo por não existirem identidades sem valores, ainda que o inverso não seja verdadeiro<sup>188</sup>. As identidades por serem de cariz psico-individual, não obstante a polissemia do conceito e a multiplicidade de identidades, que *grosso modo* podem ser individuais e colectivas, carecem de um substrato que, no caso, são os valores. Já estes últimos, não carecem de identidade, sendo, isso sim, estruturantes daquelas. Por outro lado, quando se fala de identidades, fala-se necessariamente de indivíduos, pois são eles que, por via das suas acções, dão corpo às identidades. No concernente aos valores, estes existem de *per si*, não necessitando de

---

<sup>188</sup> Importa, não perder de vista, o que já foi dito a propósito das identidades dos jovens.

bengala alguma<sup>189</sup>, precisamente pelo seu carácter estrutural e estruturante. Assim sendo, são as identidades um atributo dos valores, são as identidades que dão corpo aos valores.

Quaisquer que sejam os valores, importa salientar que são eles o corpete, a armadura dos diferentes grupos, classes e categorias. São os valores, por serem portadores de estabilidade (por força da sua intemporalidade, isto é, por transportarem do passado elementos que são actualizados e incorporados no presente e projectados para o futuro), uma pedagogia social cuja aferição é feita e estabelecida pelos diferentes actores sociais. No caso dos jovens, as vestes de que se revestem tem especificidades tais que permitem que, por via da identidade (juvenil) que os caracteriza, os seus valores se encontrem estruturados e se manifestem. A irreverência, a insatisfação, a instabilidade, a euforia, entre tantos outros, são glosados como sendo os processos de retórica (expressão tomada de empréstimo a David Spurr<sup>190</sup>), a substantivação dos valores dos jovens. Este perfil com que são conotados, enquadra-se nos valores específicos da juventude ainda que, como é sabido, funcionem, muitas vezes, mais como um jargão, como estereótipos que acabam por se colar a esta categoria.

### 3 – A sociedade angolana, ontem e hoje

#### 3.1 – Os valores coloniais: O Estatuto do Indigenato

“A elite europeia dedicou-se a fabricar uma elite indígena; seleccionaram-se *adolescentes*, marcaram-lhes na fronte, com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, introduziram-lhes na boca mordanças sonoras, grandes palavras pastosas que se colavam nos dentes; depois de uma breve passagem pela metrópole, regressavam ao seu país falsificados. Essas mentiras viventes já nada tinham que dizer a seus irmãos; eram um eco.”

Frantz Fanon<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> Com isso se pretende dizer que os valores, apesar de serem uma construção humana, de corporizarem o estar e o sentir dos indivíduos, de orientarem a acção dos indivíduos, só “existem” se e quando os indivíduos se reconhecem neles e os adoptam, conferindo-lhes forma e atribuindo-lhes utilidade.

<sup>190</sup> Spurr utiliza esta expressão para referir os processos de retórica do discurso colonial (Spurr: 1993).

<sup>191</sup> Fanon (1961: 7); o sublinhado é nosso.



Se o pensamento é socialmente condicionado, como defende Mannheim, tese que vem na linha de Marx, não é menos verdade que o inverso também é verdadeiro, como defende Weber. Se em todas as sociedades existe, de facto, um condicionamento social do pensamento, num segundo, quando os papéis e valores são intuídos, o peso da estrutura como que se esbate mercê da “adjudicação” dos valores pelos indivíduos e pela sociedade, isto é, a estrutura é “absorvida” pelos actores e aquela surge como se o seu peso fosse reduzido ou mínimo. É neste palco no qual se degladiam os actores e as instituições, os actores e o poder político, que se pode observar o papel dos indivíduos na sociedade. No caso, veja-se o papel e o lugar dos indígenas na sociedade colonial. Etimologicamente, indígena significa “natural de, originário de, nativo”<sup>192</sup>. Dito de outro modo, todo o indivíduo é indígena de um qualquer lugar, independentemente da cor da pele. Na sociedade colonial, e mais precisamente no concernente à colonização portuguesa, indígenas eram tão-somente os negros, como o atesta o Estatuto do Indigenato, legislação consagrada para os negros, súbditos, em oposição à legislação dos portugueses, estes sim, cidadãos.

Falar-se do Estatuto do Indigenato é, *ipso facto*, falar-se do colonialismo, da colonização, da situação colonial. É falar-se, também, dos valores e da cultura colonial cujo registo se faz sentir não somente nas colónias como nas metrópoles – o substracto da ideologia colonial (Blanchard et al: 2003). Mas, não se pode falar do Estatuto do Indigenato, sem se falar do Código do Trabalho dos Indígenas. Ainda que se não vá aqui fazer um estudo aturado sobre estes dois documentos, é incontornável a referência e análise, ainda que sumária, do historial destes documentos, por força da importância e do impacto que os mesmos tiveram no concerto da colonização em África e, muito especialmente, em Angola, colónia considerada “a jóia da coroa portuguesa”, muito devido ao impacto da colonização junto das populações, mormente na vertente da alienação. A relação entre estes dois documentos é total porquanto ambos dizem respeito aos direitos e deveres dos negros na sociedade colonial e, em qualquer um deles, fica patenteado que os direitos e deveres tendem e materializam-se em um: o trabalho.

O primeiro Código do Trabalho do Indígena surge ainda no século XIX, como expediente para fazer face à abolição do tráfico e da escravatura e conseqüente perda de força de trabalho (braços para o trabalho). Assim, o Código do Trabalho do Indígena de

---

<sup>192</sup> O mesmo se poderá dizer desta outra designação, aborígene (como são conhecidos os “nativos” da Austrália), que significa o mesmo que indígena.

1875, que mais não é do que o prolongamento da escravatura e do trabalho escravo sob novas vestes, contempla o enquadramento dos indígenas, dos negros no mercado de trabalho com a alusão à integração dos mesmos na economia capitalista – apesar de esta inserção se fundar na exploração do trabalhador não somente enquanto mercadoria mas também enquanto produtor – o Estatuto do Indigenato, na esteira do Código do Trabalho, consagra o trabalho como elemento estruturante do progresso do indivíduo, estatuidando o trabalho enquanto valor civilizacional. Para combater a ociosidade do indígena – como reza o “Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas” de 1929 (decreto nº16473 de 6 de Fevereiro), são “indígenas os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça” –, para o trazer à civilização, é o Estatuto do Indigenato um documento jurídico que combate os usos e costumes, dos negros, e celebra a cultura, branca<sup>193</sup>, tendo sido o seu corolário o trabalho.

Os trabalhos de Said (1990) e Mudimbe (1998) que falam respectivamente da invenção do Oriente e de África, são fundamentais para se compreender a invenção e a construção do Oriente e de África. A propósito da invenção de África e dos africanos, Mudimbe chama à atenção para o recurso e uso de um sistema classificatório para o continente e para os africanos, a partir de contextos e pretextos europeus, no que essa categorização vem de encontro à referida invenção de África e, como refere Fanon (v. citação atrás), se os adolescentes servem como metáfora, não é menos verdade que os adolescentes, os jovens são, para o bem e para o mal, os porta-vozes, os mensageiros e os arquitectos das mudanças. Porquê? Por se encontrarem mais permeáveis ao novo, à inovação, por não se encontrarem acomodados, instalados, porque os papéis que lhes estão reservados contemplam o seu contrário dando-lhe, por isso, um espaço de manobra no qual se inclui, numa palavra, a “subversão”<sup>194</sup>.

### **3.1.1 – Usos e costumes (dos) negros**

O sistema colonial tem a sua fundação, sustentação e desenvolvimento por via de uma arquitectura com base política e ideológica. A construção dessa arquitectura teve, na sua

---

<sup>193</sup> Como a língua e a cultura são sinónimos de civilização, fácil é entender porque razão os negros não tinham línguas, entenda-se um sistema linguístico, mas sim dialectos, e não tinham cultura mas costumes.

<sup>194</sup> À semelhança de tantas outras, também a luta pela independência de Angola contou com a participação de jovens.

esteira, não somente o desenvolvimento científico e cultural (como é o caso da antropologia, da etnologia e da etnografia) como também a criação de mitos – o do selvagem, do canibalismo –, com base nas anteriores premissas, que permitissem alcandorar o facto colonial (Jahoda: 1999). Uma extensa literatura pseudo-científica foi sendo desenvolvida e cultivada com base na estrutura física (mormente a crânio-encefálica) dos indivíduos negros, em contraposição com a dos indivíduos brancos, que está na origem de teorias como a do eugenismo, sem esquecer a “natural” propensão dos negros para a preguiça e para a sexualidade (lascívia), o que explicará a “necessidade” de se domesticar o corpo dos negros não somente por via do trabalho como também dos castigos físicos (Mbembe: 2001). A par disso e por inerência, da dimensão física passou-se à cultural – não sendo o negro um ser completo, ainda que, segundo alguns teóricos e épocas, com possibilidades de evolução – só possível através do trabalho –, o passo seguinte foi remeter o negro à situação de dominado, enquanto criança-grande carente de protecção. A ausência, noção operatória cara aos teóricos coloniais e por conseguinte aos colonizadores, gizou a política e a situação colonial tendo sido a ausência de cultura, aquela que enformou o discurso colonial português.

As autoridades coloniais, portuguesas, entendiam as práticas culturais dos negros, como tratando-se de usos e costumes. Era, pois, a ausência de cultura que, oficialmente, impedia o indígena de se tornar cidadão, de ter bilhete de identidade, pois a cidadania, isto é, a condição de “assimilado” para os negros, pressupunha o respeito pelos seguintes quesitos: ter mais de 18 anos; ter a 4ª classe; bastar-se economicamente a si e à família; não ser refractário ao serviço militar; adoptar a cultura europeia – no caso de um destes quesitos ser desrespeitado após a adopção, a “conquista” da cidadania, vulgo assimilação, a mesma era revogada – era esta a base e a essência do Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, consagrado pela e na legislação portuguesa, que perdurou até 1961, data correspondente ao início da luta armada em Angola, estatuto esse cuja revogação acontece em 1962<sup>195</sup>. Para a obtenção da condição de assimilado, tinha o indígena de fazer um exame de língua portuguesa e de a sua casa ser visitada para confirmar a adopção da cultura europeia. De súbdito a cidadão, grande era a distância entre estes dois estatutos jurídico-sociais. Se comparadas as exigências que os indígenas teriam de satisfazer para obter o estatuto de assimilado com a situação dos indivíduos brancos nascidos ou não na colónia, fácil é verificar-se a natureza racista que o colonialismo português procurou

---

<sup>195</sup> O Estatuto do Indigenato foi, por sua vez, substituído pelo Código do Trabalho Rural, em 1962.

negar, ideologizando a sua vocação nas relações com os outros povos, a sua natural convivialidade de que a mistura com os outros povos (de que o mulato ou mestiço é exemplo)<sup>196</sup>, o seu tradicional anti-racismo (Vera Cruz: 2006).

De que usos e costumes se fala, quando dos negros se trata? É sobretudo a literatura colonial (a novela e o romance), mas também alguma literatura africana, os grandes fornecedores de material relativo à “cultura” dos negros, entenda-se, aos seus usos e costumes. O caso mais emblemático é o dos ambaquistas, gente oriunda do conselho de Ambaca, com sede em Camabatela, no então distrito do Kwanza-Norte (em pleno séc. XX), agora província. Dos lendários ambaquistas se disse (os colonialistas) serem aqueles que primeiramente se apropriaram da língua e da escrita portuguesa, ainda que de forma grotesca, mestres de ofícios, ladinos, astutos, dissimulados, trapaceiros, charlatães e outros quejandos<sup>197</sup>. O facto de dominarem a língua portuguesa<sup>198</sup>, confere-lhes um estatuto e lugar na sociedade que, ao longo dos tempos, foi causando moosa junto das autoridades coloniais – a isso acresce-se o facto de trajarem à europeia e o serem baptizados, servirem de intermediários entre os poderes colonial e o “tradicional”. Parecem ter sido, os ambaquistas, os deflagradores dos assimilados e, conseqüentemente, da assimilação.

Afinal, quem era o assimilado? Juridicamente, o assimilado era o negro, convertido em “semi-branco” (semi-branco porque, para os colonialistas, os assimilados e os destribalizados eram “arremedos grotescos”): negro, sim, mas que teria abraçado os valores ocidentais – da instrução (ter no mínimo a 4ª classe, o que era uma *boutade* considerando que a maioria dos brancos portugueses eram analfabetos) ao domínio da língua portuguesa, passando pela posse de habitação “condigna” e adopção de práticas consideradas válidas, civilizadas, como a posse e o uso de mesa, cadeiras e talheres, à indumentária, múltiplos foram os novos papéis e valores encarnados e que fizeram do assimilado um “distanciado” ou um “encarnado” (Martucelli: 2002). Àqueles que “encarnaram” o papel, que o assumiram na íntegra, não se pode chamar, como faz Martucelli, de resistentes. Estes são, antes, os alienados<sup>199</sup>: i) aqueles que tinham vergonha de saber e de falar uma língua de Angola, um dialecto, como então se dizia; ii) aqueles

---

<sup>196</sup> Veja-se o luso-tropicalismo, de que Gilberto Freyre foi porta-estandarte.

<sup>197</sup> Cfr., Vera Cruz, Elizabeth (2006)

<sup>198</sup> Como refere Carlos Reis (1992: 27), “falar com correcção a língua de acolhimento é, então, de certa forma, reconhecer a superioridade de outra nacionalidade e, mais do que isso, abdicar de uma identidade laboriosamente construída desde a aquisição do idioma materno”.

<sup>199</sup> Ngugi Wa Thiongo e Chinua Achebe são duas referências incontornáveis a propósito do conceito de alienação no quadro do sistema colonial (e pós-colonial).

que, mestiços, tinham vergonha das suas mães negras; iii) aqueles que tudo faziam para ter pronúncia portuguesa, apagando os vestígios da sua “pretitude”; iv) aqueles que consideravam que o casamento com um indivíduo de tez clara – quanto mais clara, melhor! – era sinónimo de “apuramento da raça; v) aqueles ainda, para quem, comer funje era ”coisa de preto” ou um exotismo; vi) aqueles para quem, o uso de tranças e de indumentária não ocidental – os célebres “panos” – era desprestigiante; vii) aqueles que consideravam que o cabelo, para assim ser chamado e considerado, teria de ser liso, desfrisado – os demais eram as “carapinhas”, as “quindumbas”; viii) aqueles, ainda, para quem, quanto maior o número de pessoas de raça branca que fizessem parte das suas relações, em melhor conta se tinham e pensavam ser tidos (e talvez tivessem razão!). Vestígios deste discurso e práticas, encontram-se ainda hoje presentes no quotidiano dos angolanos, com excepção da gastronomia, esta sim a única a ganhar foro de cidadania com a independência.

Os papéis reproduzem-se, tais como as sociedades. A(s) identidade(s), por serem espaços de liberdade conquistados (aos papéis), fazem com que, no caso angolano, o presente ainda se encontre refém, ancorado no passado.

### **3.2 – As sociedades em, do e no pós-guerra**

#### **3.2.1 – Caracterização das sociedades em guerra**

Para se compreender o pós-guerra, será necessário passar-se pela guerra<sup>200</sup>, até porque o prefixo (pós) (pr)enuncia um antes. É este antes que poderá explicar muito do pós, pois as consequências da guerra se se observam *a posteriori*, têm a sua génese no durante (a guerra). Assim é que, os relatos das guerras são de destruição, luto e dor. São relatos de gente perdida, gente cujo quotidiano é feito de medo, fuga e luta pela sobrevivência, entre clamores de patriotismo. São relatos de exércitos que se degladiam e de gentes que se encontram nessa encruzilhada da vida e da morte em cada esquina, irmanados no ribombar dos trovões.

---

<sup>200</sup> Para uma abordagem sobre a “natureza” da guerra, a relação entre a guerra e a violência que a autora defende radicar na (racional) burocratização weberiana (mais propriamente na disciplina, sendo que a disciplina militar está na origem de todas as outras disciplinas) v. Malesevic (2010).

“La guerre a le visage de la jeunesse” – é assim que tem início o capítulo sobre a guerra (a experiência militar), da aclamada história dos jovens no ocidente (Levi e Schmitt), acabando por ser um dos ritos de passagem mais celebrados por contemplar os domínios económico, afectivo e sexual do jovem (género masculino). No entanto, a história reza que os jovens nem sempre foram os mais mobilizados para a guerra<sup>201</sup> – entre crianças e velhos (segundo a linguagem e conceptualização actual pois que, por altura em que estes fenómenos ocorrem, a designação e conceptualização era, necessariamente, outra), todos eram chamados para a frente de batalha, sendo que era o aspecto físico que ditava a sua mobilização (Lobriga: 1994, 24).

Há tantas guerras quantas as causas, sendo que as guerras se diferenciam segundo a definição social do inimigo<sup>202</sup> e são normalmente associadas e consideradas como actos de barbárie, de violência física, podendo no entanto ser igualmente consideradas como “uma forma intensa de conflito político” (Cowen: 2008, 6). Das guerras, em África, é comum dizer-se que têm origens étnicas, tribais (Sciortino), dito de outro modo, uma origem comum<sup>203</sup>. Qualquer e onde quer que seja a guerra no continente africano a origem e, dir-se-ia mesmo que o seu fim são conhecidos: a origem radica na luta pelo poder e o fim tem-se traduzido em tréguas que rapidamente se convertem, novamente, em conflitos armados.

Para começar as “hostilidades”, não há como evitar e destacar as guerras coloniais seguindo-se aquelas que aconteceram (e acontecem) no pós-independência, estas últimas civis<sup>204</sup>, e cuja tipologia não se enquadra na proposta por Speier, sendo antes um misto dos três tipos de guerra sugeridos pelo autor, por terem elementos comuns aos três, como o

---

<sup>201</sup> Ainda hoje é possível encontrar sobretudo crianças (as “famosas” crianças-soldado) armadas e na frente de batalha - v. Shepler (2010) na sua abordagem relativa ao caso da Serra Leoa.

<sup>202</sup> Para Speier, existem três tipos puros de guerra: a guerra absoluta, designação que o autor vai buscar a Clausewitz (absolutamente letal e sem qualquer tipo de regras), a guerra instrumental (pode ou não ser restrita) e a luta agonística (regulada por normas) (Speier: 1969, 223).

<sup>203</sup> Relativamente à actualidade, Hyden (2007, 3) refere que alguns dos factores comuns identificados nas sociedades e economias africanas e que determinam a natureza das políticas na região são: o clientelismo, a corrupção, a má liderança e a etnicidade. E o autor alerta para o facto de a análise das sociedades africanas ser bem mais complexa do que muitas vezes se pensa, razão por que os factores acima referidos não podem ser perspectivados e entendidos isoladamente.

<sup>204</sup> No seu trabalho sobre “a lógica da violência na guerra civil”, Kalyvas (2006: 17) define a guerra civil “as a armed combat within the boundaries of a recognized sovereign entity between parties subject to a common authority at the outset of hostilities” e questiona a razão porque as guerras civis são “tão” violentas ou entendidas como tal.

facto de a fronteira entre o haver ou não regras ser muito ténue e haver um elemento agónico presente.

As guerras coloniais, entenda-se as lutas de libertação travadas por exércitos dos movimentos dos povos dominados contra o(s) dominador(es) invasor(es), têm características específicas – as frentes de guerra são normalmente no interior, em zonas bem delimitadas; as instituições públicas encontram-se em pleno funcionamento, não havendo normalmente carência de coisa alguma; os despojos de guerra, para além de humanos, são morais (o material, aqui, pouco importa). Segundo Kalyvas (2006: 389), uma das especificidades das guerras civis está na barbárie e na intimidade entre as vítimas e os “carrascos”, uma violência contra a população civil que, tendo uma lógica, acaba por ser um fenómeno de transformação: privatiza políticas, as vidas privadas e a violência “comes endowed with a political meaning that may be quickly naturalized into new and enduring identities”.

Ainda relativamente às guerras civis, as mesmas encontram-se disseminadas um pouco por todo o lado, as carências são de toda a ordem, as instituições submergem no atolado da adversidade e os valores, estes, são revistos, reinventados, quantas vezes colocados em *stand-by*. Em uma situação de guerra ou de grande crise institucional, de ruptura como foi o caso da queda do muro de Berlim e das guerras que se seguiram na Europa do Leste (incluindo a ex-URSS), ou como é o das guerras que vão atravessando o continente africano, os valores que norteiam a população civil parecem ser aqueles que dizem sobretudo respeito à sobrevivência – valores materiais, de consumo, de solidariedade q.b. e, claro, de individualismo (a luta pela sobrevivência a isso “obriga”) mas também de patriotismo que carregam, consigo, sementes de esperança (a contradição é elemento indissociável). A carência de artigos de todo o tipo, da alimentação ao vestuário sem esquecer os considerados supérfluos, faz com que os indivíduos comecem a atribuir grande importância à transacção (compra, venda e troca de artigos) e à posse (de artigos e de dinheiro, pois a guerra e a carência fazem inflacionar o mercado) – a satisfação de necessidades potencia a emergência de novos mercados e de uma nova classe de consumidores e de empresários. Mas esta sociedade da carência, da privação é, também ela, a da adaptação e da mudança geradora do gérmen da abundância – precisamente pela sua raridade, os objectos não essenciais, supérfluos, muitos considerados de luxo (destaque para os artigos importados), são bastante apreciados e procurados.

A guerra, do mesmo modo que destrói, potencia a criatividade, a inovação, o expediente e, em períodos de crise, a “chance” joga um papel central influenciando as

trajectórias de vida (Elder: 1984)<sup>205</sup> – reinventam-se novas forma de viver e estar, novos modelos societários são revistos e os valores, reavaliados, renovados, adaptados, tal como é o caso da ilicitude que deixa de o ser, ou da normalidade que a guerra passa a ser até porque a guerra não suspende a vida social, mesmo nos casos de guerras que se perdem nas memórias dos indivíduos (Lubkemann: 2008)<sup>206</sup> – a guerra fractura os hábitos e o senso comum do dia-a-dia, mas a violência que a caracteriza e define é também potenciadora de “destruição *criativa*” (Cowen: 2008, 2)<sup>207</sup>. O(s) conflito(s) que subjaz(em) à guerra são, supostamente, erradicados com ela mas o pós-guerra é, também ele, um período prenhe de conflitos – dir-se-ia que quanto mais destruidora é a guerra, mais conflitos e mudanças arrasta consigo: nada permanece como antes.

Uma das mudanças que as guerras arrastam consigo, prende-se, muito naturalmente, com a geração que a fez, a que a viveu e a que lhe sucede. Quando Whitney (2009: 1) afirma que os comunistas soviéticos e os fascistas italianos e gregos aprimoraram técnicas com as quais mobilizaram os jovens visando servir os seus intentos, os seus projectos políticos, é preciso não esquecer que são os jovens a força de qualquer guerra – qualquer que seja a ideologia e o regime político. As formas como este aliciamento e recrutamento se faz<sup>208</sup>, bem assim o pós-guerra é que acabam, por ditar, os contornos político-ideológicos das forças em presença. O serviço militar surge, assim, como escola onde se podem aprender as primeiras letras, um ofício, onde também se aprende disciplina e, evidentemente, os valores nacionalistas – é em nome da pátria que se combate. Assim, as mudanças nos sistemas de valores nessas sociedades – do pós-guerra – são, muito naturalmente, devidoras dos conflitos que levaram à guerra e também aos gerados na e pela guerra. As feridas da guerra visíveis nos mutilados, no stress pós-traumático presentes não somente na sociedade civil mas muito particularmente entre os

---

<sup>205</sup> Com um acento tónico na privação e nos efeitos das mesmas nas famílias, este trabalho sobre a grande depressão nos EUA fornece elementos interessantes para as sociedades em crise *tout court*, com ou sem guerra.

<sup>206</sup> A partir de um trabalho etno-histórico desenvolvido em uma localidade em Moçambique, este autor define a guerra como uma “condição social”, interessando-lhe o quotidiano das gentes e das sociedades em tempo de guerra enquanto espaço-tempo não somente de violência mas igualmente prenhe de reconfigurações, de desafios e de novas oportunidades.

<sup>207</sup> O sublinhado é do autor.

<sup>208</sup> Basta lembrar a forma como o recrutamento é feito nos EUA (como inúmeros trabalhos, entre documentários e artigos o ilustram). V., a este propósito o trabalho de Whitney (2009).



(jovens) soldados (Daiute: 2009), tipificam as sociedades do pós-guerra a par das novas práticas, comportamentos e valores que a guerra engendra.

### 3.2.2 – Os valores nas sociedades do pós-guerra

Sendo a guerra um espaço-tempo desestruturador por excelência<sup>209</sup>, as formas que os indivíduos engendram para dar resposta a esta nova situação não é muito diferente nos diferentes cenários de guerra – e aqui poderá entrever-se o espaço-tempo de criatividade<sup>210</sup> que subverte o quadro fantasmagórico da guerra. Quando a guerra está associada à revolução, a mesma ganha contornos específicos. É assim que os despojos de guerra, para além dos físicos e emocionais, são essencialmente materiais – um novo grupo de novos-ricos emerge (entre políticos e militares) e, paralelamente, novos grupos de interesses pespontam. Se por um lado os valores materiais continuam a ser um dos prevalectes, por outro este tempo de paz (militar, não necessariamente social e dos espíritos) é o momento em que ganham forma, cristalizam-se e agudizam-se as manifestações da desestruturação do tecido social, económico e cultural.

O estertor da guerra, feito de materialismo, de hedonismo e de individualismo (passa-se de um período de privação para um outro que se pretende seja mais do que de abundância, do extravasar da privação) – segundo Lipovetsky (1995: 102 e 114), são produto do que chama “revolução das necessidades” que atingiu a sua maturidade depois da II guerra mundial com a autonomização dos indivíduos e que não deixa de ter efeitos perversos, como é o da fragilização dos indivíduos<sup>211</sup> – galvaniza uma mudança e a já conhecida crise de valores<sup>212</sup>. Que valores são estes? Ou melhor será falar-se de ausência de valores? Lipovetsky fala de um “novo paradoxo pós-moderno: quanto mais os valores

---

209 O caso das consequências da guerra civil na Argélia (com início em 1991) e da ruptura das estruturas familiares e de actos de violência associado aos jovens e relatado por Martinez (in Meijer: 2000), é paradigmático.

<sup>210</sup> Como descrito, ainda a propósito da Argélia, por Miliani (in Meijer: 2000), no caso da música raï como símbolo de integração.

<sup>211</sup> Para além de considerar o hedonismo “o grande vector da revolução da autonomia pós-moderna”, ou “de individualidade plena (...) tendencialmente de tipo narcísico” (Lipovetsky: 1995, 102-3).

<sup>212</sup> Mas é o mesmo autor que refere que “o individualismo contemporâneo não faz sentido senão na era democrática, em que prevalece um consenso e uma ligação forte, generalizada, em relação às instituições e aos valores democráticos” (Lipovetsky: 1995, 101).

de autonomia e de realização pessoal se afirmam, mais o discurso ético se reforça” (Lipovetsky: *Ibd.*, 115) – afinal, é o equilíbrio das e nas sociedades, nos dos e entre os indivíduos que está em causa e os valores são como que um dispositivo de segurança que é activado sempre que o alarme é accionado. Serão valores inquinados pelo estertor da guerra (na guerra, a fronteira entre a vida e a morte é mínima), “valores em transição” tal como as sociedades. Estes “valores em transição” mais não são do que atitudes, comportamentos e práticas efémeras, assentes no “desenrascanço” e na utilidade, o que não significa que a matriz, os princípios, não se encontrem na sua base (uma referência convenientemente adormecida).

Tomando como ponto assente que as preferências colectivas e individuais, as estratégias, os valores e as identidades são continuamente (re)definidas, (re)configuradas ao longo da guerra (Kalyvas: 2006, 389), é possível adiantar que as novas configurações do pós-guerra e os debates em torno da (re)construção que passam necessariamente pelos valores, exprimem o que muitos teimam em ignorar: que o rescaldo das guerras permanece por inventariar e, por conseguinte, por que avalie do impacto das mesmas nos indivíduos e nas sociedades, razão porque as políticas não o reflectem. Significará dizer que a anomia é um “facto normal” nas sociedades do pós-guerra e esta será (mais) uma manifestação da mesma neste tipo de sociedades? E tendo em conta que mais de metade da população angolana é jovem, isto permite que se afirme que “ao pesquisarmos os jovens estejamos a trabalhar com elementos simbólicos centrais da nossa cultura” (Schmidt: 2001, 181)<sup>213</sup>, com o presente e o futuro dos indivíduos e das sociedades.

## **4 – Pós-colonialismo**

### **4.1. Os valores do e no pós-independência**

Muitos são os debates, as controvérsias, as definições em torno do conceito de pós-colonialismo, sendo a literatura a disciplina porventura mais prolífera nesta matéria. Para o presente caso, toma-se de empréstimo o conceito de pós-colonialismo de Mishra e Hodge (1993) e também de Mbembe (2000), para quem a ideia de base do pós-colonialismo ou da

---

<sup>213</sup> Schmidt refere-se aos jovens no geral, tendo em atenção a tendencial juvenilização das sociedades (no quadro das culturas juvenis e não da idade). Em Angola, o menu é completo, pois é não somente cultural como etário.

pós-colonização encontra-se radicada no colonialismo e na colonização, sendo reféns do mesmo, a que se acrescenta que é, também, um espaço-tempo de reflexão em torno do colonialismo – o facto de as colónias se encontrarem em “vias de extinção”, se não já “extintas”, de fazerem parte do passado – mais ou menos recente – associada à necessidade de os “ex-colonizados”, juntamente com os “ex-colonizadores” (na academia) terem a possibilidade de juntos e com o distanciamento e os instrumentos disponíveis poderem debater o colonialismo nas suas diferentes e múltiplas expressões também não deve ser negligenciado o que, sendo mais do que isso, vai de algum modo de encontro a Slemon (1994) para quem o pós-colonialismo é uma metáfora geográfica. Se esta é a matriz do conceito de pós-colonial(ismo), outros elementos há a considerar como é o caso do que Mbembe (2000: 139-140) chama a “expropriação de identidades” e a “emancipação do sujeito”. Para Mbembe, a noção de pós-colónia encontra-se assente na recente emergência das mesmas combinadas com um sistema de violência que a relação colonial envolve, ou nas palavras do autor, “the postcolony is a particularly revealing, and rather dramatic, stage on which are played out the wider problems of subjection and its corollary, discipline” (Mbembe: 2001, 102-3).

Citando Simon Gikandi, Catherine Hall (2002: 6) refere que o pós-colonialismo pode ser entendido como um momento de transição e de instabilidade cultural, o tempo em que se torna claro que a descolonização não é sinónimo de liberdade total, é o tempo em que as novas nações começam a reconhecer os limites do nacionalismo. De que forma o presente se encontra ainda ancorado no passado? De que forma o passado colonial afecta, hoje, a pobreza e as guerras em África ou ainda e partindo do título do livro de Spivak (1993) que (se) interroga, “can the sulbatern speak?” se pode e se interroga em que medida os africanos continuam reféns do passado? Saliente-se que, associada ao conceito de pós-colonialismo, não se pode ignorar a independência dos povos e todas as mudanças de que esses povos e sociedades foram objecto.

Em muitas geografias, a guerra é/foi socializadora de gerações inteiras, como é o caso de Angola (Lubkemann: ob. cit., 24) – em dois momentos, o antes e o pós-independência, sendo este último período o mais vivo na memória das gentes e aquele que terá cruzado o país de lés-a-lés.

A independência, com o seu grito de “Ipiranga”, revolucionou o *modus vivendis* angolano – entenda-se, da população urbana. O dealbar de uma nova era arrastou consigo mudanças, também elas, no quadro de uma nova ideologia, de um novo sistema de valores. Dos exemplos enunciados atrás, registe-se: i) a instituição da língua portuguesa como

língua oficial, língua de unidade, e os até à altura dialectos como línguas nacionais (ainda que não sejam tão-poucos, assim, aqueles que, ainda hoje, têm a língua portuguesa como materna e única, uma das razões que levou a que a língua portuguesa seja, também ela, agora, considerada língua nacional); ii) a obrigatoriedade de atribuição de nomes “nacionais” às crianças nascidas nos primeiros anos de independência (actualmente, esta obrigatoriedade já não se verifica); iii) a “institucionalização”, que não por decreto, dos chamados “pratos típicos”, como é o caso do funje; iv) a disseminação do uso do cabelo “natural”, não desfrizado, das tranças; v) a livre-circulação da indumentária “africana”, dos panos, dos bubus, entre outros. Estas mudanças no exterior dos indivíduos, foram acompanhadas pelo discurso da “autenticidade”<sup>214</sup>, da africanidade, da liberdade. Não se pense, contudo, que o reavivar da angolanidade significou a desalienação das mentes e que outros comportamentos e práticas não convivam, na Angola de hoje, com as herdeiras da independência – a (grande) diferença é que, a indumentária e os penteados africanos não são desvalorizados e os indivíduos remetidos a uma categoria de subalternidade.

### **4.1.2 – Entre os valores partidários e os valores nacionalistas**

#### **4.1.2.1 – A primeira república (1975-1992): a ideologização do quotidiano**

O fascínio pelas cidades, pelas grandes cidades, povoa não só a mente dos que nasceram e/ou vivem em outros locais que não a cidade, como também a literatura. Do romance, passando pelo conto, pela novela e, claro está, terminando nos ensaios, muito tem sido dito a este propósito. A extensa literatura que descreve e destaca a singularidade que o apelo da cidade exerce junto muito especialmente das comunidades rurais não deixa de sublinhar que a atracção pelas cidades deve-se, e muito, às oportunidades que se oferecem em domínios tais como a instrução e o emprego de que a mobilidade e a ascensão social são indicadores. Não é menos verdade que as cidades também são apresentadas como antros de perdição, muito especialmente para os jovens por ser esta uma categoria particularmente vulnerável<sup>215</sup>, vulnerabilidade associada à corrupção, ao vício.

---

<sup>214</sup> Nome pelo qual ficou conhecido, no Zaíre, actual Congo Democrático, este regresso às raízes (“discurso” atribuído a Mobutu Sese Seko).

<sup>215</sup> As perturbações do pupilo Torless, um clássico de Musil e da literatura que, tal como o título indica narra as perturbações de um adolescente, de um jovem, que vai viver para uma pequena cidade pelo facto de nessa

Compreender-se-á, pois, que se associe este ser corruptível aos grandes espaços urbanos, espaços onde o controle é difícil – razão porque os jovens do espaço rural não apresentam e levantam as mesmas preocupações não constituindo, por isso, um problema.

A par dos novos valores culturais, outros se levantaram, como são o caso da literatura e da música, que, para além do seu valor estilístico (em alguns casos), foram uma extensão das “palavras de ordem” e, muito “naturalmente”, do *status quo* que se erigia com um forte pendor político-ideológico. Arredado Deus, pelo menos institucionalmente, novos deuses se impõem aos angolanos que assim entram em uma nova era: o marxismo-leninismo, por muitos comungado, é bom que se diga. O ideal de uma sociedade sem classes, em que todos os angolanos seriam iguais, entenda-se, teriam iguais oportunidades, sem distinção de raça, credo, cor política (eram estes alguns dos pressupostos), era suficientemente aliciante para engajar meio-mundo.

A literatura, como se disse, também não ficou atrás neste esforço de construção do “homem novo”. A verdade é que a literatura angolana do pós-independência vem, desde essa altura, substituindo a (quase) ausência de ensaios, de trabalhos de investigação. Relativamente aos anos 70 (do séc. XX), no período áureo da revolução, destaque-se o conto-novela “Quem me dera ser onda” de Manuel Rui. Nele é retratado o “assalto” à cidade de Luanda pelos habitantes dos musseques, vulgo bairros de lata, a ocupação das casas, dos apartamentos outrora habitados pelos colonos. Mais do que isso, Manuel Rui “pinta” um fresco do lugar e papel dos angolanos nesta nova sociedade, através de personagens hilariantes como é o caso de “Carnaval da Vitória”, o porco pequeno-burguês mimado por duas crianças, tolerado pela mãe das mesmas, desejado e ansiado como costeleta pelo pai, cansado que estava do peixe-fritismo (o peixe-frito com arroz que foi, durante muito tempo, a dieta alimentar dos angolanos). Esta “carnavalização”<sup>216</sup> da sociedade angolana tem o seu esplendor (e epílogo) com a morte de Carnaval da Vitória, o mesmo que o enterro do pequeno-burguês – a isto não deve ser alheia a célebre frase de Lopo do Nascimento que, quando primeiro-ministro, disse que era necessário “partir os dentes à pequena-burguesia”.

---

pequena cidade “existir um internato de grande reputação, que fora mantido nesse lugar distante desde o século anterior, altura em que tinha sido construído no lugar de um antigo seminário, certamente para proteger a juventude em crescimento das influências perniciosas da grande cidade” (Musil: 2005, 40).

<sup>216</sup> Através da subversão do mundo, do quotidiano dos indivíduos, tal como ele é vivido pelos mesmos, segundo Mikhail Bakhtin.

Com (um)a história por fazer e contar, Luanda foi e tem sido palco das grandes metamorfoses por que passa o país, desde 1974-1975. A música é uma das eleitas na construção desta nova sociedade, um canal por excelência de crítica e sátira da sociedade que cobre o país (o mesmo não se passando com a literatura que está adstrita a uma elite). Música e dança complementam-se naquilo que hoje, pode dizer-se, constitui o ópio do povo, a par das manifestações religiosas – as várias igrejas que pululam um pouco por todo o lado, são disto testemunho –, tendo o hedonismo sido entronizado no sistema de valores. Para quem (quase) tudo tem, a actualidade está adornada pelo consumismo, por ganhar e ter ainda mais dinheiro e é igualmente tempo de competir para ver quem mais tem e pode (a faustosidade das festas, dos carros, das casas, do vestuário, atesta-o) não olhando a meios para atingir os fins; para aqueles que nada têm, muitos, a esmagadora maioria, é viver o dia-a-dia, um dia de cada vez, esquecer as mágoas, mas é hora de procurar ter algo e, porque não, também eles recorrendo a todos os meios e artifícios para singrarem – ganhar dinheiro, não importa como, esta a palavra-de-ordem dos dias de hoje.

Enquanto na década de 70 do séc. XX se assistiu ao eclodir da chamada música de intervenção com as palavras-de-ordem a assumirem lugar cimeiro, a década de 80 foi fértil na dança da Kabetula e também na música já de cariz crítico/satírico no concernente ao quotidiano das pessoas, com o semba sempre de permeio. Os anos 90 foram os anos em que as críticas se foram adensando, o kú-duro e o kizomba aquecem as pistas de dança, continuando pelo novo século. Actualmente, o semba, o kizomba (que é o semba renovado), o kú-duro, sobretudo este último, mas também o hip-hop, prestam-se às críticas em que a nomenclatura, também ela, é uma das (mais) visadas – ainda que de forma velada – e a sociedade e os seus valores são retratados.

Estas manifestações que emergem normalmente em Luanda, quiçá mercê de Luanda ser a cidade para onde tudo e todos confluem, uma verdadeira metrópole, ainda que esventrada, cedo se diluem por todo o país. Luanda, capital política de Angola é, simultaneamente, a sua capital cultural, e o resto é ainda quase e só “paisagem”, isto é, as assimetrias no respeitante ao investimento nas demais províncias é gritante. E os obreiros destas inovações, destas críticas, são jovens. Jovens que, de um modo geral, habitam nos musseques<sup>217</sup>, num mundo em que e logo num primeiro momento, o espaço envolvente é periférico e pobre – quantas vezes, degradante. Mas se o espaço é deficitário, os seus habitantes, porventura também por esta razão, são do mais criativo que há. As carências,

---

<sup>217</sup> Musseques ou muceques, é a designação dos bairros de lata em Luanda.

as privações que se fazem sentir no centro da cidade, multiplicam-se *n* vezes nos muceques: da luz à água, passando pelas distâncias que percorrem diariamente para os seus locais de trabalho, escolas e afins, inúmeros são os escolhos por que passam – a catarse acaba por se fazer por via da música e da dança, reinventado-se novos quotidianos, travestindo a dor (só deste modo se explica que uma enxurrada e uma inundação cedam espaço ao riso e à brincadeira). A abundância e o fervilhar não somente na música e na dança, mas também no linguajar encontram, na adversidade, rescaldo nesta contra-dança que é “(sobre)viver em Angola”.

### **4.1.2.2 – A segunda República (1992-2008): entre o pragmatismo e o capitalismo**

Se a primeira república (1975-1992) é caracterizada pela exaltação, pela euforia e pelo delírio – mormente também pela dor –, a falência do modelo de sociedade e, com ele, do agonizante socialismo, são o remate final deste período. A segunda república cujo marco histórico é o ano de 1992, ano de todas as esperanças, ano das primeiras eleições legislativas e presidenciais marca, indelevelmente, os últimos dezassete anos das vidas dos angolanos (até esse período, essa data). O que é que mudou na vida dos angolanos desde então?

Se as palavras de ordem caíram em desuso – num passe de mágica, o neo-colonialismo, o imperialismo, o capitalismo e a solidariedade internacionalista desapareceram e deram lugar ao liberalismo em todas as suas vertentes e ao também conhecido por capitalismo selvagem. Não mais colectivismos! Um retumbante sim ao individualismo e à propriedade privada! O regresso da igreja católica em força e, com ela, de tantas outras igrejas, seitas e correlatos se por um lado denotam um novo momento, um clima de abertura política ideológica e social, não deixam de mostrar as carências de um povo ávido de normalidade. Uma vida normal é, neste caso, o mesmo que a aspiração à felicidade o que passa, necessariamente, pela satisfação das necessidades básicas que estão longe de ser uma realidade. Se a isto se acrescentar o minar da esperança que o recrudescer da guerra impôs, pode-se bem avaliar a degenerescência dos laços (entre familiares e sociais) que ganham corpo neste período. Trata-se de uma guerra anunciada, desta feita singularmente marcada pela delapidação económica e social.

A guerra que renasce e cujo epílogo acontecerá dez anos depois (em 2002) incorpora profundas mudanças no tecido social e económico, desde logo as profundas assimetrias que fazem com que a pobreza passe a ser uma realidade e uma constante de norte a sul do país. A guerra promove igualmente uma mobilidade de indivíduos gerando a concentração, de um terço, ou mais, da população, em Luanda. Esta sobrepopulação e a sua conseqüente guetização dão lugar, entre outros, à emergência de um exército de crianças e jovens errantes que buscam o pão-nosso-de-cada-dia. É a pobreza que os assiste. Com a pobreza emergem fenómenos que a independência tinha posto fim, como é o caso da prostituição. Mas as crianças de e na rua (vendedoras de sonhos e de nada), a delinquência, mormente a juvenil, a “institucionalização” do comércio e da economia informal, marginal ou paralela (as kinguilas<sup>218</sup> mas também e a título de exemplo o mercado Roque Santeiro considerado o maior mercado a céu aberto do continente africano<sup>219</sup>), são alguns dos baluartes que a segunda república inaugura. Sobreviver será o verbo que mais se conjugará, paredes-meias com o desenrascar. É assim que negociar passa a palavra-mágica, o equivalente ao “abre-te sésamo”, e a “naturalização” e “normalização” deste acto encobrem a ilicitude da corrupção e do compadrio. Tudo tem o seu preço, naturalmente inflacionado. A substituição da classe média pela remediada e a emergência de uma classe “podre de rica” como é frequente dizer-se, mostra o fosso em que caem os diferentes estratos sociais.

O ano de 2002 marca, também ele, uma nova fase no calendário da guerra e da paz em Angola. É o ano da cessação de hostilidades e do anúncio da paz que a morte do líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi de seu nome, consigo arrastou. É o ano de formação de um governo de transição e da emergência de um novo calendário “litúrgico”: paz e reconstrução.

\2008, foi o ano das segundas eleições em Angola, eleições legislativas que o MPLA ganhou<sup>220</sup>, dando início a uma nova agenda política de que a aprovação da nova Constituição é parte.

---

<sup>218</sup> Por kinguilas se deverá entender as mulheres que, nas ruas, se dedicam à tarefa de troca de divisas.

<sup>219</sup> Mercado onde tudo se transaccionava (extinto em 2010), do carro, passando pelos alimentos (entre crus e cozinhados), vestuário, calçado, material de construção aulas de alfabetização, câmbio (divisas), entretenimento (cinema, jogos de azar) acabando na prostituição (nas também conhecidas como “casas de sarrar”), (Lopes: 2007).

<sup>220</sup> O MPLA ganhou com mais de 80% dos votos, uma “maioria sufocante”, nas palavras de um político e governante angolano (por sinal do MPLA).



## SER JOVEM EM ANGOLA

De tudo isso ressaltam mudanças, muitas, que se foram produzindo e assistindo, desde logo no OGE que deixou de ser canalizado, na sua grande parte, para a guerra, e passa a ser melhor distribuído, mudanças nos investimentos públicos, no tecido empresarial, na liberdade de circulação<sup>221</sup>. Segundo Inglehart (1977: 34), “the amount of change in value types across a given country’s age cohorts *does* seem to correspond to the amount of economic and political change that country has experienced”<sup>222</sup>. Ora, as mudanças dos valores em Angola acompanharam, inevitavelmente, as mudanças políticas económicas e sociais que o país atravessou, sendo que, e ainda na pegada de Inglehart, o valor mais precioso surge, neste momento, como sendo o materialista. É sob o signo dos valores materialistas que a segunda (1992) e a terceira República (com a nova Constituição da República que entra em vigor em 2010) são inauguradas.

---

<sup>221</sup> Relativamente às “tarefas” nas sociedades no pós-guerra, v. Zeeuw e Kumar (2006).

<sup>222</sup> O sublinhado é do autor.



**PARTE III**

**Angola no contexto africano**



## **Capítulo I** **O contexto africano**

### **1 – O contexto africano**

As ciências sociais são, em África, herdeiras do saber construído no ocidente. As teorias, os conceitos e os instrumentos são ferramentas que os cientistas sociais africanos adoptaram à luz dos conhecimentos instituídos no e pelo ocidente. Se é esta a regra, não é menos verdade que existe uma panóplia de trabalhos de investigação, de teorias e de teses escritas por africanos e que comportam uma inovação e independência desconhecidas pelos ocidentais. Relativamente ao saber e ao conhecimento de e sobre África, o caso português é flagrante e é um sintoma da pouca produção ensaística existente – se comparado com a Inglaterra, a França e os EUA – de que é devedoura a política fascista de que Portugal se libertou há somente 40 anos. O reduzido número de publicações no mercado português (escritas por portugueses e sobretudo por africanos de língua portuguesa e também de obras de autores africanos de outras origens traduzidas para português) acentua a situação de marginalidade em que se encontra a investigação, o conhecimento em torno de temáticas africanas.

Por outro lado, pode bem dizer-se que existe uma tradição de menosprezo entre os vários países africanos, de que a responsabilidade deve ser imputada aos próprios – menosprezo porventura pontuado pelas relações preferenciais entre os países africanos e seus antigos colonizadores –, que suporta as políticas entre os diferentes estados africanos e que, muito naturalmente, acaba por se fazer sentir muito especialmente no (des)conhecimento que os diferentes países têm uns dos outros. Como se não bastasse, acresce o facto de a esmagadora maioria dos países em África e de muito “naturalmente” os africanos se encontrarem a braços com a sobrevivência, com o difícil quotidiano, não havendo, ficando muito espaço para a academia, para o conhecimento, ainda que a produção seja maior do que se pensa e sabe. O défice que se faz sentir em Portugal é ainda maior nos países africanos de língua portuguesa. Nestes, a situação não é melhor mesmo porque, a par da pesada herança portuguesa já referida, parece existir uma resistência relativamente às capacidades e ao trabalho desenvolvido pelos africanos (questão, aliás, a que não é alheia a colonização portuguesa).

Três décadas depois, de Angola se pode afirmar que o balanço não é risonho porque só agora começa a vir à estampa alguma produção científica. Timidamente, é

verdade, mas o prenúncio é uma boa-nova que precisa de ser incentivada. De entre as áreas a assinalar, o destaque vai precisamente para a sociologia, uma disciplina que encontra um terreno árido, é certo, mas fértil pela matéria-prima que está por desbravar – o paradoxo da investigação científica está precisamente no facto de se pretender uma sociedade que funcione normalmente, mas são as anomalias que estão na base da eclosão do desenvolvimento das ciências e da investigação. Com o tudo que há por fazer, importa agora fazer alusão a temas candentes, como é o do pós-colonialismo, que encabeça os estudos que hoje se fazem sobre África. Porquê o pós-colonialismo? Porque razão é incontornável a abordagem deste tema?

O discurso em torno do conceito de pós-colonialismo surge da necessidade de redefinir os estudos africanos, enquadrando-se em uma problemática mais geral que é a das identidades. Afinal, em que consistiam os estudos africanos? Eram estudos sobre temáticas africanas, sim, mas o que os distinguiu, por exemplo, dos estudos realizados no passado (passado colonial)<sup>223</sup> eram os indivíduos que os faziam, as temáticas abordadas, as fontes e metodologias utilizadas ou uma nova conceptualização, um novo paradigma que emergia e que buscava o seu território? Do discurso à discussão, cedo assiste-se ao eclodir de teses, teorias que reclamavam definições e que tinham à testa os estudos literários. Para uns, o pós-colonialismo é uma metáfora geográfica que tem como referencial o colonialismo, prestando-se assim a um sem número de utilizações (Stephen Slemon: 1994), enquanto, para outros, o pós-colonialismo e mais propriamente a pós-colónia, no dizer de Mbembe, é caracterizada pela obscenidade e pelo grotesco que, pelo seu carácter de violência e dominação, integram o que o autor chama de estilística do poder (Mbembe: 2000). Robert Young (2001) reflecte, entre outras coisas, sobre os diferentes “ismos” (colonialismo, imperialismo, neo-colonialismo e pós-colonialismo), definindo-os histórico e conceptualmente, desafiando os leitores quando defende que tal como no colonialismo, o pós-colonialismo<sup>224</sup> preserva os traços de luta, violência e sofrimento dos indivíduos – o

---

<sup>223</sup> A propósito da definição de “estudos africanos”, ver o trabalho de Aijaz Ahmad que questiona e redefine o conceito de “orientalismo” proposto e teorizado por Edward Said (Ahmad: 2002).

<sup>224</sup> Este autor distingue entre pós-colonialismo e pós-colonialidade – enquanto no primeiro o acento é político (em que a história e a cultura assumem papel de relevo na sequência da independência), no segundo é essencialmente económico (em que o material e o cultural também se encontram presentes no contexto do que hoje se chama globalização). Da leitura de Young (que diz preferir chamar tri-continentalismo em lugar de pós-colonialismo), esta distinção parece corresponder igualmente a diferentes estádios, diferentes momentos – o primeiro será o pós-colonialismo e o segundo a pós-colonialidade, sendo este último aquele que actualmente vingará (Young: 2001, 57).

que remete necessariamente para a questão da guerra que é, também, objecto de análise neste trabalho.

A leitura de alguns dos numerosos artigos, textos e obras permite que se façam algumas reflexões, tais como as seguintes: a questão pós-colonial centra-se no que se poderá chamar resquícios do colonialismo que teimam em fazer escola nos “novos” países independentes (Bill Ashcroft: 1989), como é o caso da manutenção das línguas do “colonizador” como línguas oficiais (apesar das diferenças entre os mesmos, o escritor nigeriano Chinua Achebe e o queniano Ngugi wa Thiong’o são duas das vozes mais representativas desta discussão)<sup>225</sup>; esta questão levanta outras de monta como o da subordinação das línguas “nacionais”, entenda-se as línguas que não as do colonizador<sup>226</sup>, e que acaba por remeter ou traduzir a subordinação dos indivíduos eles próprios; surgindo esta como uma questão cultural, a mesma não deixa de ser igualmente política, um fenómeno que tem repercussões em todos os domínios da vida e das sociedades.

Mas o discurso em torno do pós-colonialismo não passa ao largo do da pós-modernidade. A pós-modernidade, por alguns reclamada, e que integra o actual discurso científico, emerge de novos paradigmas científicos que têm na base uma nova visão do mundo. Como criação ocidental, este novo mundo que os cientistas, mormente os sociais, buscam o sentido, é um mundo que começa e acaba no ocidente, de que o continente africano continua arredado, sobretudo no concernente à produção teórica. Esta marginalidade que é imposta aos africanos deve-se, em grande medida, à dificuldade sentida pelos investigadores africanos (sobretudo aqueles que se encontram nos respectivos países) de se fazerem conhecer – as suas obras, teses e teorias – e parece encontrar refúgio na maior ou menor dinâmica de desenvolvimento dos respectivos países, sobretudo no plano económico e tecnológico<sup>227</sup>.

No entanto, a pós-modernidade não é um exclusivo ocidental e o mesmo se pode dizer da globalização. Em inúmeros países africanos assiste-se ao pulsar de movimentos, de grupos, de debates e também de pesquisas, quase se podendo afirmar tratar-se de um autêntico *melting pot* de dizeres e saberes. O continente africano sempre teve a porta

---

<sup>225</sup> V. Patrick Williams: 1993.

<sup>226</sup> No caso dos países africanos de língua portuguesa e muito especialmente em Angola, já é comum afirmar-se que a língua portuguesa é, também ela, língua nacional de Angola. De oficial passou a ser considerada nacional, muito provavelmente mercê do crescente número não somente de falantes da língua, mas daqueles que têm a língua portuguesa como língua materna.

<sup>227</sup> O trabalho de Habermas apresenta uma visão da importância da técnica e da relação desta com o poder. V., igualmente, Vera Cruz (2006).

franqueada à inovação, à modernidade e ao desenvolvimento – exemplo disso são as culturas juvenis de que o espaço urbano é pródigo –, ainda que aquém do reclamado e aclamado progresso. O espectro da ausência de que o continente continua recorrentemente a ser alvo, condiciona e vem mantendo submersa a produção científica que por lá se faz, bem assim todas as outras dimensões artísticas, culturais que continuam a ser para “turista ver”. A “folclorização” do continente de que os africanos são co-responsáveis, aliada às políticas de pauperização do continente, sustentam a situação de menoridade que prevalece e faz dos países africanos, parafraseando Mbembe, umas pós-colónias. O discurso em torno do pós-colonialismo ganha força e actualidade sobretudo porque os países africanos continuam agrilhoados aos seus antigos e simultaneamente novos dominadores e, paralelamente a isso, àquilo a que Mbembe (2001: 101) chama a banalidade do poder num misto de obscenidade e de grotesco intrínseco a todos os sistemas de dominação.

Relativamente à problemática dos valores e relativamente ao continente africano, saúda-se o facto de já existirem dados relativos a alguns países africanos, disponíveis no World Values Survey (WVS)<sup>228</sup>. Veja-se o caso do ano de 2007, do qual constam a África do Sul, o Burkina Faso, o Egipto, o Gana, o Mali, o Rwanda e a Zâmbia. Globalmente, para os inquiridos (entre 1500 a 3000 no total), a religião é um aspecto importante nas suas vidas, 79,3%, sendo o Rwanda aquele que secundariza este valor (38,9%) – apesar deste valor, 38,3% não se declaram como sendo, sendo o Egipto aquele que menos membros tem (0,9%), seguindo-se o Burkina Faso com 24,4%, e o Gana o que mais membros apresenta (72,1%). Para 68% dos inquiridos a igreja dá resposta aos problemas morais, enquanto para 60% dá resposta aos problemas sociais (Rwanda é o país que menos partilha desta posição, com 34% e 27,9%, respectivamente). A família é um valor muito importante para mais de 90% dos inquiridos (para cerca de 60% dos inquiridos a família não é assim tão importante), e o trabalho é importante para 77,5%, enquanto o sucesso se fica pelos 31,7% e a riqueza pelos 19% (esta última mais importante para o Gana e para o Mali com cerca de 35% e menos para o Egipto, 23,4%). Já a política é importante para cerca de 50% e os três problemas mais sérios para cada um dos países é, em primeiro lugar a pobreza (64%), segue-se a saúde (doenças infecto-contagiosas, o saneamento) com 13,5% e a educação com 10,5%. Mais de 90% dos inquiridos defende que as pessoas não são fiáveis e 11% dizem-se satisfeitos com a vida.

---

<sup>228</sup> Os dados constantes da informação sobre os valores em países africanos, resultam de cruzamentos, feitos pela autora deste trabalho, dos países africanos constantes do WVS – África do Sul, Burkina Faso, Egipto, Gana, Mali, Rwanda e Zâmbia –, a partir de informação constante e extraída do referido Inquérito.



É claro que seria interessante ter elementos sobre os valores em África no passado (que passado, perguntar-se-á?, e a resposta é simples, quanto mais atrás e regulares fossem os elementos, melhor seria) que permitiriam avaliar as diferenças, as mudanças dos valores e, por via deles, das sociedades. Quão interessante seria conhecer-se, por exemplo, os valores do período anterior à independência e do pós-independência!

Isto não significa que não seja possível abordar-se crítica e cientificamente o presente e o futuro de África sem que se tenha de abordar a problemática colonial; acontece, porém, que, temáticas como a dos valores da juventude, em Angola, têm que ter um substrato histórico que, necessariamente, faz alusão a um passado recente não somente dos indivíduos como da sua história e das sociedades em que se encontram inseridos. Relativamente à juventude em África, refere a camaronesa Zoa (1999) existir um mundo a explorar sobretudo se considerado o fluxo migratório – do campo para a cidade – na África ao sul do Sahara e conseqüente urbanização dos referidos jovens.

## **2 – Os jovens em África**

### **2.1 – O lugar e o papel dos jovens em África**

Refere Galland (2008: 45) que “l’image fantasmée de la jeunesse est issue des tensions générationnelles des années soixante et elle alimente encore aujourd’hui pour une part la chronique des idées reçues concernant cette classe d’âge. C’est l’image d’une jeunesse ayant une forte conscience d’elle même, qui s’oppose à la generation aînée et, par là, à la conception de la société que celle-ci défend et aux valeurs qui la sous-tendent. La tension générationnelle débouche sur une critique radicale du modèle de développement des sociétés modernes, critique dont les jeunes sont les hérauts. Cela signifie que les jeunes s’engagent collectivement, qu’ils sont porteurs de contre-valeurs – ce qu’on a appelé la contre-culture – fondées à la fois sur la contestation du modèle de développement et d’organisation économique et sociale des sociétés développées et sur une remise en cause de ses fondements moraux et religieux. Dans cette représentation, la jeunesse est ainsi un des principaux, et presque exclusives, agents de changement des sociétés développées”. Esta imagem, conclui o autor, não passa de uma miragem porque, actualmente, os jovens (os do ocidente e mais precisamente os europeus) são menos politizados, menos engajados e críticos. Isto significa que o papel de agitação cultural e de crítica social que se

encontrava no passado, se alterou. Que dizer-se dos jovens em África? Qual o papel e lugar dos jovens em África?

A resposta a esta questão, para além de dotes de futurologia que se não possui, pressupõe a definição do conceito de papel (já abordado) que se retoma, podendo considerar-se, este, o conceito *ex-libris* da sociologia e muito especialmente da sociologia da família e na das organizações. Por papel entende-se o sistema de coerções normativas a que estão sujeitos os actores sociais, no quadro do desenvolvimento das suas acções. É a interacção que suscita a expectativa comum dos indivíduos em relação uns aos outros, norteando assim o comportamento dos mesmos em sociedade. O que a definição de papel ressalta é que os indivíduos agem segundo parâmetros estabelecidos e por eles (re)conhecidos, parâmetros estes que, por serem normativos, condicionam a acção dos mesmos.

Sendo esta asserção válida em todas as geografias – o senso comum exige que o bem senso prevaleça, que os papéis dos indivíduos se encontrem definidos e estabelecidos para que os mesmos possam viver em sociedade e as mantenham – interessante será avaliar-se do alcance da coercividade dos jovens no continente africano, isto é, em que medida a coerção condiciona, ou não, a acção dos jovens, em África, no rastreio do seu próprio futuro. Que lugar e que papel estão reservados aos jovens no continente africano, no contexto em que as suas acções possam influenciar e ou determinar o seu futuro e o das suas sociedades? De que políticas, de juventude, se poderá falar, em África? E de que África(s) se fala?

Se no capítulo concernente à juventude nunca é demais repisar as diferentes juventudes que a categoria congrega e que, de algum modo, configura as suas identidades – da juventude rural passando pela urbana, juventude proletária, ocidental, trabalhadora, etc. –, urge que se deite um olhar particular à juventude em África. Das similitudes às diferenças, o espaço dedicado a este segmento social em África e pelos africanos, em concreto, é elemento central para a compreensão dos problemas e desafios que se colocam aos africanos e aos jovens em particular. O camaronês Nsamenang (2002) considera que o etnocentrismo (também) se faz sentir nas abordagens feitas aos adolescentes em África, o que significa que os estudiosos, os investigadores ocidentais não têm em consideração as especificidades, as diferentes condições culturais das também diferentes geografias – ainda que faça referência às diferenças entre o urbano e o rural, é no entanto o autor que acaba por cair na sua própria armadilha quando fala dos adolescentes em África em uma perspectiva geral e generalista.

Se a questão relativa às identidades dos jovens e à especificidade do seu mundo não está no centro das pesquisas/investigações africanas (Zoa, 1999: 236), parece haver aqui uma incongruência quando se sabe que a população do continente africano é maioritariamente jovem. Segundo a mesma autora, enquanto os trabalhos consagrados a esta categoria valorizam a sua criatividade num contexto de crise de emprego<sup>229</sup>, o mesmo não sucede no discurso dominante e em certas reportagens que vêem os jovens como bandidos, vagabundos, irresponsáveis, vândalos, delinquentes, drogados, prostitutas, entre outros adjectivos pouco ou nada edificantes. Outra associação muito comum que é feita, que não só à juventude africana mas à juventude enquanto categoria, é a da crise juvenil que corresponderá a uma pretensa crise identitária. Parece que por crise juvenil (e identitária) se pretenderá significar a rebeldia aliada a uma certa inconsequência “própria da juventude”; por outro lado, parece igualmente querer significar o estado de transição, probatório, também associado à juventude.

A propósito da relação entre a idade, o poder e a sociedade, em África, Abélès e Collard (1985) referem ser a idade um importante elemento porque estrutura, organiza e define a organização doméstica, a divisão do trabalho, a questão do género, a política e a própria estratificação social. Já no trabalho de Argenti (2007: 7-8), que investiga os Camarões, pode ler-se a propósito das sociedades pré-coloniais e das classificações dos indivíduos, que os homens eram classificados como crianças não por razões biológicas mas sim económicas, classificação esta ainda actual nos Camarões. Quer dizer que ser-se adulto ou velho tem imanente o prestígio do indivíduo, prestígio que passa pela dimensão económica mas também pelas conexões sociais, conhecimento, status, etc, sendo que o que a juventude tem em comum é a sua exclusão do poder e a sua dependência dos considerados adultos ou velhos, e não a sua idade (no que o autor generaliza a prática para o continente africano, por exemplo quando diz que as hierarquias políticas africanas tendem a ser gerontocráticas).

Nsamenang (2002) entende que os adolescentes e os jovens em África são (também) produto do passado colonial e do presente global que produziu uma população marginal. Mbembe (1985) começa o seu livro sobre os jovens e a ordem política em África levantando questões, várias, pertinentes e actuais: são os jovens da geração pós-independência, em África, o factor mais dinâmico da sociedade? Constituem, eles, a

---

<sup>229</sup> “Ces jeunes nous interessent, dans la mesure où ils constituent un véritable laboratoire des innovations culturelles et symboliques qui témoignent du potentiel de créativité de jeunes en Afrique” (Zoa: 1999, 237).

“ponta de lança da Nação”? É legítimo falar-se de juventude em África? Falar-se-á de juventude ou simplesmente de jovens? Segundo o autor, para os estados africanos (governos) só existe uma juventude, sendo que os jovens delinquentes são objecto de uma atenção particular e à temática juventude são constantemente associados temas como o êxodo rural e a dignidade do trabalho da terra – os discursos sobre os jovens são estáticos, repressivos e autoritários (como o estado ele próprio), oscilando entre a exortação e a imprecisão. Ambivalentes, eles visam “tantôt a blâmer, menacer ou conjurer, tantôt a flatter” (Mbembe: 1985, 18). Como proprietários do chefe de estado que são os jovens, acrescenta Mbembe, as políticas da juventude dos governos africanos caracterizam-se pelo intervencionismo: o controlo do estado sobre um sector turbulento da população, numa visão claramente instrumental dos jovens que faz da juventude uma categoria política (Shepler: 2010).

A visão de Mbembe, sendo interessante, peca por pretender generalizar não a instrumentalização dos jovens, mas os discursos dos poderes – não existe uma África ao sul do Sahara, mas sim várias. Relativamente a Angola, por exemplo, não se poderá dizer que existe um discurso dirigido especificamente aos jovens que os reenvia para o campo e nem tão-pouco para a dignidade do trabalho na terra. O discurso político, em Angola, está centrado nos problemas da juventude urbana, centrando-se assim em temáticas como o desemprego, a formação profissional e o HIV-SIDA, muito provavelmente porque os jovens do mundo rural não se apresentam propriamente como um problema.

No caso da Côte d’Ivoire que vive(u) uma crise económica e social desde o final dos anos 70 a meados de 90 do século passado<sup>230</sup>, a solução encontrada para enfrentar a referida crise foi o reajustamento de estratégias, comportamentos e representações por parte das instituições, grupos e dos indivíduos. Assim, e mais propriamente em Abidjan, os jovens passaram de uma atitude passiva a uma estratégia activa de conquista ou de criação, pelos seus próprios meios, de uma actividade remunerada ou de uma oportunidade de auto-emprego (Boizo: 2003, 199). A percepção que os jovens ivoarianos têm é que a sociedade está em grande mutação e dizem que, o país deles, “quand vous travaillez honnêtement on dit que vous êtes bête et on dit de vous: on sait pas ce qu’il veut”; quando o mérito e as capacidades são relegados para segundo plano, o capital que abre portas são as suas relações, razão esta que leva os jovens a redefinir os seus laços sociais através da

---

<sup>230</sup> E que vive uma guerra no momento em que se faz a revisão deste trabalho, no rescaldo das eleições presidenciais realizadas em 2010.

distância com as instâncias comunitárias (Id.: 207). Os valores, emergentes, estão fundados sobre o individualismo e o espírito empreendedor, sendo que o dinheiro e os bens materiais constituem o ponto nevrálgico que mobilizam as energias e motivam as iniciativas – os indivíduos já não são julgados com base nas suas origens étnicas, familiares ou sociais, mas sobre a riqueza e desafogo material (Ibid.: 207). Os resultados do inquérito internacional realizado entre 1977-1979 (Camilleri e Tapia), junto de alunos com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos (316 raparigas e 432 rapazes), de nacionalidades várias, reunidas num conjunto chamado “juventude do terceiro mundo” – Argélia, Tunísia, Irão, Turquia, Camarões, Côte d’Ivoire, Haute-Volta (actual Burkina Faso), Sénegal – e que visaram e permitiram fazer um estudo comparativo com os jovens europeus, davam conta do estado presente (da altura) dos jovens, suas preocupações, por via da seguinte pergunta/tema-base: “como é que os jovens pensavam que as coisas iriam evoluir num futuro próximo?”. No geral, as diferenças não são significativas: quer isto dizer que os jovens europeus e os dos “países em vias de desenvolvimento” partilham preocupações, ideias e ideais como são o caso dos direitos humanos, da justiça e ainda do desemprego, das “ambições utilitárias” no âmbito académico e profissional como o prosseguimento dos estudos, a obtenção do diploma e o acesso a uma profissão.

Mas se de semelhanças e aproximações se fala, que dizer-se das diferenças? Estas traduzem-se num auto-centramento dos jovens europeus que se fixam no seu trabalho, na sua profissão futura, na dimensão profissional, enquanto os jovens do “terceiro mundo” não se revêem na relação felicidade/realização profissional. O que estes últimos valorizam é o status social, a dimensão colectiva, social (contrária à individual dos europeus) – ser influente, célebre. E mais, para estes jovens, a riqueza, o ter um bom nível de vida, é um desiderato, no que contrariam os jovens europeus que têm um discurso mais igualitário. No cômputo geral, pode afirmar-se que “é na juventude que se vê confrontada com as condições objectivas mais dramáticas, com os problemas mais árduos, que o élan é mais poderoso, forte” (Ibd.: 155) – tal é o caso da juventude do “terceiro mundo”<sup>231</sup>. E se se atentar na juventude africana árabe (Meijer: 2000) que tem cada vez mais peso demográfico (na Argélia, em 1990, dois terços da população tinha menos de 19 anos,

---

<sup>231</sup> Teria sido ainda mais interessante e útil se os dados do inquérito tivessem revelado resultados do grupo dos países da África-negra para se poder observar, ou não, possíveis diferenças entre eles, mas tal não é o caso. A propósito da acção e das estratégias encontradas pelos jovens em África, Bordonaro (2007) destaca a cultura como via por excelência adoptada pelos jovens para enfrentar os constrangimentos com que se deparam, não deixando de ser agentes de mudança.

enquanto em Marrocos dois terços da população tem menos de 35 anos e, no Egipto, 13 milhões dos 65 que compõem o país têm idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos), constata-se que padece de muitos dos males que são comuns a outras geografias como é o caso da baixa taxa de natalidade (caso do Ocidente) e do desemprego; por outro lado, a importância da família na socialização, que era a principal força, vem diminuindo. O caso das consequências da guerra civil na Argélia e da ruptura das estruturas familiares, relatado por Martinez (2000), é paradigmático.

Não sendo os problemas com que se debatem as juventudes africanas muito diferentes das demais juventudes há, naturalmente, especificidades que se prendem com factores de diversa ordem como a cultural e a económica. Naturalmente que há matérias que serão mais ou menos abordadas, que os espaços e sobretudo os contextos determinam.

A consulta bibliográfica no concernente à juventude em África e à juventude na Europa e na América do Norte dá conta que, contrariamente às ideias feitas que teimam em fazer escola na produção científica ocidental, no continente africano existe uma importante produção académica que dá conta dos problemas e dilemas das respectivas juventudes. A maternidade (paternidade) na adolescência, o trabalho, o desemprego, a questão do género, a sexualidade, o HIV, a educação, estes alguns exemplos das preocupações dos investigadores que plasmam as idiosincrasias das sociedades – um estudo realizado no Mali sobre as dinâmicas das escolas corânicas, (estas escolas, conhecidas por *médersa*, desenvolvem-se a partir da década de 70 do séc. XX), entre 1990-1991, a partir de entrevistas feitas a aproximadamente 200 jovens entre os 18 e os 25 anos, apurou que, em Bamako, a preocupação central dos entrevistados (escolarizados ou não) era o seu imediato bem-estar social e económico futuro (Brenner, 2000). Nsamenang (2002) refere que cerca de metade da população da África-Subshariana, estimada em mais de 500 milhões de indivíduos, é composta por crianças com menos de 15 anos (menos de 5% tem mais de 60 anos) sendo que 60% da população é constituída por crianças e adolescentes. Para este autor, os adolescentes em África são, também eles, produto do passado colonial mas igualmente do presente global que produziu uma população com uma cultura híbrida, nem tradicional nem moderna<sup>232</sup> – não é em vão que Richards afirma

---

<sup>232</sup> Segundo Nsamenang (2002: 93), “the needs of sub-saharan African youth are likely to be compromised by: i) a dense social network; ii) endemic diseases and frequent ill health; iii) recurrent episodes of hunger, even starvation; iv) wars and armed conflicts; v) low life expectancy and frequent experiences of bereavement; and vi) conflict emanating from the imperatives of indigenous and imported realities”. Sobre o

que a guerra civil liberiana é, em parte, resultado da marginalização estrutural da juventude (Richards: 2005).

Parece pertinente afirmar que o desconhecimento de toda esta literatura é expressão do *insiderismo* (Merton) dos produtores, dos investigadores, dos académicos africanos. Como atrás foi referido, são pontuais os casos de africanos cuja produção científica é publicada no ocidente e, na sua esmagadora maioria, pode dizer-se que, particularmente no domínio das ciências sociais, aqueles encontram-se, vivem nos seus países de origem e é aí que são publicados e conhecidos.

As obras escritas por africanos e que são comercializadas no ocidente, não sendo tão poucas assim, encontram-se em situação de guetização por só por elas se interessarem aqueles cujos interesses e investigações versem temáticas africanas, ao contrário dos africanos que são avaliados a partir dos conhecimentos que possuam a partir de autores ocidentais – qualquer investigação feita por um africano passa necessariamente pelo crivo da produção literária ocidental<sup>233</sup>. Esta necessária e urgente reconceptualização cultural, do mundo do conhecimento como defende Bhabha é, ainda hoje, um desiderato que configura uma das matizes do que se consignou chamar pós-colonialismo.

A colocação do problema *insiders* versus *outsiders* tal como é posta por Merton e que é basicamente uma questão epistemológica, encobre uma plêiade de questões, como sejam: i) esta não é uma discussão e questão actual e premente, ainda que sobrevivente – fez grande sentido discuti-la no passado, um passado colonial cuja tessitura opunha o colonizador, ele próprio investigador (antropólogo, etnólogo, etnógrafo às mais das vezes ou, se quisermos, o investigador comprometido com o regime) ao colonizado (objecto de investigação) – por ainda se colocar não somente num quadro epistemológico, mas também como remanescente da relação de domínio (acção) que era naturalmente negada ao dominado; ii) os temas e problemas que eram objecto de conhecimento no passado não são os de hoje; iii) as teorias, as metodologias e os instrumentos sofreram necessariamente evoluções; iv) sendo outro o contexto, outra a produção e os produtos (também e sobretudo) feitos pelos próprios, os *insiders* (africanos) de hoje, não deixam de ser, também eles, *outsiders* por não serem reconhecidos como teóricos, criadores de *sagesse*

---

controverso conceito de hibridismo, criado na esteira dos estudos em torno do pós-colonialismo, a posição da autora é de que não existem culturas híbridas.

<sup>233</sup> Este cânone ocidental, este “imperialismo cultural” também conhecido por eurocentrismo, é um “fenômeno muito mais moderno e mais enraizado em relações transnacionais de trocas materiais e culturais desiguais” (Ahmad: 2002, 11).

bem assim por se não verem representados no Ocidente; v) não sendo a sua produção ensaística objecto de (re)conhecimento por parte dos antigos *insiders*, os formalmente *outsiders* de hoje não deixam de ser *insiders* se se considerar que a sua produção não somente se encontra acessível no Ocidente como continuam a ser estes os teóricos e suas teorias aquelas que fazem escola. Mas o *insiderismo* remete também para o conceito de familiaridade (de Da Matta) abordado por Gilberto Velho (1987: 126), para quem “o que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*”<sup>234</sup>.

De ontem para hoje, o que é que mudou? Afirmações do género, “africans do not think in “either/or”, but rather in “both/and “categories” (Bujo: 2001, 1), são primárias e, como tal, não somente não correspondem à realidade (de que África fala o autor?) como são perigosas, seja ele *insider* ou *outsider*. Até porque esta categorização, *insiders versus outsiders*, tem um pecado original: é que é possível ser um *insider-outsider* (bem assim o contrário), questão que foi a mesma que se colocou às ciências e aos cientistas sociais, no que diz respeito ao seu estatuto de cientificidade. Em suma, é tudo uma questão de ser ou não ser ciência e cientista.

A investigação realizada por africanos sobre o seu continente e sobre os seus países levanta ou levantará as mesmas interrogações aos europeus e/ou norte-americanos que investigarem sobre os eus respectivos países e continentes. Esta questão não deixa de ser interessante por nela se encontrarem cristalizadas alguns dos problemas que se colocam à juventude, muito especialmente em África. É no ocidente onde emerge a sociologia da juventude como disciplina e, deste modo, os trabalhos disponíveis e muitos deles excelentes, reflectem a realidade ocidental – são óptimos como referências conceptuais e teóricas, têm grelhas de análise que podem ser consideradas “universais”, mas naturalmente não reflectem a realidade ou, melhor dizendo, as realidades africanas. Note-se que, para além dos temas que se poderá considerar comuns a todas as investigações na área da juventude (para além das questões conceptuais, a considerar a educação, o desemprego, a delinquência, entre outros), no ocidente a problemática do género, a imigração, a raça/racismo, a questão étnica/etnicidade – no caso português ver, por exemplo, os trabalhos de Fernando Luís Machado (2000 e 2009) – integram o elenco das abordagens.

---

<sup>234</sup> O sublinhado é do autor.



A *performance* dos jovens, em África, o seu lugar e papel, passa por que se clarifique do seu *insiderismo* ou *outsiderismo* nas sociedades de que são parte. Serão *insiders*, se e quando as suas acções forem parte activa dessas sociedades e *outsiders* quando meros instrumentos do poder político, dos governos, ou o contrário? O lugar e papel dos agentes, e muito especialmente dos jovens, estarão comprometidos enquanto se não clarificar que futuro se pretende para e nos países africanos. A urgência de políticas de juventude (que políticas, perguntar-se-á, é consentânea com o progresso e desenvolvimento do continente, com o futuro, ele próprio.

No que diz respeito aos valores, o inquérito realizado em 43 países representando 70% da população mundial (World Values Survey), dá conta que os países africanos nele incluídos, a África do Sul e a Nigéria, integram a lista dos países ainda distantes do pós-materialismo (Inglehart: 1997). Estes países, à semelhança de outros (africanos), continuam a padecer de males que enfermam todo o continente e que dizem respeito ao acesso aos bens essenciais. A sua inexistência, a não satisfação dos mesmos faz com que os indicadores de desenvolvimento e, por conseguinte, os resultados dos inquéritos sejam expressão do mal-estar geral.

### **2.2 – A Carta Africana da Juventude**

A Carta Africana da Juventude é um documento, como tantos outros, onde são declarados os princípios que devem nortear a política de juventude de cada estado membro que a ratifique. É um conjunto de (boas) intenções que, de entre direitos e deveres, os princípios nela consagrados têm como ponto de partida um importante enunciado político-social por proclamar a liberdade de expressão, de associação, de circulação. Esta liberdade, ainda que simbólica, salvaguarda, pelo menos no papel, a ferramenta mais preciosa que, encontrando-se associada aos jovens, vincula automaticamente os países-membros. Se se entender a democracia como o modelo-base que subjaz à Carta, compreender-se-á que, entre outros, o combate à pobreza e a consagração do direito à educação/ensino, ao emprego, à saúde e à habitação sejam desideratos para a plena realização da cidadania.

O cunho político que a Carta acaba por encerrar, não correspondendo à realidade dos países signatários (da sua maior parte!), não deixa de fornecer um instrumento de trabalho a partir do qual os jovens se podem permitir lutar e reivindicar com vista a terem uma vida melhor e, deste modo, que os seus países se libertem de decénios de indignidades e atropelos à vida que, sob todas as formas, os jovens e as gerações anteriores

## SER JOVEM EM ANGOLA

conhecem e padecem. No entanto, a Carta Africana da Juventude não basta – é necessário que se realizem trabalhos de investigação sobre e para a juventude.

## **Capítulo II**

### **Angola e os seus jovens**

#### **1 – Os jovens em Angola**

##### **1.1 – O império dos sentidos?**

A inexistência de trabalhos, de estudos que permitam comparar a evolução da sociedade angolana, tal como sucede muito particularmente no Ocidente (Galland e Mendras são alguns dos exemplos) e, muito particularmente da sua juventude, poderia ser razão suficiente para que este trabalho de investigação se tivesse ficado pela intenção e se não materializasse. No entanto e apesar deste e de outros constrangimentos, a ausência acabou por servir como “razão maior” para que este trabalho seguisse em frente. Com ou sem trabalhos sobre os quais apoiar a investigação, a verdade é que os investigadores têm, em comum, a percepção que têm ou fazem de um ou outro fenómeno como rampa de lançamento dos seus futuros trabalhos. No presente caso, a questão que se colocou é se os jovens angolanos estariam e agiriam (quase tão somente) de acordo com imperativos utilitários, no âmbito da dimensão materialista? Se o hoje e agora é o universo deste trabalho, não é menos verdadeira a necessidade de se espartilhar o passado para que se possa melhor compreender o presente. A primeira república, 1975-1992, foi erguida sob o signo do marxismo-leninismo. Na alvorada da revolução de Abril de 1974 que antecedeu a independência a 11 de Novembro de 1975, os jovens em Angola, então outras gentes, outra geração que não a de hoje, cedo se ergueram e assumiram como sua a causa da liberdade, da independência e da construção de um (novo) país e do “homem novo”, como então se dizia. Os áureos tempos da revolução são de total entrega e abnegação, de associativismo, de militância política. O ar que se respirava era um misto de luta e alegria, de fé numa causa e de total desprendimento da dimensão material (falar-se de material significava falar-se de materialismo dialéctico e científico) que, na época, simbolizavam o capitalismo, o imperialismo, inimigos a abater.

A segunda república (1992-2010) abre as comportas de um tempo-espaço de recolhimento. A nova era inaugura um novo ser-estar: sim à livre iniciativa, viva o capitalismo. As necessidades que no passado eram mitigadas passam a estar na linha-da-frente, passam a integrar o quotidiano dos angolanos, de norte a sul. A construção do “homem novo”, eminentemente social, uma das bandeiras da revolução de 1975, cede

lugar à construção de uma nova matriz social e económica que introduz o “homem economicus”, também ele novo.

São, de Christine Griffin (1997: 17), as seguintes palavras que traduzem a forma como, segundo ainda a autora, a juventude (enquanto categoria e igualmente por via dos diferentes grupos) foi construída nos textos académicos, a partir da Segunda Guerra Mundial:

«Youth’s is... treated as a key indicator of the state of the nation...: it is expected to reflect the cycle of booms and troughs in the economy; shifts in cultural values over sexuality, morality and family life; and changes in class relations, concepts of nationhood, and in occupational structures. Young people are assumed to hold the key to the nation’s future, and the treatment and management of “youth” is expected to provide the solution to a nation’s “problems, from drug abuse”, “hooliganism” and “teenage pregnancy” to inner city “riots”»<sup>235</sup>.

Nesta citação, a autora dá particularmente conta das juventudes do Reino Unido e dos Estados Unidos, ainda que se possa extravasar essa abordagem, esse olhar e conceptualização para outras geografias – *grosso modo*, tal é o caso de Angola.

É já um lugar-comum falar-se dos jovens e dos seus problemas, como se só esta equação fosse possível. Enquanto facto sociológico, pode afirmar-se que este domínio, o da sociologia da juventude, surge como forma de compreender e dar resposta ao fenómeno juvenil que tinha e tem na delinquência e na marginalidade o seu escopo. A necessidade de enquadramento dos jovens, do seu controle, faz parte do plano mais global da gestão do controle dos indivíduos na sociedade por parte dos poderes políticos. Poderá isto querer dizer que, num primeiro momento, a sociologia da juventude surge como uma sociologia aplicada, isto é, uma forma de dar resposta aos problemas sociais engendrados pelos jovens. Mas isto significaria que toda a sociologia se encontra(va) instrumentalizada porquanto o pressuposto desta afirmação assenta na tese de que o desenvolvimento da sociologia se encontra refém da dos poderes institucionais, políticos. Nada mais falso pois, apesar da existência da sociologia aplicada, esta não deixa de ser científica só pelo facto de o trabalho de investigação ser realizado a pedido de uma qualquer instituição do estado. A

---

<sup>235</sup> Refere ainda Griffin que, no quadro das representações, “young people are frequently presented as either actively “deviant” or passively “at risk”, and sometimes as both simultaneously. In general, young men in aggressive forms, and especially if they are working class and/or black. Young women, however, are more likely to be constructed a passively “at risk” (Griffin: op. cit, 17-18).

cientificidade da sociologia e de qualquer outra disciplina que se pretenda científica é o garante da sua independência e estatuto. No entanto, e como bem refere Bourdieu e Machado Pais, a juventude é uma categoria facilmente manipulável (Pais: 1990), o que pressupõe uma atenção redobrada por parte do(s) podere(s).

Enquanto na Grã-Bretanha a juventude surgiu como questão social no pós-II guerra (Hall et al: 1998) e em Portugal nos anos 50-60 (Pais: 1996), em Angola é o pós-eleições de 1992 que configura sobretudo os problemas económicos e sociais com que se debatem a sociedade e, muito especialmente, os jovens. O regime de partido único em Angola – período anterior ao ano de 1992 – parece ter muitos pontos em comum com o regime salazarista em Portugal e, ainda que a Mocidade Portuguesa tivesse assentado arraiais também em Angola, a participação na mesma parece ter ficado confinada quase aos jovens brancos e mestiços. Significa dizer que a esmagadora maioria da população jovem, negra, não terá pertencido à Mocidade Portuguesa, razão porque é possível estabelecer a distinção entre Portugal e Angola e afirmar que a ideologização e estadualização dos jovens, ocorrida no regime salazarista (Pais: 1996), não terá acontecido em Angola nesse mesmo período (não no concernente à esmagadora maioria da população, negra, que nem tinha estatuto de cidadão e sim de súbdito mercê da sua condição de indígena, isto é, de não civilizado), acabando por suceder no pós-independência, mais precisamente a partir de 1975 com as organizações políticas que agrupavam crianças, adolescentes e jovens (os dois primeiros seriam os chamados pioneiros, ainda que os adolescentes se situassem e situem entre o primeiro e o terceiro, os jovens).

A par da importância da arregimentação, problemas como o HIV, a delinquência juvenil, o desemprego e a necessidade de mão-de-obra qualificada poderão estar na base da criação de um ministério direccionado para a juventude (e desporto<sup>236</sup>). Mas a existência de um Ministério da Juventude não somente não substitui os outros, como passa necessariamente pela articulação de políticas entre aquele e os demais ministérios. No campo prático, importa conhecer qual a percepção e que expectativas têm os jovens, em Angola, relativamente ao ministério da juventude, qual a percepção que têm do seu futuro.

Em Angola e de forma explícita, há mais de 30 anos que os jovens vêm sendo objecto de campanhas de sensibilização, entenda-se de politização, campanhas que mais não são do que formas que os partidos políticos, e muito particularmente o MPLA (partido

---

<sup>236</sup> Segundo Mbembe, o facto de, em África, o ministério da juventude estar normalmente acoplado aos desportos, leva a que este último seja privilegiado em detrimento da juventude (Mbembe: 1985, 99).

no poder) e o governo, encontraram para os enquadrar – por enquadramento entenda-se controle, um controle que se fez tendo em atenção os interesses e a salvaguarda do MPLA e do próprio estado. Se por um lado a guerra foi determinante para a campanha de sensibilização por força da necessidade de um renovamento contínuo do exército e que a OPA (Organização dos Pioneiros Angolanos) e ODP (Organização de Defesa Popular) corporizaram – ambas as organizações afectas ao MPLA –, as Comissões Populares de Bairro (para além das organizações juvenis como era o caso da juventude do MPLA, mais conhecida por JMPLA) foram outra fonte de enquadramento, sobretudo político, ainda que as Comissões de Bairro se apresentassem como a organização que, em cada bairro de Luanda, tinham como objectivo responder às solicitações dos habitantes dos referidos bairros, prover às necessidades das populações em áreas tão díspares como a educação, a cultura e o abastecimento (de víveres).

Das Comissões de Bairro pode ainda dizer-se terem sido as substitutas das Juntas de Freguesia, mas elas foram bem mais do que isso: foram a primeira experiência de organização da sociedade civil (ainda que com o beneplácito, entenda-se engajamento político do MPLA) que, funcionando em rede, conseguiam responder a muitas das necessidades sentidas pelas populações na altura, com destaque especial para o abastecimento – o desmantelamento das estruturas de abastecimento de que o pequeno comércio era a face visível, provocou uma ruptura no escoamento dos produtos. E porque só as Lojas do Povo e as Comissões de Bairro passaram a ter o ónus da distribuição de alimentos, fácil é perceber as dificuldades sentidas pelas populações e a importância das Comissões de Bairro, pelo menos até 1977, ano em que milhares de angolanos foram mortos, sendo que boa parte deles, porventura 90%, eram jovens (nesta contabilidade não se incluem os soldados que, até 2002, pereceram nos campos de batalha)<sup>237</sup>. Universitários, recém-licenciados, estudantes, a *intelligentsia*, os quadros que deveriam ter hoje as rédeas do país nas mãos desapareceram, sem deixar rasto. Em Luanda, as Comissões de Bairro encontravam-se nas “mãos” de jovens que de forma abnegada militavam em prol do bem comum, dos mais carenciados, dos mais desfavorecidos, do povo como era comum dizer-se. Pois estes jovens foram dizimados e é assim que Angola

---

<sup>237</sup> Também conhecido por fraccionismo, intentona de 27 de Maio ou simplesmente o 27 de Maio (em 1977), esta data e este período também considerado como o mais trágico da recente história de Angola, mantém-se prisioneiro do silêncio oficial do poder político e dos corações dos angolanos.

perde a geração dos jovens que viveram a independência, a geração dos ideais do socialismo que acreditava na justiça e na igualdade<sup>238</sup>.

Os jovens da geração seguinte já não são os jovens aguerridos da geração anterior. Instalado o sistema, acomodadas as gentes, a década de 80 do século XX decorreu sem a urgência de ver e viver num mundo melhor, o que não significa que tenha sido um período sem história – desde logo porque os jovens (do sexo masculino) foram “chamados” para a guerra. Deixado o “peixe frito com arroz” da geração anterior, buscaram os angolanos novas formas de vida de que se destaca a troca de produtos, de bens, como foi o caso da cerveja. Quem não conhece a troca da grade de cerveja por uma passagem aérea para Lisboa (é neste período que tem início o trânsito Luanda-Lisboa-Luanda)? E a emergência de uma elite económica enceta o seu caminho, inicalmente de forma tímida para acabar na voracidade da corrupção que entretanto medra o seu caminho. Com a guerra como pano de fundo começam os angolanos a questionar se não as razões da guerra, no mínimo a tudo fazer para que os seus filhos não fossem engrossar as fileiras do exército (o recenseamento militar era obrigatório e todos quantos não o fizessem voluntariamente poderiam ser apanhados em “rusgas” e enviados compulsivamente para as frentes de batalha).

Num país em que a guerra, a falta de água, de electricidade, a inexistência de comércio retalhista (entre tantas outras dificuldades e ausências) é comum, natural que o que não existe passe a ser não somente desejado como valorizado, inflacionado. É deste modo que se deverá entender a valorização dos bens materiais, o seu inflacionamento que o ano de 1992 só vem institucionalizar. Os jovens, estes, serão o retrato do país onde nasceram e vivem: jovens cujo objectivo na vida se encontra assente nos bens materiais, na imediatez dos bens materiais, na sua fruição, no império dos sentidos. Dos jovens em Angola pode dizer-se terem um passado comum de vivência em um país em guerra que distorceu o normal funcionamento da sociedade, desmembrou famílias, fracturou identidades. No capítulo do ensino, quem desconhece ou não se lembra das escolas sem carteiras, da lata de leite a servir de banco na escola, e isto em cidades como a de Luanda? Relativamente às famílias, Angola é um país onde existem numerosas famílias monoparentais, muitas por força da guerra, outras tantas no quadro de relações bígamas e outras ainda por força do normal desenvolvimento da sociedade como se assiste em outros países (nomeadamente ocidentais) e, portanto, novas configurações familiares foram-se

---

<sup>238</sup> Relativamente a este período sombrio e brutal da recente história de Angola, v., entre outros, o livro da historiadora Mateus, Dalila Cabrita (2009), *Purga em Angola*, Lisboa, Texto Editora e o testemunho de Botelho, Américo Gonçalves (2007), *Holocausto em Angola*, Lisboa, Editora Veja.

desenvolvendo. Natural é que, com maior ou menor expressão, novas identidades foram sendo forjadas e com elas os valores suspensos, reavaliados, adaptados – para alguns, ter-se-ão, africanizado, para outros angolanizado.

E é porque só é possível compreender os valores dos jovens da Angola de hoje, a partir de um estudo comparativo com o passado, que o corpus deste trabalho compreende (um)a interpretação do colonialismo, da ideologia e dos valores coloniais, numa abordagem que se pretende permita estabelecer conexões, e/ou no mínimo comparações entre o passado e o presente e que pressupõe, igualmente, o recuo a um passado mais próximo e que é o do período relativo ao pós-independência (muito particularmente aos primeiros anos do pós-independência). O inventário desses períodos são fundamentais para que se possa aferir das mudanças que aconteceram em Angola e, claro está, em que medida é que essas mudanças se traduziram em mudanças de valores da e na sociedade angolana, numa palavra, dos angolanos<sup>239</sup>. Não se pretende analisar propriamente a mudança de/os valores; o objectivo deste trabalho é inventariar quais os valores de hoje e de que modo é que estes podem determinar o amanhã dos angolanos.

Uma abordagem sobre os jovens em Angola tem subjacente o seu perfil demográfico. No presente caso ficamo-nos pelas estimativas que, segundo os dados recolhidos no Ministério da Juventude e Desportos de Angola, dois milhões de jovens teriam idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos na década de 80, o que correspondia a 30% da população angolana: 880 000 tinham entre 15 e 19 anos, 620 000 tinham entre 20 e 24 anos e 440 000 dos 25 aos 29. Segundo os mesmos dados, em 1987 a população angolana compreendia nove milhões de habitantes e cerca de metade desta população, 45%, tinha entre 0 e 15 anos. Na década de 90, a população com menos de 15 anos passou a ser de mais de 50% da população, correspondendo 40% a indivíduos dos 15 aos 49 anos (na zona urbana correspondia a 42% e na rural a 36,9%). Em 2000, a estimativa era de 14.602.000 habitantes: mais de 1 milhão tinham entre 15 a 19 anos, o mesmo para a faixa etária dos 20 aos 25 anos e pouco mais de 900 mil tinha entre 26 e 29 anos, o que no total correspondia a quase 24,5% da população<sup>240</sup>.

---

<sup>239</sup> A importância da comparação remete para a metodologia, o inquérito por questionário, porque o que garante o critério de cientificidade deste método é a existência de um grupo de controlo que permite a tão necessária comparação (Tuckman: 2002).

<sup>240</sup> Ainda que se refira que são estimativas, é importante sublinhar que as mesmas não são ou foram produzidas pelo referido Ministério.



São de Kett (1977: 38), as seguintes palavras: “(...) American society between 1790 and 1840 was composed of children and youth. The median age of the population was 30.8 in 1950 but only 16 in 1800. As a corolary, there were relatively few middle-aged people in the early 19th century. Those aged 45 to 64 comprised only 9 percent of the population, a proportion which had nearly doubled by 1930. In itself, the pyramidal age structure conditioned rather than determined the relations between age groups. But combined with other social factors – the gradual undermining of traditions of status and hierarchy, rapid shifts of population, and an increase in the number of towns large enough to sustain the organized activities of youth – this demographic fact led to a succession of discontinuities in the experience of young people and nurtured a kind of relationship between adults and youth which bears little resemblance to the rules which have governed such relationships in the 20th century”. Esta citação, para além de elucidar o leitor da situação demográfica dos EUA no período referido, contém elementos interessantes que permitem não comparar, mas afeir algumas semelhanças com o caso de Angola (ressalvando a questão do tempo-espaço e contexto), desde logo o grande número de população jovem mas, sobretudo e como consequência, a natureza das relações entre os jovens e os adultos.

No caso angolano e ainda que este não seja o objecto deste estudo, a distinção entre as culturas juvenis, seus estilos de vida, tem na base o vector económico, as diferentes classes sociais. No entanto ou talvez por isso, é na periferia, sobretudo em Luanda e entre as classes mais desfavorecidas, com menor poder económico, que ecoa o pulsar dos novos apelos culturais. Nas artes performativas de que a dança é parte, é nos musseques que irrompe a contra-cultura que acaba por vingar e encher os salões de gente dos diferentes estratos sociais (não sem resistência por parte de alguns) rendidos à nova batida – o kú-duro (género musical a que está associada uma forma específica de dançar) é o exemplo mais recente deste fenómeno. E se faz a ponte entre a periferia e o centro tornando-se a música e a dança de todos, não deixa de conter variações que se vão desenvolvendo tendo, entre outras possíveis explicações, a evolução normal do estilo e a necessidade de adaptação aos mais velhos. Mas, se na esfera do lazer a música e a dança (se) unem (unindo também gerações e classes) a ponto de se tornarem o “ópio do povo”, o que os divide é o dinheiro que permite somente a alguns estudar, comprar ou arrendar uma casa, fazer férias no estrangeiro. Pois bem, em Angola, falar-se de descontinuidades entre os grupos de idade (e que não são de natureza cultural) pressupõe que se vá ao passado. Há três décadas, o número de jovens era bem mais reduzido, a população bem menor sendo que Luanda ainda não se tinha tornado na capital-refúgio.

Hoje, a ideia que se tem é que os jovens se tornam adultos cada vez mais cedo – há uma legião a estudar e que começa a trabalhar cada vez mais cedo, assume cargos de chefia cada vez mais cedo, casa-se cada vez mais cedo (se comparado com as décadas de 70/80), tem filhos cada vez mais cedo. E torna-se cada vez mais difícil situar a questão geracional, se não por via de balizas históricas como o antes e depois da independência e, como não podia deixar de ser, a guerra – a juventude é, em Angola, uma idade de vida que se confunde com a de geração (a geração da independência, ou da guerra), o que não significa serem necessariamente portadores das mesmas representações, disposições ou práticas (Mauger, op. cit., 53) – viveram um mesmo período, mas não necessariamente do mesmo modo.

### **1.1.1 – Os jovens em Angola - definição: uma questão de idade, de geração ou política?**

Para o estado angolano, jovens são os indivíduos que se encontram na faixa etária compreendida entre os 15 e os 35 anos. Se os 15 anos poderão ser consensuais se considerada (e comparando com) a idade mínima estabelecida em outros países, já a idade máxima pode levantar algumas interrogações, sobretudo se se considerar que esta baliza não é aleatória. A primeira prende-se com o facto de a esperança de vida, em Angola, segundo estimativas, se situar nos 48 anos<sup>241</sup> o que significa que os jovens quase não têm tempo de ser adultos e muito menos velhos, sendo este um dos indicadores dos chamados países em vias de desenvolvimento ou de desenvolvimento médio. A baliza 15-35 deverá significar que mais de metade da população angolana tem, no mínimo, dificuldades no acesso à escola e ao emprego, se considerados alguns dos itens relativos aos problemas com que os jovens se confrontam e que integram, em simultâneo, a pirâmide afecta ao facto de esta ser uma categoria caracterizada pela transição (estudante e não empregado ou em situação de “pré-emprego”).

---

<sup>241</sup> Informação fornecida, em primeira mão, pelo presidente da República de Angola, em 2010. Em um passado longínquo, com 48 anos os indivíduos eram considerados velhos, no fim da vida, precisamente porque se morria cedo. Actualmente e sobretudo no ocidente, nos chamados países ricos, a taxa de natalidade diminuiu consideravelmente – bem assim a de mortalidade – havendo espaço para os indivíduos da chamada terceira idade e mesmo da quarta idade. É assim que a baliza dos 35 anos para os jovens, no ocidente, acaba por fazer mais sentido do que em outros países (como Angola).

## SER JOVEM EM ANGOLA

Mesmo sabedores de que a juventude é uma construção, a segunda interrogação terá a ver com o facto de esta baliza, os 35 anos, ser uma construção essencialmente política por constituir um meio e uma fórmula de agregar uma parte significativa da população e deste modo tornar o discurso político mais eficaz – quer isto dizer que há um discurso e uma política, direccionados para mais de metade da população que faz com que, deste modo, os mesmos se sintam parte das políticas do estado. Mas é claro que também se pode entender como um meio que o estado encontrou para tornar (mais) eficaz a materialização da sua política no tocante ao acesso dos jovens à escola, à habitação, ao emprego, aos cuidados de saúde, garantindo à partida a satisfação das necessidades de mais de metade da população angolana. A dificuldade no arrendamento e na compra de casa, a dificuldade no acesso à escola associada à dificuldade no acesso ao emprego fazem com a questão da transitoriedade dos jovens em Angola se coloque com acuidade: apesar da inexistência de estudos e de estatísticas, a empiria sugere que apesar de os jovens constituírem família bem mais cedo que os ocidentais e/ou sobretudo que aqueles tenham filhos bem mais cedo que estes, apesar de começarem a trabalhar bem mais cedo que os ocidentais (trabalhos informais) – o que também sugere estar-se perante diferentes juventudes –, parece existir uma diversidade de modelos de transição (que poderão ir das mais prolongadas às aceleradas) cujas variáveis poderão ser geográficas, de género, culturais, sociais e económicas.

No que diz respeito à geração e se se entenderem os 15-25 anos como correspondentes a uma geração, dir-se-á que os jovens em Angola compreenderão entre uma a duas gerações, o que faz dos mesmos um repositório de experiências caldeadas por políticas semelhantes ainda que com percursos divergentes – entre outros itens, é preciso considerar-se as suas histórias de vida, os diferentes perfis e as diferentes juventudes.

Considerado o exposto, poderá caracterizar-se os jovens em Angola como sendo os indivíduos que se encontram em um período de vida em que são parte e dependentes do estado, por serem obrigados e encontrarem-se nas seguintes situações: i) obrigatoriedade (para o género masculino) de cumprimento do serviço militar; ii) por se encontrarem em fase escolar e/ou de procura de emprego (ambas as situações se encontram configuradas pela baliza 15-35 anos); iii) com ou sem famílias constituídas, com sérias dificuldades para comprar/arrendar uma casa, ainda que no âmbito das políticas de juventude os jovens casais tenham prerrogativa no acesso às habitações sociais previstas e em construção (ainda que insuficientes) para esta categoria.

## 1.2 – O estado angolano e a Política de Juventude: categorização e definição

Considerando a existência de outros segmentos da população, de outras categorias, como se explica a necessidade e a existência de políticas para a juventude em Angola? Haverá alguma singularidade na juventude que justifique um “tratamento” particular<sup>242</sup>? É a juventude uma questão política e/ou sociológica?

A existência de um Ministério da Juventude e Desportos ou Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, em diferentes países, levanta questões várias, desde logo as razões para a associação da juventude do desporto, e as respostas poderão ser as seguintes: i) a necessidade de rentabilização e de contenção de custos; ii) o facto de se entender que é a juventude que, mercê do factor idade, é a categoria social que mais desenvolve a prática desportiva; iii) o facto de, na extensão desta última, ser a juventude quem pode alcandorar e dar visibilidade ao/s país/ses, por via das competições desportivas internacionais; iv) o facto de esta associação ser promotora do patriotismo, uma das bandeiras do governo angolano cuja exaltação é sobretudo dirigida aos jovens; v) o facto de o desporto ser uma via privilegiada para enquadrar e arregimentar os jovens; vi) e ainda o facto de o desporto ser um veículo de promoção de valores essenciais como o da relação entre a prática desportiva e a saúde, mas também da solidariedade, valores de vital importância e que importa transmitir aos jovens.

No caso de Angola<sup>243</sup>, e no concernente à existência do Ministério da Juventude (e Desportos) desde 1979, a mesma poderá levar a outras tantas considerações: i) que haverá uma manipulação do governo e do estado junto desta categoria que vai da ideologização à partidarização no que, em última análise, corresponderá ao controle desta importante parcela da população; ii) que a existência de um Ministério da Juventude impõe-se por esta categoria constituir ou poder constituir um problema; iii) que o Ministério da Juventude

---

<sup>242</sup> Na senda do que enuncia Singly (2006: 27) e a propósito da questão da individualização, não haverá singularidade alguma já que os jovens, como todos os indivíduos, organizam a sua vida em função de cinco critérios (que mais não são do que os modelos, os cenários que existem na sociedade e que lhes fornecem os quadros de referência): i) os valores gerais da sociedade em que vive; ii) um quadro de referência tendo em atenção o seu meio social; iii) os recursos de que dispõe; iv) as interações por via das quais age; v) o sentido que pretende dar à sua existência.

<sup>243</sup> A existência de organizações juvenis partidárias, como são os casos da OPA (Organização dos Pioneiros de Angola), da JMPLA e da JURA (as duas primeiras do MPLA e a última da UNITA), atestam da importância que esta franja da população sempre mereceu. A importância político-ideológica deste segmento da população encontra respaldo na reprodução do sistema e do *status-quo*, reprodução que os partidos políticos asseguram por via do papel social dos jovens.

interpreta a juventude como um problema na mesma proporção com que entende os problemas da juventude e os problemas com que os cidadãos angolanos se confrontam; iv) que a existência deste ministério advém da importância dada pelo governo angolano a grupos, franjas da população, categorias consideradas discriminadas, como é o caso da existência de um ministério que se debruça sobre a temática/problemática do género feminino; v) que a existência deste ministério surge da necessidade de estabelecer políticas para uma população que representa mais de metade da população angolana. Mas serão os problemas da juventude distintos dos de outros segmentos e categorias? Qual a especificidade da juventude angolana e dos seus problemas?

O documento entretanto revisto e actualizado<sup>244</sup> (ao longo do ano de 2010 e primeiro semestre de 2011) que contém os ante projectos das “Lei de Bases da Juventude” bem assim da “Política do Estado para a Juventude” do governo angolano por via do Ministério da Juventude e Desportos da República de Angola diz, no seu preâmbulo, reconhecer a juventude como “força impulsionadora do desenvolvimento da sociedade”, fazendo depender a paz (a sua construção) da juventude. Ora, a verdade é que se é reconhecida a capacidade dos jovens na construção da paz está a afirmar-se, de igual modo, que a guerra também deles depende – quem vai para a guerra são os jovens! O enunciado é claro quando, na alusão que faz à paz, os legisladores declaram a renúncia à guerra, guerra que terminou oficialmente em 2002 e que dizimou milhares de jovens.

A importância dos jovens é concomitante com o esforço de guerra dispendido e este ante-projecto de lei é um reconhecimento da nova era e dos desafios que se colocam ao governo angolano. Por isso se pode ler também ser este “um instrumento político-jurídico” que visa empreender os projectos e as reformas necessárias sendo, para isso, especialmente convocados os jovens, até porque os inúmeros problemas que afectam a juventude, nomeadamente o desemprego, o reduzido número dos que têm acesso à formação académica e profissional, a falta de habitação, a prostituição, o alcoolismo, o consumo de drogas e de estupefacientes e a delinquência juvenil, entre outros males, acabam por ser problemas de toda a sociedade, como se pode atestar pela leitura do documento. Assim sendo, a juventude acaba por ser o álibi do governo para empreender as políticas urgentes e necessárias em áreas tão distintas e sensíveis como a educação, a saúde e a economia (basta ver o art. 6º do capítulo II das Disposições Gerais do documento

---

<sup>244</sup> Tendo como base os anteriores projectos que datavam da década de 90. Importa referir que, à data da revisão deste trabalho, a nova “Política para a Juventude” ainda não havia sido aprovada.

de base, em que é ressaltado que, apesar da idade juvenil se situar dos 15 aos 35 anos, “os programas e projectos de e para a juventude podem ser alargados para *jovens*<sup>245</sup> com mais idade”. Destaque-se, por outro lado, que os “principais problemas que afectam os jovens (...) resultam do estado de desenvolvimento do País”, o que vem corroborar a tese de que a preocupação com a juventude mais não é do que a preocupação com o país *tout court*.

Na caracterização feita aos principais problemas que afectam os jovens, sobressaem substantivamente as palavras “inexistência” “deficiência” e “escassez” como elementos caracterizadores dos referidos problemas: de escolas (particularmente as de formação profissional), de habitações, de postos de trabalho, entre tantos outros. Também se deverá entender este documento prospectivamente: apresentando-se como um instrumento político-jurídico, é um projecto de intenções que visa prevenir a reprodução dos males e, conseqüentemente, o descontentamento social (generalizado) que pode ser destruturante e pôr em causa o próprio poder político. No respeitante à gestão institucional, o documento destaca “a dispersão e fraco cumprimento de políticas sectoriais à favor da juventude, enquanto estrato específico da sociedade; os insuficientes recursos financeiros, materiais, infraestruturais e humanos destinados à juventude; o fraco enquadramento do tema juventude nas políticas sociais e nas prioridades Nacionais; a fraca participação dos jovens enquanto actores sociais, na formulação e execução de políticas sociais; a fraca consciência da sociedade sobre o papel impulsionador e inovador da juventude como actor social”. De entre estes itens, sublinhe-se os dois últimos onde é reconhecida a importância dos jovens enquanto actores sociais, ainda que esta mesma acção seja considerada fraca, insuficiente. As razões para esta insuficiência ainda que ausentes do documento, ou precisamente por isso, integram o leque de respostas que se pretende neste e deste trabalho. Em vez das razões da fraca participação dos jovens enquanto actores sociais, a parte respeitante à caracterização dos principais problemas da juventude termina com um hino à juventude que contradiz o enunciado acima: “entretanto, importa destacar que apesar da caracterização feita, a juventude angolana, no geral, possui igualmente valores intrínsecos revitalizadores da sociedade e, em toda a trajectória da heróica história de Angola, ela deu inegáveis provas de ser a vanguarda das transformações sociais, políticas, económicas e culturais por que passa o País. Os jovens angolanos têm vindo a demonstrar uma crescente capacidade de iniciativa e de

---

<sup>245</sup> O sublinhado é nosso.

criatividade, assumindo-se cada vez mais participativos e reivindicadores dos seus direitos”.

No projecto relativo à Lei de Bases da Juventude, esta é definida como “o grupo sócio-etário que se encontra na fase de transição entre o fim da infância e o início da vida adulta, de preparação para o mundo do trabalho e de participação activa e consciente na vida civil”<sup>246</sup>. Com vista à materialização da enunciada política de juventude, esta é estratificada em rural e urbana sendo que a jovem mulher, os jovens portadores de deficiência e os estudantes são igualmente contemplados ou, melhor dizendo, discriminados (tratar-se-á, aqui, de discriminação positiva). Os “estratos da juventude”, tal como são enunciados no documento em análise, mais propriamente no Anexo à Lei de Bases da Política de Juventude do Estado, dão conta da existência de 91 877 estudantes, nos vários níveis de ensino, no ano de 2000, sendo que cerca de 80% tem menos de 26 anos. Relativamente à juventude rural, esta é caracterizada por se encontrar na faixa etária de 14 aos 24 anos e, se comparada com a juventude urbana, é a juventude rural aquela que ainda que carenciada nos vários domínios, não se encontra eivada dos males que afectam a urbana. A especificidade da juventude urbana prende-se com o facto de ser apresentada como “propensa ao alcoolismo, ao tabagismo, à prostituição, à droga, às extravagâncias no vestir e no falar e outros hábitos não coincidentes com os padrões de valores morais e culturais do povo angolano”, enquanto à juventude militar – aqui já entendida como esperança e não como problema – são-lhe reconhecidas capacidades e qualidades “que são incontornáveis para o exercício de papéis essenciais na sociedade” até porque “é nas forças armadas onde reside a maior reserva de quadros para o País, por acolher jovens com diversos tipos e níveis de formação académica, intelectual e profissional. É ainda no seio das forças armadas onde se forja o espírito de Unidade Nacional pela diversidade de origens sócio-culturais e étnicas de jovens que nelas ingressam, os quais desempenham papéis extremamente relevantes no processo da

---

<sup>246</sup> Socorremo-nos da literatura, neste caso do romance, para ajudar a traçar o perfil do jovem, da juventude enquanto fase de transição: “Na verdade, essas associações vindas de fora, essas emoções tomadas de empréstimo, ajudam os jovens a caminhar sobre o terreno anímico, perigosamente amolecido, destes anos em que temos de acreditar em nós, mas em que estamos ainda demasiado imaturos para sermos de facto alguém com importância. Não importa que alguns guardem mais tarde vestígios disso e outros não; nessa altura, cada um terá de encontrar o seu caminho, e o perigo está apenas nestas idades de transição. Se nessa fase pudéssemos fazer ver a um jovem como ele é ridículo, o chão abrir-se-ia debaixo dos seus pés e ele cairia como um sonâmbulo subitamente despertado, não vendo mais que o vazio à sua frente” (Musil: 2005, 47).

construção e consolidação da Nação angolana”. A juventude portadora de deficiência é um grupo particularmente desfavorecido por força do seu handicap e, exactamente por isso, merecedor de particular atenção. A origem das deficiências é variada, destacando-se a congénita, a resultante de calamidades naturais e a “traumática provocada pela guerra”. No capítulo respeitante aos direitos e deveres da juventude, verifica-se que os mesmos se enquadram globalmente nos direitos e deveres de todos os cidadãos angolanos previstos na Lei Constitucional de Angola (como aliás é referido no Projecto de Lei de Bases da Política Juvenil do Estado, como era então conhecido e chamado).

É precisamente nas áreas mais problemáticas como a educação, a saúde o emprego e a habitação que se encontram especificidades no tocante aos jovens, como é o caso das bolsas internas para os mais carenciados, o subsídio financeiro de inserção social para os jovens recém-formados, o plano anual de colocação de jovens à procura do primeiro emprego (indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos), o subsídio de desemprego para os jovens que se encontrem à procura do primeiro emprego, a criação de mecanismos de acesso dos jovens empresários ao crédito bonificado, entre outros. Mas é na habitação que a preocupação com a prevenção mais se faz sentir com a garantia, por parte do estado, de crédito à habitação com carácter prioritário aos seguintes grupos: os jovens licenciados do serviço militar, os jovens recém-casados e os jovens recém-formados. Esta salvaguarda que prioriza os jovens licenciados do serviço militar é uma resposta aos milhares de ex-soldados que não têm formação, emprego, rendimentos e poderão ser uma potencial fonte de instabilidade e insegurança para o estado. No entanto, é mister dizer-se que quando o artº22, do capítulo III, respeitante aos direitos e deveres da juventude, afirma ou delibera terem os jovens direito a habitação própria, o estado está por um lado a assumir a responsabilidade de prover habitação aos mesmos e, por outro, a discriminar todos aqueles que se não encontrem na fasquia dos 15-35 anos no concernente ao direito à habitação própria, o que mais parece um lapso, pois que é suposto todos os angolanos terem direito à habitação, independentemente da idade. Por outro lado ainda, de notar que os jovens do sexo masculino, com idade compreendida entre os 20 e os 30 anos, estão sujeitos ao cumprimento do serviço militar, o que vem corroborar a afirmação feita atrás que defende ser este projecto de política juvenil um programa de prevenção e de



“controlo” dos jovens mesmo porque, como reza o documento, “é no seio das froças armadas onde se forja o espírito de Unidade Nacional”<sup>247</sup>.

### **1.2.1 – A Política de Juventude do governo angolano (2004-2011)**

O documento acima aludido e analisado, ainda que não tenha sido oficialmente aprovado, não deixa de ser relevante para uma melhor compreensão da evolução e também das bases que regem a política do governo angolano para a juventude. A visibilidade da juventude ganha força de lei com o dispositivo legal e os programas preconizados pelo organismo que a tutela. Actualmente, a política do governo angolano, por via do Ministério da Juventude e Desportos, rege-se pelo pragmatismo – de ressaltar que a “Lei de Bases” e a “Política Juvenil do Estado”<sup>248</sup> se encontram a ser revistas (como referido atrás) e em fase de conclusão, tendo o Ministério da Juventude e Desportos aberto um espaço de debate entre os diferentes sectores da sociedade civil da juventude (de entre eles, o destaque vai para as associações juvenis) sendo que a sua aprovação ou homologação se encontram previstas para 2011.

Bem menos politizado, pelo menos nos seus princípios, é assim que surge o “Programa Angola Jovem” (PAJ), no quadro do Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ), e “que tem como objectivo primordial a mobilização dos jovens visando a sua participação activa e permanente no processo de Reconstrução Nacional do País”, pode ler-se no mesmo. De âmbito nacional, é destinado aos jovens dos 15 aos 30 anos, “em especial a jovem mulher, os estudantes, os desmobilizados do serviço militar, os jovens na rua (ambulantes, carregadores de mercadorias, lavadores de carros, trabalhadores de sexo), portadores de deficiência e os jovens do meio rural”. Os principais vectores do PAJ são os seguintes: i) dinamização de um amplo movimento de informação e mobilização da juventude, para o processo de reconstrução nacional; ii) formação e integração sócio-profissional da juventude; iii) promoção de oportunidades de ensino, utilização e divulgação das novas tecnologias de informação; iv) promoção de uma ampla campanha de educação para a cidadania, defesa e promoção dos valores culturais; v)

---

<sup>247</sup> Importa nesta nota dar conta de que o texto relativo à Política de Juventude já sofreu muitas alterações e pode suceder que, na altura em que este trabalho seja dado como terminado, o mesmo não somente já tenha sido aprovado como tenha outras tantas alterações.

<sup>248</sup> Ambos os documentos têm como referenciais a Constituição angolana, a carta Africana da Juventude e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

incentivar o interesse dos jovens com formação superior, a trabalharem nas províncias (municípios e comunas); vi) dinamização de acções concretas que visem engajar a juventude na luta contra o VIH/SIDA, ITS e outras doenças endémicas; vii) desenvolvimento de acções objectivas que concorram para minimizar o fenómeno do analfabetismo no seio da juventude; 8) combate à delinquência juvenil.

No âmbito do que o governo angolano considera serem as grandes prioridades para resolver os problemas da juventude, tais como o desemprego e a falta de habitação, o Ministério da Juventude e Desportos concebeu um plano de atribuição de micro-créditos e de construção de casas sociais para jovens<sup>249</sup> (e também de auto-construção<sup>250</sup>). Por outro lado, a edificação de “Casas da Juventude” e de “Centros Comunitários da Juventude”, espaços multifuncionais direccionados para a formação (apetrechados com bibliotecas, salas de informática, auditórios, salas de artes e ofícios) e para o lazer (piscinas e restaurantes são algumas das ofertas destes centros), fazem parte do que o Ministério da Juventude e Desportos considera serem instrumentos de apoio para os jovens, indo de encontro ao PAJ, no concernente ao desenvolvimento das suas capacidades e competências intelectuais e no combate à delinquência juvenil. Estes projectos e programas que procuram dar resposta a alguns dos problemas e anseios da juventude, permitem dar conta de uma das razões por que a juventude seja uma questão política – a satisfação da demanda resolve um problema manifesto, a questão da injustiça social, e outro latente, uma possível convulsão social. A apoiar estes desideratos, acrescenta-se o artigo 81º da nova Constituição cujo teor é dirigido à juventude de que emanam as leis e a política (agora denominada) de estado para a juventude.

### **1.2.2 – A juventude: entre a categorização e a instrumentalização**

Os cinco estratos de juventude inicialmente enunciados no projecto de “Lei de Bases da Política do Estado para a Juventude” correspondem a indivíduos que, assim agrupados, definem as preocupações e prioridades das políticas do governo – a juventude, enquanto importante categoria política (Mörch, cit. em Bendit et al) está na base desta lei. Só deste

---

<sup>249</sup> Neste caso, a faixa etária idade que terá acesso às referidas casas situa-se entre os 23 e os 35 anos.

<sup>250</sup> Quanto à auto-construção, se esta começou por ser uma medida acarinhada pelo Ministério da Juventude e Desporto, em 2008/9 foi oficialmente estendida a todos os cidadãos, no quadro da construção de um milhão de casas até 2012, medida com que o governo saído das eleições de 2008 se comprometeu.

modo se poderá explicar esta arrumação porquanto, as mesmas juventudes cruzam-se, isto é, um jovem rural ou urbano pode ser simultaneamente estudantes, deficiente e/ou militar.

Considerando que os jovens estudantes são maioritariamente urbanos, esta categorização compartimentada apresentada no documento teria (terá?) meros efeitos heurísticos, dir-se-á, mas contem igualmente o essencial das políticas que o estado se propõe empreender, como é o caso do subsídio de desemprego e o subsídio financeiro de inserção social. O desemprego, a prostituição, a delinquência, o alcoolismo, o tabagismo, males por muitos considerados *outsiders*, específicos do mundo e da cultura ocidental, são expressões dos problemas da juventude urbana, juventude que não deixa de ser igualmente estudante(il) e (a) militar. Quando é referido que a educação e o ensino, a saúde, o emprego e a formação profissional e a habitação são as áreas problemáticas que mais afectam a juventude, fica claro que a preocupação maior se centra na juventude urbana, a fonte dos problemas que afectam a sociedade angolana. Quer dizer que mais do que combater os problemas que afectam muito especialmente a juventude, é esta que é considerada como problema. A leitura do documento apresentava uma solução para o problema: a incorporação no serviço militar (neste que era considerado um estrato da juventude), posto que é reconhecido um mérito especial a este segmento que tem o serviço à pátria e a lealdade como bem supremo, como se pode interpretar da leitura da Política do Estado para a Juventude que no concernente à caracterização da juventude militar rezava o seguinte: “é nas forças armadas onde reside a maior reserva de quadros para o País, por acolher jovens com diversos tipos e níveis de formação académica, intelectual e profissional. É ainda no seio das forças armadas onde se forja o espírito de Unidade Nacional pela diversidade de origens sócio-culturais e étnicas de jovens que nelas ingressam, os quais desempenham papéis extremamente relevantes no processo da construção e consolidação da Nação Angolana”.

A importância que a juventude militar assume na Lei de Bases e na Política Juvenil do Estado (base dos documentos em análise) prende-se com vários factores, de que se destaca num primeiro momento a necessidade de agilizar políticas consentâneas com este segmento e, num segundo momento, com a necessidade de enquadramento do mesmo. Elas não se excluem e, em qualquer um dos casos, é a prevenção que dita as referidas políticas. Mas o que está na sua base é o controlo político e ideológico dos jovens, controlo este consubstanciado na sua arregimentação militar. Não é por acaso que é dito serem as forças armadas o lugar onde se forja a concórdia – isto é, se domesticam as mentes, se pacificam os espíritos –, se congregam vontades e se instrumentaliza os jovens.

Também não é por acaso que a juventude militar surge como força aglutinadora e galvanizadora da Unidade Nacional pois é aí que se faz a sua doutrinação que irá contribuir para a sua não degenerescência – atente-se nos males ocidentais que afectam os jovens urbanos – contribuindo assim para a elevação dos valores morais da juventude e, conseqüentemente, da sociedade. Por fim, importa salientar a importância e a necessidade de ter umas forças armadas fortes e sempre disponíveis que só a juventude militar está em condições de oferecer.

Como “instrumento político-jurídico de âmbito Nacional”, a Política Juvenil do Estado tem, na sua base, a busca da preservação e manutenção do território angolano, só possível se o desiderato militar for cumprido. E é sobretudo neste capítulo, que se pode encontrar o controlo e a instrumentalização dos jovens e, se se considerar que uma das características que é apontada aos jovens se prende com a sua dificuldade em acatar a autoridade, mais facilmente se compreenderá esta problemática. Tendo em atenção que a guerra cedeu lugar à paz e que algum pragmatismo atrás aludido vai fazendo escola, os documentos que se encontram neste momento a ser revistos e regulamentados já incorporam um espírito diferente, tendo deixado de haver uma “juventude militar”<sup>251</sup> e as alusões ao serviço militar inscrevem-se tão-somente no quadro dos considerados deveres dos jovens.

Quanto ao Conselho Nacional de Juventude, CNJ, “é uma organização de âmbito nacional, de carácter social sem fins lucrativos, apartidária com personalidade jurídica própria”. Enquanto organização que oficialmente congrega no seu seio organizações juvenis de todos os espectros políticos, ideológicos e religiosos de âmbito nacional, “é parceiro privilegiado do Governo para as políticas da Juventude, e tem como missão contribuir para o incentivo e desenvolvimento do Associativismo Juvenil, reflectir sobre as aspirações da Juventude Angolana, (...) assumir-se como interlocutor perante os poderes públicos constituídos e reivindicar o direito de consulta sobre todos os assuntos que digam respeito à Juventude Angolana e assumir a posição de diálogo, intercâmbio com organizações estrangeiras congéneres”<sup>252</sup>. Pelo que se pode entender, o CNJ tem um perfil institucional, e é-o de facto desde 2009, encontrando-se afecto ao poder instituído, assumindo-se como interlocutor privilegiado sobre as questões de juventude junto dos

---

<sup>251</sup> No actual documento estão previstas referências à juventude urbana, à rural, à jovem mulher e aos jovens portadores de deficiência.

<sup>252</sup> Conselho Nacional de Juventude, *Linhas de Pensamento Estratégico para o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) 2006-2009*, Junho de 2006.

poderes políticos e públicos, e a menção àqueles que diz representar, os jovens que integram as associações juvenis, são mínimas. Congregando organizações juvenis de âmbito partidário, religioso, cívico e outros, o CNJ acaba por ser um instrumento do governo e muito particularmente do Ministério da Juventude e Desportos não somente pelo seu perfil como pela capacidade mobilizadora junto dos jovens, porventura razão suficiente para que seja uma força, mais do que para o Ministério da Juventude e Desportos, para o MPLA, partido no (e do) poder.

A diferença entre o discurso sobre a juventude que é frequentemente crítico daquele que lhe é dirigido e que é iminentemente político e, por conseguinte, elogioso (sobretudo em campanhas eleitorais) onde os jovens são mobilizados para participarem activamente na mesma é, por conseguinte, não poucas vezes contraditório (Gonçalves, 2009), o que atesta bem a instrumentalização de que os jovens (no caso) são vítimas.



### Capítulo III

## O ensino superior em Angola

### 1 – O ensino superior em Angola

#### 1.1 – Quando se é jovem, pensa-se que se vai mudar o mundo!

“(…) fazer um homem, ou um cidadão; pois os dois ao mesmo tempo é que não é possível (…)”.

Rousseau, *Emílio*, Cadernos Culturais, vol. I, Editorial Inquérito, Lda, pp. 32.

O título que dá mote a esta terceira parte é uma “velha e consagrada” expressão que muitos terão ouvido e glosado. Ouvida pelos mais novos, dita pelos mais velhos: “quando se é jovem, pensa-se que se vai mudar o mundo”! E é uma expressão que congrega e espelha o desencanto dos mais velhos, a sua (eventual) acomodação em um mundo que segue o seu rumo inexorável e independentemente da vontade de cada um, a certeza de que a ideia de mudança não passa de uma quimera, uma ilusão que os anos da juventude teimam em prosseguir mas que, logo-logo, com a maturidade, a adulez, o então jovem “cai na real”<sup>253</sup>. Mas é um facto que tudo muda, o mundo muda e, claro está, também os indivíduos. O que esta expressão destaca não é a ausência de mudança mas sim a impossibilidade, incapacidade ou ainda dificuldade de essa mudança ocorrer a partir e com cada um dos indivíduos, sobretudo quando vistos individual e isoladamente. É ou não possível que um só indivíduo possa fazer uma revolução? A resposta a esta pergunta parece simples: é verdade que um só indivíduo pode encabeçar uma revolução (e isto remete para a questão das lideranças e dos carisma) se e quando os indivíduos, as sociedades e sobretudo as condições sociais e económicas se apresentam propensas a mudanças, a revoluções.

Já que esta expressão se apresenta como uma tautologia, a questão é saber quem o muda (o mundo) e de que forma. A ironia que a citação de Rousseau congrega, também não ajuda a que se pense e aja tendo como certo que a mudança acontece e que a mesma só acontece por via da acção os indivíduos, qualquer que seja a mesma. O divórcio entre o indivíduo e o cidadão despromove o indivíduo enquanto ser e actor social. A leitura de

---

<sup>253</sup> “Seuls les vulnérables ou les moins indépendants aspirent encore à une identité adulte qu’ils parent des auréoles de la liberté et de la reconnaissance: c’est le cas des jeunes, des personnes en situation de handicap, des épouses violentées, des salariés harcelés ou des victimes de l’exclusion” (Heslon: 2009, 19).

Aristóteles<sup>254</sup> e mais precisamente dos seus vários estudos sobre a ética, dão conta mais do que da importância desta, de que a sua natureza é intrínseca ao indivíduo e à sua acção já que, como diz Aristóteles, “o princípio da acção está sempre em nós”.

No que diz respeito à acção, ela apresenta-se se não como fim mas seguramente como princípio – fala-se normalmente do fim em si-mesmo, mas aqui parece oportuno falar-se do princípio em si-mesmo. O problema que se coloca a estes enunciados – para muitos uma linguagem hermética, metafísica para outros – é considerar, por exemplo, que o princípio deve ser entendido de forma una, primordial e escatológica. O princípio em si-mesmo deve entender-se dialecticamente, como se de um eterno-retorno se tratasse. A propósito da existência, do ser, é claro que Descartes diria que o papel e lugar do ser é e está no pensamento, ao que certamente Aristóteles responderia que a existência existe em/no acto. O pensamento, a ideia de Platão conquanto expresse de forma bela e única esta problemática não resolve, em última análise, o epicentro da trama filosófica e, por conseguinte, da vida<sup>255</sup> – ideia vs acção?. A acção normalmente associada à mudança, por mínima que seja, – não há mudança sem acção, mas pode haver acção sem mudança, dirão alguns – é uma armadilha pois tende-se a ver a mudança como algo visível, imediato e de grandes proporções. Mas a acção, as acções não se compaginam com estereótipos, ideias-feitas. Tende-se a associar os jovens, e muito particularmente os jovens universitários como um grupo reivindicativo, com grande capacidade de mobilização (Galland: 1996) e, por conseguinte, agentes de e da mudança por excelência. Ainda que assim seja em muitos casos, mercê de factores intrínsecos à sua condição, sendo que “ser estudante” acaba por ser primordial e, uma vez mais de transitoriedade – já que a universidade é, nos dias de hoje e um pouco por todo o mundo, o órgão que estabelece a fronteira para a entrada no mundo do trabalho (e não necessariamente a saída da categoria de juventude) –, não é líquido que os estudantes sejam sempre reivindicativos e se encontrem mobilizados ou sejam facilmente mobilizáveis. Os factores exógenos são muitas vezes determinantes nas acções dos indivíduos, quaisquer que elas sejam – mais ou menos reivindicativas e/ou revolucionárias. Na Angola de hoje, as acções de carácter reivindicativo, quando acontecem, não são noticiadas e, relativamente aos jovens e muito particularmente aos estudantes, pouco ou nada há a dizer.

---

<sup>254</sup> Tais são os casos, entre outros, dos livros “A Ética” e “Ética a Nicómaco”.

<sup>255</sup> Um dos problemas com que se debate a filosofia e os filósofos prende-se com a questão da primazia, dos princípios fundantes ou fundadores.



Em Angola, os jovens dos idos anos 60 e 70 do séc. XX – relativamente ao número de alunos, se em 1974 era de cerca de quinhentos mil, em 1980/81 passa para 1 600 000 (Ferreira et al: 1996, 284) – e muito especialmente os estudantes, poderá dizer-se que deles se esperava mudança e que os mesmos terão (cor)respondido a este apelo – primeiramente na luta pela independência (até 1975) e, nesta esteira, logo depois na consolidação dos ideais revolucionários de então (1975-1977). Esta balização pós-independência (1975-1977) cujo epílogo se situa em 1977 com o trágico 27 de Maio<sup>256</sup>, já referido atrás e que corresponde ao momento em que parte significativa da juventude angolana é decapitada (entre os milhares que foram mortos e as centenas que terão abandonado o país), dá conta da encruzilhada em que os angolanos, entre velhos e novos, entraram e parecem ter sucumbido – e quando se fala de jovens dizimados, fala-se de jovens quadros, da elite que bem poderia ter rendido a que se encontra, hoje, no poder. Com isso não se pretende dizer que o país parou e que nada se fez. A guerra foi pródiga em realizações (algumas já referidas), enquanto o pós-guerra desfraldou a bandeira do crescimento e do desenvolvimento – ou deverá antes falar-se de investimento (que não é sinónimo de desenvolvimento e tão-pouco de progresso)? As mudanças acontecem diariamente. Mas que actores, que mudanças e se estas têm nos jovens se não os seus actores directos seus destinatários e qual é a percepção que os jovens têm do seu futuro, é o que se pretende conhecer. Para se entender isso, é necessário que se não fique pela representação que a sociedade, os outros fazem dos jovens, e ir mais além. Ir mais além passa por que se ouça os jovens: afinal, como se vêem os jovens? Que representação/ões fazem, constroem, têm de si próprios, estas algumas das questões que integram o elenco do questionário que mais adiante se verá.

### **1.2 - Os estudos universitários em Angola: passado e presente**

#### **1.2.1 – O passado colonial**

Como refere Wright Mills, “nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade completou a sua jornada”, sendo deste modo que se faz a “consciência imaginativa” (Mills: 1965, 12-13)”. Por isso a necessidade de uma abordagem, ainda que sintética, dos Estudos Universitários em

---

<sup>256</sup> Portugal tem o 25 de Abril e Angola o seu 11 de Novembro e o 27 de Maio – não há necessidade, para portugueses e angolanos, respectivamente, de situar o ano por ser por todos (re)conhecido como datas e momentos únicos das suas histórias.

Angola que só têm início em 1962, mercê de factores político-ideológicos. Até este período, o ensino nas colónias portuguesas de África ou nas suas províncias ultramarinas, contemplava o primário e o liceal – o ensino pós-primário ainda contemplava, à semelhança do que se passava na metrópole, as escolas comercial e industrial, a par da formação de professores e enfermeiros<sup>257</sup>. Mas a escolaridade obedecia ainda a outro critério, como seja o da raça (Vera Cruz: 2006a). É assim que, para além de a população negra estudantil ser reduzida (considerando que o número de assimilados seria de cerca de 1% da população negra, não será muito difícil avaliar-se quantos seriam os alunos negros que frequentavam a escola), a esta população cujo estatuto do indigenato quartava toda e qualquer possibilidade de se afirmar como cidadão estava destinado o ensino rudimentar.

Como o próprio nome indica, este ensino era essencialmente manual e, no tocante às “letras”, deveria ficar-se pelo ensino das primeiras letras de que constava a aprendizagem da escrita do nome, e a aprendizagem da aritmética rudimentar – aliás, a rudimentaridade era a característica principal do ensino ministrado aos negros, entenda-se indígenas, ensino que até à Reforma do Ensino Primário de 1964, estava confiado às missões católicas cujo papel de nacionalização e moralização se encontrava bem patente no Estatuto Missionário de Abril de 1941. Ainda assim e no tocante aos indígenas cujo objectivo de ensino era o combate à ociosidade e a aquisição do gosto pelo trabalho, também se podia falar de carreiras profissionais e, quanto a estas, também se encontravam devidamente reguladas. Entre professores e enfermeiros, de destacar a sua categorização – enfermeiro e professor auxiliar indígena que, por essa razão, tinham não somente uma categoria inferior como auferiam um salário igualmente inferior, em consonância com o seu grau civilizacional (Vera Cruz: 2006a).

O ensino como arma, para os colonialistas seria de controlo, de domínio, para os nacionalistas de resistência e de luta, andaram sempre a par em todo o processo de reivindicação e luta pela independência. A primeira grande vitória está consignada na revogação do Estatuto do Indigenato e que corresponde ao estertor da colonização, pois é a revogação que vai dar lugar à emancipação do indígena que passa de súbdito a cidadão e

---

<sup>257</sup> Com uma população estimada entre 5 a 7 milhões de habitantes, em 1950 eram 167 as escolas e postos escolares, sendo 364 os professores e 12 685 os alunos; em 1960 o número de escolas passa a 1844 e o de professores a 91 086 (Ferreira, et al: 1996, 285). Gomes (1996: 154-155) que os anos 60 do séc. XX são marcados pela “educação adaptada” que se desenvolve a partir do que chama três planos da relação com o outro: o plano axiológico enunciator de juízos de valor, o plano praxiológico enunciatora de aproximação ou de afastamento do outro sob a forma de adaptação da acção educativa e o plano epistémico que confirma ou ignora a identidade do outro sob a forma de assimilação moral e cultural como resultado da acção educativa.

abre caminho para a criação da universidade em Angola, ainda que as razões apontadas sejam de ordem organizativa como o declara um dos intervenientes no processo em um artigo, ao fazer referência ao que ficou conhecido como “plano Deslandes (apelido do governador de Angola de então) pois “visava-se, com a criação do ensino superior, a formação e a actualização de técnicos de agro-pecuária, médicos, engenheiros e professores do ensino secundário, a fim de Angola passar a dispor de condições que lhe permitissem formar os técnicos e agentes qualificados das actividades básicas, indispensáveis para promover o desenvolvimento económico e social do território e que as Universidades da Metrópole não se mostravam capazes de fornecer, em tempo útil nem na qualidade desejável” (Soares: 2004, 57)<sup>258</sup> – a esta necessidade de desenvolvimento não era alheio o contexto histórico e social. A 21 de Abril de 1962, o Conselho Legislativo de Angola aprovou “o projecto do Diploma Legislativo nº 3235, que criava os Centros de Estudos Universitários junto dos Institutos de Investigação Científica e do Laboratório de Engenharia de Angola” (Soares: id., 61), ainda que sem a anuência do Ministro do Ultramar, o que só veio a acontecer com a criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique, integrados na universidade portuguesa, pelo decreto-lei 44530, de 21 de Agosto de 1962 – só a 11 de Dezembro de 1968, se passa a designar, no caso de Angola, Universidade de Luanda (decreto-lei nº 48790).

E se em 1972/73 o número de alunos era de 3094 (os docentes eram 274) (Soares: id., 59)<sup>259</sup> e atendendo ao reduzido número de negros nas escolas e muito particularmente nas universidades<sup>260</sup>, pode deduzir-se que a percentagem seria de menos de 1% (atente-se nos registos relativos ao número de assimilados e facilmente se perceberá que o sistema político fascista e colonialista cerceava o acesso ao ensino, muito particularmente aos negros).

---

<sup>258</sup> Ainda que as razões aludidas sejam somente estas, a verdade é que essa era uma reivindicação antiga que vinha sendo adiada e não despiciente recusar-se a tese de que a metrópole já vinha pensando nisso. Independentemente da veracidade desta tese, a verdade é que o 4 de Fevereiro de 1961 e o mês de Março do mesmo ano só vieram apressar as mudanças entretanto introduzidas. Por outro lado, a universidade tinha como missão principal a formação de elites negras, culturalmente assimiladas e, por conseguinte, que desempenhassem o papel de reprodutores do regime e do sistema (v., a propósito, Kajibanga: 2000).

<sup>259</sup> Importa sublinhar que estes alunos eram maioritariamente brancos. Segundo ainda Amadeu Soares, neste período e para além dos números referidos, o ensino superior do serviço social tinha 100 alunos e o eclesiástico 117.

<sup>260</sup> O prosseguimento dos estudos em instituições universitárias (até à criação do ensino superior nas colónias ou províncias) levava os estudantes até à então metrópole.

### 1.2.2 – O presente: 35 anos de independência

«Em termos simples, a interacção da ciência com o poder costuma ser apreciada em termos dos seguintes 3 aspectos: o do “poder da ciência”; o do “poder na ciência”; finalmente, o do “poder com ciência».

Bento de Jesus Caraça (2000)

Ortega e Gasset (1946: 17) começa o seu livro sobre a “missão da universidade” afirmando que “a reforma universitária não pode reduzir-se nem mesmo consistir principalmente na correcção de abusos. Reforma é sempre criação de usos novos”<sup>261</sup>, enquanto Gérald Antoine (1966) questiona, a propósito da França, se se trataria de reforma ou de um renascimento. Já para Alain Touraine (1972), a universidade é uma organização sendo que a actividade universitária contribui para a criação do campo cultural de uma sociedade (constituição de modelos de conhecimento), sendo também um conjunto de mecanismos através dos quais uma sociedade organiza a sua mudança (a universidade é um meio privilegiado de decisão política). A estas valências da instituição universidade, acresce a função de manutenção e reprodução da sociedade, sendo que a relação que o estado mantém com a universidade é, não poucas vezes, precário (Vera Cruz: 2008). Falar-se de manutenção e reprodução se bem que inquestionavelmente sedutor e necessário, não deixa de ser preocupante quando o acento se coloca nos termos, na forma de manutenção e reprodução: reflexiva, crítica ou acrítica? Relativamente à integridade intelectual, Weber (1989: 69-70) considera que “as universidades (...) não são instituições destinadas à inculcação de valores morais absolutos ou fundamentais. Elas examinam os fatos, suas condições, leis e inter-relações; examinam os conceitos, seus pressupostos lógicos e seu verdadeiro significado. Elas não ensinam e não podem ensinar o que deveria acontecer – uma vez que isso é matéria de valores e crenças fundamentais, de pontos de vista essenciais, que não podem ser «demonstrados» como uma proposição científica”.

A escola como espaço por excelência de endoutrinamento, mais do que de comunicação, de reflexão, de conhecimento, podemos encontrá-las em períodos chamados ou considerados revolucionários (de que a guerra é um exemplo). Analisar o conteúdo do material escolar correspondente a um determinado período e em um determinado país,

---

<sup>261</sup> Ainda segundo este autor, “o ensino superior consiste, pois, em profissionalismo e investigação” e importa dizer que, neste capítulo, Angola ainda não foi capaz de cumprir com este desiderato (Gasset: 1946, 27).

sociedade, permite aferir da maior ou menor proporção e violência de conteúdos ideológicos e ideologizados<sup>262</sup>.

Em Angola, o primeiro desafio que se colocou centrou-se na massificação do ensino, o mesmo é dizer que a todos angolanos (isto não significa que terão ido todos os que se encontravam em idade escolar) foi dada a oportunidade, formal, de franquear as portas das escolas: dos cursos de alfabetização para os adultos ao acesso às universidades, todos passaram a poder aspirar e a poder fazer. Mais do que de uma reforma, tratou-se, seguramente, de uma revolução, precisamente por ter sido também e sobretudo a oportunidade que os negros angolanos tiveram de aceder ao ensino, à escola, ultrapassada que foi a barreira da cor da pele que a independência inaugura.

Faz sentido relembrar os trabalhos de Bourdieu e Passeron sobre as possibilidades, as oportunidades de acesso ao ensino, na medida em que é também esta a questão que releva deste dossier. O passado caracterizou-se por um acesso condicionado segundo vários itens: i) o racial; ii) o cultural; iii) o económico. O presente apresenta-se despido dos dois primeiros e tem, actualmente, o factor económico como elemento central, a peça de resistência da desigualdade de oportunidades (ainda que o factor cultural tenha o seu peso nesta equação). Mas, nem sempre foi assim. Se não, vejamos: em 1976, após a independência, a Universidade de Luanda converte-se em Universidade de Angola (portaria 77-A/76 de 28 de Setembro) e, em 1985, passa a designar-se Universidade Agostinho Neto (DR 9-1ª série, 28/11/1985). Não dispondo de grandes elementos, pode dizer-se que este (1975-1985) foi o período que correspondeu à primeira fornada de licenciados relativo ao pós-independência, pois é sobretudo na década de 80 que se assiste ao aumento do número de estudantes universitários, o que se compreende e se deve ao crescente número de indivíduos que acedem à escola e completam o liceu.

As cifras apresentadas pela Universidade Agostinho Neto (UAN, 2008) entre os anos lectivos 2001/02 e 2007/08 dão conta de uma evolução significativa no número de estudantes matriculados pela primeira vez nessa instituição que passou de 2 182 para 9 575, enquanto o número de licenciados passa de 172 para 3 757. Já no concernente à evolução da população estudantil por ano académico, esta passa de 9 129 para 42 731, no concernente aos estudantes de licenciatura. Se estes são os totais nacionais ao logo de 7 anos, vejamos por províncias, no caso aquelas que são objecto desta investigação, a saber:

---

<sup>262</sup> Veja-se o caso dos livros de história e de leitura (língua portuguesa), em Portugal (e respectivas colónias/províncias ultramarinas), do ensino primário dos anos 60-70 do séc. XX.

## SER JOVEM EM ANGOLA

Luanda Cabinda e Huambo. O número de estudantes matriculados na UAN pela primeira vez, entre os anos de 2003 e 2008, na província de Luanda vai de 3 114 a 4022; em Cabinda é de 490 e 1107; no Huambo é de 284 para 882.

No decorrer do ano lectivo de 2009 são entretanto criadas mais 6 universidades públicas em diferentes províncias do país, como forma de responder à demanda de e nas diferentes regiões do país e também, a estoura, que é a da falta de quadros. Entretanto, importa referir que o número de universidades privadas também não cessa de aumentar, encontrando-se as mesmas concentradas na província de Luanda.

Para lá dos números, interessante seria conhecer-se o espírito que atravessa as universidades (nas suas dimensões ensino/aprendizagem). O que se poderá adiantar à luz do empiricamente observado e observável é a inexistência de um associativismo forte que não somente seja porta-voz dos problemas e anseios deste grupo como e muito menos extravase para a dimensão sócio-política de que os movimentos estudantis, nomeadamente universitários no ocidente são testemunho<sup>263</sup>.

---

<sup>263</sup> Em Angola, relembre-se que o espírito contestatário e/ou reivindicativo neste grupo só o encontramos na fase de transição para a independência.

**PARTE IV**

**Os valores e as identidades dos jovens estudantes universitários  
em Angola**





## Capítulo I

### O tipo-ideal dos jovens estudantes universitários em Angola: realidade ou fantasia?

#### 1 – O inquérito por questionário

##### 1.1 -- O desenho dos inquéritos

É de Machado Pais (1990b: 592), o seguinte enunciado: “ora o facto de as culturas juvenis aparecerem e poderem mesmo encontrar-se distanciadas de um dado *nomos* (conjunto de normas) – por isso consideradas «anómicas» –, isto é, o facto de se encontrarem distanciadas de um universo de normas e valores do qual se supõe que as gerações mais velhas se sintam mais próximas, não significa que os jovens não consigam produzir o seu próprio *nomos*, as suas próprias normas”. Se esta é uma das questões centrais deste trabalho, a questão do papel dos jovens no confronto do que deles é esperado e do que os próprios pensam dos seus papéis no âmbito dos valores, outra há a acrescentar e que se prende com a(s) sua(s) identidade(s). Existe um quadro de referência normativo a que está associado um conjunto de práticas sendo que os valores se situam nesta encruzilhada, entre o quadro de referência e as práticas dos indivíduos – valores de que se pretende dar conta nesta quarta parte do trabalho.

O inquérito por questionário permite distinguir o objecto tal como ele é apreendido e o objecto científico produzido em função da problemática teórica que é, ao fim e ao cabo, a matriz de elaboração das questões na análise do tema. Se como Mucchielli se considerar que o inquérito tem subjacente uma investigação metódica (resultados quantificáveis) e tem como objectivo «la vie psychologique d’un groupe social, ses comportements, ses goûts, ses opinions, ses besoins, ses attentes... ses raisons d’agir et de réagir, ses manières de vivre, de travailler, de se distraire... ses changements et les influences auxquelles il est sensible» (Mucchielli: 1967, 5), então poder-se-á avançar com uma (possível) explicação: face à multiplicidade de itens observáveis e que os métodos qualitativos também poderão fornecer, parece ser o inquérito aquele que permite num primeiro momento e com mais rigor, precisar e alcançar o objectivo preconizado, ainda que através da subjectividade dos indivíduos já que «l’enquête sociale a précisément pour objet la mise à jour de ce qui existe comme réalités psycho-sociales latentes, accessibles seulement à la recherche méthodique» (Mucchielli: 1967, 65), se e quando o mesmo (inquérito) é relativo às necessidades,

expectativas e aos problemas sociais colectivos. «*Par là l'enquête sociale est typiquement psycho-sociale, dans la mesure même où elle ne prend plus pour objet la compréhension des structures sociologiques, mais la détermination et la mesure de phénomènes psychologiques collectifs: besoins, attentes, aspirations, motivations, perception des situations*» (Mucchielli: 1967, 65). É o mesmo autor que também refere dever distinguir-se entre os métodos de inquéritos de exploração para determinar a população visada, e os inquéritos propriamente ditos (sobre os comportamentos e as motivações)<sup>264</sup>.

Para a consecução do objectivo deste trabalho<sup>265</sup>, foram realizados inquéritos por questionário de administração directa, inicialmente nas Universidades Agostinho Neto e Católica de Angola na província de Luanda e, posteriormente, nas províncias de Cabinda e do Huambo<sup>266</sup>. Enquanto no primeiro o número de inquiridos é de 551, no segundo ele é de 205. E se no primeiro os alunos são do 1º, 4º e 5º ano dos cursos de Direito e de Economia, por se não terem registado diferenças significativas nas respostas no que diz respeito aos anos, para o segundo inquérito foram redefinidas algumas perguntas, eliminadas outras, acrescentadas outras mais. No caso, foram inquiridos os estudantes do 2º ano de Economia da Universidade Agostinho Neto nas províncias de Cabinda, Huambo e de Luanda. A escolha dos estudantes de Economia parece ser fácil de entender se considerado o anteriormente referido a propósito dos dilemas que se colocam à e na sociedade angolana, mormente a esta nova geração de jovens do pós-independência. Se a pobreza e o desemprego são alguns exemplos da dimensão local, não se pode deixar de associar o domínio da sociedade de consumo numa perspectiva mais global a que Angola não escapa. No entanto, destaque-se dois outros factores considerados essenciais: por um lado (e este é o primeiro) porque o curso de Economia é aquele que, em termos classificatórios, se encontra na fronteira entre as ciências sociais e as ditas exactas tendo, por essa razão, um “estatuto” particular; por outro lado (e aqui trata-se do segundo), as razões são de ordem prática, de exequibilidade, uma das premissas que deve estar na linha da frente em todo e qualquer projecto de investigação.

---

<sup>264</sup> O sublinhado é do autor.

<sup>265</sup> Para o tratamento dos dados, recorreremos ao SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) – V. questionário – anexo A.

<sup>266</sup> A província de Benguela também foi contemplada mas, face ao reduzidíssimo número de inquéritos preenchidos, acabou por ficar de fora.

## SER JOVEM EM ANGOLA

Uma das premissas (e hipótese) deste trabalho encontra-se assente na assumpção, por parte de uma percentagem significativa de angolanos, de que a Angola de hoje é uma sociedade materialista e que é o materialismo que domina as acções e os valores dos jovens (é portanto a dimensão económica que ressalta deste universo) sendo que o curso de Economia surge como um bom indicador da hipótese em análise.

Assim, e no quadro do estudo sobre os valores e as identidades dos jovens em Angola, foram realizados dois inquéritos, em dois distintos momentos, junto da população jovem e universitária, sendo que alguma da determinação empírica dos valores jovens foi retirada de Rokeach (1973). No primeiro momento o inquérito foi feito em Luanda, em 2006, junto dos estudantes do primeiro e últimos anos dos cursos de Direito e Economia das Universidades Agostinho Neto (universidade pública) e Católica de Angola (universidade privada), como já referido. As razões desta escolha foram e são de ordem prática: i) o facto de, para além do curso de Psicologia, uma parte significativa dos estudantes universitários angolanos optarem por estes dois cursos; ii) por se tratar de cursos cujas abordagens têm um peso social significativo e, nesta medida, poderem constituir indicadores importantes, sobretudo quando confrontadas as instituições e os cursos; iii) o conhecimento pessoal e a imediata disponibilidade do então decano da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, num primeiro momento, bem assim, numa fase posterior, do Reitor da Universidade Católica de Angola.

O segundo momento aconteceu em 2007, mercê da necessidade que entretanto se fez sentir de introduzir novos indicadores e também de retirar outras variáveis que integraram o primeiro inquérito, tendo-se optado por estendê-lo a outras províncias, a saber, para além de Luanda, Cabinda (norte de Angola) e o Huambo (centro-sul de Angola), o que permitiria cobrir um pouco mais a diversidade do território e analisar as possíveis diferenças entre os valores dos jovens estudantes de diferentes províncias. Mas se no primeiro inquérito as condições de aplicação foram limitadas, no segundo ainda mais, porquanto a deslocação às províncias de Cabinda e do Huambo não foram possíveis. A solução traduziu-se na aplicação dos questionários por professores, entre amigos e conhecidos, dos referidos pólos universitários.

Luanda, Cabinda e Huambo, são províncias de grande importância política e económica, a primeira não somente por ser a capital (política, económica, cultural), mas igualmente por acolher cerca de seis milhões de habitantes; a segunda, por razões políticas (o facto de ser um enclave e pela aspiração à independência por parte de uma percentagem significativa da população e conseqüente conflito armado, apesar do discurso oficial da paz

a partir de 2002) e económicas com o petróleo enquanto principal fonte de rendimento do país; e a última, o Huambo, a província que tinha a maior densidade populacional do país, no passado, considerada celeiro de Angola, também no passado, palco de acasas lutas políticas (entre o MPLA, partido no poder, e a UNITA, o maior partido da oposição, no pós-independência) e bélicas.

Desta feita o inquérito foi feito nos diferentes pólos da Universidade Agostinho Neto nas aludidas províncias, junto dos estudantes do 2º ano do curso de Economia, e as razões de ordem prática e que se prenderam com o acesso facilitado a esta instituição foram determinantes para esta escolha. Neste caso, a opção pelo 2º ano deveu-se ao facto de a par de se não terem encontrado diferenças entre os alunos do 1º e últimos anos no primeiro inquérito, considerou-se que o 2º ano, sendo um ano intermédio, poderia fornecer informações se não diferentes, análogas, e era isso que pretendíamos testar: em que medida é que a idade e o ano em que se encontravam os inquiridos, tinha peso nas suas respostas e, por conseguinte, na sua visão do mundo, tendo como referência os valores, tendo-se concluído que estas variáveis não tinham expressão quando relacionadas com as respostas, até porque a diferença de idades entre os alunos do 1º ano e do 2º ano não é expressiva.

### **1.2 – Os inquéritos e a sua estrutura**

O primeiro inquérito (Inquérito I, v. anexo), realizado em 2006, era composto por 80 perguntas. Organizado e dividido em nove partes, nele se incluíram perguntas relativas ao que se chamou aspectos gerais sobre Angola e sobre cultura. Porque se entendeu que estas questões não eram pertinentes para este trabalho, o segundo inquérito exclui-as. Ainda no primeiro inquérito incluíram-se questões relativas à biografia familiar, indicador que entretanto ficou de fora no segundo inquérito face à ausência de respostas estruturadas e em número considerado satisfatório. Assim é que, os indicadores relativos à estrutura familiar, no que diz respeito ao estrato social, económico e nível de instrução das famílias dos inquiridos, não constam do segundo inquérito, ainda que se possa afirmar a existência de uma grande mobilidade social dos angolanos, com a independência, pese embora grande parte da população figurar como pobre, tendo em atenção o Produto Interno Bruto (PIB)

relativo ao ano de 2007 que é de 3422,4<sup>267</sup> e o de 2010 de 85 312 (milhões de USD), este último correspondendo a dados do FMI. Esta mobilidade social, notoriamente ascendente, resulta do acesso dos indivíduos à escola que resultou na capacitação dos mesmos e consequente melhoria das suas condições de vida (segundo dados de 2008-2009 do Instituto Nacional de Estatística, 65,6% da população com 15 ou mais anos sabe ler e escrever). Não é menos verdade que a ideologia política dos dezassete anos de regime de partido único em que a via do socialismo fez escola também possibilitou uma mobilidade ascendente, ainda que nem sempre (ou quase nunca) com base no mérito, de que resultou a emergência de uma nova elite política e militar que a guerra acabou por transformar igualmente em económica – será este um dos despojos da guerra.

Se estas são algumas das razões a apontar e que explicam a mudança de figurino do segundo inquérito (Inquérito II, v. anexo), outras questões e consequentes indicadores constantes no primeiro inquérito e até no segundo acabaram por não integrar o elenco dos dados tratados neste trabalho, por não se terem revelado importantes para os objectivos aqui perseguidos. Mobilizadas foram todas as perguntas que tinham e têm elementos relativos aos valores e que o segundo inquérito, mais pequeno (66 perguntas), acaba por espelhar. O primeiro inquérito acabou por funcionar como teste para o segundo, este sim já liberto de algumas teias que se revelaram constrangedoras para o projecto em análise. Ainda que a disponibilidade dos inquiridos tenha sido a maior, constatou-se que os mesmos não somente acharam os inquéritos extensos como nunca tinham participado num “movimento” destes – a resposta a muitas e constantes dúvidas suscitadas pelo inquérito, desde o sentido das perguntas ao modo como as deviam responder, são disto mostra. Em suma, para esta investigação, organizada em dois momentos, constam os inquiridos do curso de Direito e de Economia da Universidade Agostinho Neto e da Universidade Católica de Angola no primeiro, e os alunos do curso de Economia dos diferentes pólos (entenda-se províncias) da UAN no segundo.

Conhecer os valores dos jovens angolanos de hoje (que neste caso são estudantes universitários) para perspectivar o futuro, é o mote desta investigação, ainda que, como refere Firey (1963), se coloquem inúmeras questões, de entre elas a da variabilidade dos conceitos no concernente ao futuro, o das condições que permitem que estes

---

<sup>267</sup> PIB, por habitante, cujos números, em dólares, correspondem a estimativas provenientes do CEIC, Centro de Estudos e de Investigação da Universidade Católica de Angola (Rocha: 2010, 80).

comportamentos permaneçam (ou não) e, por fim, o das condições necessárias e suficientes para que estes valores permaneçam e se reproduzam<sup>268</sup>.

Por razões temáticas, “desprezamos” algumas das questões pois, como referido, optou-se por direccionar e centrar o inquérito nos valores dos jovens (ora, acontece que os inquéritos, e mais precisamente o primeiro, levanta questões outras que poderão ser úteis para trabalhos futuros sobre jovens, mas relativos a outras temáticas). Em termos conceptuais parece mais interessante passar a uma caracterização transversal tendo como base alguns temas. Também por esta razão e porque a maioria das variáveis são nominais dicotómicas, na apresentação gráfica dos seus resultados percentuais optou-se por colocar as concordâncias, isto é, entre os “não” e os “sim” optámos por estes últimos. É por aí que avançamos de seguida. A excepção a este critério acontecerá nos cruzamentos de variáveis.

A opção por apresentar os dois inquéritos – um global (UAN e UCAN) e outro relativo aos estudantes da UAN de diferentes províncias – deve-se ao facto de no primeiro se pretender obter um quadro geral sobre os valores dos jovens, enquanto no segundo se pretender mostrar as similitudes mas também e sobretudo as (possíveis) diferenças entre os mesmos, o que remete para a dimensão identitária. Mas deve-se, igualmente, ao facto de não haver, pelo menos do domínio público, nenhum trabalho de pesquisa, de investigação, inventário, estatística relativa a esta categoria, a juventude, em que coubessem os seus valores, práticas e identidades – a excepção vai para um estudo chegado às nossas mãos, já este trabalho se encontrava na sua fase final, cujos resultados serão, adiante, referidos. E estas são razões suficientes para fazerem deste um trabalho pioneiro e, espera-se, suficientemente inovador e pertinente.

## **2 – O tipo ideal**

### **2.1 – O tipo-ideal: um conceito a redescobrir?**

Para melhor analisar e compreender os valores e as identidades dos jovens em Angola, e porque este grupo de jovens, o dos estudantes universitários, não representando o universo dos jovens em Angola (na medida em que diferentes grupos representarão diferentes

---

<sup>268</sup> O autor distingue resource values de resource behaviour, cuja tradução literal será valores de recurso e valores comportamentais.

aspirações, expectativas, valores e identidades) permitirá, no entanto, traçar um perfil dos jovens angolanos, o mapa teórico adoptado e que conduzirá esta viagem pelo mundo da juventude em Angola – o conceito de tipo-ideal funcionará como “mestre de cerimónias”. O tipo-ideal, precisamente porque congrega, representa e enuncia e não exactamente traduz, afere ou espelha (um)a realidade, sendo uma aproximação da realidade (assim deverá ser o conceito entendido), introduz uma paleta de cores que pré-figuram (um)a realidade.

Enquanto instrumento de análise sociológica, o tipo-ideal tem como objectivo criar tipologias, tipologias que, não correspondendo à realidade, ajudam à sua compreensão; enquanto conceito teórico, abstracto, o tipo-ideal representa o primeiro nível de generalização de conceitos abstractos, permitindo a sua relação com a realidade concreta particular. Ainda que este conceito, tal como aqui descrito, pareça claro e consensual (no entanto e à semelhança de tantos outros), ele não tem um percurso pacífico, a começar pela sua paternidade – para alguns terá sido Durkheim, ainda que na generalidade ele seja (re)conhecido como sendo um dos conceitos-chave de Max Weber (Coenen-Huther: 2003)<sup>269</sup>. Do conceito também se diz ser o termo fétiche do investigador que se encontra em posição defensiva (Passeron cit. em Coenen-Huther), um termo utilizado para defender uma definição insuficiente.

Ora, o tipo ideal, enquanto “criação conceptual não deixa de ter relação com a realidade observada, mas apresenta uma versão voluntariamente estilizada” (Id., 532). Sendo um conceito individualizante (e não generalizante, não dedutivo), descreve um tipo de acção possível e passível de acontecer, de “ser” de um determinado modo, se e quando as condições para a referida acção se realizarem. Considerando que a realidade se apresenta diferente do projectado, do ideal e do idealizado, pode inferir-se que o tipo-ideal não sendo um modelo de acção é, no entanto, uma real possibilidade de configuração de uma acção que envolve não um indivíduo, mas um grupo de indivíduos – nos quatro diferentes tipos de acção proposta por Weber<sup>270</sup>, sendo o próprio a dizer que nenhuma acção se orienta conforme um ou outro tipo de acção, isto é, não existem acções “puras”. Não sendo uma hipótese nem proposição, o tipo-ideal pode ou não ser válido de acordo com a sua maior ou menor utilidade na compreensão da realidade social a ser estudada.

---

<sup>269</sup> Este trabalho de Coenen-Huther traça uma visão panorâmica das diferentes abordagens em torno do conceito de tipo ideal.

<sup>270</sup> Para Weber, as acções são racionais – em relação a fins e em relação a valores, acção afectiva e acção tradicional.

De que modo serve o conceito de tipo ideal para este trabalho? Como hipótese teórica que só infirmada terá validade. Dito de outro modo, o tipo ideal funcionará como a teoria falibilista ou falsificacionista de Popper<sup>271</sup>, segundo a qual, só no confronto da teoria com a observação é que se poderá falar de ciência, só a sua refutabilidade é garante de confiança e de cientificidade. Neste caso o tipo ideal, mais do que como denominador comum, será a ferramenta que permitirá desbravar caminhos para trabalhos futuros – compreender a realidade social não significa “dar uma visão por decalque nem uma visão normativa da realidade. Antes vai construir representações que ajudam a dar inteligibilidade à realidade” (Pinto: 1995, 86). Por outro lado, este conceito é o fio condutor que permitirá, em última análise, dar “corpo”, materializar o objectivo deste trabalho de que o título é um resumo: se o que se pretende é conhecer os jovens em Angola, o seu perfil, a partir de uma amostra que é a dos estudantes universitários, partir-se-á de um grupo de indivíduos, os jovens universitários, para melhor compreender e conhecer os jovens em Angola, fazendo um percurso próximo ao do tipo-ideal que parte da indução para a dedução.

### **2.1.1 – Jovens angolanos: resultados de um estudo geral**

Como suporte de análise, nada melhor que apresentar alguns resultados de um questionário realizado em 2008, junto de jovens dos 18 aos 35 anos, de norte a sul de Angola<sup>272</sup>, intitulado “Estudo Socio-Político sobre Angola” e que se presume ter sido encomendado no âmbito das eleições que ocorreram nesse mesmo ano.

Relativamente à situação dos inquiridos perante a escola, 56,4% dizem ter estudado e desistido, 32% encontravam-se a estudar e 4% já tinham concluído os estudos, percentagem idêntica para aqueles que responderam nunca terem estudado. No concernente ao nível de escolaridade na altura do inquérito, 35% encontravam-se entre a 7<sup>a</sup> e a 9<sup>a</sup> classe, 32% entre a 10<sup>a</sup> e a 12<sup>a</sup> classe, enquanto 20% se encontravam entre a 1<sup>a</sup> e a 6<sup>a</sup> classe, sendo que somente 5% tinham frequência universitária. A sua situação perante o trabalho era a seguinte: 29% tinham emprego regular, igual percentagem para aqueles que tinham ocupação habitual, enquanto 31% disseram não ter qualquer ocupação habitual. À pergunta relativa ao serem

---

<sup>271</sup> Apesar de Popper ser tido como não-indutivista, no que contraria Weber.

<sup>272</sup> Estudo realizado pela AUDIT, S.A., entre 9 de Julho e 24 de Agosto de 2008, junto de 6031 indivíduos de regiões geográficas e municípios (como referido no inquérito), sob a responsabilidade técnica de Joaquim Miguéis e Jorge de Sá.



membros de associações, 28,3% disseram ser da associação de moradores de bairro, 27,4% de associações de defesa do ambiente, 22,8% são membros de associações de deficientes físicos, 1,8% de partidos políticos e 1,3% de igrejas e de associações religiosas – no capítulo “prática religiosa”, 47% dizem ser católicos praticantes, protestantes praticantes são 18% e 17% são de outras confissões. E se os 3 principais problemas de Angola são a habitação (28,7%), a saúde (15,7%) e o emprego (14,1%), dizem os inquiridos que quem tem mais esperança quanto ao futuro são as pessoas mais novas do que eles (56%), contra 33% que disseram serem as pessoas da sua idade. Se ser jovem é ser-se bom cidadão (13,1%), curtir a vida (12,3%) e ter maturidade (7,5%), o tema que mais interessa aos jovens é o emprego (27,4%), seguindo-se os estudos/a formação profissional (16,5%), o namoro/sexo (8,1%), tendo a importância do dinheiro ficado pelos 0,9%.

Para 40,6% o melhor do país depois da paz foi o investimento estrangeiro, seguindo-se o desarmamento com 17% e o reencontro da família para 15,5%; o pior é a miséria do povo para 20,2%, são os contrastes sociais para 17,4%, o medo de falar livremente para 15,1% e os privilégios das elites para 11,8%. Assim sendo, a actual situação de Angola precisa de mudar para 84%, estando bem como estava (na altura do inquérito) para 8%.

### **2.1.2 – Será possível falar-se de ideal-tipo no plural?**

Uma breve leitura dos resultados do inquérito acima referido, permite que se conclua que o nível de escolaridade dos jovens angolanos é ainda baixo, que as dificuldades financeiras são o óbice principal para que os mesmos não prossigam os estudos (somente 5% tinha frequência universitária), a política e o dinheiro estão na cauda das suas preocupações enquanto a habitação, a saúde e o emprego se encontram na linha-da-frente. Se a paz se encontra normalmente associada à esperança no futuro, os jovens inquiridos não se apresentam muito crenes quanto ao seu futuro (33% apresentam-se como os mais esperançados), o que talvez se explique pelo facto de a miséria do povo, os contrastes sociais e os privilégios das elites constituírem o pior que a paz terá trazido. Dito de outro modo, com o fim da guerra a miséria, os contrastes sociais e os privilégios ficaram mais visíveis – a guerra, para além de ter propiciado a emergência de novas práticas, dinâmicas, comportamentos, atitudes, fez emergir também uma nova classe de novos-ricos e um exército de novos-pobres. A guerra, o conflito armado como vulgarmente também se chama em Angola, acabou por camuflar as assimetrias e os problemas sociais já então reais e que se

foram adensando e de que o ano de 1992 funciona como marco – há um antes e um pós-92, pois este é o ano de fronteira entre o mono e o multipartidarismo, entre o socialismo (há quem questione em que medida se poderá falar da existência de socialismo em Angola) e o capitalismo. Este caldeamento de práticas, de comportamentos, de valores, acaba por ter o seu epicentro na anomia reinante, actualmente, em Angola.

Não será pois de estranhar que a mudança, em Angola, se apresente como um imperativo para quase 90% dos jovens inquiridos. Se as conclusões deste inquérito apontam para uma convergência em determinados vectores (como são os casos da política e do dinheiro), outros há que se apresentam divergentes, o que sugere diferentes biografias e formas de ver, sentir, pensar, estar e ser.

A análise do inquérito que se segue parece sugerir a existência de diferentes práticas, aspirações e valores. São estes diferentes projectos de vida que remeterão para diferentes identidades, porque o que essas diferenças sugerem é a existência de diferentes juventudes. Ora, a existência de diferentes juventudes, com as suas respectivas especificidades, remete necessariamente para que se contrarie o tipo-ideal, inicial – já não o tipo-ideal que se baseava na unicidade, mas sim um tipo-médio enunciador de diferentes tipos e acções. E porque a conceptualização ideal-típica é a construção lógica a partir da qual a realidade empírica é observada, é necessário que se faça uma operação intermediária entre a interrogação inicial do investigador e as conclusões às quais os trabalhos conduzem (Coenen-Huther: 2008, 543).

A hipótese inicial deste trabalho era a de que os jovens, em Angola, teriam um grande apego ao poder e aos valores materiais – nesta ordem de ideias, seriam indivíduos para quem o “sistema de valores” gravitava em torno de valores políticos, materiais e financeiros. O inquérito de 2008 põe em causa a ideia, pelos vistos “feita”, de que os jovens, em Angola, “filhos e netos da guerra”, teriam herdado e arquivado como seu património as suas nefastas consequências – a corrupção, o compadrio, o conluio teriam levado as novas gerações à apetência pelo poder e pelo dinheiro.

Na sequência do inquérito realizado para este trabalho, quais serão as conclusões? Apontam, ou não, para outros caminhos, por exemplo, para tipos-médios emergentes de observações efectuadas a partir do tipo-ideal (Coenen:Huther: 2008, 544)? Que resultados? Que valores e, conseqüentemente, que identidades as dos jovens estudantes universitários em Angola?

## 2.2 – Do tipo-ideal ao tipo-médio

### 2.2.1 – Resultados do Inquérito I

Num primeiro momento – Inquérito I, feito a estudantes da Universidade Agostinho Neto e à Universidade Católica de Angola, ambos na província de Luanda – apresentar-se-ão os dados de caracterização dos inquiridos, começando, desde logo, pela sua composição social. Mais à frente (no capítulo II), analisaremos os resultados do Inquérito II, realizado na UAN, em três províncias do país.

À laia de informação, importa desde já referir que os resultados relativos a algumas questões e variáveis do inquérito que dizem respeito à situação escolar e profissional dos progenitores e dos irmãos dos inquiridos, realizado junto de estudantes dos cursos de Direito e Economia (1º, 4º e 5º ano) da UAN e da UCAN, de Luanda, não foram extensivas às outras províncias pela “resistência” e confusão encontrada nas respostas às mesmas. Outrossim para as perguntas cujas respostas seriam de carácter mais pessoal e íntimo (e as de natureza política em que muitos pensavam ter de colocar qual o seu partido político, qual o partido político em que pensavam votar) que terão funcionado como um handicap para um maior sucesso nas respostas ao inquérito. Ainda assim, congratulamo-nos com o que se conseguiu apurar.

#### 2.2.1.1– Inquérito I: Unidade na diversidade?

#### 2.2.1.2 – Caracterização sócio-demográfica

No quadro 1, é apurado não somente o número de inquiridos por sexo mas também o total de inquiridos que perfaz os 551.

[Quadro 1] *Distribuição dos inquiridos, por sexo ( % em coluna)*

Feminino	42,8
Masculino	57,2
Total	100,0

[Inquérito I, N= 551]

## SER JOVEM EM ANGOLA

Do universo de inquiridos, a média de idades é de 23 anos, sendo que 57,2% são do sexo masculino. Ainda que o sexo feminino não possa, de todo, ser considerado subrepresentado, estes dados podem revelar que o acesso à escola é, ainda, uma prerrogativa do sexo masculino. Se bem que se não disponha de elementos estatísticos nacionais relativamente à população estudantil no seu todo, pode afirmar-se que se esta é uma verdade inquestionável no espaço rural. O mesmo fenómeno não deixa de se fazer sentir nas cidades, ainda que em menor escala.

[Quadro 2] *Estado civil, por sexo ( % em linha)*

	Solteiro	Casado	Vive Maritalmente	Divorciado	Viúvo	Total
Feminino	86,4	8,1	4,2	0,8	0,4	100,0
Masculino	93,3	2,9	3,8	0,0	0,0	100,0
Total	90,4	5,1	4,0	0,4	0,2	100,0

[Inquérito I, N= 551]

Estes jovens, maioritariamente solteiros, 90,4% (dos quais 93,3% são do sexo masculino e 86,4% do sexo feminino<sup>273</sup>) e sem filhos (82,5%), representam um segmento privilegiado, não obstante as dificuldades e os constrangimentos com que um número significativo desta população se debate. De mais do que carência, poderá falar-se de ausência de material escolar de que se destacam os livros – inexistentes nas livrarias e quando os há demasiado dispendiosos e, nas bibliotecas (públicas e nas instituições de ensino, quando existem, é muito fraca) – às constantes falhas de energia, inúmeros são os problemas e constrangimentos com que os estudantes se vêem confrontados. O facto de os estudantes se distribuírem pela UAN (foram, entretanto, criadas em 2009, mais seis universidades públicas que pretendem servir as 18 províncias do país) e pelas diferentes universidades privadas (no presente caso, a Universidade Católica de Angola, UCAN), permite que se avalie do esforço considerável que representa para os jovens e suas respectivas famílias o acesso e permanência nas universidades, sobretudo no caso das privadas.

---

<sup>273</sup> No concernente ao estado civil das inquiridas, 8,1% são casadas contra 2,9% dos inquiridos e, de entre elas, 4,2 vivem em união de facto, contra 3,8%, percentagem que diz respeito aos homens.

## SER JOVEM EM ANGOLA

Cerca de 80% dos jovens inquiridos não têm filhos. Relativamente àqueles que os têm, 87,5% tem (até) 2 filhos, sendo que os restantes 12,5% têm mais de 2, não havendo diferenças de relevo entre os sexos.

[Quadro 3] *Ter filhos, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	17,9	82,1	100,0
Masculino	17,1	82,9	100,0
Total	17,5	82,5	100,0

[Inquérito I, N= 551]

[Quadro 4] *Número de filhos, por sexo (% em linha)*

	Até 2 filhos	Mais de 2 filhos	Total
Feminino	88,5	11,5	100,0
Masculino	87,0	13,0	100,0
Total	87,5	12,5	100,0

[Inquérito I, N= 551]

[Quadro 5] *Línguas Nacionais faladas pelos inquiridos, por sexo (% em linha)*

	Kimbundo	Umbundo	Kikongo	Fiote/Oyo	Total
Feminino	41,8	24,5	18,4	15,3	100,0
Masculino	34,8	30,3	24,9	10,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % são calculadas sobre o o nº de respostas]

No respeitante às línguas nacionais, 37,1% são falantes de kimbundu, 28,4% de umbundu, 22,7% de kikongo e 11,7% de fiote o que se, por um lado, pode atestar a origem dos inquiridos, do local onde nasceram mas não, necessariamente, do seu círculo de pertença (relembre-se que os inquiridos vivem em Luanda), por outro lado atesta o reduzido número de falantes das referidas línguas.

### 2.2.2 – Percurso escolar e profissional

Cerca de 60% dos inquiridos dizem já ter reprovado<sup>274</sup>, mais precisamente 58,2% e, ainda que não haja diferenças significativas entre os sexos, é entre os rapazes que se encontra o maior número de reprovados.

[Quadro 6] *Reprovações escolares, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	57,0	43,0	100,0
Masculino	59,2	40,8	100,0
Total	58,2	41,8	100,0

[Inquérito I, N= 551]

Ainda que este não seja o objecto deste estudo, não é possível passar ao largo destes números. Assim sendo, e com o espaço de liberdade que a especulação permite, pode elencar-se algumas das possíveis razões para uma taxa tão elevada de reprovações, podendo sempre aduzir-se as razões sociais (as individuais e/ou pessoais não serão aqui consideradas por se desconhecer as histórias de vida dos inquiridos) e económicas, bem assim o capital escolar das famílias.

Para além das avançadas na caracterização dos inquiridos, a saber a falta de material escolar e as falhas de energia, pode referir-se também a deficiente preparação dos docentes, o não acompanhamento das famílias e também a corrupção reinante no ensino no que diz respeito ao pagamento de luvas (gasosa, como é conhecida em Angola) aos professores e funcionários para a matrícula, para a atribuição de notas e, claro está, para a passagem de ano<sup>275</sup>. Por outro lado, a taxa de inflação, os preços absurdamente altos aliados aos baixos salários concorrem para o baixo nível financeiro dos indivíduos e das famílias que pode traduzir-se no atrás exposto mas, também, em desistências ao longo do ano escolar. Talvez por isso os inquiridos considerem importantes, como disciplinas do

<sup>274</sup> A pergunta colocada foi se já teriam reprovado, sem qualquer referência ao momento da referida reprovação.

<sup>275</sup> Aqui e ali vêm a público notícias sobre o assunto, sendo que uma das que terá causado maior impacto prende-se com a expulsão de alunos da Universidade Katyavala Buila (sita em Benguela, esta é uma das novas universidades públicas surgidas em 2009) que se terão inscrito e matriculado de modo fraudulento.

## SER JOVEM EM ANGOLA

ensino básico, e logo depois das Línguas Nacionais (25,1%) e da História de África (17,5%), a Religião e Moral e a Educação Cívica (ambas com 15,2%), o que pode querer significar a importância e necessidade de “moralização” da sociedade angolana.

[Quadro 7] *Nível de estudos pretendido, por sexo (% em linha)*

	Licenciatura	Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento	Total
Feminino	7,4	8,2	11,7	72,7	100,0
Masculino	7,7	3,5	17,6	71,2	100,0
Total	7,6	5,5	15,1	71,8	100,0

[Inquérito I, N= 551]

[Quadro 8] *Cargo de direcção, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	60,7	39,3	100,0
Masculino	75,6	24,4	100,0
Total	69,4	30,6	100,0

[Inquérito I, N= 551]

Ainda que a vida não lhes seja fácil enquanto estudantes (se considerados alguns dos constrangimentos já referidos), cerca de 72% dos inquiridos dizem pretender seguir até ao doutoramento<sup>276</sup>, não obstante 69,4% almejem ter um cargo de direcção, sugerindo não pretenderem fazer carreira académica e sim serem profissionais e desempenharem funções em outros ramos, como se poderá ver mais adiante. Uma carreira profissional que pode passar pelo estrangeiro para 21% que se mostram interessados em viver e/ou trabalhar fora do país (percentagem mais alargada nos indivíduos do sexo feminino, 24,5%, ficando-se os rapazes pelos 18,4%).

---

<sup>276</sup> À semelhança de muitos esclarecimentos que foram feitos por altura da realização dos inquéritos (questões colocadas pelos inquiridos a propósito do mesmo), esta resposta parece “viciada”, isto é, face à grande percentagem dos que dizem pretender fazer o doutoramento, não se saberá até que ponto os inquiridos saberão o que significará “fazer ou ter um doutoramento” (ainda ou sobretudo porque os inquiridos não apresentaram nenhuma dúvida relativamente a esta pergunta).

[Quadro 9] *Desejo de viver e trabalhar no estrangeiro, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	24,5	75,5	100,0
Masculino	18,4	81,6	100,0
Total	21,0	79,0	100,0

[Inquérito I, N= 551]

O facto de os inquiridos, maioritariamente, dizerem pretender fazer o doutoramento pode bem ter uma relação com o facto de desejarem ter um cargo de direcção. E isto poderá compreender-se não somente como uma aspiração natural, humana, mas face à elevada percentagem dos que gostariam de fazer o doutoramento pode sugerir-se haver uma “corrida às qualificações”, o que vai de encontro ao mercado de trabalho cada vez mais exigente, à necessidade de mão-de-obra qualificada, de quadros superiores e, claro está, às exigências profissionais que as instituições, públicas e privadas, vêm exigindo aos trabalhadores.

### 2.2.3 Situação escolar e profissional dos progenitores e situação escolar dos irmãos<sup>277</sup>

A situação escolar, nível de instrução e estatuto ocupacional dos progenitores e irmãos dos inquiridos são indicadores importantes quando se pretende conhecer as origens sociais dos inquiridos e, deste modo, aferir da mobilidade social dos mesmos<sup>278</sup>.

No presente caso, é a situação escolar dos progenitores e irmãos dos inquiridos e a situação profissional dos primeiros que serão objecto de escrutínio. Estes elementos permitirão conjecturar sobre a mobilidade social e, em um âmbito projectivo, para um universo mais vasto como é do universo dos inquiridos do Inquérito I.

<sup>277</sup> Estes dados são relativos a 157 inquiridos da Universidade Agostinho Neto que constam do Inquérito I. As respostas dos demais inquiridos não foram consideradas, porque os questionários se encontravam deficientemente preenchidos.

<sup>278</sup> Sobre a importância da análise da origem social (no caso dos estudantes do ensino superior), v. Almeida et al (1990) e Costa et al (1990).



[Quadro 10] *Habilitações literárias dos pais (mães e pais) dos inquiridos (% em coluna)*

	Mãe	Pai
Analfabetos	11	2
Alfabetizados (sem ensino primário)	14	5
Ensino primário	35	28
Ensino médio	29	39
Ensino superior	10	26
Total	100,0	100,0

N= 157 (relativo ao Inquérito I, N= 551)

Relativamente às habilitações literárias das mães dos inquiridos, a maior percentagem é a das que possuem o ensino primário, 35% e a menor, de 10%, é a que possui o ensino superior. Já a taxa de analfabetos e alfabetizados é de 25%. 39% dos pais dos inquiridos surgem como tendo o ensino médio, 28% com o primário, 26% com o superior e 7% entre analfabetos e alfabetizados. Uma vez mais, é possível verificar-se a desigualdade oportunidades dos géneros no acesso à escola – 11% de analfabetas contra 2% de analfabetos e 10% de mães com o ensino superior contra 26% dos pais na mesma situação. Quer isto dizer que cerca de 40% das mães têm o ensino médio ou superior, enquanto os pais atingem a cifra dos 65%. A esta contabilidade deve acrescentar-se que, no caso do ensino superior, os pais (26%) encontram-se, de igual modo, em uma situação de franca ascendência quando comparados com as mães (10%).

O que estes números revelam é que o acesso ao ensino, no caso o universitário, (ainda) é devedor do capital cultural, social e económico dos indivíduos o que traduz uma assimetria que importa debelar. E se o acesso ao ensino é, oficialmente, livre e gratuito, as oportunidades de acesso já não serão as mesmas e, quando o acesso é uma realidade, o que sucede é que muitos são os desistentes (desistência que se deve, em grande parte, a razões de ordem financeira<sup>279</sup>) – relativamente a estes últimos, os números apontados pelo inquérito junto dos jovens de 2008 (atrás citado), vão além dos 50%, mais precisamente 56,4%. No entanto, registe-se que os 39% das mães e os 65% dos pais dos inquiridos que têm o ensino médio ou superior significa, igualmente, que há uma geração cujos pais terão uma média de 40-45 anos que já têm uma formação média ou acima da média.

<sup>279</sup> Informação obtida recolhida a partir de conversas tidas com inúmeros jovens nesta situação – a observação participante e as entrevistas foram dimensões muito exploradas pela autora deste trabalho, ainda que não figurem no âmbito da metodologia adoptada.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 11] *Situação na profissão dos pais (mães e pais) dos inquiridos*  
(% em linha)

Pais	Trabalhador/a conta própria	Trabalhador/a conta d'outrem	Reformado/a	Total
Mãe	44	47	9	100,0
Pai	23	55	22	100,0

N= 157 (relativo ao Inquérito I, N= 551)

No que diz respeito à situação da profissão das mães dos inquiridos, em termos percentuais não existem diferenças assinaláveis entre as trabalhadoras por conta de outrem, 55%, e as que são trabalhadoras por conta própria, 44%.

Já os pais dos inquiridos, no que diz respeito à sua situação na profissão, são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem, 55%, enquanto 22% são trabalhadores por conta própria. Estas percentagens, quando cruzadas com as relativas às habilitações literárias, sugerem que os pais serão maioritariamente funcionários de instituições públicas ou privadas e/ou trabalhadores por conta própria (65%, a que correspondem os pais com o ensino médio e superior), sendo que os restantes terão empregos precários ou trabalharão em áreas, também elas, precárias.

Em suma, as mães dos inquiridos são quem tem menos habilitações e são quem, em termos percentuais, mais trabalha por conta própria, o que sugere que as mesmas se dedicarão ao comércio – venda no mercado, na rua, cambistas (designadamente quitandeiras, zungueiras e kinguilas, como são popularmente chamadas) – sobretudo quando cruzada a situação na profissão com a escolar.

O facto de haver uma percentagem baixa de reformados (15%), pode ser um indicador mais da juvenilização da sociedade angolana. O facto de haver mais reformados no sexo masculino pode significar que estes serão bem mais velhos que as mães dos inquiridos, ou ainda que serão ex-combatentes (estes têm estatuto e regalias especiais que lhes permitem ter benesses que os civis não têm).

[Quadro 12] *Escolaridade dos irmãos dos inquiridos (% em coluna)*

Alfabetizado	1
Ensino primário	7
Ensino Médio	51
Ensino Superior	41
Total	100

N= 157 (relativo ao Inquérito I, N= 551)

Na sua maioria, 51%, os irmãos dos inquiridos têm o ensino médio, enquanto 44% têm o ensino superior e 7% o primário, o que diz bem da importância cada vez maior que os angolanos atribuem à escolaridade. Quer isto dizer que a crescente escolaridade e consequente mobilidade que a mesma arrasta é uma realidade para os inquiridos e respectivos irmãos, até porque “nas sociedades contemporâneas, a escolaridade tem vindo a constituir um parâmetro cada vez mais importante da estruturação do espaço social das classes, quer através das repercussões que tem na divisão social do trabalho, quer enquanto componente fundamental – embora não exclusiva – do capital cultural e, portanto, dos estilos de vida, quer ainda como vector especificamente estruturante das trajetórias sociais” (Almeida et al, 1990: 138).

Quando comparados estes números com os do inquérito realizado em 2008, verifica-se a existência de uma grande disparidade, já que os jovens com ensino superior com estudos concluídos perfazem os 4%, somente 5% se encontravam na universidade, enquanto os irmãos dos nossos inquiridos nesta mesma situação atingem a fasquia dos 40%; outro exemplo ainda é o caso dos 20% de jovens entre a 1<sup>a</sup> e a 6<sup>a</sup> classe, contra 7% entre alfabetizados e com/no ensino primário.

### **2.3.4 – Práticas e avaliações pessoais**

#### **2.3.4.1 – Círculos de pertença**

Por círculos de pertença se deve entender os grupos e/ou associações a que se encontram agregados os indivíduos, tendo em atenção as línguas faladas. Este tipo de pertenças

## SER JOVEM EM ANGOLA

espelham as preocupações dos indivíduos e também configuram as sociedades de que são parte. Neste âmbito, é mister dizer-se que os mesmos, ainda que não certifiquem as identidades dos indivíduos (sejam elas individuais ou sociais), introduzem mais-valias que ancoram as referidas identidades.

[Quadro 13] *Pertença a associação? (% em coluna)*

Sim	49,4
Não	50,6
Total	100,0

[Inquérito I, N= 551]

Cerca de metade dos inquiridos diz pertencer a associações (49,4%), o que representa um número considerável de indivíduos com preocupações de natureza associativa e conscientes ou acreditando que o serem parte das mesmas é uma porta aberta para a sua realização pessoal (em uma perspectiva altruísta) e um caminho que se abre para a realização da comunidade. No respeitante às “adesões”, são as associações religiosas as que reúnem o maior número de membros, seguindo-se a juvenil (14,6%) e a juvenil e religiosa. A maior percentagem de homens pode significar desde um maior interesse pelo associativismo a uma maior disponibilidade de tempo, quando comparados com as mulheres.

[Quadro 14] *Se é membro de associação, especifique qual (% em coluna)*

Juvenil	14,6
Religiosa	66,0
Solidariedade	0,8
Juvenil e religiosa	12,6
Outra	6,1
Total	100,0

[Inquérito I, N= 551]

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 15] *Membros de uma associação juvenil, religiosa ou de solidariedade, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	44,2	55,8	100,0
Masculino	53,2	46,8	100,0
Total	49,4	50,6	100,0

[Inquérito I, N= 551]

Como se pode observar, é expressiva a percentagem de inquiridos que se encontra ligada a associações religiosas, o que não será estranho se considerado que: i) a independência, o monopartidarismo e o ideal e ideário socialista fizeram com que se tivessem substituído as confissões religiosas e respectivos deuses, nomeadamente e no caso de Angola o Deus dos cristãos, por outros, a saber Marx, Engels e Lenine (que o eram no espaço geo-político do então chamado bloco soviético, do leste ou socialista/comunista) e Agostinho Neto (no plano nacional); ii) a queda do muro de Berlim e as mudanças corridas no xadrez político ideológico traduziram-se numa abertura nos países referenciados como socialistas ou comunistas; iii) os ventos desta mudança projectaram-se em Angola e a guerra e o pós-guerra fizeram “renascer” o cristianismo (cuja herança e peso em Angola é sobejamente conhecido); iv) os males sociais como a pobreza, porventura “encapotados” e silenciados com a guerra, associados à nova conjuntura económica de que o capital(ismo) é “quem mais ordena”, só vieram alimentar a sede do divino com o aumento do fosso entre ricos e pobres (atente-se no facto de o número de igrejas, seitas e afins que surgem com o dealbar da chamada democracia, na década de 90 do séc. XX, e que se traduziu, em Angola, no multipartidarismo com as eleições de 1992, serem uma expressão da “nova ordem” entretanto inaugurada); iv) o facto de o grosso da população ser pobre ou viver abaixo do limiar da pobreza, tudo isto concorre(u) e poderá explicar este afã, esta necessidade que impele os indivíduos, nomeadamente os jovens inquiridos, para as religiões e igrejas.

É comum dizer-se que a religião tem cada vez menos expressão no ocidente. Como refere Fernandes (2001: 6), “a baixa prática religiosa poderá (...) não corresponder necessariamente ao agnosticismo ou ao ateísmo”, alertando para a existência de diferentes formas de religiosidade (são bem conhecidas as chamadas religiões tradicionais, mas importa não negligenciar o budismo e afins), entre tantas outras como a cultura gótica, o

satanismo (Collins-Mayo et al: 2010), porventura uma religiosidade que sublinha o relacional, a subjectividade e a autonomia (Galland: 2008). Voas (2010) chama à atenção para uma outra possível leitura do fenómeno e que é relativa à passagem de testemunho dos pais, da família, para os filhos, por via da sua mudança de valores sendo menos atreitos à conformidade e “dando” mais autonomia aos filhos o que, na prática, resultou na liberdade de as crianças escolherem ir, ou não, à igreja.

O certo é que, em África, o movimento é contrário ao do ocidente. Em Angola, com o “retorno do sagrado”, as religiões e as igrejas assumem, assim, um papel-capital no respeitante à fé perdida no amanhã e no apascentamento das almas. Estas congregações, através da palavra e dos seus rituais, orientam os indivíduos para a fé em Deus, nas suas igrejas e pastores e também em si próprios (e isto acontece nomeadamente nas igrejas e/ou seitas evangélicas que proliferam um pouco por todo o país). Por esta via, os indivíduos não somente sentem que não estão sós no mundo e na desgraça, como comungam as misérias e alegrias – não somente as primeiras mas também e sobretudo as segundas com a proliferação dos “milagres” (já não os milagres narrados na Bíblia mas “milagres” a que assistem centenas, milhares de pessoas ao vivo e/ou via televisões).

### **2.3.5 – O indivíduo no seu labirinto: como têm, os inquiridos, organizadas as suas vidas?**

Porque os indivíduos são “chamados”, no seu quotidiano, a expressarem atitudes, práticas e comportamentos em diferentes dimensões, porque têm de assumir diferentes papéis, a organização do seu quotidiano abrange, neste caso, as seguintes dimensões: os tempos livres, que são um indicador particularmente interessante porque nele se encontram diferentes actividades desde as consideradas “normais” nos dias úteis àquelas que estarão mais direccionadas para o lazer; as práticas que dizem respeito à sua preservação (uso do preservativo); o seu posicionamento face à política enquanto facto que figura no espectro dos valores cívicos.

Quanto aos fins-de-semana, os mesmos estão reservados para estudar (48,3%), para a festa (18,9%), para trabalhar (11,1%)<sup>280</sup> e para ir à praia (10,1%), o que contraria a ideia-feita de que os angolanos e muito particularmente os jovens (só) querem é diversão.

---

<sup>280</sup> Quanto ao trabalho, pode significar trabalho remunerado mas também a lida da casa.

## SER JOVEM EM ANGOLA

Lido este quadro com a variável sexo, verifica-se que as jovens mulheres são quem mais vão à festa e à praia, e os homens quem mais se dedicam às restantes actividades. Uma leitura rápida sugeriria que estes se apresentam mais responsáveis que aquelas, o que parece precipitado. Registe-se, contudo, que é no voluntariado onde eles verdadeiramente se destacam delas.

[Quadro 16] *Duas actividades realizadas ao fim de semana, por sexo (% em linha)*

	Festa	Praia	Trabalhar	Estudar	Voluntariado	Total
Feminino	21,4	13,6	9,9	47,3	7,8	100,0
Masculino	17,1	7,4	12,0	49,0	14,5	100,0
Total	18,9	10,1	11,1	48,3	11,6	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas]

Mais de metade dos inquiridos que responderam à questão relativa ao uso do preservativo, dizem fazer sempre uso do mesmo (52,9%) – de entre os respondentes, 56,5% são do sexo feminino e 50,4% do sexo masculino. Se são elas quem mais usa, sempre, preservativo, são eles que dizem nunca usar (11,2% contra 7,5%) – uma tendência para “facilitar” por parte dos inquiridos do sexo masculino e quando elas dizem usar<sup>281</sup> (fazer uso), isto quererá dizer que elas são uma voz importante em todo este processo que importa fazer prevalecer.

[Quadro 17] *Uso de preservativo, por sexo (% em linha)*

	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	Total
Feminino	56,5	27,4	8,6	7,5	100,0
Masculino	50,4	31,7	6,7	11,2	100,0
Total	52,9	30,0	7,5	9,7	100,0

[Inquérito I, N= 551]

<sup>281</sup> Quer dizer que “os fazem usar”, considerando que o preservativo feminino não tem “expressão” em termos de uso, divulgação e vendas.

**2.3.5.1 – Cultura política**

Para os inquiridos, a democracia é o princípio maior que deve nortear o futuro de Angola e dos angolanos. Em segundo plano seguem-se o capitalismo, o liberalismo, o socialismo e o comunismo, e são as mulheres que se mostram mais próximas do liberalismo e do socialismo. O comunismo é o que “une”, aproxima os dois sexos, e é precisamente o sistema menos apreciado por ambos o que pode significar que o comunismo, marxismo-leninismo, terá ficado definitivamente para trás (pelo menos para esta geração).

[Quadro 18] *Princípios que devem nortear o futuro de Angola e dos angolanos (Muito Importante), por sexo (% em linha)*

	Democracia	Capitalismo	Socialismo	Liberalismo	Comunismo	Total
Feminino	51,6	18,7	10,6	14,2	4,9	100,0
Masculino	54,3	24,2	6,6	10,3	4,5	100,0
Total	53,2	21,9	8,3	12,0	4,7	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas]

Quando questionados sobre as qualidades que devem ter os políticos, os resultados são os seguintes: para as jovens estudantes a honestidade (21,2%), a competência (21,2%) e a responsabilidade (19,0%) e, para as jovens estudantes, a competência (21,2%), a transparência (20,4%) e a honestidade.

[Quadro 19] *As três mais importantes qualidades dos políticos, por sexo (% em linha)*

Mulheres	Honestidade 21,4	Competência 21,2	Responsabilidade 19,0
Homens	Competência 21,2	Transparência 20,4	Honestidade 19,4

[Inquérito I, N= 551; % calculada sobre o nº de respostas]

Estas qualidades apontadas pelos inquiridos constituem um bom indicador para os políticos angolanos e também para a sociedade angolana no seu todo. A importância atribuída a estes valores poderá explicar que de entre os recenseados e os que então tinham intenção de votar (eleições de 2008), cerca de 80% dos inquiridos disseram ter-se recenseado. Contudo, são maioritariamente os inquiridos do sexo masculino (95,4 contra



## SER JOVEM EM ANGOLA

47,2% do feminino) os recenseados, o que pode indiciar que serão os primeiros os mais bem informados, aqueles que se encontram mais sensibilizados para as questões políticas e/ou quem mais acredita no sistema político – dito de outro modo, serão aqueles que considerarão que (só) com o seu voto a mudança pode acontecer como também poderá, desse modo, ser parte activa na e da referida mudança. Para além do enunciado, pode também significar descrença nos políticos e nas políticas por parte do eleitorado feminino, questão aliás reflectida na militância política, a que se deve acrescentar a “domesticidade” arrolada às mulheres (tratar da casa, dos filhos, do marido) que as condicionam emocional, intelectual e fisicamente. No entanto, se estas leituras são passíveis de ser feitas, esbarram depois quando consideramos outras variáveis: é que as mulheres dizem-se quase tão interessadas quanto os homens em votar e em fazer carreira política. Como explicar esta (aparente) contradição? Se considerarmos que são também elas quem menos milita em partidos políticos quando comparadas com os homens (12,9% contra 19,7%), poderemos admitir como provável que elas, as jovens estudantes inquiridas, estarão mais preocupadas em investir nos estudos e na profissão num primeiro momento e só mais tarde projectarem-se na política. Exercendo uma acção menos activa neste domínio, no presente, e reservando-se para uma acção mais pró-activa, eventualmente, para o futuro, as inquiridas parecem ser mais previdentes que os inquiridos do “sexo oposto” organizando-se, investindo e (p)reservando o seu capital para uma ascensão na vida política activa de forma segura.

[Quadro 20] *Recenseamento eleitoral, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	47,2	52,2	100,0
Masculino	95,4	4,3	100,0
Total	78,7	20,9	100,0

[Inquérito I, N= 551]

[Quadro 21] *Intenção de voto, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Não sei	Total
Feminino	61,1	9,7	29,2	100,0
Masculino	58,8	12,1	29,1	100,0
Total	59,7	11,1	29,1	100,0

[Inquérito I, N= 551]

## SER JOVEM EM ANGOLA

Não deixa de ser surpreendente que em um país que apela constantemente à mobilização política, poucos sejam militantes de partidos políticos – somente 16,9%, e talvez isto explique a permanente mobilização de que são alvo. Por esta ordem de ideias compreender-se-á porque razão os inquiridos não têm intenções de fazer carreira política (66,6%), ainda que haja aqui um hiato entre os não militantes que perfazem os 82,9% e os que dizem pretender fazer carreira política, 33,4%. Isto é, existem entre os não militantes mais indivíduos interessados em fazer carreira política do que entre os militantes o que pode significar que os inquiridos não se revêem nos partidos políticos existentes e/ou ainda por considerarem que a militância é uma “perda de tempo”.

[Quadro 22] *Militância partidária, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	12,9	87,1	100,0
Masculino	19,7	80,0	100,0
Total	16,9	82,9	100,0

[Inquérito I, N= 551]

[Quadro 23] *Fazer carreira política, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Não sei	Total
Feminino	20,3	70,3	9,4	100,0
Masculino	21,6	64,2	14,2	100,0
Total	21,0	67,2	11,8	100,0

[Inquérito I, N= 551]

### 2.3.6 – Representações e Valores sobre a Sociedade

A corrupção (28,1%), a pobreza (25,2) e a má governação (20%) são identificados como sendo os três principais problemas que mais afectam Angola. A leitura destes indicadores aponta para a importância de que, se e quando invertido o triângulo, a boa governação levará à redução ou supressão da pobreza, bem assim do nível de corrupção. Quando comparados os sexos, de salientar que as jovens estudantes se mostram mais preocupadas com a

## SER JOVEM EM ANGOLA

criminalidade/violência, com a falta de quadros e a má nutrição, o que poderá explicar-se pelo facto de estas se encontrarem e sentirem em situação de maior vulnerabilidade no respeitante à criminalidade e violência, sem esquecer a incontornável relação com o seu papel de mães (mesmo “ainda” não o sendo), a que se associa a sua preocupação com a nutrição. A falta de quadros surge na esteira das assimetrias sociais e da falta de oportunidades que caucionam, sobretudo, as mulheres.

Quanto aos jovens estudantes, mostram-se mais preocupados com a corrupção, a pobreza e a má governação, e estas preocupações poderão explicar-se pelo facto de serem eles quem mais “apetência” mostra ter pelos cargos de direcção e pelo poder.

[Quadro 24] *Os três problemas sociais que mais afectam Angola (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Pobreza	24,2	26,0	25,2
Corrupção	25,9	29,7	28,1
Racismo	2,4	0,4	1,2
Má nutrição	4,0	3,1	3,5
Criminalidade/ Violência	12,3	7,2	9,3
Má governação	17,8	21,6	20,0
Promiscuidade	0,9	1,1	1,0
Incompetência	3,8	5,0	4,5
Falta de quadros	8,8	5,8	7,1
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas]

Quando questionados sobre as qualidades que devem ter os profissionais, estes devem ser competentes (22,9%), em segundo lugar responsáveis (20,6%) e honestos (17,2%). Tendo em conta a identificação dos principais problemas e ainda que não se possa inferir que os mesmos são sinónimo de que em Angola existe um *déficit* de bons políticos e de bons profissionais, não deixa de ser um alerta para estas duas “classes”, em particular, e para a sociedade em geral.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 25] *As três mais importantes qualidades dos profissionais, por sexo (% em linha)*

Mulheres	Competência 22,7	Responsabilidade 22,7	Honestidade 15,6
Homens	Competência 23,1	Responsabilidade 19,0	Honestidade 18,4

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas]

Este conjunto de problemas acaba por ser expressão e reflectir-se nos Ministérios que os inquiridos consideram serem os três mais importantes: o da educação (30,1%), o da saúde (30%) e o da justiça (13,2%). Dito de outro modo, se o desenvolvimento e a justiça social estão assentes nestes três pilares, estes exigirão políticos e profissionais competentes, honestos e responsáveis.

[Quadro 26] *Os três Ministérios mais importantes, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Turismo	1,1	0,2	0,6
Construção/Habitação	4,7	4,4	4,5
Educação/Ensino	29,8	30,4	30,1
Economia	4,4	7,6	6,2
Petróleos	2,3	2,1	2,2
Saúde	29,5	30,4	30,0
Justiça	15,0	11,8	13,4
Juventude	0,7	1,0	0,8
Cultura	1,6	0,8	1,2
Transportes	1,7	1,6	1,7
Mulher	0,7	0,2	0,4
Ciência e Tecnologia	3,7	4,1	3,9
Finanças	4,7	5,5	5,1
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas ]

Os Ministérios da Mulher, do Turismo e o da Juventude são os considerados menos importantes, porventura por serem os mais transversais (abaixo de 1%), isto é, aqueles cuja “natureza” é transdisciplinar – no caso do Ministério da Juventude e Desportos, este acaba necessariamente por ter que trabalhar de forma articulada com os Ministério do Urbanismo e

## SER JOVEM EM ANGOLA

Obras Públicas (problemática das casas para os jovens), da Saúde, da Educação e Ensino Superior, só para dar alguns exemplos. Surpreendentemente, ou talvez não, o dos Transportes mereceu 1,7% de importância, o que significa que num país onde a rede pública de transportes é praticamente inexistente (o que existe é assegurado pelos chamados candongueiros ou táxis-colectivos), esta não é, aparentemente, uma questão prioritária do ponto de vista dos inquiridos. De igual modo, o Ministério dos Petróleos não foi “favorecido”, o que poderá ser considerado “estranho” em um país cuja riqueza, entenda-se, cujo orçamento depende e vive da extracção de crude, o que significará que, em boa verdade, para os inquiridos, mais importante que o petróleo e/ou as finanças, é a necessidade e urgência de resolução dos problemas com que as populações se confrontarão de forma mais aguda.

Curioso é igualmente verificar que, no concernente ao Ministério da família e da Promoção da Mulher (como é denominado em Angola), 0,4% é a percentagem atribuída à importância deste órgão, sendo que as inquiridas (do sexo feminino) atribuíram 0,7%, o que revela ou que a mensagem do órgão em causa não chega às mulheres ou que as mesmas não se revêem nesta causa.

E se não se registam diferenças dignas de nota no cômputo geral, entre os sexos, não podemos deixar de registar, ainda assim, que o da Economia é considerado mais importante para os homens enquanto o da Justiça o é para as mulheres, e a explicação para isto poderá residir na educação (em função do sexo) de que os inquiridos são alvo.

[Quadro 27] *As três disciplinas importantes no ensino básico, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Religião e Moral	15,2	17,7	16,7
Línguas nacionais	25,1	26,7	26,1
História de África	17,5	16,1	16,7
Educação Cívica	15,2	10,7	12,6
Informática	15,1	19,5	17,7
Inglês	11,8	9,1	10,3
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas ]

Línguas nacionais, História de África e Informática (esta última muito próxima da Religião e Moral em termos percentuais), é por esta ordem que se posicionam as disciplinas que os inquiridos consideram serem as mais importantes no ensino básico. O facto de as línguas nacionais (que não a língua portuguesa) serem privilegiadas, pode decorrer não

somente da consciência que os inquiridos terão sobre a necessidade de se mudar o actual panorama do ensino que não contempla o ensino e a aprendizagem de nenhuma língua nacional (que pode ou não advir da sensibilização que vem sendo feita nesse sentido por parte de vários organismos e entidades), mas também da necessidade sentida pelos mesmos se não no seu quotidiano, no mínimo quando confrontados com africanos (e também gentes de outras origens) que se mostram normalmente surpreendidos quando se lhes diz não saber falar a língua da sua região ou qualquer outra do seu país, para além da língua portuguesa. Por outro lado e na sequência do anteriormente dito, os ensaios que começam a ser feitos, em algumas escolas, visando a introdução oficial do ensino das línguas nacionais<sup>282</sup>, pode bem ser uma explicação para a importância atribuída ao ensino das línguas nacionais.

### 2.3.7 – Entre problemas, expectativas e aspirações

Cientes de que os problemas que mais afectam os jovens são o desemprego (31%), o álcool (17%), a droga (12,6%), a educação (12,1%) e o HIV (11,9%) – estes três últimos com valores muito próximos, sendo interessante verificar que a educação não seja identificada como sendo um problema tão grave quanto o desemprego ou, no mínimo, o álcool –, os inquiridos consideram como seus objectivos de vida terem um bom emprego (24,9%), serem felizes (16,6%) e bons profissionais (16,4%). Estas as grandes metas dos inquiridos e, em qualquer uma delas, destacam-se ligeiramente nesta preferência os indivíduos do sexo masculino.

Destaque-se que, mesmo com valores que se poderão considerar residuais, são as jovens inquiridas que se mostram mais interessadas em ter sucesso e em serem deputadas, o que denuncia o que parece ser uma evidência, mas não é: que as mulheres, em Angola, apesar dos constrangimentos, almejam e parecem bater-se pelo reconhecimento das suas potencialidades, das suas competências, do seu trabalho – razão, porventura, porque são elas quem também se mostram mais preocupadas com a questão salarial<sup>283</sup>.

---

<sup>282</sup> Como se pôde ver, atrás, não muitos os inquiridos falantes de línguas nacionais.

<sup>283</sup> Isto sem esquecer um outro elemento não menos significativo e que se prende com o facto de ainda haver diferenças salariais quiçá na mesma proporção que as de género, sendo que as mulheres são, o “elo mais fraco” – uma realidade que, como é sabido acontece, ainda, em inúmeros países.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 28] *Os três problemas que afectam os jovens, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Droga	13,1	12,3	12,6
HIV	15,1	9,4	11,9
Desemprego	29,6	32,2	31,0
Habitação	7,4	9,4	8,6
Educação	11,8	12,4	12,1
Salarial	2,0	1,3	1,6
Prostituição	4,8	5,6	5,2
Alcoolismo	16,3	17,5	17,0
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas]

[Quadro 29] *Os três objectivos de vida dos jovens angolanos, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Ter poder	6,0	6,0	6,1
Ser Rico	8,2	10,0	9,1
Ser Ministro	1,0	1,0	1,0
Ser bom Profissional	16,8	16,0	16,4
Ser Feliz	16,8	17,0	16,6
Ter sucesso	13,1	13,0	13,0
Ser deputado	0,9	0	0,6
Ter bom emprego	23,6	26,0	24,9
Constituir família	13,6	11,0	12,2
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas ]

No geral, as perspectivas não se apresentam risonhas no que diz respeito ao futuro. 83,5% dos inquiridos dizem não ter ideia da política do Ministério da Juventude (e Desportos) e 40% dizem não saber qual será o futuro dos jovens em Angola – só para 32% o futuro dos jovens se anuncia prometedora (entre o bom, 28%, e o muito bom, 4%), enquanto

## SER JOVEM EM ANGOLA

para 28% (mau para 18,9% muito mau para 9,2%) parece não haver futuro. A percentagem dos que “não sabem” é de 39,8%, mostrando-se as jovens inquiridas porventura mais optimistas quanto ao futuro, 19,8%, do que os inquiridos masculinos, 13,3%. No entanto, os jovens não deixam de ter aspirações: casa, 41,1%, carro, 37,4% e terras/terreno, 17,7%, é por esta ordem que se organizam as prioridades dos inquiridos, a médio prazo, e talvez as suas perspectivas de futuro se apresentem inquinadas precisamente por não vislumbrarem, no horizonte e a curto prazo, a possibilidade de satisfação destas necessidades.

[Quadro 30] *Futuro dos jovens em Angola, por sexo (% em linha)*

	Muito Bom	Bom	Mau	Muito Mau	Não sei	Total
Feminino	3,7	35,9	16,1	6,9	37,3	100,0
Masculino	4,2	22,5	20,9	10,8	41,5	100,0
Total	4,0	28,1	18,9	9,2	39,8	100,0

[Inquérito I, N= 551]

[Quadro 31] *Duas aquisições a médio prazo, por sexo (% em linha)*

	Carro	Terras/terreno	Casa de praia	Barco	Casa	Total
Feminino	37,8	15,7	4,3	1,1	41,0	100,0
Masculino	37,1	19,1	1,7	1,1	41,1	100,0
Total	37,4	17,7	2,8	1,1	41,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o n° de respostas]

Relativamente aos objectivos de vida e consideradas as variáveis existentes na pergunta, sem esquecer a *vox populis* segundo a qual “os jovens não têm valores” porque o que pontua para os mesmos é o sucesso, o poder e o dinheiro – a qualquer preço – (entre outros, de que consta o desrespeito pelos mais velhos, o incumprimento das normas e leis em vigor de que o código da estrada é exemplo), os inquiridos contrariam o que considerarão certamente ser uma ideia-feita e respondem que, para eles, o importante é a família (24,1%), a religião (16,6%) e a dignidade (16%). Esta tríade de princípios dos jovens inquiridos coloca o poder em último lugar – ter poder com 6,1%, ser ministro com 1% e ser deputado com 0,6%. Poderia pensar-se que para sacrifícios bastariam os do quotidiano, mas os inquiridos consideram que há sempre alguém ou algo por que vale a pena sacrificarem-se, mostrando-se muito altruístas (86,5%). À pergunta sobre “por quem estaria disposto a sacrificar a sua vida”, 86,5% dizem estar disponíveis a dar a vida em prol de outrem ou de



## SER JOVEM EM ANGOLA

valores. Já no capítulo dos motivos para tal sacrifício, a família, 32%, salvar a vida de outra pessoa, 14%, e a justiça, 12,5%, são razões bastantes para que os inquiridos sacrifiquem as suas vidas. No entanto, há diferenças em relação às respostas quando confrontados os géneros pois que, enquanto as mulheres se mostram mais predispostas a sacrificarem-se pela família e por salvar a vida de outra pessoa, eles mostram-se mais dispostos a dar a vida pela paz, pelo país e pela crença religiosa – dito de outro modo, enquanto eles se mostram dispostos a sacrificarem-se por ideias ou ideais, elas são mais objectivas e pragmáticas e mostram-se mais preocupadas com os “indivíduos concretos”.

[Quadro 32] *Algo que considere valer a pena o sacrifício e, se necessário, pôr em risco a sua própria vida, por sexo [% em linha]*

	Sim	Não	Total
Feminino	88,0	12,0	100,0
Masculino	85,4	14,6	100,0
Total	86,5	13,5	100,0

N= 551 (Inquérito I; % calculadas sobre o nº de respostas )

[Quadro 33] *Três motivos para os sacrifícios (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
A minha Família	35,4	29,8	32,1
O meu País	6,0	9,3	8,0
Justiça	12,4	12,6	12,5
Liberdade	10,2	9,8	10,0
Crença Religiosa	9,0	11,7	10,6
Paz	8,5	10,8	9,9
Salvar a vida de outra pessoa	15,6	13,0	14,0
Não sei	3,0	3,1	3,0
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito I, N= 551; % calculadas sobre o nº de respostas]

### 2. 3.7.1 – Os problemas de Angola vs os problemas da juventude?

Esquadrinhado o inquérito, se se tivesse que, em poucas palavras, elencar quais os problemas de Angola e, conseqüentemente, dos angolanos, a palavra ou expressão seria má governação. No caso dos jovens, a palavra ou expressão seria a ânsia de ter uma vida normal. Ainda que o futuro se lhes apresente sombrio, estes jovens apresentam-se como sendo ambiciosos, o que fica expresso no desejo de fazer o doutoramento e o de ocuparem cargos de chefia. Membros de igrejas/associações religiosas, os inquiridos não se mostram interessados na actividade política e tão-pouco no dinheiro, no poder e no sucesso e entendem ser a luta contra a corrupção e a pobreza, os grandes desafios de Angola e dos angolanos. O alcance de tal objectivo está assente na boa governação e esta, por sua vez, é que permitirá aos angolanos, mormente os jovens, terem emprego e casa própria que aliados ao bastião família, religião e dignidade parecem ser, para os jovens, sinónimos de felicidade.

O facto de no *ranking* das suas aquisições, a médio prazo, se encontrar a casa, o carro e terras/terreno (estas certamente para construção de residência, pois nos últimos anos muitos angolanos têm optado por esta modalidade) mostra que entre os seus problemas mais prementes e os seus objectivos e necessidades, os mesmos são expressão dos problemas com que se confronta o país. Mas mostra igualmente que estes jovens inquiridos são realistas e práticos. Se estas são algumas das suas prioridades, quais consideram ser os valores que deverão orientar as suas acções com vista à prossecução dos seus objectivos?

## Capítulo II

### Um inquérito em três províncias

#### 1 - Os valores dos estudantes universitários

##### 1.1 – Diversidade na unidade?

Este inquérito foi realizado na Universidade Agostinho Neto (UAN), em quatro províncias (Benguela, Cabinda, Luanda e Huambo), mas diz tão-somente respeito aos estudantes de Cabinda, Luanda e do Huambo. São somente da Universidade Agostinho Neto em virtude de a Universidade Católica de Angola só se encontrar, na altura dos inquéritos, representada em Luanda. Relativamente à exclusão da província de Benguela, a mesma deve-se ao facto de o número de inquéritos ter sido muito reduzido. Por outro lado, trata-se tão-somente do curso de Economia por não se ter observado diferenças entre Direito e Economia (no Inquérito I) que justificassem a inclusão do curso de Direito no Inquérito II. A acrescentar também a impossibilidade de fazer o inquérito junto dos estudantes do curso de Direito nas províncias de Cabinda e do Huambo. E mais, trata-se do 2º ano de Economia por se considerar ser este um ano intermédio e o ano em que a questão das opções por áreas de especialização (se contabilidade, se gestão, etc.) ainda não se coloca aos estudantes.

A importância deste inquérito traduz-se na possibilidade de se poderem comparar os seus resultados com o do anterior, o que permitirá dar mais e maior consistência aos inquéritos e suas conclusões e, por conseguinte, validando-os. Por outro lado, permitirá “verificar”, avaliar e definir os valores dos inquiridos e, a par disso, comparar os resultados entre os géneros – haverá, ou não, diferenças de valores entre os géneros? A fechar, a definição de tipologias no âmbito das identidades.

##### 1.1.1 Caracterização geral

###### 1.1.1.1 Caracterização sócio-demográfica

A província de Luanda conta com uma percentagem maior de inquiridos. É portanto, nesta província, que se concentra mais de metade da população estudantil, seguindo-se a do Huambo e a de Cabinda, e que pode ser expressão da distribuição da população, por um lado e, por outro, da maior ou menor importância do curso de Economia nestas províncias.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 34] *Distribuição dos estudantes pelas províncias de residência ( % em coluna)*

Luanda	52,8
Huambo	26,1
Cabinda	21,1
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 35] *Distribuição dos inquiridos pelas províncias onde nasceram (% em coluna)*

Benguela	4,5
Bié	0,5
Cabinda	16,5
Huambo	22,5
Huíla	1
Kwanza-Sul	0,5
Kwanza Sul	1
Luanda	45,5
Lunda-Sul	0,5
Malange	2
Uíge	1,5
Zaire	4
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

A maior parte dos inquiridos nasceu na província de Luanda, 45,5%, seguindo-se as províncias do Huambo, 22,5%, e de Cabinda, 16,5%, o que se compreende considerando que os mesmos foram realizados nestas províncias.

[Quadro 36] *Distribuição dos inquiridos, por sexo (% em coluna)*

Feminino	30,7
Masculino	69,3
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Pode aferir-se, desta tabela, que o número de estudantes do sexo masculino é mais do que o dobro do feminino (69,3% vs 30,7%). As razões desta diferença serão inúmeras, desde logo o facto de o curso já não ser um reduto, mas ainda se encontrar associado a actividades e profissões ditas masculinas. Por outro lado, e se se atentar nas diferenças entre os sexos,

## SER JOVEM EM ANGOLA

verifica-se que há aqui uma sub-representação do sexo feminino (o que não sucede no Inquérito I), cujas razões podem igualmente prender-se com a atrás referida, mas também por a mulher se encontrar, ainda, excessivamente ligada (ou associada) ao espaço doméstico (cuidar da casa e dos irmãos, não ter meios financeiros – sucede, não poucas vezes, a família beneficiar os filhos em desfavor das filhas), havendo igualmente outras a considerar, tais como o ser trabalhadora, a maternidade precoce, entre outras. Mas se a sobrecarga de trabalho pode ser entendida como explicação primeira, outras interpretações se impõem: a de que a igualdade de oportunidades continua a ser um handicap em Angola e, nesta medida, a questão do género (ou dos géneros) carece de reflexão e de políticas que lhes sejam direccionadas.

Os inquiridos têm 23 anos de idade média e são maioritariamente solteiros, 91,9%, seguindo-se a vivência marital com 5,56%, e por fim os casados que perfazem os 2,86%.

[Quadro 37] *Estado civil dos inquiridos (% em linha)*

	Solteiro	Casado	Vive maritalmente	Total
Total	91,9	2,86	5,56	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 38] *Inquiridos com filhos (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Total	23,4	76,6	100,0

[Inquérito II, N= 205]

A percentagem de estudantes com filhos (23,4%), pode dever-se ao facto de os mesmos terem 23 anos (em África, cada vez menos, mas ainda é uma realidade, é comum ter filhos antes dos 18 anos, havendo uma grande percentagem do que se convencionou chamar “maternidades precoces”, maternidade na adolescência). Quando comparados com o ocidente, estes valores estão acima da média – é preciso não esquecer que a tendência no ocidente é inversa à do continente africano: naquele, a taxa de natalidade é considerada muito baixa, enquanto em África é muito alta.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 39] *Reprovação (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Total	49,7	50,3	100,0

[Inquérito II, N= 205]

A taxa de reprovação registada, 49,7%, é elevadíssima e deverá ser sujeita a reflexão. Da má preparação dos alunos à dos professores, é preciso considerar um outro factor que não é despiciendo: a corrupção que se faz sentir não somente no acto das matrículas (para garantir o lugar no estabelecimento de ensino, para entrar sem habilitação considerada necessária, para o lançamento de notas, para a emissão de certificados) como na e para a passagem de ano/classe – quem e quanto mais paga, mais possibilidades tem de ser matriculado e aprovado<sup>284</sup>.

[Quadro 40] *Situação na profissão dos estudantes (% em coluna)*

Estudante	11,1
Estudante - trabalhador	39,2
Estudante e à procura de emprego	49,6
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

A situação na profissão dos inquiridos aponta para a importância e urgência da criação de postos de trabalho pois o emprego (que se traduz em “ter/receber um salário”) constitui um dos problemas para os inquiridos. Se cerca de metade se encontra à procura de emprego, 39% é estudante-trabalhador. A dificuldade que as famílias parecem ter para os sustentar, manter, de que a condição de estudantes só onera, explicará o facto de estes jovens se encontrarem empregados ou à procura de emprego (estes jovens têm uma média de 23 anos, o que não é despiciendo para uma melhor compreensão do facto de serem trabalhadores ou pretenderem trabalhar).

---

<sup>284</sup> Esta questão relativa à corrupção nos estabelecimentos de ensino dos diferentes níveis já foi, aliás, referida anteriormente.

**1.1.1.2 Escola e trabalho: Trajectórias, atitudes e projectos**

Uma percentagem significativa dos estudantes, mais de 60%, diz não pretender ficar-se pela licenciatura e prosseguir e fazer o doutoramento, sendo que, neste caso, as mulheres se encontram na dianteira (tal como no Inquérito I). A verdade é que esta resposta pode significar, como já se viu, vontade de aprender, ambição e ser uma resposta à cada vez maior exigência e competitividade do mercado de trabalho – a vontade de progredir na carreira e de ter um salário compatível devem ser consideradas, mais do que uma ambição, a evolução natural de qualquer profissional. Mas pode também significar que, para os inquiridos, o doutoramento funcione tão-somente como símbolo de prestígio.

[Quadro 41] *Nível de estudos pretendido, por sexo (% em linha)*

	Licenciatura	Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento	Total
Feminino	9,7	8,1	16,1	66,1	100,0
Masculino	9,9	3,5	24,1	62,4	100,0
Total	9,9	4,9	21,7	63,5	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Assim como ambicionam fazer o doutoramento, cerca de 80% dos estudantes têm também, como objectivo (tal como no Inquérito I), assumir um cargo de direcção, o que pode significar haver uma relação causa-efeito entre estas duas variáveis (doutoramento e cargo de direcção). Poderá entender-se esta pretensão como meio que os estudantes encontram de assumir o almejado cargo de direcção, sendo que esta será uma manifestação de vontade, de determinação e da já referida ambição.

[Quadro 42] *Cargo de direcção, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	68,9	31,1	100,0
Masculino	83,0	17,0	100,0
Total	78,7	21,3	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Quando em confronto com a variável sexo, o desejo de assumir um cargo de direcção é mais vincado nos homens, 83% (tal como no Inquérito I), ficando-se as mulheres pelos

## SER JOVEM EM ANGOLA

68,9%. Esta diferença poderá ser entendida como plasmando uma realidade que é a da desigualdade de oportunidades entre os sexos (embora haja sinais de mudança no Inquérito I). E esta desigualdade de oportunidades acontecerá por via da educação (família) que ainda distingue e penaliza a mobilidade quando se trata do género feminino, uma educação que se faz sentir por via das diferenças das tarefas entre os sexos (que começa no seio familiar) e que se repercute na sociedade. O acesso à escola, ao ensino, à política, são alguns dos constrangimentos que continuam a colocar-se às mulheres, muito devido à reprodução e à domesticidade que se lhes colou à pele - sem esquecer, é claro, os estereótipos -, razão porque ainda se lhes chama “peritas do social”. Mas esta percentagem pode também significar uma avaliação realista das suas possibilidades futuras, o que passa pelas dimensões individuais, pessoais (ter ou não ter dinheiro, ter ou não filhos, ter ou não vontade de fazer, de realizar, de concretizar, são algumas delas), mas também contextuais (as maiores ou menores exigências da entidade patronal, sem esquecer o reconhecimento, ou não, do seu trabalho).

[Quadro 43] *Desejo de viver e trabalhar no estrangeiro (% em coluna)*

Sim	24,2
Não	75,8
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 44] *Desejo de viver e trabalhar no estrangeiro, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	29,0	71,0	100,0
Masculino	20,6	79,4	100,0
Total	24,2	75,8	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Mais de 20% dos inquiridos dizem pretender viver e trabalhar no estrangeiro o que pode ser sinónimo de ambição académica e/ou profissional, mas pode ser igualmente revelador de insatisfação no e pelo seu país de origem, razões que poderão estar associadas às acima enunciadas. À semelhança do Inquérito I, mantém-se a tendência: são as mulheres



quem se mostra mais disponível para encetar uma nova fase nas suas vidas, denotando uma “inesperada” disponibilidade (inesperada, precisamente por causa da sua “condição de mulher”) e mais e maior versatilidade que os homens – mais e maior abertura para enfrentar desafios, eventuais adversidades e também o desconhecido.

### 1.1.1.3 Entre crenças e práticas

São em maior número os inquiridos que dizem não acreditar nos curandeiros, 57,7%. No entanto, entre os “sim” e os “mais ou menos”, há cerca de 40% de inquiridos, sendo da ala feminina que provém a maior percentagem de crentes, 46%. Já a admissão da recorrência aos curandeiros ainda que não mostre grandes diferenças, mostra que são os inquiridos do sexo masculino, 7,9%, aqueles que mais recorreram aos curandeiros, ficando-se as do sexo feminino pelos 6,3% – vergonha ou pudor destas últimas, pode bem ser uma explicação para a (possível) não assumpção da visita ou ida ao curandeiro. E o facto de ser maior a percentagem dos homens que dizem já ter recorrido ao curandeiro, projecta uma sociedade que, no domínio da religião (como se verá adiante) e dos curandeiros, se se quiser, da crença, não discrimina os seus membros.

[Quadro 45] *Crença nos curandeiros (% em linha)*

	Sim	Mais ou menos	Não	Total
Feminino	9,8	36,1	54,1	100,0
Masculino	3,6	36,7	59,7	100,0
Total	5,5	36,5	58,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Dir-se-ia ser, a crença nos curandeiros, um fenómeno surpreendente considerando o universo dos inquiridos – deles, estudantes universitários, esperar-se-ia uma (maior) racionalidade científica e, conseqüentemente, menor ou mesmo inexistência de “crendices”, de crenças no sobrenatural. À semelhança da religião (e repare-se que a percentagem dos que acreditam nos curandeiros é bem menor dos que dizem professar uma religião), a crença

## SER JOVEM EM ANGOLA

nos curandeiros parece coabitar “bem” com a ciência<sup>285</sup>, o que não parece de todo desajustado tendo em atenção o universo da religião e da crença.

[Quadro 46] *Recurso a curandeiros, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Total
Feminino	6,3	93,8	100,0
Masculino	7,9	92,1	100,0
Total	7,4	92,6	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 47] *Três actividades realizadas ao fim-de-semana (% em coluna)*

Estudar	44,8
Festa	18,8
Praia	8,9
Trabalhar	13,0
Voluntariado	14,5
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas ]

[Quadro 48] *Três actividades realizadas ao fim de semana, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Festa	20,5	18,1	18,8
Praia	10,3	8,3	8,9
Trabalhar	11,1	13,8	13,0
Estudar	45,3	44,6	44,8
Voluntariado	12,8	15,2	14,5
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

E se relativamente às actividades de fim-de-semana, o grosso dos inquiridos passa-as a estudar, 44,8% (à semelhança do apurado no Inquérito I), são as mulheres quem mais vai a festas e à praia, e os homens quem mais trabalha, estuda e faz voluntariado. Os resultados desta inventariação de actividades por sexo, pode bem significar que a questão do género não se coloca a estes inquiridos (pelo menos em termos de discriminação nesta área) porque

<sup>285</sup> Não pretendendo “africanizar” ou desenvolver um discurso etnocêntrico, o que se observa, em Angola (e diz-se que um pouco por todo o continente) é esta coabitação, pacífica, entre as dimensões racional e a sobrenatural.

## SER JOVEM EM ANGOLA

as suas famílias serão de estratos social e culturalmente mais favorecidos e/ou que serão as mulheres as mais favorecidas economicamente.

A leitura de jornais, sendo frequente para cerca de 25% dos inquiridos, é-o às vezes para 65,9%, o que é uma média muito significativa, num país em que se paga no mínimo o dobro pelo “valor de capa” dos jornais, quaisquer que sejam, e são os inquiridos do sexo masculino quem mais lê.

[Quadro 49] *Frequência de leitura de jornais (% em coluna)*

Frequentemente	24,4
Às vezes	65,9
Raramente	9,3
Nunca	0,5
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 50] *Frequência de leitura de jornais, por sexo (% em linha)*

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca	Total
Feminino	19,0	69,8	9,5	1,6	100,0
Masculino	26,8	64,1	9,2	,0	100,0
Total	24,4	65,9	9,3	0,5	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 51] *Três géneros literários preferidos (% em coluna)*

Ficção científica	25,3
Policia	7,2
Ensaio	5,5
Romance	18,9
Poesia	17,0
Biografias	16,8
Banda desenhada	9,1
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

No que diz respeito aos géneros literários preferidos, na *pole position* encontramos a ficção científica (25,3%) em qualquer uma das províncias (os inquiridos parecem ter uma apetência particular por um mundo que não o seu), seguindo-se o romance e a poesia (o gosto pelas biografias anda a par da poesia).

## SER JOVEM EM ANGOLA

Relativamente às línguas nacionais faladas pelos inquiridos, estamos em presença de mais falantes de umbundo (língua da região do Huambo), 30%, contra 21,5% das outras línguas.

[Quadro 52] *Línguas nacionais faladas (% em coluna)*

Kimbundo	21,5
Umbundo	29,9
Kikongo	21,5
Fiote/Oyo	21,5
Outra	5,6
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

[Quadro 53] *Línguas nacionais faladas, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Kimbundo	13,5	26,3	21,5
Umbundo	24,3	34,3	29,9
Kikongo	27,0	21,2	21,5
Fiote/Oyo	35,1	18,2	21,5
Total	100	100	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Quando colocadas as variáveis sexo e língua nacional (para além, do português), verifica-se que existe uma grande desproporção entre os falantes de kimbundu e fiote. Enquanto no primeiro caso a percentagem de homens falantes de kimbundu é o dobro do das mulheres, no caso do fiote são elas quem mais fala, quem tem o domínio da língua (é claro que isto poderá ter a ver com a composição sexual na província de Cabinda, cujo registo entre sexos é proporcional).

Este “capítulo” sobre crenças e práticas não poderia terminar sem a alusão à prática do uso do preservativo que dá conta que, à semelhança dos resultados do Inquérito I, são as jovens inquiridas quem mais frequentemente recorre ao uso do preservativo, havendo uma diferença de 7% entre os que afirmam usar sempre o preservativo, o que ainda é uma percentagem considerável.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 54] *Uso de preservativo, por sexo (% em linha)*

	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	Total
Feminino	50,9	35,8	9,4	3,8	100,0
Masculino	43,4	36,4	7,8	12,4	100,0
Total	45,6	36,3	8,2	9,9	100

[Inquérito II, N= 205]

### 5. Entre o ter e o haver

Esta é uma dimensão em que, em um primeiro momento, dir-se-ia poder aferir dos contornos relativos ao materialismo ou pós-materialismo, segundo defende Inglehart nos seus trabalhos, dos inquiridos, isto é, aquilatar em que medida é que as suas escolhas, aquilo que consideram ser prioritário para si, corresponderá, ou não, ao que se consignou chamar bens essenciais (como é o caso da habitação) – no outro extremo, o dos bens supérfluos, estará a casa de praia, o barco. A verdade é que, no concernente ao pós-materialismo, a questão que aqui se coloca e que é relativa às aquisições que constam da lista dos inquiridos, a médio prazo, não traduzem exactamente o “espírito” do que Inglehart entende por pós-materialismo. E parece ser este o momento de se introduzir o debate em torno da conceptualização inglehartiana. Pierre Bréchon (2010b) considera que a tese de Inglehart merece ser revista e esta revisão surge como necessária tendo em atenção que, segundo Bréchon, o materialismo poderá estar de regresso (os valores materialistas). Contrariando a tese de Inglehart que considera enfermar de um “evolucionismo mecanicista” e segundo a qual as necessidades dos indivíduos eram expressão e evoluíam segundo as sociedades (o progresso económico gera(ria) progresso civilizacional) do mesmo modo que os sistemas de valores dos indivíduos se formavam na juventude, Bréchon defende a existência de diferentes contextos, variáveis e indicadores que provam o contrário. Tomando como exemplo o caso francês (a partir do inquérito sobre os valores dos franceses, realizado em 2008), a escala de materialismo segundo a variável idade mostra, por exemplo, que 44% dos jovens entre os 18-29 anos são pouco materialistas, 20% são medianamente materialistas e 37% são muito materialistas, enquanto os com idade compreendida entre os 30 e os 44 anos, 42% são pouco materialistas, 22% medianamente e 36% muito materialistas (Bréchon: id, 111 e seg.), e a conclusão geral é que os que têm menos de 45 anos são mais materialistas do que as gerações mais velhas – o materialismo, aqui, estará associado à maior ou menor estabilidade laboral e financeira o que não parece, de todo, contrariar a tese de Inglehart.

## SER JOVEM EM ANGOLA

No presente caso, pede-se aos inquiridos que assinalem três, de entre as variáveis propostas (a posse de casa, carro, terras/terreno, casa de praia e barco) e, mais do que aferir-se se os seus valores são materialistas ou pós-materialistas, dir-se-á que se poderá avaliar dos recursos financeiros que os inquiridos esperam vir a ter, por um lado, e uma prática mais ou menos consumista, por outro.

[Quadro 55] *Três aquisições a médio prazo (% em coluna)*

Carro	35,8
Terras/terreno	23,7
Casa de praia	3,6
Barco	0,8
Casa	36,0
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

De entre as hipóteses relativas a aquisições a médio prazo, a casa e o carro surgem com valores muito próximos, seguindo-se a aquisição de terras/terreno. A dificuldade de arrendar ou comprar uma casa é um dos problemas com que se debatem os angolanos – a existência de maior procura que oferta inflacionou o mercado imobiliário. Assim, natural é que a sua primeira prioridade vá para a casa, sendo que a aquisição de terras/terrenos vá no mesmo diapasão. No concernente à obtenção de carro, este deixou de ser um luxo (ainda que a marca e o número de carros que se possui possa ser indicador de mais ou menos riqueza, mais ou menos ostentação) para passar a ser uma necessidade, num país que não tem uma oferta de transportes públicos<sup>286</sup> – o pouco ou nada que tem é mau, encontrando-se muito aquém do desejável. Esta lista de aquisições que “corroboram” a dos inquiridos do Inquérito I, o que acentua é a necessidade e a carência de bens que se “encaixam” no universo materialista ingelehartiano, mas a que se deve acrescentar e sublinhar que à definição e conceptualização “materialista”, se deve acrescentar mais um elemento, o contexto. Significa dizer, em última análise, que a operacionalidade dos conceitos exige a sua revisão e actualização, mesmo porque os conceitos não são estanques – e para isso socorremo-nos da sociologia do conhecimento e, nomeadamente, de Merton.

---

<sup>286</sup> O serviço de transportes públicos foi substituído pelos famosos candongueiros que transportam a população, por preços acima do que fariam os transportes públicos. Não havendo alternativas (o comboio que entretanto se encontra novamente a funcionar não tem como dar resposta à procura), foi um negócio que floresceu e que continua a ser a tábua de salvação da população.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 56] *Três aquisições a médio prazo, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Carro	36,3	35,6	35,8
Terras/terreno	21,9	24,5	23,7
Casa de praia	6,2	2,6	3,6
Barco	1,4	,6	0,8
Casa	34,2	36,8	36,0
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas ]

Mas, se as três mais importantes aquisições são semelhantes entre os sexos, já a casa de praia e o barco são aquisições, ainda que não prioritárias, mais importantes as primeiras para as mulheres e os segundos para os homens, e aqui a alusão à “diferença” entre os sexos parece ser clara com “elas” a preferirem o espaço doméstico (ainda que se possa considerar de “lazer” e “eles” um “brinquedo” que simboliza o poder (sobretudo pelo exercício de “manobra” que o envolve).

[Quadro 57] *Três objectivos de vida dos jovens angolanos, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Ter poder	4,8	7,5	6,7
Ser rico	4,1	6,9	6,0
Ser ministro	,0	1,2	0,8
Ser bom profissional	21,1	17,4	18,5
Ser feliz	18,4	17,4	17,7
Ter sucesso	11,6	12,0	11,9
Ter bom emprego	22,4	26,9	25,6
Constituir família	17,7	10,8	12,9
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

O primeiro-grande objectivo de vida dos jovens é ter um bom emprego. Ser bom profissional e ser feliz completam o leque dos objectivos de vida dos inquiridos e, uma vez mais, à semelhança dos resultados do Inquérito I.

O trabalho, a realização profissional surgem como peças-chave no e do futuro dos jovens. Ser feliz é mais uma prédica do que um objectivo de vida, já que a felicidade não é facilmente caracterizável e definível e, muito menos, igual para todos. No entanto e face às

escolhas dos inquiridos, pode aduzir-se que os mesmos entenderão que se tem que cumprir o primeiro quesito para serem felizes: a estabilidade profissional e, concomitantemente, financeira. Cumpridos estes desideratos, poderão encetar novas trajectórias como é o caso da constituição de família.

Contrariamente à ideia-feita de que os jovens aspiram ao poder e à riqueza, os inquiridos mostram-se mais interessados em ter sucesso, o que pode perfeitamente cruzar-se com o seu grande objectivo de vida que se prende com a profissão. “Ter poder” apresenta-se mais importante do que “ser ministro” (o que claramente mostra que os inquiridos sabem que há diferentes formas de ter poder e que as mesmas não passam, necessariamente, pelos cargos políticos – ser ministro é a variável menos valorizada e cujo registo é de 1,2% para os homens e 0% para as mulheres) e o objectivo “ser rico” também é mais valorizado pelos homens com 6,9%, contra 4,1% nas mulheres. Ter um bom emprego, ser um bom profissional e de sucesso, “procura-se!”, poderá bem ser o ditame dos jovens inquiridos, dos jovens estudantes universitários em Angola. No entanto, outros indicadores são apontados quando cruzadas as variáveis “sexo” e “objectivo de vida”: ser bom profissional e constituir família pendem mais para os inquiridos do sexo feminino – e neste capítulo são elas “quem mais ordena!” –, mas o ter bom emprego é mais importante para o masculino. Em qualquer um dos casos, estas “escolhas” vão de encontro ao peso dos papéis nas sociedades e que se reflectem, muito especialmente, na questão do género.

De entre a panóplia de aspectos, de valores, considerados importantes, a família, a religião e a dignidade surgem na dianteira – na contra-mão surge o poder, com “expressivos” 0,4%, antecedido do dinheiro com 6,4%.

Ainda que considerados menos importantes, considerem-se outros aspectos que se por um lado configuram as semelhanças entre os sexos – tal é o caso do “sucesso” e da “solidariedade” –, outros diferenciam-nos. De entre estes últimos destaque, para os homens, para a importância que atribuem ao poder, ao dinheiro, à liberdade e à justiça.

Entre o ter e o haver segue-se que a força do primeiro não radica nos valores materiais e sim na construção do presente de que a formação é o capital mais precioso, Já o haver remete para o futuro, um futuro que radica no presente. Ora, a consequência “natural” do investimento do presente conjuga-se com o verbo haver, no futuro, de que o ter um bom emprego, ser bom profissional serão algumas das previsíveis conquistas. A família e a religião são os pilares de uma formação integral, são os valores cujo esteio se encontra na formação moral e cívica.



A importância da religião para estes inquiridos, que se traduz na sua participação activa em associações religiosas, como se pode ver nos quadros que se seguem e como vimos no Inquérito I, para além de colocar em evidência algumas das mudanças ocorridas em Angola, reflecte igualmente o lugar que a religião tem, hoje, no país. Estabelecendo uma distinção entre identidade confessional e identidade religiosa e o desenvolvimento desta última, Fernandes (in Vala et al: 2003) regista que, em Portugal, a religião continua a ter grande importância. Ocupando um honroso quarto lugar em uma escala (descendente) em que pontuam a família, o trabalho e os amigos e conhecidos, é no entanto entre a juventude onde se encontra o maior número de indivíduos que se declaram não religiosos e/ou ateus. E isto dever-se-á, porventura, ao facto de as crianças, os filhos serem, hoje, educados com uma grande margem de liberdade de que a escolha da confissão religiosa é parte; outra ainda é o facto de não existirem razões “práticas” que justifiquem o apelo ao sagrado, como é o caso da guerra e do pós-guerra, da pobreza, da mendicidade – no ocidente (e um pouco por todo o mundo), o grande apelo à religiosidade e a Deus (qualquer que ele seja) dá-se em momentos de convulsão, de catástrofe, de dor, de que a doença é um exemplo “maior”.

### **1.1.1.4 Participação cívica e atitudes políticas**

A percentagem dos inquiridos membros de associações é de 63,1% (bem mais alta do apurado no Inquérito I que se ficava nos 50% mas, ainda assim, alta), o que mostra a importância atribuída pelos mesmos às instituições e movimentos associativos.

De entre as várias associações apresentadas e no cruzamento das variáveis sexo e membro de associação, os resultados revelam que, com excepção das religiosas onde se encontram mais mulheres, os homens dividem-se entre as juvenis onde são a maioria, as juvenis e religiosas e as de solidariedade – esta última desprovida de participação feminina. Dir-se-ia que as mulheres não são solidárias ou que são menos solidárias do que os homens, pois não se encontram representadas na variável “solidariedade”. O tempo (a sua ausência) alocado à maternidade e à domesticidade das mulheres, pode explicar esta diferença; aliada a esta, a considerar o facto de a religião ser entendida como um dever e, nos tempos que vão correndo, como uma necessidade, um alimento e, conseqüentemente, “arranjar-se” e disponibilizar-se o pouco tempo que se tem para a religião é quase como “fazer a lida da casa”, um imperativo – as associações de solidariedade e as demais acabam por funcionar como “marginais” (quando comparadas com as religiosas) sendo, porventura, as mais jovens de entre as jovens aquelas que se dedicarão às mesmas e ainda as que relativamente à

## SER JOVEM EM ANGOLA

actividade profissional serão só estudantes, o que revela uma disponibilidade, de tempo, que as demais inquiridas não possuirão.

[Quadro 58] *Pertença a associação? (% em coluna)*

Sim	63,1
Não	36,9
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 59] *Tipo de associação de pertença, por sexo (% em linha)*

	Juvenil	Religiosa	Solidariedade	Juvenil e Religiosa	Total
Feminino	12,8	84,6	0,0	2,6	100,0
Masculino	18,8	74,1	2,4	4,7	100,0
Total	16,9	77,4	1,6	4,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 60] *Recenseamento eleitoral (% em coluna)*

Sim	99,4
Não	0,66
Total	100

[Inquérito II, N= 205]

A elevadíssima taxa de recenseados poderá ser sinónimo de consciência cívica, mas também poderá ser expressão de “novidade” para estes jovens que, pela primeira vez iam votar e o voto, para além do seu significado político, social e sociológico, alberga outra dimensão: o de o jovem ter atingido a maioridade, ser considerado adulto, encontrar-se em uma nova situação (de responsabilidade) na qual pode exercer influência e ter poder de decisão (pode ou não votar, só depende dele próprio). Apesar da grande percentagem de votantes, nem todos pensam votar. Á semelhança do Inquérito I, são mais os inquiridos do sexo masculino recenseados (no Inquérito I é o dobro do feminino), mas são elas que se mostram mais interessadas em votar.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 61] *Intenção de voto dos inquiridos (% em coluna)*

Sim	66,3
Não	12,4
Não sei	21,3
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 62] *Intenção de voto dos inquiridos, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Sim	68,9	65,2	66,33
Não	9,8	13,5	12,4
Não sei	21,3	21,3	21,3
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Uma percentagem significativa dos inquiridos disse ter intenção de votar, 66,3%, o que é um registo importante num momento em que, no ocidente, os indivíduos, nomeadamente os jovens, votam cada vez menos. Ainda que com uma pequena diferença, são as mulheres as que se mostram mais empenhadas em votar (como já referido), e a percentagem dos indecisos é idêntica entre os sexos (21,3%). Efeito crise e/ou descrença da política (no mínimo na que se faz actualmente) e/ou dos políticos, a verdade é que a abstenção tem sido a grande vencedora em números escrutínios nos países que integram núcleo.

## 2. O espectro político no mundo juvenil

### 2.1 Não à política?

Das qualidades mais importantes nos políticos, registe-se em primeiro lugar a competência, seguindo-se a responsabilidade, a honestidade em um primoroso terceiro lugar e, de seguida, a transparência. Enquanto a competência, a honestidade e a responsabilidade se destacam junto das inquiridas, para os inquiridos são igualmente a competência, mas seguem-se a transparência e a honestidade.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 63] *As três qualidades mais importantes nos políticos, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Responsável	21,0	18,4	19,2
Competente	22,1	22,7	22,5
Íntegro	4,4	2,4	3,0
Transparência	11,6	22,2	19,0
Coerente	3,3	2,9	3,0
Honesto	22,1	17,4	18,8
Pontualidade	4,4	2,9	3,4
Trabalhador	11,0	11,1	11,1
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

As qualidades de um bom político são, no geral, aquelas que devem presidir à acção de um bom profissional – será que isto significa que um bom político deve, acima de tudo, ser um profissional e que, em última análise, quem deve governar deve primeiramente dar provas de que é um bom profissional?

Interessados em “marcar” a sua posição de que o acto de votar é exemplo, os inquiridos mostram ser/estar sensíveis a um novo modelo de sociedade que dê menos importância à política e aos políticos e que valorize quem estuda e trabalha/e: o profissional(ismo) e o mérito.

[Quadro 64] *Militância político-partidária, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Sim	24,6	27,7	26,7
Não	75,4	72,3	73,3
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 65] *Militância partidária vs fazer carreira política vs conversa sobre política com amigos (% em linha)*

Militância partidária		Sim	Não	Total
Fazer carreira Política	Sim	60,0	40,0	100,0
	Não	23,5	76,5	100,0
	Não sei	22,6	77,4	100,0
Conversa política com amigos	Frequentemente	20,0	80,0	100,0
	Ocasionalmente	29,4	70,6	100,0
	Nunca	16,1	83,9	100,0
	Total	26,9	73,1	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Se considerarmos que “do ponto de vista ideológico-pragmático”, as juventudes têm geralmente em relação aos partidos políticos uma nítida posição de subordinação” (Cruz, 1990: 226), pode avançar-se que para além do descrédito de que a classe política vem sendo alvo em quase todas as geografias, a renúncia à liberdade pode bem ser uma outra razão para a progressiva “não militância” política entretanto substituída por movimentos cívicos e ambientalistas. O desinteresse pela política (e pelo poder) – já presentes no Inquérito I e que dá igualmente conta que a percentagem de inquiridas militantes político-partidárias é inferior à dos inquiridos – é aqui, uma vez mais, visível. No que diz respeito ao quadro que representa a maior ou menor disponibilidade para a política, o cruzamento das variáveis “militância partidária”, “fazer carreira política” e “conversa política com amigos” registam que, de entre os que se dizem não militantes, há 60% que se dizem interessados em fazer carreira política, sendo ainda este o grupo que menos frequentemente conversa sobre política com os amigos, 80%.

[Quadro 66] *Importância atribuída aos princípios para nortear o futuro de Angola (% de Muita Importância) (% em coluna)*

Democracia	48,2
Capitalismo	23,5
Socialismo	7,2
Liberalismo	14,3
Comunismo	6,8
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

[Quadro 67] *Importância atribuída aos princípios para nortear o futuro de Angola (% de Muita Importância, por sexo) (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Democracia	36,0	54,5	48,2
Capitalismo	19,8	25,5	23,5
Socialismo	16,3	2,4	7,2
Liberalismo	17,4	12,7	14,3
Comunismo	10,5	4,8	6,8
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Se a democracia e o socialismo se apresentam como os dois princípios que devem nortear o futuro de Angola, sobretudo o primeiro, quando comparados os sexos, os restantes princípios são considerados mais importantes para as jovens inquiridas do que para os jovens inquiridos. Esta maior simpatia das jovens inquiridas pode explicar-se pela associação que é feita do socialismo, do comunismo e do liberalismo (sobretudo os dois primeiros) às questões relativas ao social, ao bem-estar comum.

## 7. A sociedade angolana: dos problemas às soluções

Em um país com problemas de várias ordens, interessa aferir o que pensam os jovens estudantes universitários dos mesmos e, nesta ordem de ideias, avançar com possíveis soluções. Afinal, os jovens são tidos como “uma razão de ser” (um dos slogans do Ministério da Juventude e Desportos) e também como sendo aqueles cuja “energia e dinamismo deverão ser canalizados para acções construtivas e que dêem continuidade aos esforços daqueles que os antecederam, no sentido de criar melhores condições de vida para as nossas populações”, palavras do presidente da República de Angola, em Abril de 2011<sup>287</sup>.

São três, os problemas que se destacam e que, segundo os inquiridos, mais afectam Angola, a saber: a corrupção, a pobreza e a má governação.

Racismo, violência doméstica e má nutrição são os três principais problemas identificados pelas inquiridas, enquanto os inquiridos identificam a má governação, a corrupção e a pobreza, como sendo os três principais problemas que afectam Angola. Esta

<sup>287</sup> Declaração dirigida à juventude do seu país, pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, no âmbito das comemorações do Dia da Juventude Angolana, que se comemora a 14 de Abril.

## SER JOVEM EM ANGOLA

diferença na identificação dos problemas, muito particularmente no caso das inquiridas, terá uma explicação que se prende de forma directa com a problemática do género, com a percepção que, no caso das inquiridas, as mesmas terão das situações e dos problemas precisamente por, de uma forma mais ou menos directa, os viverem. Relativamente ao racismo, é “voz corrente” serem os indivíduos e porventura muito particularmente as mulheres discriminadas em função da cor da pele<sup>288</sup> no tocante ao acesso ao emprego, sobretudo no respeitante às empresas privadas e aos bancos – quanto mais clara for a sua tez, mais possibilidades de ser recrutada terá a candidata. Já a violência doméstica e a má nutrição, são problemas “oficialmente” identificados. Enquanto no primeiro o governo angolano tem na forja a criação e aprovação de uma lei contra a violência doméstica, no segundo caso a organização do sistema de saúde e o combate à mortalidade materno-infantil, às doenças endémicas como a malária e o paludismo ou ainda a poliomielite e a cólera, o acesso à água potável e o combate à pobreza, a organização dos serviços de saúde que passa pela construção de mais hospitais e centros de saúde de norte a sul do país, se são exemplos do que se vem fazendo são também do muito que falta fazer. Assim sendo, não será de estranhar que os Ministérios considerados mais importantes se encontrem centrados no social.

[Quadro68] *Os três problemas sociais que mais afectam Angola, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Pobreza	19,9	23,2	22,3
Corrupção	21,1	24,9	23,9
Racismo	1,2	,2	0,5
Egoísmo	1,9	4,4	3,7
Violência Doméstica	8,7	2,4	4,2
Má Nutrição	5,6	1,7	2,8
Criminalidade/Violência	11,2	5,6	7,1
Promiscuidade	,6	1,7	1,4
Incompetência	,6	3,4	2,6
Falta de Quadros	3,7	4,4	4,2
Má Governação	13,7	19,4	17,8
Analfabetismo	11,8	8,7	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205%; % calculadas sobre o nº de respostas]

<sup>288</sup> Também no Inquérito I as inquiridas mostram-se “mais sensíveis” ao problema do racismo, 2,4%, do que os inquiridos, 0,4%.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 69] *Os três Ministérios mais importantes, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Turismo	1,6	0,5	0,8
Construção/Habitação	6,6	4,3	5,0
Educação/Ensino	29,7	30,0	29,9
Economia	4,9	8,7	7,6
Petróleos	3,3	2,7	2,9
Saúde	29,1	30,7	30,2
Justiça	6,6	8,5	7,9
Juventude	0,5	0,7	0,7
Cultura	2,2	1,4	1,7
Transportes	0,5	0,5	0,5
Mulher	0,5	0,2	0,3
Finanças	6,0	5,8	5,9
Ciência e Tecnologia	8,2	6,0	6,7
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205%; % calculadas sobre o n° de respostas]

E os Ministérios considerados mais importantes pelos inquiridos são o da Educação/Ensino, Saúde, Justiça e Ciência e Tecnologia, não havendo diferenças significativas entre os sexos. Tendo em atenção os elevados valores das casas, uma procura desmesurada face à oferta e o facto de a casa fazer parte do rol das suas aquisições a médio prazo, curiosamente ou não, o Ministério da Construção/Habitação não regista valores particularmente altos (uma média de 5%). E tão-pouco os inquiridos consideram ser o Ministério da Economia e o das Finanças centrais ou um dos centrais para o desenvolvimento do seu país – lembre-se que os inquiridos são estudantes de Economia. Ora isto poderá querer significar que o desenvolvimento de Angola depende do investimento que for feito e que deve ser criterioso: investir no capital humano é a grande aposta e este investimento passa, necessariamente, pela educação/ensino (que integra a ciência e tecnologia), pela saúde e pela justiça.



## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 70] *As três áreas mais importantes para o desenvolvimento de Angola, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Políticas de Desenvolvimento	17,2	22,6	21,0
Saneamento Básico/Lixo	28,7	22,3	24,1
Energia	18,5	16,0	16,7
Água	20,4	19,0	19,4
Política de Quadros	8,9	12,0	11,2
Ordenamento do Território	6,4	8,0	7,6
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Se todas constituem áreas importantes para o desenvolvimento de Angola, sobretudo se se considerar que é um país em (re)construção, umas haverá mais importantes do que outras. Assim sendo, a ordem, segundo os inquiridos, é a seguinte: o saneamento básico/lixo, a água, as políticas de desenvolvimento, a energia, a política de quadros e o ordenamento do território (estes dois últimos no mesmo patamar para os inquiridos de Cabinda). Entretanto, são as inquiridas que atribuem maior importância ao saneamento básico/lixo, seguindo-se a água e a energia. Os inquiridos colocam as políticas de desenvolvimento no mesmo patamar que o saneamento básico/lixo, seguindo-se igualmente a água e a energia.

[Quadro 71] *As três qualidades mais importantes num bom profissional, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Íntegro	4,3	2,2	2,8
Pontual	13,0	11,9	12,2
Honesto	21,2	16,7	18,1
Competente	22,3	25,4	24,5
Responsável	19,0	18,4	18,6
Trabalhador	12,0	14,3	13,6
Coerente	3,3	1,7	2,2
Transparente	4,9	9,4	8,0
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Um bom profissional é aquele que é competente, honesto, responsável e trabalhador. Se comparados os dois quadros (políticos vs profissionais), pode aferir-se que um bom

político é um bom profissional. O facto de os inquiridos não atribuírem importância à dimensão política e se mostrarem preocupados com a (sua) realização profissional, sugere que o rumo que Angola deve seguir estará na aposta na educação, na formação, nos recursos humanos, como se pode depreender das percentagens atribuídas à competência. O facto de a competência ser o valor mais apreciado nos políticos e profissionais serve também como chamada de atenção para a importância da “profissionalização” dos políticos.

Ser trabalhador, transparente e competente, são as qualidades eleitas pelos jovens inquiridos; já as jovens inquiridas elegem a integridade, coerência e honestidade.

[Quadro 72] *Para considerar-se justa, o que é que uma sociedade deve providenciar (apenas respostas para ‘Muito importante’), por sexo (% em linha)*

	Feminino	Masculino	Total
Eliminar desigualdades	19,2	19,5	19,4
Garantir necessidades	33,7	33,2	33,3
Reconhecer mérito	12,5	15,5	14,5
Oportunidade aos jovens	34,6	31,8	32,7
Total	100	100	100

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Para que uma sociedade possa ser considerada justa deve, pela ordem que se segue, garantir as necessidades dos cidadãos (33,3%), dar oportunidade aos jovens (32,7%), eliminar as desigualdades (19,4%), e reconhecer o mérito (14,5%).

Destes resultados, destaque-se que o mérito (o seu reconhecimento) sendo o valor considerado menos importante pelos inquiridos tem, ainda assim, maior peso para os inquiridos do sexo masculino; já para as mulheres, é a oportunidade aos jovens o valor que se destaca quando comparado com os homens.

### 3. Jovens ao espelho

#### 3.1 – Os jovens vistos por si próprios

O olhar, as opiniões, as ideias (pré-concebidas ou não) que os adultos, mormente por via do senso comum, fazem e têm relativamente aos jovens não corresponde, necessariamente, à percepção e a visão dos jovens sobre si próprios. Alguns estudos feitos sobre esta matéria têm permitido um novo olhar no concernente à discrepância “entre a forma como os

## SER JOVEM EM ANGOLA

sociólogos concebem a entrada na idade adulta e as concepções dos jovens sobre esse mesmo processo” (Alves: 2007, 46), sendo que para os jovens não é a idade que determina o ser ou tornar-se adulto, mas sim a capacidade de tomar decisões, de serem autónomos – em uma breve palavra, trata-se de ser responsável.

[Quadro 73] *As três principais características da juventude (% em coluna)*

Irreverência	4,5
Irresponsabilidade	13,9
Imaturidade	11,9
Criatividade	22,1
Promiscuidade	5,0
Tenacidade	2,5
Laboriosidade	19,6
Impaciência	10,7
Solidária	9,8
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

A representação que os jovens fazem e têm de si, enquanto categoria, é, *grosso modo*, positiva, lisonjeira, ressaltando a criatividade e o trabalho como características de primeiro plano, não havendo neste item diferenças entre os sexos. Por outro lado, a representação que os inquiridos fazem dos jovens poderá ser entendida como reflexo das suas vidas que, no caso angolano, parece apelar, constantemente, a estas duas características, num quadro que cruza a luta pela sobrevivência e a felicidade. Neste capítulo, o ser “insider” nem que seja por algum tempo, é uma mais-valia por se poder “ver”, *in loco*, a capacidade de dar à volta às contrariedades, às desditas, de dar uma resposta que seja a contento de todas as partes envolvidas. Num país e muito particularmente numa cidade como Luanda em que a “oferta de serviços” é muita e diversificada (de vendedores e lavadores de carros “ambulantes”, aos jovens que literalmente carregam quem queira atravessar uma poça de água [chamar poça de água é um eufemismo!], àqueles que emprestam botas com o mesmo objectivo ou ainda quem improvise caminhos pelo qual se passa a troco de uma quantia) a criatividade e a imaginação parecem integrar, de facto, o mínimo denominador comum das características da juventude em Angola. Mas ela é também, segundo os inquiridos, irresponsável e imatura e estas características deverão ter uma relação directa com os problemas que os mesmos inquiridos dizem ser aqueles com que se debate a juventude, tais como o consumo excessivo de álcool, a droga e a delinquência.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 74] *Os três problemas que mais afectam os jovens (% em coluna)*

Droga	11,0
HIV	9,0
Desemprego	30,0
Habitação	5,9
Educação	7,1
Salarial	1,4
Prostituição	6,2
Álcool	15,2
Delinquência	12,1
Valores	2,1
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Os inquiridos entendem que o desemprego é o problema que mais afecta os jovens – talvez isso explique o valor, a importância que atribuem a arranjar um bom emprego. O álcool, a delinquência e a droga são igualmente identificados como sendo os grandes problemas com que se confrontam os jovens – o salário, 1,4%, e os valores, 2,1%, são o que menos os preocupa.

Algumas das razões apontadas por alguns políticos, psicólogos e sociólogos em Angola e que explicarão os elevados índices de delinquência e de consumo excessivo de álcool e de drogas prendem-se com ainda com as consequências da guerra, por um lado, e a falta de emprego e a inexistência de espaços de lazer, por outro. No que diz respeito ao desemprego, este dever-se-á a factores vários de que o demográfico será, certamente, um mais a considerar (relembre-se que os jovens [e sobretudo se contarmos com os adolescentes] representam mais de metade da população angolana). É claro que o facto de o sector produtivo, em Angola, se centrar fundamentalmente nos serviços (a par da extracção de crude e minérios) – o sector industrial é quase inexistente e a agricultura também padece de idêntico mal) – explicará este *déficit* que os jovens elegem e reclamam como se encontrando, aí, a raiz dos seus males.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 75] *Os três principais objectivos de vida dos jovens angolanos, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Ter poder	4,8	7,5	6,7
Ser rico	4,1	6,9	6,0
Ser ministro	0,0	1,2	0,8
Ser bom profissional	21,1	17,4	18,5
Ser feliz	18,4	17,4	17,7
Ter sucesso	11,6	12,0	11,9
Ter bom emprego	22,4	26,9	25,6
Constituir família	17,7	10,8	12,9
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas; ]

Não será de estranhar que, à luz do Inquérito I, os resultados deste sejam semelhantes no que diz respeito aos objectivos de vida dos jovens – ter um bom emprego, ser bom profissional e ser feliz. Mas há diferenças no respeitante aos sexos – elas valorizam bem mais a constituição de família (17,7% contra 10,8%), e o ser um bom profissional (21,1% contra 17,4%), e eles o ter um bom emprego (26,9% contra 22,4%), o (ter) poder (6,9% contra 4,1%) e o ser rico (6,9% contra 4,1%).

Estes resultados inferem que a grande preocupação dos jovens é o trabalho, a par da família, seguindo-se a religião que surge como sustentáculo das dificuldades com que esta categoria se confronta, o que talvez explique o facto de, para os inquiridos, o futuro dos jovens não se apresentar promissor. E talvez também por isso os inquiridos não se mostrem muito receptivos a darem a vida pelo seu país e definam como objectivo primeiro ter um bom emprego, seguindo-se o ser um bom profissional e, em terceiro lugar, serem felizes.

Quando questionados se, em caso de guerra, estariam dispostos a lutar pelo seu país, os resultados são os seguintes:

[Quadro 76] *Disposição para lutar pelo país em caso de guerra (% em coluna)*

Sim	32,7
Não	21,6
Não sei	45,7
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 77] *Disposição para lutar pelo país em caso de guerra, por sexo (% em linha)*

	Sim	Não	Não sei	Total
Feminino	39,0	13,6	47,5	100,0
Masculino	30,0	25,0	45,0	100,0
Total	32,7	21,6	45,7	100,0

[Inquérito II, N= 205]

São em maior percentagem os inquiridos que dizem não saber se estariam dispostos a lutar pelo seu país, 45,7%, que os que respondem afirmativamente que “sim, estão dispostos a lutar pelo país”, 32,7%. No capítulo ir para a guerra e lutar pelo seu país, a resposta relativa à disposição de lutar pelo país em caso de guerra é, ainda assim, bem mais tranquilizadora para o poder político, pois que já poderiam contar com 32,7% de voluntários, de que se destacam 39% de mulheres contra 30% de homens o que é verdadeiramente um facto que merece ser assinalado – uma vez mais, as mulheres mostram-se mais aguerridas que os homens.

Esta variável, “lutar pelo país”, quando cruzada com outras, na pergunta relativa aos motivos para sacrifícios, apresenta os seguintes resultados:

[Quadro 78] *Os três principais motivos para os sacrifícios, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Risco de vida	27,0	28,2	27,9
A minha Família	22,4	22,2	22,3
O meu País	3,6	6,5	5,6
Justiça	6,6	6,7	6,7
Liberdade	6,1	6,3	6,2
Crença Religiosa	11,7	10,2	10,7
Paz	8,7	6,5	7,2
Salvar a vida de outra pessoa	12,2	10,6	11,1
Não sei	1,5	2,8	2,4
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Risco de vida, 27,9%, e família, 22,3%, constituem os valores mais importantes, para os inquiridos, e pelos quais sacrificariam as suas vidas. Mas os jovens inquiridos também se mostram altruístas porquanto dispostos a salvarem a vida de outra pessoa. Dar a vida pelo país, 5,6%, é a variável que se encontra em penúltimo, o que poderá significar falta de patriotismo (para alguns) mas pode significar, também, que a guerra ficou para trás e que é necessário apostar na paz. Mas pode significar ainda que existe uma insatisfação

generalizada com o rumo que o país adoptou, razão por que poucos são aqueles que estarão dispostos a dar a (sua) vida pelo país.

Quando se confrontam os sexos, verifica-se que eles se mostram mais dispostos a dar a vida pelo país e elas por outra pessoa.

#### **4. Valores da modernidade? Passado, presente e futuro em confronto**

Por valores da modernidade se deverá entender não somente os valores do presente que impregnam o que se convencionou chamar modernidade e alguns a reclamarão já como pós-modernidade. Qualquer que seja esta modernidade, é um facto que a ideia de ser ou estar moderno, de modernidade enfim, está associada ao presente, mas um presente cuja performance está assente em uma dinâmica própria em que a interconexão entre os dois extremos da extensionalidade e da intencionalidade, isto é, das influências globalizantes e das disposições pessoais no quadro de uma ordem pós-tradicional em que o conhecimento radica na dúvida radical e assume a forma de hipóteses (Giddens: 1991, 2-3; 1994). E como o presente é efémero, é um momento que se poderá chamar estado de transição entre o passado e o futuro, um presente que pode ser mais ou menos longo, mais ou menos dilatado, será pois compreensível que por via do presente se avalie o passado e alcandore o futuro. É neste âmbito que se entendeu dever começar, neste ponto, com uma pergunta que congrega o passado (entendido como sendo o inquirido), o presente (a criança referida na questão) e o futuro, que mais não é do que a projecção consubstanciada nas respostas.

À pergunta relativa à importância dos valores (referidos como qualidades) a serem veiculados, em casa, às crianças, as respostas revelam uma (talvez) incómoda presença do passado. Senão, vejamos:

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 79] *Três qualidades que as crianças devem aprender em casa - apenas as respostas para 'Muito Importante', por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Trabalho	10,3	12,7	11,9
Responsabilidade	13,8	12,2	12,7
Imaginação	4,2	5,0	4,7
Tolerância e Respeito	16,0	13,8	14,5
Fé religiosa	15,4	14,5	14,8
Solidariedade	9,3	11,4	10,7
Determinação	6,7	6,9	6,8
Perseverança	8,3	6,7	7,2
Obediência	16,0	16,9	16,6
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Destaque-se que a variável obediência é a qualidade eleita como primeira a ser ensinada às crianças. E o que é a obediência senão um valor normalmente associado às crianças (as crianças devem ser obedientes e fazerem o que se lhes diz!<sup>289</sup>) e que compreende outros tantos, como sejam o respeito (muito particularmente pelos mais velhos), a religiosidade (a obediência é um dos princípios que enformam as religiões), mas que também veiculará a não reflexão, o comodismo, sinónimo de um espírito acrítico. Quando considerada a variável sexo, as qualidades têm uma outra distribuição: para as jovens inquiridas a primeira qualidade é a tolerância e o respeito no mesmo patamar que a obediência (16%), seguindo-se a fé religiosa, 15,4%, e a responsabilidade, 13,8%. Esfumada a obediência neste cruzamento, ressaltam (as) qualidades que parecem bem mais consentâneas com o presente e que deixam e dão margem de manobra às crianças para e na construção das suas identidades. Quanto aos inquiridos, estes defendem ser a obediência, 16,9%, seguida da fé religiosa, 14,5% e a tolerância e o respeito com 13,8%, os valores que deverão ser convocados para e na aprendizagem das crianças, demonstrando um registo de menor abertura e flexibilidade que as inquiridas.

<sup>289</sup> Quem não conhece as velhas respostas, “porque é assim”, “porque eu digo” que sentenciam os porquês das crianças?



#### 4.1 Que semente de futuro está contida nestes inquiridos?

A obediência, para além de ser um dos valores maiores de diferentes religiões e igrejas (consubstancia os dogmas que as enformam), é reveladora de conformismo social de que se depreenderá que a ordem social é inquestionável. O trabalho de 1988 de Alwin (Singly: 2006) dá conta que, nos EUA (inquérito realizado em Middletown), entre 1974 e 1978, houve profundas transformações no que diz respeito à concepção da criança e da sua educação. Um exemplo ilustrativo é no capítulo da obediência (estrita), que passou dos 64,4% de importância atribuída pelas mães em 1974, para os 16,8% em 1978<sup>290</sup>. Sendo um valor, uma qualidade importante em 1974, a mesma diferia segundo as classes sociais – as classes populares atribuíam mais importância do que as superiores, situação que se mantém em 1978. Entre a tese de Melvin Kohn que defende serem as classes populares e mais especificamente a operária tendencialmente propensa para o autoritarismo e os dados de Alwin, fica uma panóplia de leituras, de explicações, sendo que uma delas diz respeito à posse de recursos culturais e materiais por parte das classes superiores, o que explicará a sua maior “disponibilidade” para a autonomia das crianças (Id.).

O trabalho de Sá e Reto (2002), sobre o estado da opinião em Portugal, dá conta que todos os grupos maioritários se apresentam conformistas e os minoritários, onde se enquadram os jovens até aos 30 anos, apresentam-se mais autónomos. São estes os mais escolarizados, os que se apresentam como não católicos, de estratos mais elevados e residentes nos grandes centros urbanos<sup>291</sup>.

Obediência, tolerância e respeito, a fé religiosa seguindo-se a responsabilidade e o trabalho, é por esta ordem de importância que as matrizes da socialização das crianças configuram e alavancam a sociedade angolana no futuro. Uma sociedade pouco imaginativa, sem espaço para o imprevisto e a criatividade, uma sociedade amorfa em e onde tudo está regulado e previsto. A obediência, uma qualidade e característica “tradicionalmente” associada às crianças que Durkheim trata na “sua educação moral”, poderá explicar a importância atribuída pelos inquiridos, interpretação a que se associará o peso das igrejas em Angola que o número de inquiridos a elas ligados confirma, sem esquecer o modelo de sociedade vigente em Angola até 1992 (a actual Constituição, de 2010, com a concentração

---

<sup>290</sup> Para além da obediência, registe-se a perda de interesse relativamente ao patriotismo e às boas maneiras. Em situação inversa estão a independência, a tolerância, a atenção aos problemas sociais.

<sup>291</sup> Para alterar este estado de coisas, os autores sugerem que “a educação em novos valores, mais do que a simples escolaridade” seja a estratégia a adoptar – uma estratégia que privilegia a iniciativa (Sá et al: id, 136).

## SER JOVEM EM ANGOLA

de poderes no Presidente da República, cauciona de alguma forma o sistema monopartidário) onde o sistema de partido único e respectiva doutrinação, imperavam.

[Quadro 80] *As três disciplinas mais importantes no ensino básico, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Religião e Moral	23,7	18,2	19,9
Línguas nacionais	24,3	26,2	25,6
História de África	17,3	15,1	15,8
Educação Cívica	17,3	9,2	11,7
Informática	12,7	21,5	18,8
Inglês	4,6	9,7	8,2
Total	100	100	100

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas ]

A aprendizagem das línguas nacionais surge como guardião do templo das disciplinas consideradas mais importantes – o Inquérito I dá conta do mesmo. O facto de se dar prioridade às línguas nacionais, 25,6%, também pode ter a ver com o facto de os inquiridos não terem a real percepção da importância e necessidade do domínio de disciplinas como o Inglês e a Informática em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, mas pode ser igualmente resultado da situação de marginalidade das línguas nacionais.

A leitura deste quadro sugere que essas opções se devem à maior ou menor percepção que os inquiridos terão da relação oferta/procura das disciplinas mencionadas bem assim à relativa à importância e necessidade das referidas disciplinas no contexto da sua formação. É, também, um elemento que permite aferir sobre o “estado da política educativa no país”, isto é, das carências do sistema. Por outro lado, destaca uma vez mais a “sensibilidade feminina” para as questões sociais, porquanto são elas que mais valorizam a educação cívica (17,3% contra 9,2%) e a religião e moral (23,7% contra 18,2%), enquanto eles valorizam as demais disciplinas constantes do cardápio (apresentado).

## 5. Julgamentos morais

### 5.1 Entre o bem e o mal, o certo e o errado

Por julgamentos morais se deverá entender o “julgamento” cujas balizas “ditam” o que é certo e errado no capítulo das acções, dos comportamentos.

No presente caso, estamos perante a esfera legal (roubo), a normativa (mulher e homem casados terem um caso) e ainda perante atributos pessoais (mentir no seu próprio interesse)<sup>292</sup>. Dado um conjunto de variáveis relativas a comportamentos sempre, pouco ou nunca justificados, os resultados são os que se seguem.

[Quadro 81] *Três comportamentos sempre justificados, nunca justificados ou pouco justificados (apenas as respostas para ‘Sempre Justificado’) (% em coluna)*

Mentir no seu próprio interesse	17,6
Mulher/homem casados, terem um caso	2,3
Aceitar suborno	6,5
Abortar	11,6
Eutanásia	5,2
Suicídio	7,8
Ter sexo casual	7,7
Prostituição	11,2
Assassínio	8,2
Roubar	10,2
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Mentir no seu próprio interesse é a variável que se destaca, seguindo-se o roubo com valores muito próximos. Mas, voltemos à mentira. Mentir no seu próprio interesse é a variável que assume, aqui, lugar cimeiro. Pode ser efeito de idade (a mentira como álibi, como refúgio para as crianças e também adolescentes, o que não será o caso destes jovens cuja média de idades é de 23 anos). A “verdade” é que a mentira parece surgir como antídoto de “sobrevivência”, como expediente de eleição para 17,6% dos inquiridos. Salvaguardadas as variáveis que configuram e em que se inscrevem a mentira e a honestidade, se confrontada a importância atribuída a estas variáveis, com a honestidade nos políticos e profissionais na ordem dos 19%, verifica-se não haver diferenças entre as

<sup>292</sup> V. o trabalho de Pedro M. Ferreira (in Vala et al: 2003).

mesmas. Se em termos de importância a honestidade é o quarto valor num político e o segundo num profissional, restará dizer-se que, neste caso, o peso da relação entre a mentira e a honestidade traduz-se em que esta mais parece ser uma resposta em que o inquirido não vestiu as vestes de um profissional e sim mais próxima do político – se ser político não é uma actividade e uma posição valorizada pelos inquiridos, a mentira ainda que objecto de escolha preferencial pelos inquiridos pode significar não mais do que um expediente, uma saída que deverá ser entendida contextualmente.

Segue-se a variável mulher/homem casados terem um caso com 12,6%, a prostituição com 11,2% e o aborto com 11,6%. Se, por um lado, se pode inferir uma acentuada valorização da liberdade individual (e estão aí a relação entre homem/mulher casados, a prostituição<sup>293</sup> – esta última que teve o seu ocaso com a independência e “renasce” na década de 90 do século passado, na esteira das mudanças que ocorreram de que o multipartidarismo e o capitalismo são os expoentes máximos cujas sequelas de que a pobreza é filha, fazem despoletar uma série de males e pragas sociais, de que a prostituição é parte – e o aborto para o ilustrarem), por outro estes “valores” podem ser (mera) expressão da sociedade.

De realçar que a corrupção de que tanto se fala como sendo um dos grandes males da sociedade angolana e aqui expressa através da variável suborno, ser uma prática com pouca aceitação. Já a eutanásia é o comportamento menos justificável (somente justificável para 5,2%) e o suicídio, uma prática que não sendo das mais valorizadas (7,2%), apresenta no terreno, entenda-se em Angola, registos preocupantes muito particularmente nas províncias da Lunda Norte e Sul.

Deste “kit de comportamentos” pode sempre avançar-se para algumas considerações: que se estará perante sociedades mais ou menos abertas, mais ou menos permissivas, cujo grau de tolerância e de respeito ronda os 14,5%, se considerarmos o grau de importância atribuído às variáveis tolerância e respeito e que é relativa à pergunta sobre as qualidades que devem ser transmitidas às crianças.

---

<sup>293</sup> A referência à prostituição como expressão de liberdade, mais propriamente da liberdade individual, sendo polémica, faz no entanto sentido se considerada a extensa literatura sobre o tema e, o que aqui se faz, é não descurar nenhuma das teses – das que defendem que a prostituição surge como necessidade às que a entendem como uma escolha (quando considerado que o contexto oferece outras soluções).

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 82] *Comportamentos sempre justificados, nunca justificados, ou pouco justificados (apenas as respostas para 'Sempre Justificado', por sexo) (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Mentir seu próprio interesse	14,2	19,8	18,1
Mulher/homem casados, terem um caso	11,3	12,1	11,9
Aceitar suborn	6,6	6,5	6,5
Abortar	12,3	11,3	11,6
Eutanásia	5,7	6,1	5,9
Suicídio	8,5	7,3	7,6
Ter sexo casual	2,8	11,3	8,8
Prostituição	14,2	9,7	11,0
Assassínio	10,4	6,9	7,9
Roubar	14,2	8,9	10,5
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas; ]

O mais interessante no quadro relativo aos comportamentos, é o modo como os inquiridos se posicionam quando considerado o género. Mentir no seu próprio interesse (19,8% dos inquiridos do sexo masculino contra 14,2% das inquiridas do feminino) e o sexo casual (11,3% dos homens contra 2,8% das mulheres) são dois dos comportamentos em que eles “vêm” ou têm uma perspectiva bem mais positiva que elas. Quanto às jovens inquiridas, “revêm-se” particularmente na prostituição (mais 4,5% do que eles), no roubo (mais 5,3%) e no assassinio (mais 3,5%). A este se pode considerar um resultado inesperado porque delas se espera, normalmente, “contenção”, reserva, enfim, o serem “femininas” (e não propriamente feministas) –, naturalmente segundo o modelo que lhes foi “colocado à disposição”. Ora estas inquiridas subvertem este modelo e uma percentagem ainda significativa mostra-se compreensiva, tolerante para com comportamentos “normalmente” considerados desviantes e, por conseguinte, inaceitáveis, tais como o assassinio, o roubo ou a prostituição. Se relativamente ao primeiro caso, a prostituição, a explicação para a “adesão” da “ala feminina” explicar-se-á pelo género e pela maior sensibilidade e compreensão para com as vítimas que são, no caso de Angola, não exclusivamente mas maioritariamente do sexo feminino e (muito) jovens, o roubo entendido como expressão de necessidade (tal como a prostituição), já o assassinio poderá ser explicado precisamente se vistas as inquiridas como e enquanto “peritas do social”.

E a propósito de permissividade e tolerância, atente-se que 10,5% dos inquiridos pensa que o roubo é sempre justificado. Mas o roubo, tendo em atenção o conjunto de outras variáveis, apresenta um outro (novo) registo, como se pode ver de seguida.

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 83] *Roubar comida, numa loja, deve ser perdoado se o ladrão é jovem, por sexo*  
(% em linha)

	Sempre	Às vezes	Nunca	Total
Feminino	1,7	31,0	67,2	100,0
Masculino	3,0	33,3	63,7	100,0
Total	2,6	32,6	64,8	100,0

[Inquérito II, N= 205]

O roubo nunca deve ser perdoado, mesmo quando o ladrão é jovem, para 64,8% dos inquiridos, mas quando o ladrão é pobre, 21,8% consideram deverem ser sempre perdoados e 50,3% consideram deverem ser perdoados “às vezes” e a fasquia baixa para 27,9% para os defensores do “nunca”. Quando mutilados, o perdão ganha outra feição e os inquiridos mostram-se um pouco mais compassivos – aqueles que defendem que mesmo enquanto mutilados estes nunca devem ser perdoados, correspondem a 21,8% dos inquiridos.

Entre jovens, pobres e mutilados, a tolerância zero vai para os jovens!

[Quadro 84] *Roubar comida, numa loja, deve ser perdoado se o ladrão é pobre, por sexo*  
(% em linha)

	Sempre	Às vezes	Nunca	Total
Feminino	25,4	44,1	30,5	100,0
Masculino	20,3	52,9	26,8	100,0
Total	21,8	50,3	27,9	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 85] *Roubar comida, numa loja, deve ser perdoado se o ladrão é mutilado, por sexo*  
(% em linha)

	Sempre	Às vezes	Nunca	Total
Feminino	29,5	49,2	21,3	100,0
Masculino	23,5	54,4	22,1	100,0
Total	25,4	52,8	21,8	100,0

[Inquérito II, N= 205]

E porque a modernidade coabita com fenómenos e (os) medos tais como o da eutanásia ou o HIV-SIDA, registe-se o que pensam os inquiridos sobre a vizinhança que não desejariam ter.

[Quadro 86] *Quais não gostaria de ter como vizinhos, de entre estes grupos, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Prostitutas/os	23,0	22,2	22,4
Drogados	31,9	27,7	28,7
Homossexuais	8,0	16,4	14,3
Criminosos	32,7	27,7	28,9
Seropositivos	0,9	2,6	2,2
Mutilados	0,0	,9	0,7
Pobres	3,5	2,6	2,8
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Drogados e criminosos estão na linha da frente no que diz respeito à má vizinhança, com cerca de 29%, sendo os mutilados (0,7%) e os seropositivos (2,2%), aqueles cuja presença é melhor ou integralmente aceite. Parece estar-se, pois, perante jovens informados e sensíveis a questões tais como o HIV-SIDA, muito particularmente os inquiridos do sexo masculino.

## 6. Critérios de identidade

### 6.1 Social: entre a apatia e a solidariedade

Por critérios de identidade social deverá entender-se, por um lado, como sendo o grau de confiança dos inquiridos com relação a terceiros e, por outro, que relação terá esse grau de confiança com a avaliação que os inquiridos fazem do papel dos indivíduos na sociedade.

A confiança em terceiros pode bem ser um indicador que permite avaliar o grau de coesão de uma sociedade. Em África, é comum dizer-se que a solidariedade é um dos pilares das sociedades africanas, representação exportada e que encabeça a moldura do continente e dos africanos. No entanto, é mister dizer-se que se (é que) no passado assim foi, a África e os africanos de hoje não serão os mesmos, mesmo porque a conjuntura é outra. Quer isto dizer que, para o bem e para o mal, o continente e os africanos não pararam no tempo.

No caso de Angola e mais especificamente de Luanda, veja-se que a província (de Luanda) passou de meio milhão de habitantes em 1974/5, para os actuais 5 a 7 milhões<sup>294</sup>, sendo que a razão primeira avançada para explicar para este aumento vertiginoso se prende com a guerra. Ora, este “efeito colateral” da guerra arrastou consigo novas formas de estar e de ser, novas práticas, novos comportamentos (sem esquecer os inputs ideológicos e os novos modelos societários), de entre os quais se destacará a relação com o outro de que tem sobressaído, nos últimos anos, o egoísmo e o individualismo. São estes últimos que poderão explicar a maior ou menor confiança entre os angolanos que a pergunta “falando no geral, diria que a maior parte das pessoas é fiável ou não?” procura ilustrar.

Mas ainda no tocante à solidariedade, que é expressão de preocupação com terceiros e de disponibilidade para ajudar<sup>295</sup> e o contrário de indiferença, de apatia para com os outros e, por conseguinte, de individualismo (paredes-meias com o egoísmo), é valor social pouco apreciado se comparado com as outras variáveis e percentagens constantes na pergunta “aspectos importantes para os inquiridos”. E é assim que, neste item, deve ainda considerar-se a participação em associações que, como já se viu, é considerável e a sua maior ou menor preocupação com a sorte da família, dos vizinhos e do povo. Mas há ainda uma outra referência que nos parece importante e que se prende com a tradicional definição de anomia que fala do enfraquecimento das normas, da diminuição da/e solidariedade. Se tomada “à letra” a diminuição da solidariedade, poder-se-ia afirmar que a mesma se confirma se tomadas a(s) resposta(s) a este questionário como referência. Sendo que as pessoas vivem com necessidades por haver injustiça, compreender-se-á, ainda melhor, ser esta se não uma preocupação dominante, no mínimo comum. A anomia “residirá” precisamente nos interstícios da equação “consciência da injustiça, consciência do incumprimento das regras e normas estabelecidas e cujo resultado é a luta pela sobrevivência (vence o mais forte)” que o quotidiano acaba por normalizar.

---

<sup>294</sup> Estes números não passam de uma estimativa já que o anunciado censo populacional continua por fazer.

<sup>295</sup> A propósito da solidariedade, ver Ana Delicado in Vala (2003) que refere que, pela primeira vez, em 1999, o Estudo Europeu dos Valores incluiu um conjunto de questões em torno deste tema.



## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 87] *Fiabilidade das pessoas (% em coluna)*

Maioria é fiável	12,9
Maioria não é fiável	87,1
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

[Quadro 88] *Fiabilidade das pessoas, por sexo (% em linha)*

	Maioria é fiável	Maioria não é fiável	Total
Feminino	20,3	79,7	100,0
Masculino	9,8	90,2	100,0
Total	13,0	87,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

A confiança em terceiros não é um sentimento que floresça (os expressivos 87,1% confirmam-no), sobretudo da parte do sector masculino.

Essa desconfiança generalizada explicar-se-á também, porventura, por via das necessidades que os angolanos enfrentam – num país onde campeia o clientelismo e a corrupção, não há confiança que resista entre indivíduos, instituições e entre estes e os primeiros. À pergunta porque é que as pessoas vivem com necessidades, as respostas não poderiam ser mais claras.

[Quadro 89] *Razões por que as pessoas vivem com necessidades, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Pouca Sorte	10,0	3,2	5,1
Preguiça	2,0	4,0	3,4
Injustiça na sociedade	44,0	65,1	59,1
Progresso	18,0	11,9	13,6
Nenhum destes	26,0	15,9	18,8
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

Segundo a maioria dos inquiridos, 59,1%, é a injustiça na sociedade ou injustiça social que explica a razão pela qual as pessoas vivem com necessidades. O progresso e a pouca sorte são factores a considerar para 18% e 10% das inquiridas, “razões” alheias à vontade dos indivíduos e sobre as quais os mesmos não terão nenhum poder de influência e

tão-pouco de escapatória. Esta “transcendentalidade” das razões coloca os indivíduos numa posição de mero espectador, o que subverte a acção que deles se espera.

As necessidades enfrentadas pelos angolanos explicarão uma preocupação relativa manifestada pelos inquiridos pelo modo como os mesmos vivem, sendo que 47,7% mostram-se muitíssimo preocupados com a família. Logo depois da família, os inquiridos dizem preocupar-se muitíssimo com o povo, 39,4%, enquanto, com os vizinhos, a fasquia desce para os 12,9% dos que manifestam grande preocupação.

[Quadro 90] *Incómodo com o modo como a sua família, os seus vizinhos ou o seu povo vivem? (Apenas resposta para Muitíssimo, por sexo) (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Família	51,4	46,3	47,7
Vizinhos	10,8	13,7	12,9
Povo	37,8	40,0	39,4
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

O que estes números parecem revelar numa primeira análise é que a sociedade angolana, os angolanos e muito particularmente os jovens (nunca é demais lembrar que, segundo as estimativas, os jovens correspondem a mais de metade da população angolana), ainda que solidários, religiosos, membros de associações e afins, não deixam de pensar em si, o que não significa, necessariamente, que esta seja uma manifestação de individualismo e egoísmo<sup>296</sup> - ou, dito de outro modo, estas suas preocupações não serão muito diferentes de outros jovens de outras geografias. Num país recheado de assimetrias, as atitudes dos jovens, as suas práticas e comportamentos que são motivo de preocupação e condenação podem ter na base as mudanças ocorridas no país nos seus 35 anos, de que os últimos 20 terão sido particularmente fracturantes. No caso destes jovens inquiridos, os mesmos manifestam, claramente, uma real preocupação com terceiros.

As assimetrias sociais em Angola que diferentes estudos atestam, como é o caso dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, serão sinónimo de injustiça social. Relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010, em 155 países cuja 1ª posição é

---

<sup>296</sup> Ainda que sem base científica, a observação e a literatura angolana (entre romances e contos) têm veiculado esta ideia. Por outro lado, o individualismo e o egoísmo são algumas das manifestações da (pós)modernidade e à escala planetária.

ocupada pela Noruega, Angola figura em 146º lugar. Com um índice de pobreza e taxa de desigualdade de género baixos, não se afigura estranho que no período compreendido entre 2006 e 2009, somente 4,3% dos inquiridos tenham dito encontrarem-se “satisfeitos com a vida em geral”.

É assim que, garantir necessidades, 33,3%, e dar oportunidade aos jovens, 32,7%, surgem na dianteira no concernente à justiça social. O reconhecimento do mérito e a eliminação das desigualdades são outras garantias que, satisfeitas, serão indicadores de uma sociedade justa.

[Quadro 91] *Providências de uma sociedade justa, por sexo*  
(% em coluna)

	Feminino	Masculino	Total
Eliminar desigualdades	19,2	19,5	14,4
Garantir necessidades	33,7	33,2	33,3
Reconhecer mérito	12,5	15,5	14,5
Oportunidade aos jovens	34,6	31,8	32,7
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205; % calculadas sobre o nº de respostas]

## 6.2 Pessoal/individual: o que significa “ser feliz”?

A primeira leitura é que 87,4% dos inquiridos sentem-se felizes ou mais ou menos felizes, o que é uma percentagem elevadíssima num capítulo particularmente sensível como é este da felicidade. O que acontece, habitualmente, é ouvir-se dizer que os indivíduos não são felizes, mas sim que têm, vivem episódios de felicidade. É-se feliz ou sente-se ou sentimo-nos felizes? Esta é das questões, para alguns metafísica e que, mercê disso, muito provavelmente só os filósofos poderão responder.

[Quadro 92] *Felicidade (% em coluna)*

Muito feliz	33,2
Mais ou menos feliz	54,2
Não muito feliz	11,6
Nada feliz	1,1
Total	100,0

[Inquérito II, N= 205]

## SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 93] *Felicidade, por sexo (% em coluna)*

	Feminino	Masculino	Total
Muito feliz	52,5	25,2	33,7
Mais ou menos feliz	45,9	57,8	54,1
Não muito feliz	1,6	15,6	11,2
Nada feliz	,0	1,5	1,0
Total	100,0	100,0	100,0

[Inquérito II, N= 205]

Independentemente das considerações, mais ou menos filosóficas, a verdade é que há uma diferença digna de realce nas respostas quando considerados os géneros. Assim é que, de entre os inquiridos, elas (52,5%) sentem-se ou são muito mais felizes que eles (25,2%) – esta é uma percentagem que não reflectirá a condição que os indivíduos do sexo feminino vivem em Angola, mas sim a das inquiridas e porventura de todas quantas têm a oportunidade de ter, de usufruir de idênticas condições de vida de que ressalta o acesso ao ensino superior. Nos países cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>297</sup> é baixo ou médio, o acesso ao ensino superior é limitado para todos e muito especialmente para as mulheres. Aceder ao ensino e muito especialmente ao superior é, por si só, um indicador que permite avaliar o progresso e o desenvolvimento dos países e, muito naturalmente dos indivíduos.

No caso de Angola, é sabido que o IDH é baixo (relembre-se que ocupa o 146º lugar entre 155 países), ainda que não se saiba, com exactidão, qual o índice de desigualdade de género. Ainda que sem dados, pode adiantar-se ser “voz corrente” que o exercício da igualdade de género está longe de ser uma realidade, sobretudo nas zonas rurais.

Tomar a felicidade como critério de identidade individual e pessoal, permite que se fique com um panorama, ainda que vago, do sucesso das políticas públicas e privadas e dos trilhos que vêm sendo percorridos pelos actores, neste caso os inquiridos. Quanto ao rescaldo este é, para já, animador.

## 7. Unidos na (a)d(i)versidade

### 7.1 Problemas e desafios

Após termos accionado o dispositivo que nos levou ao “universo” dos valores dos jovens universitários em Luanda – Inquérito I –, para num segundo seleccionarmos e

---

<sup>297</sup> O conceito de desenvolvimento humano congrega a liberdade de oportunidades, a justiça e as liberdades de processo (Relatório de desenvolvimento Humano, 2010).

acrescentarmos outras duas províncias (Cabinda e Huambo) – Inquérito II –, eis que chega o momento de “inventariar”, de balizar os valores dos referidos jovens. Neste item gostaríamos de evidenciar alguns aspectos que nos parecem ser um contributo interessante para o início do perscrutar sobre a juventude de Angola.

Estamos perante jovens estudantes que, vivendo maioritariamente com as suas famílias (famílias estas que são uma preocupação central nas suas vidas), procuram a sua independência financeira – aliando o facto de serem estudantes e o de também trabalharem ou se encontrarem à procura de emprego, não sendo, portanto, despidendo que identifiquem o desemprego como um dos seus principais problemas. Estes jovens vêem no trabalho uma forma de atingir a felicidade: ter trabalho significará então ter dinheiro, o que por sua vez pressupõe a possibilidade de aquisição de casa e carro (este último, tido possivelmente como bem de 1ª necessidade, face ao défice e, diríamos mesmo, ao estrangulamento da rede viária e dos transportes públicos), dois dos bens tidos como essenciais pelos próprios. Ainda dentro deste âmbito temático, o trabalho e a sua importância, verificamos que um bom profissional deverá ser competente, pontual e bom trabalhador (em contraste com os políticos que deverão ser responsáveis, íntegros, transparentes e honestos), o que permite vislumbrar que os inquiridos têm uma ideia formada das competências exigidas a um trabalhador (e aos políticos).

Muito distantes do espectro político, parecendo desvalorizar qualquer pretensão de se associarem à política para melhorar o seu estilo de vida, estes jovens valorizam a democracia. Demonstram que os seus valores não se coadunam com práticas tais como a corrupção, condenando-a largamente, identificando-a como um problema social, de entre tantos outros com que se confrontam os angolanos.

Para além da corrupção, os jovens condenam comportamentos que atentam contra a vida (dos outros – matar – ou da própria vida – suicídio). Toleram, no entanto, comportamentos desviantes (como o roubo) de cidadãos vítimas do conflito armado, como é o caso dos mutilados.

A religião é um aspecto muito presente na vida destes jovens constituindo mesmo, para muitos, uma resposta aos seus problemas e necessidades – talvez esta seja (um)a razão para explicar o facto de grande parte destes jovens serem membros de associações religiosas.

Se os jovens entendem que uma sociedade justa deve conter a resposta às necessidades dos seus membros, algumas destas respostas são identificadas como resolução prioritária – tal é o caso do saneamento básico e da água, questões urgentes e vitais.

## SER JOVEM EM ANGOLA

Apesar de considerarem a criatividade uma das características da juventude, a imaginação não é um aspecto valorizado na transmissão às crianças. Estas devem, na perspectiva destes jovens, ser encorajadas a serem obedientes.

Num conjunto de jovens em que os elementos do sexo masculino se mostram mais ambiciosos do que as do sexo feminino, surgem incógnitas quanto ao futuro. Para já, e perante as suas respostas a todas estas questões e as suas expectativas de vida, os jovens mostram ser realistas considerando-se “mais ou menos” felizes.

Considerando então que a vida e as práticas de vida poderão determinar a consciência, um olhar em torno das práticas quotidianas e da participação dos jovens na sociedade angolana denota uma tendência para o individualismo mas, também, para a individualização. Assim sendo, valorizam posições auto-centradas de bem-estar pessoal mas, a par disso, igualmente do bem-estar colectivo. Todavia, é possível “dividir” os jovens em três grandes posicionamentos perante a vida e o quotidiano: i) aqueles que se mostram mais solidários e menos auto-centrados, ajudando os outros; ii) aqueles que apresentam uma postura mais responsável, próxima de todo o desenho descritivo; iii) aqueles que estão mais centrados na sua satisfação pessoal, preocupados com as actividades de jovens como os das sociedades ocidentais.

Por conseguinte, estamos, à semelhança da sociedade angolana em construção e com grandes mudanças na sua estrutura, perante jovens também eles com uma identidade em construção (ou, melhor dizendo, com identidades em construção), como qualquer jovem de qualquer geografia. No caso angolano, natural é que esta(s) identidade(s) em construção se encontrem mais vincadas, porque mais fragmentadas, mercê de uma vivência de um país saído há bem pouco da guerra e onde (quase) tudo falta (fazer). Trabalho, casa, saneamento básico e água, são elementos vitais para e na “construção” de um indivíduo de uma vida e, claro está, de uma sociedade. O futuro, este, desenha-se com a satisfação dessas necessidades.

Partindo do inquérito realizado aos jovens estudantes de economia do 2º ano da Universidade Agostinho Neto em três províncias, pode concluir-se, para já, o seguinte: a juventude angolana contém, no seu seio, distintos interesses e preocupações. Ainda que se possam encontrar grupos distintos (como se poderá ver mais adiante numa análise de clusters), é no entanto igualmente possível encontrar elementos que unem estes mesmos jovens nas suas preocupações e aspirações – esta homogeneidade não deixa de ser consentânea com a heterogeneidade dos seus valores.

Recorrendo à tipologia de Merton, de entre os jovens inquiridos encontrámos sobretudo os ritualistas e os conformistas (ou ainda os rotineiros, socorrendo-nos do conceito de *habitus* de Bourdieu). Quanto aos inovadores, estes não “obedecerão” à definição de Merton, pois poderiam ser considerados “revolucionários”, que não são – nem têm espaço para isso. Seria temerário afirmar-se que os inovadores não têm lugar, pelo menos enquanto grupo, na Angola de hoje, e por isso preferimos dizer que não os “encontrámos” nestes inquiridos. Talvez, por isso, os jovens inquiridos se encontrem mais próximos da acção do que do poder (Giddens), por serem mais interventivos (acção) e menos “aptos” a transformar (poder). Ainda relativamente à acção, e na sequência do anteriormente dito, importa sublinhar que esta parece ser mais reactiva que activa, no sentido em que ela não é ou não parece ser inovadora, o que não surpreende, face aos constrangimentos políticos-ideológicos com que os inquiridos se vêem confrontados. Por outro lado, o facto de não terem as suas necessidades básicas satisfeitas, faz com que os mesmos se encontrem reféns das mesmas, tornando-os um alvo fácil de controle por parte do poder instituído. Natural, pois, que os valores materialistas se sobreponham aos pós-materialistas num país em que a sobrevivência não se encontra garantida – é bem verdade que os conceitos de valores materialistas e pós-materialistas (Inglehart), no caso de Angola, tenham necessariamente de ser (re)ajustados, o mesmo que dizer que ainda que o inquérito não contemple variáveis tais como as de ecologia, ambiente e afins (associados ao pós-materialismo), as variáveis propostas (associadas ao contexto que não pode ser negligenciado, como bem refere Machado Pais) permitem concluir que são os valores materialistas os (pre)dominantes.

Enquanto jovens universitários, os inquiridos têm ideias claras quanto ao seu futuro e o do país e às formas de se lá chegar: é perseguindo valores tais como o trabalho, a fé religiosa, a família e a honradez (entre outros), que os jovens conquistarão um lugar que seja (o) seu.

## 8. Um só povo?

### 8.1 Especificidades provinciais: entre Cabinda, Huambo e Luanda

Se haverá diferenças entre os estudantes nascidos e/ou residentes nas diferentes províncias e, a existirem, se as mesmas se deverão a assimetrias regionais<sup>298</sup> e/ou culturais, é uma questão a considerar-se, atendendo ao facto de em 2007 o PIB por província é de 223,2 para Cabinda, 511,6 para o Huambo e 44647,9 para Luanda, valores em milhões de dólares (Rocha: 2010, 77). Para além das diferenças, natural é que se pretenda verificar quais serão os pontos comuns entre os estudantes das diferentes províncias, “diversidade na unidade?” e, desta forma, abrir caminho para uma interpretação dos valores e identidades dos jovens universitários. Os resultados que se apresentam, de seguida, mais não são que uma comparação entre as três províncias.

A taxa de reprovação nas diferentes províncias, dá conta que é na província do Huambo onde a taxa de reprovação é menor, 32,7% – maior empenho e/ou ainda uma percentagem menos acentuada de corrupção poderão explicar a diferença esta província e as demais –, Luanda quase duplica os números da taxa de reprovação com 61,6%, não muito distante de Cabinda com 55% de reprovados.

Luanda é a província que se apresenta com uma maior percentagem de estudantes a tempo inteiro (só estudantes), 18,4%, enquanto em Cabinda e no Huambo somente 7,5% se encontra nessa mesma condição. A par disto, o facto de ser em Luanda onde se regista a maior percentagem de “só estudantes” pode significar uma maior concentração de riqueza nesta província. Registe-se que é em Luanda onde a aspiração ou a ambição é menor a nível académico – são quem se mostra mais interessado em ficar-se pela licenciatura e quem se mostra menos interessado em fazer o doutoramento. Sinal de realismo, de pragmatismo – encontra-se informado do “real significado do doutoramento” e/ou opção pela segurança de um emprego imediato – ou de “laxismo”, quando comparados com os inquiridos de Cabinda e do Huambo? Mais importante que ter sucesso é ser feliz (para os inquiridos de Luanda os

---

<sup>298</sup> Alves da Rocha (2010: 29) agrupa o que considera serem as cinco grandes regiões de Angola da seguinte forma: Luanda-Bengo (com as províncias do mesmo nome); região norte (províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte; região centro-leste (províncias de Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwando Kubango); região centro-oeste (províncias do Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe); região Sul (províncias da Huíla e do Cunene), sendo a zona sul a que padece de condições de vida mais gravosas (pobreza e privação humana) segundo dados de 2001-2, sendo Luanda a menos penalizada.



valores encontram-se muito próximos), e é Cabinda a província onde os valores entre estas duas variáveis são avassaladores: 20,5% para a felicidade, contra 9,8% para o sucesso. Quanto a este último é mais importante para os inquiridos de Luanda, enquanto constituir família será para Cabinda e para o Huambo. Estas prioridades dos jovens inquiridos poderão ser expressão da pressão sentida pelos mesmos nas suas províncias (onde residem) – tal será o caso do sucesso. Talvez não por acaso, é em Cabinda que se encontra o maior número de estudantes que diz pretender viver e trabalhar no estrangeiro, 34,1%, seguindo-se Luanda com 23,1% e o Huambo com 15,4%. As explicações para este desejo de emigrar podem prender-se com o facto de haver menos oportunidades de realização pessoal e profissional nessa província, sem esquecer o desejo de conhecer outras geografias e culturas. Na província de Cabinda, esta maior disponibilidade para emigrar pode estar associada à reivindicação independentista de uma parte da população cujo descontentamento e pretensão poderão conter, no seu “caderno de reivindicações”, maior e melhores oportunidades de realização para os cabindenses, para além de ser esta a província que apresenta uma maior percentagem de estudantes à procura de emprego. Os inquiridos de Cabinda, com 3,4%, são quem atribui um valor mais alto ao Ministério dos Petróleos, mas, ainda assim, não significativo (uma média de 2,7% para as demais províncias), bem assim ao Ministério da Juventude e Desportos (1,7%), contra 0,15% para Luanda e para o Huambo. Para que uma sociedade seja considerada justa deve, para os inquiridos de Cabinda, providenciar primeiramente oportunidades aos jovens de concluírem a sua educação (independentemente da família de que provenham), 37,7%, enquanto os do Huambo privilegiam a satisfação das necessidades básicas para todos (comida, casa, roupa, educação, saúde), 34,1%, cifra próxima da Luanda (31,8%) para a mesma variável.

Os inquiridos de Luanda não têm uma visão tão “romântica” da juventude, quanto os inquiridos das outras províncias. Consideram a juventude tão criativa quanto irresponsável, 18,1%, impaciente, 15,8% e trabalhadora q.b., 14,4%, – são também os inquiridos de Luanda quem considera a juventude mais promíscua (7%, contra os 5,3% do Huambo e os 2,5 % de Cabinda) e pouco solidária, 5,4%. Esta ausência de romantismo, agora comum às três províncias, é igualmente evidente no retrato que os inquiridos consideram ser os do país que os viu nascer, com destaque para a corrupção e um acento na pobreza.

E será ainda esta ausência de romantismo ou melhor, uma “considerável” dose de pragmatismo que leva a que os jovens estudantes não se encontrem muito apostados em sacrifícios. Relativamente à pergunta sobre se os inquiridos estariam dispostos a dar a vida pelo país, 45,7% dizem não saber e somente 32,7% respondem afirmativamente (como já

referido anteriormente). De entre estes últimos, o destaque vai para o Huambo que atinge a cifra dos 41,9%, seguindo, *exequo*, os inquiridos de Cabinda e de Luanda com 29%, sendo estes últimos aqueles que peremptoriamente dizem não (73,3%) .

Considerando que a província do Huambo foi uma das que mais sofreu com a guerra e aquela que surge, actualmente, como uma das que mais e melhor recuperação tem sentido no âmbito da badalada reconstrução do país, ou que a província de Cabinda vive, ainda hoje, sob o espectro da guerra, estes resultados sugerem ser os inquiridos de Luanda (atente-se que Luanda é uma das províncias mais poupadas no que diz respeito à guerra, ainda que as consequências e os efeitos da mesma acabem por fazer desta a província para a qual o rescaldo da guerra será mais oneroso), porventura por não terem sido confrontados com a vertente bélica da guerra, a província em que os inquiridos menos se encontram disponíveis para lutar, ainda que pelo seu país. Como já referido, os efeitos da guerra foram devastadores para Luanda e esta poderá ser, também, uma razão para a indisponibilidade dos inquiridos, sem poder deixar de lado que Luanda, como província e capital que é, terá “atractivos mil” que podem fazer com que os inquiridos “se distraiam” do que poderá ser considerado “mais importante”, como será o da defesa da pátria. Outra leitura possível é que os inquiridos de Luanda serão realistas, pragmáticos e estarão bem mais preocupados consigo do que com o país – serão, porventura, quem terá uma ideia menos romântica do país. No respeitante a sacrifícios, os inquiridos de Luanda privilegiam a “crença religiosa”, os de Cabinda a “paz” e os do Huambo “salvar a vida de outrem”.

O facto de Cabinda não eleger a religião no top 3 (a crença religiosa é a quinta nas escolhas) e colocar a justiça em quarto e só depois a religião, manifesta não propriamente uma descrença ou um desafecto ao fenómeno religioso, e sim o que os inquiridos consideram como valores para si preciosos e eventualmente prementes – importa não esquecer que em Cabinda a ausência de confrontos armados ainda está por se cumprir, razão por que a paz é considerada motivo-maior para sacrifícios, para os jovens estudantes de Cabinda.

No que diz respeito às actividades de fim-de-semana, em qualquer uma das províncias aparece o estudo bem na frente, com percentagens acima dos 40% – 48,2% em Cabinda, seguindo-se Luanda com 43,8% e, finalmente o Huambo com 41,4%. É também para os inquiridos de Cabinda que o trabalho e o voluntariado constituem importantes actividades de fim-de-semana e são os que se apresentam em maior percentagem como membros de associações religiosas, logo seguidos de Luanda.

Contrariando a ideia feita de que em Luanda haverá uma maior propensão para a diversão, entenda-se “farrá”, festas (música e dança), os estudantes do Huambo, 27,6%, apresentam-se como sendo os mais festeiros mas, a par disso, são quem se mostram mais dispostos a lutar pelo país e quem, em maior percentagem, é militante partidário e tem pretensões de fazer carreira política. São igualmente quem se mostra mais avesso à presença de pobres (13,6%), com valores muito próximos à distância que defendem deverá haver com relação aos homossexuais nas três províncias (14,7%).

Na análise geral dos resultados, pode inferir-se que a província do Huambo apresenta-se como menos tolerante, porventura porque os habitantes desta província são considerados (d)os mais trabalhadores do país e, de acordo com esta caracterização, os mesmos não encontrariam razões ou explicações plausíveis para a pobreza, a reboque da ideia-feita de que “só é pobre quem quer”! Por outro lado, pode significar um grande desejo de ascensão social que não se compagina com determinado tipo de companhias, como é o caso de “ter gente pobre na vizinhança”.

Ainda no âmbito dos vizinhos (que é uma das variáveis, a par da família e do povo), mas agora no capítulo “preocupação com a forma como aqueles vivem”, os inquiridos de Cabinda são quem apresenta maior preocupação com o modo como o seu povo vive, 52%, de tal forma que para eles se reveste de mais importância o povo do que a família, 36% – a estes resultados não será certamente alheia a reivindicação dos cabindenses (pelo menos de uma percentagem que não pode ser menosprezada, mas cujos números, inexistentes, não permitem avançar com mais elementos) à independência ou, no mínimo, à existência de um estatuto especial.

De entre os “felizes felizardos”, 54,2% dos inquiridos considera-se mais ou menos feliz, sendo maioritariamente de Luanda (64%) aqueles que assim se sentem e aqueles que de todo não se sentem nada felizes. De entre os que se sentem não muito felizes, o destaque vai para os inquiridos do Huambo (15,7%) e, de entre os muito felizes, Cabinda ocupa a primeira posição com 43,6%, seguindo-se o Huambo com 39,2% e Luanda com 26%.

No capítulo leitura, quem mais lê jornais são os jovens estudantes de Luanda – 65,3% lêem frequentemente. Relativamente às outras províncias, é o Huambo que apresenta um maior défice (14,3% lêem frequentemente), sendo que uma das razões que se prefigura para esta *décalage* prender-se-á com a dificuldade no acesso aos mesmos, dificuldade essa que se deverá à morosidade de circulação dos referidos jornais. Por outro lado, a explicação pode bem ser a ausência ou a reduzida atenção que os jornais dedicam às províncias em

análise, sem esquecer o desinteresse que os mesmos suscitam aos leitores em virtude de estes não se reverem nas linhas editoriais dos jornais publicados em Angola.

E quando se fala de leitura, fala-se de língua(s). Luanda surge como cidade cosmopolita por excelência, em virtude de conter, no seu seio, gentes de origens várias. No que diz respeito aos falantes de línguas nacionais, o panorama dos falantes de diferentes línguas, em Luanda, quando comparado com as outras províncias (Cabinda e Huambo), sugere que a percentagem de falantes de diferentes línguas é bem maior naquela província (Luanda) do que nas outras. A primeira explicação válida que se apresenta para a diversidade linguística nas diferentes províncias e muito particularmente em Luanda, prende-se não tanto por ser a capital do país, mas porque a guerra terá subsidiado consideravelmente a percentagem de indivíduos falantes de diferentes línguas que fizeram de Luanda o seu porto de abrigo – de entre os inquiridos de Luanda, depois do kimbundo encontram-se falantes de kikongo, seguindo-se o umbundo e o fiote/oyo. Já no caso de Cabinda, onde é possível encontrar-se cabindenses falantes “regulares” de duas línguas (o fiote/oyo e o kikongo), o que se explicará pelo facto de esta província fazer fronteira com os Congos (Brazaville e Democrático) onde se fala o Kikongo (entre outras línguas).

Outro registo que importa assinalar prende-se com o facto de 80,8% dos estudantes do Huambo falarem umbundo, língua da região centro-sul, 71,8% dos estudantes de Cabinda falarem fiote/oyo, enquanto em Luanda, menos de 50%, mais propriamente 44,1% falarem kimbundo. Também aqui, e muito especialmente no caso de Luanda, este é um caso paradigmático por ser a província que terá sofrido particular impacto da colonização de que a alienação das mentes – a assimilação, a rejeição e negação das línguas locais e de si próprio enquanto indivíduo – é exemplo, sem esquecer o enunciado acima referente à existência de indivíduos de diversas origens e ainda o facto de ser em Luanda que o impacto da língua portuguesa, enquanto língua de unidade e língua oficial, terá sido e é maior. Talvez isto explique a necessidade que os inquiridos de Luanda sentem de aprenderem línguas nacionais já que a elegeram como a disciplina mais importante no ensino básico.

No que diz respeito aos objectivos de vida dos jovens angolanos e quando comparadas as províncias, os inquiridos de Luanda destacam-se por serem quem mais importância atribui ao poder, à riqueza e ao sucesso, sendo no entanto os que se mostram mais avessos a serem ministros. Cabinda aposta em serem bons profissionais e em serem felizes. Os inquiridos do Huambo, a par da militância partidária, são quem elege o ser ministro como objectivo dos jovens (que não necessariamente seus, dos inquiridos, entenda-se, ainda que possa ser entendido como uma projecção).

Regressando aos inquiridos de Luanda, são estes mesmos inquiridos quem menos intenção de votar manifestou, 51,9% (contra 82,9% de Cabinda e 80,4 do Huambo). Uma das explicações para as respostas dos estudantes de Luanda pode bem ser uma descrença generalizada no governo e nas instituições e, claro, na mudança, e essa maior descrença dos inquiridos de Luanda pode bem ter a ver com o facto de se encontrarem mais próximos das instituições e dos governantes, da informação e do mujimbo<sup>299</sup> e, nessa medida, considerarem (mais ou menos conscientemente) que se encontram em condições de aferir o desempenho dos órgãos decisores.

Segundo os inquiridos do Huambo o analfabetismo é o primeiro problema social, e a disciplina de informática considerada mais importante no currículo do ensino primário e, no respeitante aos Ministérios, é o dos Transportes considerado o mais importante.

É no Huambo e em Cabinda que se assiste a uma maior abertura relativamente ao socialismo e ao comunismo, sendo os estudantes do Huambo quem (mais) se destaca nesta defesa, porventura por razões que se prendem à sua situação periférica – se comparados com os de Luanda, são os inquiridos com menos oportunidades mas porventura os menos expostos à voracidade do capitalismo de que o consumismo é parte. Por conseguinte, encontrar-se-ão menos enredados e serão menos propensos à ideia do “lucro fácil” que terá gravitado em Luanda (ainda que um pouco por todo o país) e que, actualmente, parece estar a passar para “lucro complicado”. Nesta conformidade, natural será que os estudantes de Luanda, em relação aos das outras províncias, se manifestem mais contrários ao socialismo e ao comunismo – respectivamente 9,5% e 6,7%.

Se relativamente à sua situação profissional em comum têm os inquiridos o facto de cerca de 60% não trabalharem e 50% se encontrarem à procura de emprego, a percepção que têm do país também se aproxima da percepção de que a corrupção, a pobreza e a má governação constituem os grandes problemas de Angola. Na esfera comportamental, a mentira (no seu próprio interesse), o adultério e o aborto encontram-se na dianteira dos males menores no conjunto de comportamentos considerados aceitáveis, encontrando-se o suborno e a eutanásia na cauda do referido conjunto.

O balanço por província aponta os inquiridos de Cabinda como sendo aqueles que terão menos oportunidades, talvez por isso sejam particularmente críticos – crítica à má governação e o desejo de que haja oportunidades para os jovens, ainda que os mesmos tenham uma “boa” dose de irresponsabilidade. Em todo o caso, de entre as três províncias,

---

<sup>299</sup> Vocábulo popular, utilizado no sentido de notícia, informação, mas também de boato.

são os têm uma visão mais positiva com relação ao futuro (poderão considerar que pior não é possível ou que o presente, quando comparado com o passado, se apresenta mais risonho).

Os inquiridos do Huambo apresentam-se como mais activos (caso da militância política e da menor taxa de reprovação) e aqueles que (mais) buscam a ascensão social – o não pretenderem ter pobres como vizinhos poderá explicar a ambição que subjaz no seu retrato. Considerarão que a ascensão faz-se com trabalho, com empenho e com boas relações (a relação com gente pobre será sinónimo de retrocesso).

Quanto aos inquiridos de Luanda, serão talvez os mais críticos, os mais agastados com a situação prevalecente no país de que a ausência de reconhecimento de mérito é exemplo. Ainda assim, podem ser considerados activos já que dos que mais participam em associações, o que poderá ser explicado não somente pela consciência e responsabilidade dos inquiridos como igualmente pela existência de mais assimetrias sociais e económicas (visíveis) sobretudo nas províncias de Luanda e de Cabinda.

Uma primeira consideração geral é a de que se há semelhanças entre as províncias e os inquiridos, as diferenças entre os inquiridos, tendo em atenção as diferentes províncias, é igualmente uma realidade. No que diz respeito às diferenças estas dever-se-ão, em grande medida, ao maior ou menor investimento e desenvolvimento da província de que os jovens são originários ou onde vivem/estudam, sem esquecer o registo e as dinâmicas culturais que caracterizam cada uma delas.

## **8.2 Resultados de uma pesquisa: quem são os jovens estudantes universitários angolanos?**

### **8.2.1 Tipologias – perfis ideal-típicos**

“La distance entre deux générations est donnée par les éléments qu’elles ont en commun et qui obligent à une répétition cyclique des mêmes expériences, comme pour les comportements des espèces animales transmis par l’hérédité biologique; tandis que les éléments de la différence entre eux [les jeunes] et nous [leurs aïnes] sont le résultat des changements irréversibles que toute époque porte en elle, c’est-à-dire qu’ils dépendent de l’héritage historique que nous-mêmes leur avons transmis, de cet héritage véritable dont nous sommes responsables, fût-ce inconsciemment. C’est pourquoi nous n’avons rien à enseigner: nous ne pouvons influencer sur ce qui

ressemble le plus à notre expérience; nous ne savons pas nous reconnaître en ce qui porte notre empreinte.”

Italo Calvino<sup>300</sup>

Um dos objectivos deste trabalho é, como se sabe, o de fazer uma análise prospectiva sobre a sociedade angolana e, para isso, tomou-se os jovens como alvo. Almeida (1990: 5) refere, a propósito do trabalho por ele e uma equipa desenvolvido, que a escolha dos jovens prende-se com factores tais como a maior informação disponível “e a idade enquanto elemento que poderá determinar uma mais longa duração de vida e uma maior capacidade e possibilidade de influenciar “o curso das coisas”. Há também nessa selecção o objectivo de surpreender, tão cedo quanto possível, eventuais transformações, inovações, mudanças, de que as gerações jovens podem ser portadoras iniciais”. É neste debate em torno da idade e das gerações, que faz sentido referir que o ser jovem e a inevitável relação estabelecida com a esperança e com o futuro tem na resposta para esta equação as palavras de Mannheim (1968: 73) quando diz que “além de seu maior espírito de aventura, ela [a juventude] ainda não está enredada no *status quo* da ordem social”, o que poderá significar que nem tudo estará perdido.

Diz Machado Pais (1995: 35) que “as gerações mais velhas, em contrapartida, dão mais importância aos conteúdos de vida do que às formas de a expressar. É também possível que o envelhecimento da população, provocado pelo alongamento da esperança de vida, possa contribuir para um reforço da ligação das gerações mais velhas ao passado – de um passado feito de consolação e refúgio, ante um futuro que se tema”. Quer isto dizer que as gerações mais novas, os jovens, darão mais importância às formas de expressar a vida (mais do que ao seu conteúdo) e que os jovens não temerão o futuro, pelo menos não tanto quanto os mais velhos. Bem, a verdade é que os jovens “não têm um passado” onde se possam refugiar, restando-lhes, por isso, o futuro. Remeterá isso para a ausência de valores ou à pouca importância que os jovens atribuirão aos valores?

Ora, é comum dizer-se da sociedade angolana ser ou, mais precisamente, encontrar-se despojada de valores. A ausência de valores estaria ou estará assim na base de fenómenos relativamente recentes na referida sociedade, como será o caso da corrupção, do clientelismo, da crescente e manifesta valorização do dinheiro, do esbanjamento e da ostentação. Uma sociedade insensível à dor alheia, à pobreza, e cuja (total?) ausência de

---

<sup>300</sup> In Dufour et al (1994: 277).

escrúpulos se encontrará canalizada e enfeudada no hedonismo, leva imediatamente a várias interrogações: de que sociedade angolana se fala, quem assim a caracteriza e quais os critérios e indicadores que estão na base da referida caracterização?

Ora, uma caracterização destas poderá pressupor uma total ausência de regras e normas, de que o estado e o(s) poder(es) não se encontram isentos ou à margem. E se tivéssemos que avançar com algumas considerações em torno do que já foi visto e dito, estaríamos em condições de dizer que a anomia, em Angola, radica se não na (aparente) incapacidade de agir em conformidade com o que se “sabe” ser o que é certo, no mínimo o que sucede é dar-se respaldo ao que é conveniente invertendo ou pervertendo a “ordem”<sup>301</sup> – acções que se diluem na torrente de um quotidiano caótico, brutal e grotesco (sobretudo na província e cidade de Luanda), como se se tratasse de um remake do velho western americano de que a corrida ao ouro é o seu atestado de certificação. Não será pois, de estranhar, que esta onda arraste tudo e todos, qual tsunami de que a marca indelével serão os valores – e é claro que os jovens não escapam a este morticínio, sendo vítimas e algozes. Esta que parece ser uma afirmação que peca por excessiva, o que pretende é chamar à atenção para a diferença entre o discurso e a prática, o que se diz, o que se diz querer dizer, o que se diz fazer e o que se faz.

Contrariamente ao que se passa no Ocidente, no que concerne a Angola (e em África no geral), o panorama é diferente: i) é que em Angola não se poderá falar de envelhecimento da população, mas sim da sua juvenilização; ii) em Angola, a esperança de vida é reduzida; iii) poderá deduzir-se que, na sequência dos dois pontos anteriores, não há um reforço da ligação das gerações mais velhas ao passado; iv) que considerando o passado colonial e um passado-presente de guerra, o futuro não se apresentará mais temeroso do que tem sido, mas necessariamente esperançoso; v) considerando a juvenilização da população, falar-se de «gerações mais velhas» pode não ser substantivamente importante, razão porque se poderá sempre sugerir que estas darão tanta importância aos conteúdos de vida como às formas de a expressar, ou ainda que darão mais importância a esta última. É claro que este é mais um exercício de retórica, não somente porque se não dispõe de dados senão aproximados da população em Angola (relativamente ao número), como tão-pouco os dados do inquérito realizado para este trabalho permitem aferir conclusões (definitivas) relativamente aos mesmos. Mas, este exercício de retórica o que pretende é chamar à atenção para o facto de

---

<sup>301</sup> A “eliminação”, a “expulsão” da dimensão ética da esfera das práticas quotidianas, parece ser o que dá respaldo e “garante” que a vida prossiga sem grandes problemas e conflitos de “consciência” por parte dos indivíduos (actores), sustentado uma necessária (e aparente) normalidade.



um sem número de questões se colocarem, ou poderem colocar, quando a problemática dos valores é objecto de reflexão. Desde logo é necessário considerar que a independência e a guerra trouxeram, arrastaram consigo necessariamente mudanças políticas, sociais, culturais e económicas a que ninguém ficou alheio. O «passado» colonial não tendo sido votado ao esquecimento, pode bem ter sido encaixotado, isto é, porque considerado mau, um tempo para esquecer, passando o presente, e logo, o futuro, a constituir o único cenário sobre o qual valia a pena que as pessoas se debruçassem. Poderá bem ter sido esta a catarse possível dos povos sujeitos à dominação colonial (pelo menos nos primeiros anos da revolução, do pós-independência) e que poderá explicar uma possível rejeição dos valores do passado. O que quer seja que tenha sucedido, o certo que novos valores foram sendo erigidos, aceites, partilhados, alguns dos “velhos” ter-se-ão muito naturalmente mantidos, muitos de entre eles reconfigurados, actualizados, e os 35 anos de independência estão aqui para o testemunhar. E, em todo este processo, é necessário que se aluda aos mentores e actores destas acções.

Não se trata aqui propriamente da (capacidade de) adaptação dos indivíduos ao meio, mas sim de se compreender os diferentes contextos (Pais: 1991) e as diferentes acções que foram causa e efeito dos mesmos e a que Pais prefere chamar de pretexto e reacção (Pais: 1991, 102). Sobretudo, importa descortinar as diferentes acções, os diferentes impactos das referidas acções. A hipótese que se levanta necessariamente é a de que ainda que todos os indivíduos ajam, há acções que, por força das mesmas e/ou dos seus agentes, acabam por ter um peso maior na estrutura em determinado contexto, sendo que o peso da estrutura não pode ser ignorado em momento algum, sobretudo em países sem tradição democrática, como é o caso de Angola. Deste modo se poderá descortinar não somente diferentes valores como igualmente diferentes formas de agir e, por conseguinte, identidades múltiplas.

Ainda que de forma as mais das vezes pouco explícita, os jovens em Angola, de que se destacam os jovens da “grande metrópole” angolana, Luanda, que comporta gentes de origens várias (que não necessariamente nascidos em Luanda), não são homogéneos, não têm uma identidade cultural homogénea (Costa: 1999, 82). E se isto é verdadeiro em Luanda, natural é que nas outras províncias também existam especificidades.

Considerando o exposto, proceder-se-á a uma selecção de perguntas e variáveis cujo propósito é: definir tipos-ideais no âmbito da relação valores/identidades.

### **8.2.1.1 Jovens desenhando o seu futuro?**

### **8.2.1.2 A configuração de diferentes tipos de comportamentos e práticas sociais em relação aos valores expressos**

Em termos conceptuais é mais interessante, para terminar, fazer uma análise integrada dos jovens com base em alguns temas.

Pretende-se analisar, pela leitura das respostas a um conjunto de questões relativas a actividades desenvolvidas pelos estudantes, os possíveis diferentes tipos de comportamentos e práticas sociais, evidenciados por relações específicas entre os vários indicadores em presença e alvo neste capítulo. O objectivo reside na identificação de perfis de tipos de práticas sociais e representações que se enquadrem no quadro teórico de análise, respondendo a questões ou hipóteses como as que se seguem:

- Os dados recolhidos permitem-nos configurar potenciais grupos/perfis quanto a práticas de vivência/participação na vida da sociedade angolana?
- Como se configuram os grupos?
- Identificam-se comportamentos/práticas sociais que se possam associar, por um lado, a expressões de maior individualismo, entenda-se, valores materialistas ou a expressões de maior participação na comunidade, associadas a valores pós-materialistas?
- As manifestações e representações do que querem para o futuro evidenciam um conjunto de valores que tem a leitura no quadro teórico de partida?
- Que posicionamento tomam alguns factores sociológicos de variação, como o tipo de ocupação profissional (ser ou não estudante-trabalhador) e não ter posição política, nas diferentes configurações identificadas no espaço em análise?

A caracterização dos comportamentos, práticas sociais e valores expressos resulta do estudo das formas concretas de associação entre as variáveis identificadas como suas definidoras. Essas variáveis são observáveis sob a forma de múltiplas categorias que se cruzam e relacionam todas num espaço, originando diferentes configurações, consoante as dimensões consideradas, de difícil leitura pela complexidade inerente. Estando em presença de um espaço de análise multidimensional, no qual se pretende preservar essa mesma estrutura multifacetada e relacional, utilizámos de forma exploratória o instrumento estatístico análise de clusters (two step cluster).

A hipótese de trabalho que abrangemos neste ponto questiona se, no conjunto dos estudantes universitários inquiridos no Inquérito II, poderemos identificar grupos

diferenciados a partir dos três tipos de vectores definidos através de um conjunto de questões cujas respostas irão ser estudadas.

O primeiro vector diz respeito à *forma como organizam a sua vida quotidiana* tendo sido seleccionados os indicadores *situação na profissão* e *forma de ocupação de tempos livres*<sup>302</sup>. O segundo abrange a *forma como participam na vida da sociedade angolana* tendo sido considerados os indicadores *Vai votar nas próximas eleições*, *Membro/Militante de algum partido*. O terceiro vector que definimos diz respeito à *forma como projectam os seus comportamentos relativamente ao tipo de valores que expressam*. Os indicadores seleccionados dizem respeito às considerações sobre a importância para cada um dos inquiridos do *Sucesso*, da *Família* e da *Justiça*, considerando-se as suas opiniões, tanto sobre a sociedade, bem como a sua própria definição do seu próprio papel na mesma.

Apesar de toda a subjectividade de alguns elementos da análise, que admitimos, consideramos que se conseguiu chegar a perfis com interesse para o desenvolvimento da investigação. Poderemos identificar, pelos resultados da análise de clusters, três grupos de inquiridos que revelam sinais de uma identidade comum (entenda-se, que os distingue e permite configurar enquanto grupos).

Um primeiro grupo (grupo 1) composto essencialmente por estudantes à procura de emprego, que se dedica ao voluntariado nos seus tempos livres, que comparado com os outros não pensa(va) votar sendo que a família não é tão importante quanto para os outros grupos.

Um segundo grupo (grupo 2) composto maioritariamente por estudantes trabalhadores, que se dedica a trabalhar nos seus tempos livres, que é militante partidário, que disse pensar votar e para quem a família, a justiça e o sucesso são considerados valores importantes.

Um terceiro grupo (grupo 3) que agrupa a maior percentagem de “só estudantes” e composto maioritariamente por estudantes à procura de emprego, para quem a festa e a praia são actividades de eleição nos seus tempos livres. A par destas, este é o grupo que elege a família como aspecto (valor) mais importante, que tem o sucesso como outro valor igualmente importante e o mais refractário ao voto.

---

<sup>302</sup> Tempos livre entendido como espaço-tempo de ausência de trabalho que é necessário distinguir do lazer, este associado a actividades resultantes de uma eleição livre, pois que nem todos os tempos livres proporcionam lazer, como é o caso destes jovens. A este propósito, ver os trabalhos de Lalive d’Espinay e de Machado Pais.

SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 94] Two Step Cluster

	N	%	% válida	% acumulada
1	57	27,8	31,1	31,1
2	74	36,1	40,4	71,6
3	52	25,4	28,4	100,0
Total	183	89,3	100,0	
Missing System	22	10,7		
Total	205	100,0		

SER JOVEM EM ANGOLA

[Quadro 95] Two Step Cluster

		<b>Solidários</b> (31,1%)	<b>Responsáveis</b> (40,4%)	<b>Hedonistas</b> (28,4%)
Situação na profissão	Estudante	8,8	5,4	28,8
	Estudante-trabalhador	15,8	75,7	7,7
	Estudante e à procura de emprego	75,4	18,9	63,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Ocupação tempos livres-Festa	Sim	12,3	31,1	80,8
	Não	87,7	68,9	19,2
	Total	100,0	100,0	100,0
Ocupação tempos livres-Praia	Sim	5,3	17,6	34,6
	Não	94,7	82,4	65,4
	Total	100,0	100,0	100,0
Ocupação tempos livres-Trabalhar	Sim	1,8	58,1	9,6
	Não	98,2	41,9	90,4
	Total	100,0	100,0	100,0
Ocupação tempos livres-Voluntariado	Sim	59,6	24,3	7,7
	Não	40,4	75,7	92,3
	Total	100,0	100,0	100,0
Vai votar	Sim	57,9	77,0	50,0
	Não	26,3	5,4	9,6
	Não sei	15,8	17,6	40,4
	Total	100,0	100,0	100,0
Membro/militante partido político?	Sim	3,5	51,4	11,5
	Não	96,5	48,6	88,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Aspectos mais importantes Sucesso	Sim	21,1	28,4	42,3
	Não	78,9	71,6	57,7
	Total	100,0	100,0	100,0
Aspectos mais importantes Família	Sim	54,4	70,3	86,5
	Não	45,6	29,7	13,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Aspectos mais importantes Justiça	Sim	26,3	43,2	1,9
	Não	73,7	56,8	98,1
	Total	100,0	100,0	100,0

### 8.3 – Os jovens estudantes universitários em Angola: entre valores e identidades

Sublinhando ser este um exercício com um vincado objectivo hermenêutico e não vinculativo, isto é, não representativo dos jovens estudantes universitários das províncias de Cabinda, de Luanda e do Huambo – mas sim dos inquiridos destas províncias –, consideramos que se conseguiu uma configuração de categorias no espaço, suficientemente diferenciadora em termos de perfis com interesse para o desenvolvimento da investigação. Poderemos identificar, pelos resultados do cluster realizado, três grupos de inquiridos que revelam sinais de uma identidade comum, em alguns vectores, e de identidades específicas em outros, passamos a caracterizar:

- **JOVENS SOLIDÁRIOS** – Composto pelos jovens que se posicionam, ao nível dos valores, no lado menos individualista, estes jovens manifestam práticas activas no voluntariado, menos tempo destinado à ocupação de tempo livre em festas, isto é, em actividades lúdicas e eventualmente consideradas frívolas. No respeitante ao seu nível de participação em organizações, o destaque vai para o voluntariado. A família não é dos valores mais importantes para estes jovens, porventura por a considerarem como “valor adquirido”. Estas características colocam, este grupo, mais próximo do pólo universitário de Cabinda.

- **JOVENS RESPONSÁVEIS** – Este grupo posiciona-se claramente na dimensão da participação explícita na sociedade, no lado da maior participação. Associam-se os que são membros ou militantes de partidos políticos, com uma atitude declarada de ir votar, ocupar os tempos livres com trabalho, não considerando a família como valor mais importante para si. Pela sua configuração, este grupo apresenta-se mais próximo do pólo universitário do Huambo.

O pólo Universitário do Huambo encontra-se próximo, pelo lado da participação mais activa na vida da sociedade, dos mais pragmáticos e ambiciosos. Podendo ser considerados os mais interventivos mercê, entre outras razões, do facto de haver um maior número de militantes políticos e de serem os que em maior percentagem pretendem seguir carreira política, são os que em maior percentagem dizem estar dispostos a dar a vida pelo país.

- **JOVENS HEDONISTAS** – Relativamente à dimensão participação explícita na sociedade, este é o grupo mais ambíguo. Poderão englobar-se os que não são membros ou militantes de partidos políticos e os que têm uma atitude expressa de “Não sei”, quanto ao voto. Nos tempos livres dedicam-se ao voluntariado, a festas e à praia. É o grupo que mais

se preocupa com a família, mas aquele que menor peso atribui à política. Esta configuração coloca-os mais próximos do pólo universitário de Luanda (ainda que contrarie os dados anteriores mas confirme a ideia-feita de que “os luandenses são farristas, gostam é de festas!”). No espaço dos “Hedonistas”, situam-se ainda aqueles que têm a maior taxa de reprovação, dos que têm a taxa mais alta de “estudantes” podendo, ainda assim, serem considerados os mais insatisfeitos.

Analisados os comportamentos, as práticas sociais dos jovens concluímos, conforme os grupos identificados, da existência de configurações específicas no respeitante à organização do seu quotidiano, de agir e de viver em sociedade. Se estas configurações apontam sentidos de identidades comuns, elas não são, no entanto, definidoras de grupos claramente distintos e homogêneos. A análise de clusters permitiu, por um lado, encontrar correspondências com as análises anteriores mas permitiu, igualmente, descortinar a existência de comportamentos e valores que não podem ser considerados como específicos a cada grupo (referimo-nos aos solidários, responsáveis e hedonistas). Quer isto dizer que cada um deles conterà, no seu seio, elementos de outros. Gostaríamos, no entanto, de elencar (mais) algumas questões que se poderão colocar:

- Que valores são revelados a partir da leitura das práticas sociais em que se envolvem estes jovens em Angola?

- Estas configurações evidenciarão uma crise de valores ou, muito pelo contrário, uma heterogeneidade de valores consentânea com a heterogeneidade dos grupos em presença?

O tipo de manifestações e representações sociais descritas evidenciam, efectivamente, identidades heterogêneas que poderão indiciar estar-se em presença de diferentes grupos que levantam algumas interrogações: i) esta heterogeneidade decorre somente da acção dos indivíduos?; ii) terá esta heterogeneidade relação com a estrutura, com o espaço e as condições existentes?; iii) será uma heterogeneidade cultural?; iv) será uma heterogeneidade que decorre do facto de os indivíduos serem “jovens”?; v) ou será, ainda, uma heterogeneidade a que se deve atribuir um sentido próprio de estruturação decorrente e inserido no processo específico de evolução da sociedade angolana?; vi) ou ainda, uma heterogeneidade que decorre do processo de transição e de maturação dos jovens, sem esquecer a existência, por um lado, de diferentes juventudes e, por outro, de diferentes grupos de que essas juventudes são parte?; vii) e finalmente, porque não admitir como possibilidade se essa heterogeneidade decorrerá de algumas das possibilidades aqui inscritas e de outras ausentes?

## SER JOVEM EM ANGOLA

Os tempos são de procura de uma identidade – referimo-nos ao país – e esta mesma procura faz emergir um conjunto de valores, por vezes contraditórios, mas em coexistência activa, fruto da crise que Angola vive há mais de 30 anos, que o pós-guerra fez emergir e de que os jovens são “filhos”. Nas últimas três décadas, Angola viveu grandes mudanças políticas, sociais, económicas e religiosas que se reflectiram nos indivíduos, nomeadamente nas formas de construção da sua vivência quotidiana e é nos e sobre os valores que ela se reflecte. Entendemos que os “solidários”, “responsáveis” e “hedonistas” são diferentes facetas, distintos modos de estar, e também possível resultado tanto dos efeitos de uma crise como das formas encontradas pelos actores sociais para a ultrapassar. Por outro lado, estas diferentes identidades podem reflectir o pulsar das diferentes províncias e, nesta medida, dos jovens estudantes dos pólos universitários da Cabinda, do Huambo e de Luanda, sendo que o caso de Luanda se apresenta como o mais paradigmático. Sabedores do *melting pot* que é hoje a cidade de Luanda, do espaço político, económico, cultural e social que ocupa no conjunto das 18 províncias do país, facilmente se entende a heterogeneidade dominante e o “aparente” paradoxo das suas atitudes, práticas, comportamentos e valores. Se, por um lado, a análise de clusters confirma a já antiga tipificação de Luanda como província (no caso mais a cidade-capital) “festeira”, por outro encontramos nestes jovens festeiros que são os que mais reprovam (e as razões para tal são inúmeras e já foram referidas), os que parecem ter mais facilidades no seu quotidiano, mas parecem ser igualmente os mais críticos e os que não abdicam do voluntariado. Esta aparente frivolidade dos originários da província de Luanda é um elemento interessante que importa reter, porque poderá ajudar a repensar os povos e os estereótipos que se lhes colam.



## Conclusão

### O ovo de Colombo

Na nota prévia ao livro de Aristóteles, “Política”, João Bettencourt da Câmara cita o velho do Timeu: “vós, os Gregos, sois todos crianças. Um grego nunca é velho. Sois todos jovens pelo que toca a vossa alma, pois não tendes nela qualquer doutrina antiga nem saber encanecido pelo tempo”. Esta citação remete claramente para o facto de os jovens não terem passado, razão por que subjaz, na construção social e sociológica da juventude, nunca um antes, muito pouco o agora e sempre um depois, e também que a juventude é uma construção. Esta visão prospectiva dos jovens, dos jovens na sua relação com o futuro (mais do que do presente), leva a que se considere a juventude um barómetro das sociedades e é neste quadro que a importância sociológica da juventude deve ser analisada.

A evolução na abordagem da juventude obedece à evolução da ciência, dos métodos a ela associados, das teorias sociológicas – afinal, é preciso não esquecer que a juventude, enquanto categoria sociológica, é uma construção, recente, devedora da evolução das sociedades e das ciências, mais precisamente da sociologia.

Para além do bem e do mal, o continente africano continua a gerar jovens, contrariando o que ocorre no ocidente. Em África, corre-se a contra-ciclo e é tendo em atenção as suas especificidades que se devem promover as políticas que, no caso dos jovens, deverão continuar a alicerçar-se na educação/ensino/formação profissional/. E estes alicerces enquadram-se nos Objectivos do Milénio de que o acesso à alimentação, à água, à saúde, à liberdade, a paridade entre os géneros (de que se destaca a dignificação da mulher), são parte. Como bens de 1ª necessidade que são, agrupar-se-ão nos valores materialistas. Com isso não se pretende dizer que os pós-materialistas não existam, ainda que de forma fragmentada (aqui e ali) – veja-se o caso da ambientalista queniana, Wangari Maathai, prémio Nobel da Paz em 2004.

Angola, como parte de África, não escapa às fraquezas do continente – o caso da sobremasculinização dos estudantes universitários (v. inquéritos) é disto exemplo. A pergunta que dá mote a estas linhas sugere uma reformulação: qual o papel que se espera que estes jovens desempenhem (de acordo com os papéis esperados pela sociedade, pelos adultos) e aqueles que os jovens pensam desempenhar? Quer isto dizer que a análise do papel dos jovens (no caso, estudantes universitários) pressupõe que, num primeiro momento, se avalie os papéis definidos e esperados pela sociedade e, num segundo,

aqueles (papéis) que os jovens reservam para si próprios? É nesta aparente contradição que se poderá encontrar a chave do problema? Que acção se espera dos jovens e que acção ou acções os jovens estão disponíveis e/ou dispostos a desenvolver? Se considerarmos que se espera que, de entre os valores que deles se espera (no quadro dos papéis), os jovens sejam responsáveis e se lhes não dê responsabilidade, o que daí resultará? As percepções dos indivíduos sobre a sua própria inserção social e sobre a posição que os outros parecem atribuir-lhes configuram imagens de estratificação social, do mesmo modo que os papéis que lhes são atribuídos e aqueles em que os indivíduos se (re)vêm configuram imagens de posições e lugares na sociedade.

Quando se fala de juventude dir-se-ia trivial falar-se de conflito. Este apresenta-se como “reserva” desta categoria – a juventude enquanto problema em vez de os problemas da juventude. Por esta ordem de ideias, também se poderá associar a anomia à juventude, pois uma categoria, um “ser” em transição, arrasta consigo “tudo e nada”, o desregramento. Por esta ordem de ideias, a (re)categorização da juventude com a anomia não deixaria de ter a “sua” lógica – se a origem do desregramento está na juventude e se esta é, “por natureza”, desregrada e conflituosa (e, por conseguinte, todos os males sociais adviriam da juventude), silogisticamente o axioma poderia funcionar. E é aqui que esbarramos com as contradições, a construção, a ideologização e a politização da juventude quando entretanto se verifica que o silogismo não é verdadeiro – não é verdade que haja uma relação entre anomia e juventude. Por outro lado, se a anomia sugere (o) caos, convulsão, apatia ou indiferença, no seu gérmen encontra-se a mudança, qualquer que ela seja e esta está a acontecer em Angola, sendo que a juventude é, muito naturalmente, parte nesse e desse processo.

Contrariando a ideia-feita de que os jovens, em Angola, seguindo o exemplo dos mais velhos, prática “comum” na actualidade (da elite – política, militar, empresarial – e também de muitos cidadãos ditos comuns), querem é seguir as suas pegadas (o que desde logo alerta para o facto de as atitudes, as práticas e os comportamentos dos jovens se “deverem” aos mais velhos), isto é, o que visam é ganhar dinheiro, muito dinheiro, não importando os meios (numa trajectória de corrupção), que ser político é um fito porque dá “honra e glória!”, o mesmo que poder (acesso a tudo e todos), os jovens estudantes universitários têm outros planos para as suas vidas: querem ser felizes, felicidade que pensam poder alcançar com trabalho, tendo um bom emprego, a sua grande aspiração.

Quando os jovens estudantes universitários consideram ser a obediência um atributo, o valor mais alto que deve ser estimulado e inculcado às crianças, os mesmos

denotam por um lado o já constatado “peso” da educação familiar e das igrejas; por outro, o do aparelho de estado por via do conformismo que parece habitar os angolanos sem esquecer uma visão caduca do conceito de educar, espelho não somente da já referida educação mas também da cultura patriarcal que reina no país. Isto poderá significar que os jovens constroem o seu futuro, reinventam os seus papéis a partir de uma partitura que lhes é dada, pela família, pela escola, pela sociedade, o que dá conta da importância da socialização na formação dos indivíduos e também dos constrangimentos e do espaço de manobra entretanto conquistado pelos jovens a partir do qual se reinventam. E mais, dão também deste modo conta que o efeito obediência que consideram ser um comportamento que deve ser ensinado às crianças lhes terá sido passado pelos seus educadores, na senda de outros comportamentos, práticas, atitudes e valores. E que a crítica e responsabilidade que lhes é dirigida e imputada deverá ser deslocada para os seus educadores, os já “nossos” conhecidos “mais-velhos”.

Ainda assim e contrariando as expectativas mais sombrias, parece que se assiste ao retorno do actor (título de um livro de Alain Touraine), se é que alguma vez ele esteve ausente. O que se poderá passar (ou ter passado) é o seguinte: as mudanças em Angola e no seu sistema de valores, em momento algum significaram ausência de valores; terá antes havido uma recomposição, uma adaptação – inversão da pirâmide – às mudanças entretanto ocorridas. Veja-se o caso da religião, cuja multiplicação de igrejas e seitas se, por um lado, sintetiza a mudança dos tempos (o pós-1992, o multipartidarismo), o grande número de membros e fiéis parece ser, por outro lado, um indicador da pobreza reinante e da busca de um sentido para a vida, concorrendo para o florescimento de um sentimento de pertença de uma comunidade em construção, uma crença, uma fé outrora adormecida.

Mas a crescente mobilidade dos indivíduos que carregam consigo as respectivas culturas – entre os angolanos que viajam para o exterior e os estrangeiros que chegam a Angola – é igualmente um fenómeno que poderá estar na base das grandes mudanças que se operaram e continuam a acontecer, a um ritmo vertiginoso, em Angola. Atente-se, igualmente, no facto de se poder estar perante um caso de recomposição e adaptação resultante de mudanças nas condições de vida dos indivíduos (de que a pobreza e a precariedade são disso testemunho) de que a guerra terá funcionado como “agente secreto” de mobilização.

Depois de um período em que a política e os políticos comandaram as hostes, neste momento parece ser a religião (no plural) a grande depositária e catalizadora de dores e vontades, de sofrimentos e aspirações, de problemas e de sonhos, de descrédito e de

esperança. Sendo a militância política diariamente promovida e incentivada, a percepção que se tem é a de que haverá muitos militantes partidários<sup>303</sup> mas, como se pode verificar a partir deste estudo, muito poucos serão aqueles (de entre os jovens estudantes universitários inquiridos) que se interessam pela política (ou pela política tal como ela é “feita”) e, por conseguinte, se associam ou integram partidos políticos, encontrando-se mais empenhados em associações, de que ressaltam as religiosas. É claro que houve mudanças em Angola, mas não se assistiu ao esboroamento dos valores. Houve mudanças, sim, nas práticas, atitudes e comportamentos, nas “prioridades”, mas não nos sistemas de valores. Os considerados valores estruturais e estruturantes estão presentes nos jovens inquiridos e, se os não (per)seguem, parece no entanto ser este o caminho que desejariam trilhar.

Perguntar-se-á: acção da juventude ou acção sobre a juventude? É claro que houve, há e haverá sempre acção sobre a juventude. A grande questão não é esta, mas sim sobre o tipo de acção exercida sobre a juventude. A eliminação do actor da esfera da acção e a sua redução a peão (jogador, nas palavras de Touraine) não significa, necessariamente, o seu desaparecimento – os papéis que, enquanto jovens, lhes estão “destinados”, vêm sendo cumpridos. Significará, sim, a redução da sua intervenção de forma “directa” na esfera social, mas fica-lhe a intervenção na esfera individual. O curso do seu destino pessoal, individual, leva a que se possa entender o individualismo que perpassa por estes jovens como um meio de afirmação identitária – estes jovens inquiridos encontram-se não somente atentos mas são, igualmente, actores da agenda política, social, económica e cultural de Angola, nem que seja pelo facto de os resultados dos inquéritos apontarem para jovens que têm uma visão clara, uma “ideia” para o país que os viu nascer e cujos valores não se encontram em crise e, por conseguinte, não precisam de ser resgatados. Como questiona e argumenta Pais (2003), “porque é que se fala tanto de crise? Em grego *krísis* significa decisão. E decisão vem de cisão [*scission*]. As cisões aparecem associadas ao caos e à instabilidade, gerando *indecisão*<sup>304</sup>”. No caso específico de Angola, tratar-se-á, porventura, de fazer uma reflexão séria e profunda sobre as causas e razões do caos e da instabilidade no país e, na sequência disso, desbravar, traçar e decidir sobre os caminhos que conduzam a uma “nova era”, no que passa necessariamente pela aposta na ciência, mormente nas ciências sociais de que a sociologia é uma digna representante.

---

<sup>303</sup> Só o MPLA diz ter um milhão.

<sup>304</sup> Os sublinhados são do autor.

Jovens desenhando o seu futuro? Que acção, a dos jovens angolanos? Após a descrição e configuração dos jovens angolanos universitários, esta a pergunta que se impõe. A resposta a esta pergunta depara-se, desde logo, com o facto de a acção dos indivíduos, os motivos da sua acção (que poderão ser múltiplos, entre “interiores e exteriores” ao indivíduo) serem obscuros para os mesmos, o mesmo se passando com os observadores. Ainda que o actor invoque as razões da sua acção, elas poderão não corresponder (exactamente) ao enunciado. E que dizer das consequências da acção? Deste modo, cabe ao investigador desvendar o dito e o que ficou por dizer. Assim é que os resultados apontam para a importância atribuída pelos jovens à meritocracia – pode assim entender-se por via da importância que os jovens dão ao ensino/educação, ao trabalho e ao emprego, bem assim outros indicadores como é o caso da pretensão de fazerem o doutoramento e a pontualidade que se diria que deve ser apanágio de um bom trabalhador.

Os jovens, em Angola, têm valores, ainda que a prática – comportamentos, atitudes – não sejam conformes aos mesmos, mas aos apelos e ditames do exterior, do meio envolvente, da estrutura, do contexto. O indicador mais importante em todo este trabalho centra-se no “não ao poder”, “não à política” e no “não ao dinheiro”, contrariando deste modo a premissa deste trabalho de que os jovens seriam “movidos” pelo poder e pelo dinheiro. A busca da felicidade faz-se através da fé, do trabalho e da família. Ter casa e carro, mais do que (como) valores materiais, são entendidos como bens de primeira necessidade, pelo que se os valores materialistas ingelhartianos farão sentido nesta análise, os pré-materialistas também se encontram por cumprir. No entanto, merece destaque o facto de uma percentagem significativa dos inquiridos dizer pertencer a associações religiosas, enquanto o inquérito de 2008 realizado junto de jovens em geral, entre os 18 e os 35 anos, em todo o país, por altura das eleições, aponta para associações ambientalistas (logo depois das associações de moradores de bairro), o que não deixa de ser significativo remetendo, deste modo, também para o universo pós-materialista. Deste modo se poderá dizer que existem e coabitam, em Angola, os valores pré-materialistas, os pós-materialistas e os materialistas.

Por outro lado e no respeitante aos valores, um dos aspectos mais interessantes deste trabalho foi, à medida que a investigação progredia, a sucessão de desbravamentos que foram dando a conhecer novos mundos. Tal é o caso de diferenças de valores entre os géneros que sugerem diferenças de atitudes, práticas, comportamentos e de identidades – é evidente que estas diferenças não serão somente entre, mas também de géneros. E, a este propósito, a questão dos papéis parece-nos aqui muito clara quando as jovens inquiridas se

mostram particularmente preocupadas com a violência doméstica e mais apostadas do que eles em constituir família. Quando comparados com elas, eles, os jovens inquiridos – no âmbito do veemente “não ao poder” que os inquiridos de ambos os sexos defendem! –, são quem se mostra “menos indisponível” em relação ao poder e ao dinheiro ou, ainda, são eles que se mostram mais flexíveis com relação a considerar o “sexo casual” como comportamento sempre justificado. Em ambos os casos, pode ver-se que se “cumprem” os papéis. No entanto, é mister que se refira o facto de estas jovens inquiridas se mostrarem “sensíveis” mas também aguerridas na compreensão de questões candentes como a prostituição, não se sabe se numa manifestação de solidariedade de género (ainda que a prostituição também exista e se faça no masculino) e/ou como reconhecimento de uma vida sofrida que é a da prostituição.

Angola, país de futuro! Este é um dos cartões-de-visita de Angola. Mas que país não se vê como tendo futuro? O futuro dos jovens estudantes universitários, ainda que incerto, é considerado positivo para a maioria dos inquiridos o que é um indicador de que a percepção que os inquiridos têm do seu rumo é positivo, e cumprir-se-á esta esperança se a premissa do bom emprego for satisfeita.

O Inquérito II feito em Luanda e em duas outras províncias, permitiu confirmar muitos dos resultados do primeiro. Quando analisado por províncias, permitiu que ficássemos com a percepção do que é comum e diferente e, deste modo, os “agrupássemos” e identificássemos, cumprindo-se, deste modo, a alteridade que o conceito de identidade (con)tem. Deste modo, deverá entender-se a tipologia adoptada para caracterizar, definir e identificar os jovens estudantes universitários (tendo em atenção as províncias onde nasceram) como uma interpretação da realidade. Eles são angolanos, jovens, estudantes universitários, e esta é o que os identifica enquanto unidade. Na diversidade eles apresentam-se solidários, responsáveis e despreocupados – as análises feitas (clusters) apontam que se encontram (os) mais responsáveis em Cabinda, (os) mais despreocupados em Luanda, sendo que os do Huambo se situam a meio-caminho, mas destacando-se pelo valor atribuído ao trabalho e que abre caminho à ambição. Se entendermos por valor(es) aquilo a que atribuímos importância e que, numa escala, estará associado ao que temos (valores presentes) e ao que não temos (aspirações), poderá entender-se o relegar a família (e a religião) para 2º plano por estes serem valores presentes, inquestionáveis porque factuais, enquanto os demais serão “valorizados” precisamente por se enquadrarem nas aspirações – aquilo que não se possui. Por outro lado, a importância atribuída aos valores varia no tempo – as circunstâncias são

importantes, se não determinantes, na avaliação e valorização que fazemos e atribuímos aos valores – e a ideia de que os valores se esfumam deve ser revista. Em sua substituição falaremos antes de “vaporização”<sup>305</sup>, precisamente porque este é um acto de transformação, de mudança, que contempla (um)a substituição – o desaparecimento de algo, faz e contém a emergência de outra coisa e não o “simples e total aniquilamento”. A problemática dos valores centra-se no desafio da escolha. É o indivíduo livre de escolher? É, em certa medida. É, se e quando a sociedade não o absorve e o processo de “vaporização” acontece. Ainda que com um espaço de manobra condicionado, o indivíduo tem alguma liberdade de acção. As escolhas que os indivíduos fazem, as suas acções, variam em função dos contextos históricos, políticos, económicos, sociais e culturais. Relativamente aos factores económico e cultural, e a propósito de já não ser o dinheiro, a dimensão económica, mas o prestígio e a realização pessoal (culturalmente definidos), os factores culturais que se tornam mais cruciais no comportamento humano, refere Inglehart (1990: 432), que “culture provides maps of the universe”. E são do psicólogo Allport (cit. em Harding: 1986, 2), as seguintes palavras: “we know a person best if we know what kind of future he is bringing about – and his molding of the future rests primarily on his personal values”. Neste trabalho foi possível “ver-se” a avaliação que os jovens fazem não somente de si próprios (entre problemas e aspirações), como dos problemas do seu país, do rumo que deve tomar e das prioridades que deve considerar.

Que Angola a do futuro com os jovens de hoje? Pode concluir-se, a partir das palavras destes inquiridos, que ser jovem em Angola é um desafio, um desafio que exige sobretudo paciência (se considerado que a obediência é uma das qualidades a ser ensinada, transmitida, inculcada às crianças e consideradas as dificuldades que o quotidiano angolano apresenta) e trabalho.

Considerando a natureza da presente investigação, preferiu-se ensaiar algumas considerações finais em relação à problemática e às questões de pesquisa evitando assim a formulação de conclusões sempre redutoras e difíceis de obter em trabalhos desta natureza que, no que diz respeito à realização dos questionários, limitaram a “margem de manobra”

---

<sup>305</sup> O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001: 3703), define a palavra (verbo) “vaporizar” do seguinte modo: “transformar ou transformar-se uma substância no estado líquido ou sólido, em gás ou vapor, devido a uma elevação da temperatura; reduzir ou reduzir-se, um líquido ou um sólido, a gás ou vapor (...) Espalhar um líquido sobre alguém ou alguma coisa, sob a forma de pequenas gotas, por meio de um vaporizador”.

para que se possa fazer generalizações. Não obstante esta limitação, o exercício que damos por terminado abre janelas para uma área que até aqui tem sido de intervenção e não de pesquisa, de investigação.

Considerada social e sociologicamente a categoria mais importante, a juventude é, em Angola, actora e palco de grandes movimentações. Ainda que não nos tenhamos debruçado sobre as organizações juvenis existentes em alguns partidos políticos (sendo que as que têm maior expressão e visibilidade são precisamente as dos dois partidos com maior representação parlamentar, o MPLA e a UNITA – sobretudo a primeira), qualquer observador verificará a importância desta categoria para (e não tanto nos) os partidos políticos. Esta referência surge precisamente por se pretender dar conta da existência de acção sobre e da juventude. Se a primeira é clara, manifesta, a segunda surge mais rasteira.

A anomia, que parece reinar no país, enuncia e congrega um sem número de atitudes, práticas e comportamentos considerados “normais”. O facto de, se não a maioria, grande parte dos indivíduos agirem de forma contrária à norma, acaba por caucionar as ditas acções que passam “funcionando” como normativas. Dito isto, fácil será perceber-se a acção, ou melhor dizendo, as acções dos jovens no contexto enunciado e, para melhor o enunciar, cedemos a palavra a Lahire (2001: 26) para quem “procurar «a» fórmula geradora das práticas de um actor, reconstituir «o» estilo «cognitivo» ou de «vida» que perdura e se manifesta nos domínios de actividade mais diferentes, não é partilhar a ilusão ordinária da unicidade e da invariabilidade?”.

Afinal, o ovo de Colombo mais não é do que a aspiração de os jovens estudantes universitários angolanos terem “uma vida normal”! E por vida normal se deverá entender o acesso aos bens de primeira necessidade e a conquista de oportunidades iguais para todos. E o facto de os jovens inquiridos pretenderem investir na sua realização profissional sugere que o rumo que Angola deve seguir está na educação, no ensino, nos recursos humanos. O capital cultural e simbólico sai vencedor desta cruzada que fazia do vencedor antecipado o que se pensa dos jovens e não o que os jovens pensam de si próprios. Ser jovem em Angola, nos dias de hoje, tem tanto de desafiante como de desesperante. Talvez esta seja a explicação para que os seus valores e identidades sejam questionados e confrontados pela sociedade. A configuração de jovens como e enquanto solidários, responsáveis e hedonistas dá conta do seguinte: mais do que da diversidade em função das províncias, de diferentes maneiras de ser jovem. É esta heterogeneidade, esta diversidade que poderá estar na base da tentativa de estereotipização dos indivíduos e, no caso em análise, dos jovens. O facto de haver mais inquiridos do sexo masculino do que do



feminino, que pode bem ter uma justificação conjuntural (terá a ver com o curso), não deixa de funcionar como um alerta para as questões da igualdade de oportunidades no respeitante ao género.

É na emboscada do presente e do futuro, no interstício do que deles se espera e do que eles esperam, do espaço de acção que lhes é dado e do que é por eles conquistado, que os jovens desenham o seu futuro. Nesta conformidade, a sua acção tem constrangimentos e é condicionada, razão porque se poderá dizer que a mesma não obedece a um padrão, e que é algumas vezes reactiva, outras será pró-activa. No caso dos jovens estudantes universitários, pode dizer-se que a “serendipidade” neste trabalho encontrámo-la, precisamente, por estes contrariarem a ideia-feita da associação da juventude com os bens materiais e com o poder. A verdade é que se alguma associação se poderá fazer destes jovens com o poder, será no desejo de desempenharem um cargo de direcção no âmbito do seu trabalho.

Os jovens estudantes universitários inquiridos parecem bem saber o que querem e para onde vão, ainda que as suas atitudes, práticas e comportamentos (e para o aquilatar, para além dos números, sempre imprecisos, é importante ser insider), à semelhança de outras categorias de indivíduos na sociedade angolana, sejam uma clara expressão de comportamentos anómicos, de que a anomia é uma realidade em Angola. E neste caso, ao conceito de anomia se deverá acrescentar que o desregramento que a caracteriza varia em função do contexto e que as suas causas são, igualmente contextuais – dir-se-ia que, no caso de Angola, terão sido os “mais-velhos”, os adultos, quem se terá encarregado de agir em conformidade e “ensinar” e projectar, junto da juventude, os valores que estes jovens inquiridos entretanto contrariam. Mais ainda, que a anomia enquanto facto social, “impõe-se” ao indivíduo, mas não ao indivíduo inconsciente, que não está inteirado do certo e do errado, do que deve ou não fazer, do bem e do mal. O que a anomia revela é que algo de grave se terá passado e que é necessário que se apurem as causas de forma a combater as consequências e, por conseguinte, a ruptura da ordem pública na vida de todos os dias do que os indivíduos consideram como lei, naquilo que Sébastien Roché chama de “sociedade incivil” e que também poderá ser entendido como anomia. Os resultados dos inquéritos apontam para o facto de os inquiridos terem conhecimento dos valores que (entendem) devem nortear as suas vidas e as dos demais indivíduos, e que o bem-estar social será a reivindicação mais poderosa em termos colectivos e a realização pessoal aquela que não pode ser negligenciada de que o ter emprego funcionará como uma das alavancas rumo à almejada satisfação das necessidades.

## SER JOVEM EM ANGOLA

A não demissão dos jovens do espaço que lhes é ou está “reservado” na configuração das sociedades afigura-se essencial não somente para a manutenção e reprodução das sociedades, mas enquanto depositários, que são, de valores considerados perenes e, simultaneamente, como agentes (em potência) de mudança: tal parece ser o caso angolano.

Conhecedores do lugar e papel que lhes é e está atribuído, os jovens inquiridos constroem as suas identidades no quotidiano, no confronto com os seus pares. E é assim que a mudança acontece – a pessoal, a grupal e a social!

E porque não há teatro sem actores, terminado este que se pode considerar o 1º acto da peça, saem estes jovens actores do palco e dá-se por finda esta representação. Quanto à continuação, seguirá “tão-logo seja possível”!

**Referências Bibliográficas:**

AA VV (1989), *A Juventude Portuguesa. Situações, Problemas, Aspirações*, 8 v., Lisboa, UL- ICS.

ABÉLÈS, Marc et Chantal Collard (org.), (1985), *Age pouvoir et société en Afrique noire*, Paris, Éd. Karthala.

ABRAMO, Helena W., Pedro P. Martoni Branco (org.) (2005), *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania.

ALBOU, Paul (1973 [1968]), *Les questionnaires psychologiques*, 2<sup>è</sup> éd., Presses Universitaires de France.

ALMEIDA, João Ferreira de (1990) *Portugal. Os próximos 20 anos. Valores e representações sociais*, vol. VIII, FCG.

ALMEIDA, João Ferreira de et al (1990), “Famílias, Estudantes e Universidade. Painéis de Observação Sociográfica” in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol. I, pp. 129-150, APS, Lisboa, Editorial Fragmentos.

ALMEIDA, João Ferreira de (2000) “Sociedade e Valores” in Pinto, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ed. Sequitur, pp. 160-179.

ALVES, Natália de C. (2007), *Inserção profissional e formas identitárias. Percursos dos licenciados da Universidade de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UL.

AMID-TALAI, Vered e Helena Wulff (ed.) (1995), *Youth Cultures. A cross-cultural perspective*, London, Routledge.

ANTOINE, Gérald et J.C. Passeron (1966), *La réforme de l'Université*, Paris, Calmann-Lévy.

ARCHER, Margaret (1982[1985]), «Structuration versus morphogenesis», in S. N. Eisenstadt e H.J. Helle (orgs.), *Macro-Sociological Theory. Perspectives on Social Theory*, vol. I, Beverly Hills, CA, Sage, pp. 58-88.

ARGENTI, Nicolas (2007), *The Intestines of the State. Youth, Violence, and Belated Histories in the Cameroon Grassfields*, Chicago, The University of Chicago Press.

ARIÈS, Philippe (1988), *A criança e a vida no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio de Água.

ARISTÓTELES, s/d, *A Ética*, Tradução e notícia histórico-biográfica de Cássio M. Fonseca, Rio de Janeiro, Coleção Universidade.

ARISTÓTELES (2006), *Ética a Nicómaco*, 2ª ed., Tradução do grego e notas de António de Castro Caeiro, Lisboa, Quetzal Editores.

ARNETT, Jeffrey Jensen (1997), “Young People’s Conceptions of the Transition to Adulthood” in *Youth & Society*, Vol. 29, Nº1, pp. 3-22.

AUBERT, Nicole (dir.), (2005[2004]), *L’individu hypermoderne*, Ramonville-Saint Agne, Éditions Érès.

AUBRET, Jacques (2009), “L’adulte en quête d’identité: reconnaître l’altérité en soi”, in Boutinet, Jean-Pierre & Pierre Dominicé (dir.), *Où sont les adultes? Routes et déroutés d’un âge de la vie*, Paris, Téraèdre, pp. 103-122.

AUSTIN, Joe and Michael N. Willard (eds.) (1998), *Generations of Youth. Youth Cultures and History in Twentieth-Century America*, New York, New York University Press.

BACHMAN, Jerald G. et al (1997), *Somoking, Drinking and Drug Use in Young Adulthood. The Impacts of New Freedoms and New Responsibilities*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.

BECK, Ulrich (1999), *World risk society*, Cambridge, Polity.

BECK, Ulrich (2001), *La société du risqué: sur la voie d’une autre modernité*, Paris, Flammarion.

BECKER, Howard S. (1973 [1963]), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance. (With a new chapter “Labelling Theory Reconsidered”)*, New York, The Free Press.

BENDIT, René, W. Gaiser, Jan H. Marbach (eds.) (1999), *Youth and Housing in Germany and the European Union. Data and Trends on Housing: Biographical, Social and Political Aspects*, Opladen, Leske-Budrich.

BERGER, Peter L. (1990 [1969]). *A Rumor of Angels. Modern Society and the Rediscovery of the Supernatural*. Nova York, Doubleday.

BESNARD, Philippe (1987), *L'Anomie, ses usages et ses fonctions dans la discipline sociologique depuis Durkheim*, Paris, Presses Universitaires de France.

BIDART, Claire (2006), *Devenir adulte aujourd'hui. Perspectives internationales*, Paris, L'Harmattan.

BLANCHARD, Pascal, Sandrine Lemaire (2003), *Culture coloniale. La France conquise par son Empire, 1871-1931*, Paris, Éditions Autrement.

BLÖSS, Thierry (1994), "Une jeunesse sur mesures. La politique des âges" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XCVII, 1994, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 253-276.

BOIZO, Ori (2003), «Stratégies d'auto-emploi et pratiques d'individualism chez les jeunes citadins d'Abidjan» in Leimdorfer, François et Alain Marie (éds.) (2003), *L'Afrique des citadins. Sociétés civiles en chantier*, (Abidjan, Dakar) Paris, Éditions Karthala, pp. 195-216.

BORDONARO, Lorenzo Ibrahim (2007), *Living at the margins. Youth and modernity in the Bijagó Islands (Guinea-Bissau)*, Lisboa, ISCTE, Tese de Doutoramento.

BOUDON, Raymond (1984), *O Lugar da Desordem*, Lisboa, Gradiva.

BOUDON, R. et F. Bourricaud (1990 [1982]), *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, 3 éd., Paris, Presses Universitaires de France.

BOUDON, Raymond [1995], *O Justo e o Verdadeiro – Estudos sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento*, Lisboa, Instituto Piaget.

BOURDIEU, Pierre (2003), *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século.

BOURDIEU, Pierre et J. C. Passeron (1964), *Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre et al (1998 [1993]), *A Miséria do Mundo*, 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes.

BOURDIEU, Pierre (2002), «Estruturas, Habitus e Práticas», in *Esboço de uma Teoria da Prática precedido de Três estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Ed., pp. 163-184.

BOUTINET, Jean-Pierre (1998), *L'immaturation de la vie adulte*, Paris, Presses Universitaires de France.

BRAKE, Michael (1987[1985]), *Youth Culture. The sociology of youth culture and youth subcultures in America, Britain and Canada*, London, Routledge & Kegan Paul.

BRÉCHON, Pierre (2000), *Les valeurs des Français. Évolutions de 1980 à 2000*, Paris, Armand Colin.

BRÉCHON, Pierre et Olivier Galland (dir.) (2010a), *L'individualisation des valeurs*, Paris, Armand Colin.

BRÉCHON, Pierre (2010b), “Le retour du materialism?” in Bréchon, Pierre e O. Galland, *L'individualisation des valeurs*, Paris, Armand Colin, pp. 103-118.

BRENNER, Louis (2000), *Controlling Knowledge. Religion, power and Schooling in a West African Muslim Society*, London, Hurst&Company.

BROWN, Bradford B. et al (eds.), (2002), *The World's Youth. Adolescence in Eight Regions of the Globe*, Cambridge, Cambridge University Press.

BROWNE, Katherine E. (2009) “Economics and Morality: Introduction” in K. E. Browne et al (eds.), *Economics and Morality. Anthropological Approaches*, Lanham, Altamira Press.

BRUBAKER, Rogers (2005), «Identity» in Cooper, Frederick, *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*, Berkeley, University of California Press, pp. 59-90.

BUCHOLTZ, Mary (2002), “Youth and Cultural Practice” in *Annual Review of Anthropology*, 31, pp. 525-552.

BUJO, Bénézet (2001) *Foundations of an African Ethic. Beyond the Universal claims of western morality*, New York, Crossroad Publishing Company.

CALVO, Enrique Gil (2011), “A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil” in Pais, José Machado et al (orgs.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 39-57.

CAMILLERI, Carmel e Claude Tapia (1983), *Les “nouveaux jeunes”. La politique ou le bonheur. Jeunesse de France, d'Europe et du Tiers-Monde*, Toulouse, Editions Privat.

CARAÇA, João (2000), “Ciência, complexidade e poder” in *Análise Social*, Vol. XXXIV (151-152), pp. 687-693.

CASANOVA, José L. (1993), *Estudantes Universitários. Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, UL-ICS.

CASHMORE, E. Ellis (1985 [1984]), *No Future. Youth and Society*, England, Gower Publishing Company limited.

CAVALLI, Alessandro (1996), «The delayed entry into adulthood: is it good or bad for society?», in Pais, José Machado e Lynne Chishol (coord.) (1997), *Jovens em Mudança. Actas do Congresso Internacional "Growing up between centre and periphery"*, Lisboa, 2-4 Maio de 1996, Lisboa, ICS, pp. 179-186.

CAVALLI, Alessandro et al (2008), *Deux pays, deux jeunesses? La condition juvénile en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

CLARKE, John et al (1998[1975]) "Subcultures, Cultures and Class" in Stuart Hall & Tony Jefferson (eds), *Resistance through Rituals. Youth Subcultures in post-war Britain*, London, Routledge, pp. 9-74.

COENEN-HUTHER, Jacques (2003), "Le type ideal comme instrument de la recherche sociologique" in *Revue Française de Sociologie*, V. 44, n°3, pp. -531-547.

COHEN, Ira J. (2002[1996]), «Teorias da Acção e da Praxis» in Brian S. Turner (ed.), *Teoria Social*, Algés, Difel, pp.111-142.

COHEN, Phil (1997), *Rethinking the Youth Question. Education, Labour and Cultural Studies*, London, Macmillan Press Ltd.

COLEMAN, James S. e Torsten Husén (1985), *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*, Porto, Ed. Afrontamento.

COLLINS-MAYO, Sylvia e Pink DanDandelion eds. (2010), *Religion and Youth*, Surrey, Ashgate.

CONDE, Idalina (1990), "Identidade nacional e social dos jovens" in *Análise Social*, vol. XXV, (108-1099), pp. 675-693.

CONNOR, Steven (1992), *Theory and Cultural Value*, Oxford, Blackwell Publishers.

CORIJN, Martine, Erik Klojzing ed. (2001), *Transitions to Adulthood in Europe*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

COSTA, A. Firmino et al (1990), "Estudantes e amigos – trajectórias de classe e redes de sociabilidade" in *Análise Social*, vol. XXV (105-106), (1º, 2º), pp. 193-221.

COSTA, A. Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.

CÔTÉ, James E. (2009) "Youth-identity studies: history, controversies and future directions" in Furlong, Andy (ed.) *Youth and Young Adulthood. New perspectives and agendas*, London and New York, Routledge, 375-383.

COWEN, Deborah and Emily Gilbert (eds.), (2008) *War, Citizenship, Territory*, NY, Routledge.

CRUBELLIER, Maurice (1979), *L'enfance et la jeunesse dans la société française, 1800-1950*, Paris, Armand Colin.

CRUZ, Manuel Braga da et al (1984), “A condição social da juventude portuguesa” in *Análise Social*, 81-82, pp. 285-308.

CRUZ, Manuel Braga da (1990), “A participação política da juventude em Portugal – as *élites* políticas juvenis” in *Análise Social*, vol. XXV (105-106), (1º, 2º), pp. 223-249.

DAIUTE, Collete (2009), “Young people and armed conflict” in Furlon, Andy (ed.) *Youth and Young Adulthood. New perspectives and agendas*, London and New York, Routledge, 321-327.

DEAN, Hartley (1997), “Underclassed or undermined? Young people and social citizenship” in MacDonald, Robert [ed.] (1997), *Youth, the “Underclass” and Social Exclusion*, London, Routledge, pp.55-69.

DESCHAVANNE, Éric (2004), “La jeunesse dans les âges de la vie” in Dubet, François et al (dir.) in *Comprendre Les Jeunes – Revue annuelle de philosophie et de sciences sociales*, 5-2004, Paris, Presses Universitaires de France.

DETH, Jan W. van e Elinor Scarbrough (1995), “The concept ov values” in Deth, J. W. V. e Elinor S., *The Impact of Values*, New York, Oxford University Press, pp. 21-47.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003), Lisboa, Círculo de Leitores.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001), Braga, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

Dicionário Universal da Língua Portuguesa (2000), Lisboa, Texto Editores, 6ª ed..

DIRN, Louis (1991[1990]), 2ª ed., *La Société Française en tendances*, Paris, Presses Universitaires de France.

DUBAR, Claude (2001[2000]), 2ª éd., *La crise dès identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris, Presses Universitaires de France.

DUBET, François (1994), *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.

DUBET, François (1996), *Des jeunesses et des sociologies. Le cas français. Sociologie et sociétés*, vol. XXVIII, 1, pp. 23-35.

DUFOUR, Stéphane , D. Fortin, J. Hamel (1994), “Sociologie d'un conflit de jeunesse: la generation du baby boom et les baby busters” in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XCVII, 1994, pp. 277-300, Paris, Presses Universitaires de France.

DURKHEIM, Émile (1966 [1922]), *Éducation et Sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France.



DUVIGNAUD, Jean (1986), *Hérésie et subversion. Essais sur l'anomie*, Paris, Éditions La Découverte.

EISENSTADT, S. N. (1964), *From generation to generation. Age groups and social structure*, London, Collier-Macmillan Limited.

EISENSTADT, S. N. (1969), *Modernização: Protesto e Mudança. Modernização de Sociedades Tradicionais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

ELDER, Glen H. Jr (1984 [1974]), *Children of the Great Depression. Social Change in Life Experience*, The University of Chicago Press.

ELIAS, Norbert (1993[1987]), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote, Lda.

ELSTER, Jon (1995[1986]), ed., *The multiple self*, Cambridge, Cambridge University Press.

EPSTEIN, Jonathon S. (ed.) (1998), *Youth Culture. Identity in a PostModern World*, Massachusetts, Blackwell Publishers Ltd.

EPSTEIN, Seymour (1989), Values from the Perspective of Cognitive-Experiential Self-Theory” in Eisenberg, Nancy et al (eds), *Social and Moral Values. Individual and Societal Perspectives*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, pp. 3-22.

ERIKSON, Erik H. (1977), *Sociedade y adolescencia*, 3ª ed., México, Siglo Veintiuno editores, S.A.

ERIKSON, Erik H. (1979[1975]), *Historia personal y circunstancia histórica*, Madrid, Alianza Editorial.

EVANS, Karen (2002), “Taking Control of their Lives? Agency in Young Adult Transitions in England and New Germany” in *Journal of Youth Studies*, vol.5, nº3, pp. 245-269.

FANON, Frantz (1961), *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Ulisseia.

FEATHERSTONE, Mike, Andrew Wernick (eds.), (1995), *Images of Aging. Cultural Representations of Later Life*, London, Routledge.

FEND, Helmut (1994), "The historical context of transition to work and youth unemployment" in Petersen, Anne C. e Jeylan T. Mortimer, eds., *Youth Unemployment and Society*, New York, Cambridge University Press, pp. 77-94.

FERNANDES, António Teixeira (2001), *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora.

FERREIRA, Maria Francisca G., Marcelino, Zanene E. (1996), "Políticas educacionais: colonização e independência (caso de Angola)", in Nóvoa, António et al (eds.), *Para uma História da Educação Colonial*, Porto e Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Educa, pp. 275-286.

FERREIRA, Paulo (1993), *Valores dos Jovens Portugueses nos anos 80*, Caderno do ICS, nº3, ICS/IJ.

FERREIRA, Paulo M. (2003), "Valores morais: as noções de 'certo' e de 'errado' na transição pós-moderna" in Jorge Vala et al, (org.), (2003), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 95-122.

FERREIRA, Pedro M. (1999), *Desvio e Juventude. Causas sociais da delinquência juvenil*, Dissertação de doutoramento, ISCTE.

FILHO, JOÃO F., Micael Herschmann, (2006) As culturas jovens como objecto de fascínio e repúdio da mídia" in Rocha, Everardo et al (orgs.), *Comunicação, Consumo e Espaço Urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens*, Rio de Janeiro, Ed. PUC-Mauad Editora, pp. 143-154.

FIREY, Walter (1963), "Conditions for the Realization of Values Remote in Time" in Tiryakian, Edward A. (ed.), *Sociological Theory, Values and Sociocultural Change. Essays in Honor of Pitirim A. Sorokin*, London, The Free Press Glencoe, Collier-Macmillan Ltd, pp. 147-159.

FORNÄS, Johan et al (1995), *In Garageland. Rock, youth and Modernity*, London, Routledge.

FORNÄS, Johan et al (eds) [1995], *Youth Culture in Late Modernity*, London, Sage Publications.

FREUND, Julien (1983), *Sociologie du conflit*, Paris, Presses Universitaires de France.

GALLAND, Olivier (1991), *Sociologie de la jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Colin.

GALLAND, Olivier (dir.), (1995), *Le monde des étudiants*, Paris, Presses Universitaires de France.

GALLAND, Olivier (1996 [1984]), *Les Jeunes*, Paris, Éditions de Découverte.

GALLAND, Olivier & Yannick Lemel (dir.), (1998), *La nouvelle société française. Trente Années de Mutation*, Paris, Armand Colin.

GALLAND, Olivier (2008), “La fin de l’idéologie libertaire” in Cicchelli, Vincenzo e Olivier Galland, *Problèmes politiques et sociaux (Les nouvelles jeunesses)*, n° 955, La Documentation Française, pp. 45-47.

GASSET, J. Ortega y (1946), *Missão da Universidade* (versão portuguesa de Sant’Anna Dionísio), Porto, Seara Nova.

GIDDENS, Anthony (2000[1979]), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Ed.

GIDDENS, Anthony (1991) *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge-UK, Polity Press.

GIDDENS, Anthony (1994 [1990]) *Les conséquences de la modernité*, Paris, Éd. L’Harmattan.

GILLIS, John R. (1981), *Youth and History. Tradition and Change in European Age Relations, 1770-Present*, Orlando-Florida, Academic Press, Inc.

GOMES, Rui (1996). “Percursos da educação colonial” in Nóvoa, António et al (eds.), *Para uma História da Educação Colonial*, Porto e Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Educa, pp. 153-163.

GONÇALVES, Danyelle N. (2009), “Jovens em campanhas eleitorais” in Barreira, Irllys, César Barreira (orgs.), *A Juventude e suas Expressões Plurais*, Fortaleza, Ed. UFC, pp. 153-175.

GOKALP, Catherine (1981), *Quand vient l’âge des choix. Enquête auprès des jeunes de 8 à 25 ans: employ, residence, mariage*. Travaux et documents, Cahier n°95, Presses Universitaires de France.

GRAWITZ, Madeleine (1984), *Méthodes des Sciences Sociales*, 6ème éd., Paris, Précis Dalloz.

GREEN, A. (1990), *Education and the State formation. The rise of education systems in England, France and USA*, London, Macmillan.???

GRIFFIN, Christine (1997), "Representations of the Young", in Roche, Jeremy, Stanley Tucker, *Youth in Society*, London, Sage Publications, pp. 17-25.

GUERREIRO, Maria das Dores, Abrantes, Pedro (2004), *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, Direcção Geral, Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP).

HALL, Catherine (2002), *Civilising Subjects. Metropole and Colony in the English Imagination, 1830-1867*, Chicago, The University of Chicago Press.

HALL, Stuart & Tony Jefferson (eds) (1983 [1976]), *Resistance through Rituals. Youth subcultures in post-war Britain*, London, Hutchinson et Co. Publihers, Ltd.

HALL, Stuart & Tony Jefferson (eds.), (1983[1975]), *Resistance through Rituals. Youth subcultures in post-war Britain*, London, Hutchinson & Co. (Publishers) Ltd.

HALLET, Brien (2007), "Legislation on Youth Enrolment and Voting" in Saha, Lawrence J. et al, *Youth and Political Participation*, Rotterdam, Sense Publishers, pp. 15-32.

HARDING, David P. et Michael Fogarty (1986), *Contrasting Values in Western Europe*, Macmillan.

HATCH, Elvin (1983), *Culture and Morality. The Relativity of Values in Anthropology*, New York, Columbia University Press.

HESLON, Christian (2009) "L'adulte face à son âge: défis du vieillir jeune" in Boutinet, Jean-Pierre & Pierre Dominicé (dir.), *Où sont les adultes? Routes et déroutés d'un âge de la vie*, Paris, Téraèdre, pp. 17-40.

HESS, Laura E. et al (1994), "Youth, unemployment and marginality: The problem and the solution" in Petersen, Anne C. e Jeyland T. Mortimer, *Youth Unemployment and Society*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-33.

HOLLANDS, Robert G. (1990), *The Long Transition. Class, Culture and Youth Training*, London, Macmillan Education Ltd.

HOPKINS, Peter E. (2010), *Young People, Place and Identity*, London and New York, Routledge.

HUNTINGTON, Samuel P. (2004), *Who are We? The Challenges to America's National Identity*, New York, Simon & Schuster.

HYDEN, Goran (2007 [2006]), *African Politics in Comparative Perspective*, New York, Cambridge University Press.

Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP), 2008-09. Principais Resultados. Grelha de Indicadores*, Ministério do Planeamento, Luanda-Angola, Agosto de 2010.

INGLEHART, Ronald (1977) *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press.

INGLEHART, Ronald (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, New Jersey, Princeton University.

INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton-New Jersey, Princeton University Press.

JACKSON, J. A. (ed.) (1972), *Role*, London, Cambridge University Press.

JAHODA, Gustav (1999), *Images of Savages. Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*, London, Routledge.

JAMES, Allison, Alan Prout éd., (1997), *Constructing and Reconstructing Childhood. Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, second éd., London, Falmer Press.

JAMES, Allison, Chris Jenks, Alan Prout (1999 [1998]), *Theorizing Childhood*, Cambridge, Polity Press.

KAHLE, Lynn R. (ed.) (1983), *Social Values and Social Change. Adaptation to Life in America*. NY, Praeger Publishers.

KAJIBANGA, Víctor (2000) *Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento. (Reflexões Sobre o Papel do Ensino Superior em África)*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

KALYVAS, Stathis N. (2006), *The Logic of Violence in Civil War*, Cambridge, Cambridge University Press.

KAUFMANN, Jean-Claude (1994), “Rôles et identité: l'exemple de l'entrée en couple”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XCVII, 1994, pp. 301-328, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 301-328.

KEIL, Ivete M. (2004), “Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na *pólis*?” in Baquero, Marcelo (org.) (2004), *Democracia; juventude e Capital Social no Brasil*, Porto Alegre, UFRGS Editora, pp. 17-48.

KETT, Joseph F. (1977), *Rites of Passage. Adolescence in America. 1790 to the Present*, New York, Basic Books, Inc., Publishers.

KNORR-CETINA, K. e A. V. Cicourel (ed), (1981), *Advances in social theory and methodology*, Routledge & Kegan Paul Ltd.

KOTZÉ, Henne e Karin Lombard (2003), “Revising the Value Shift Hypothesis: A Descriptive Analysis of South Africa's Value Priorities between 1990 and 2001” in Inglehart, Ronald ed., (2003), *Human Values and Social Change. Findings from the Values Surveys*, Leiden-Boston, Brill, pp. 183-205.

KUGELBERG, Clarissa (1998) “Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 27, Oeiras, Celta Editora, pp. 41-57.

LAHIRE, Bernard (2001), *O homem plural. As molas da acção*, Lisboa, Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard (2006), “L'Homme Pluriel. La sociologie à l'épreuve de l'individu”, in Molénat, Xavier (coord.), *L'individu contemporain. Regards sociologiques*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 59-66.

LAVELLE, Louis (1951), *Traité des Valeurs*, Tome Premier (Théorie générale de la valeur), Paris, Presses Universitaires de France.

## SER JOVEM EM ANGOLA

LAZAR, Judith (2002), *La violence des jeunes. Comment fabrique-t-on des délinquants?*, Paris, Flammarion.

LEVI, Giovanni, Jean-Claude Schmitt (1994), *Histoire des Jeunes en Occident*, 2 vol., Paris, Éditions du Seuil.

LINHART, Danièle et al (1990), *Fin de siècle, début de vie. Voyage au pays des 18-25*, Paris, Syros-Alternatives.

LIPOVETSKY, Gilles (1988), *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água Editores Lda.

LIPOVETSKY, Gilles (1995), “Os novos regimes do individualismo” in *Colóquio Educação e Sociedade*, nº8/9, Março/Julho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 101-118.

LOPES, Carlos M. (2007), *Roque Santeiro. Entre a Ficção e a Realidade*, Estoril, Príncipia Editora, Lda.

LUBKEMANN, Stephen C. (2008), *Culture in Chaos. An Anthropology of the Social Condition in War*, Chicago, The University of Chicago Press.

LUKES, Steven (2008), *Moral Relativism*, Profile Books, London.

LURY, Celia (1997), *Consumer Culture*, Cambridge, Polity Press.

MACDONALD, Robert [ed.] (1997), *Youth, the “Underclass” and Social Exclusion*, London, Routledge.

MACHADO, Fernando Luís, A. Silva (2009), *Quantos caminhos há no mundo? Transições para a Vida Adulta num Bairro Social*, Cascais, Príncipia Editora, Lda.

MACNICOL, John (2006), *Age Discrimination. An Historical and Contemporary Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

MALESEVIC, Sinisa (2010), *The Sociology of War and Violence*, Cambridge, Cambridge University Press.

MANNHEIM, Karl (1968), “O problema da juventude na sociedade moderna” in Brito, Sulamita (org.) *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de hoje*, RJ, Zahar Editores, pp. 69-94..

MANNHEIM, Karl, R. Merton e C. Wright Mills (1974), *Sociologia do Conhecimento*, 2ª ed., RJ, Zahar Ed.

MANNHEIM, Karl (1990), *Le problème des générations*, Éditions Nathan.

MANNING, Peter and M. Truzzi (eds) (1972), *Youth and Sociology*, New Jersey, PrenticeHall.

MAROCO, João e Regina Bispo, (2003), *Estatística aplicada às Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, Climepsi Editores.

MARTUCCELLI, Danilo (2002), *Grammaires de l'individu*, Éditions Gallimard

MARX, Karl e F. Engels (1981), *A Ideologia Alemã. 1º Capítulo – seguido das Teses sobre Feuerbach*, Lisboa, Ed Avante.

MAUGER, Gérard (1986), “La Categorie de Jeunesse. Essai d’inventaire, de classement et de critique de quelques usages courants ou savants”, in François Proust (coord.) *Les jeunes et les autres. Contributions des sciences de l’homme à la question des jeunes*, Vol. 1, CRIV, pp. 43-63.

MBEMBE, J. Achille. (1985), *Les Jeunes et L’ordre Politique en Afrique Noire*, Paris, Éd. L’Harmattan.

MBEMBE, J. Achille (2000), *De la postcolonie. Essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine*, Paris, Éditions Karthala.

MBEMBE, Achille (2001), *On the postcolony*, Berkeley, University of California Press.

MEAD, Margareth (1968), “A jovem de Samoa e seu grupo de idade” in Britto, Sulamita de, *Sociologia da Juventude, III – a vida colectiva juvenil*, RJ, Zahar Editores, pp.31-41.

MEAD, Margareth (1970), *O Conflito de Gerações*, Lisboa, Publ. Dom Quixote.

MEIJER, Roel (ed.), (2000), *Alienation or Integration of Arab Youth. Between Family, State and Street*, Richmond, Curzon.

MERTON, Robert K. and Elinor Barber (1963), “Sociological Ambivalence” in Tiryakian, Edward A. (ed.), *Sociological Theory, Values and Sociocultural Change. Essays in Honor of Pitirim A. Sorokin*, London, The Free Press Glencoe, Collier-Macmillan Ltd, pp. 91-120.

MERTON, Robert K., (1968[1949]), *Sociologia. Teoria e Estrutura*, SP, Ed. Mestre Jou.

MERTON, Robert K. (1979[1972]), «Insiders and outsiders: a chapter in the Sociology of Knowledge», in *American Journal of Sociology*, 78 (1), pp. 9-47.

MILES, Steven et al (1998), «“Fitting In and Sticking Out”: Consumption, Consumer Meanings and the Construction of Young People’s Identities» in *Journal of Youth Studies*, Vol.1, Nº1, pp. 81-96.

MILLS, C. Wright (1965 [1959]), *A Imaginação Sociológica*, RJ, Zahar Editores.

MYRDAL, Gunnar (1965), *O Valor em Teoria Social*, São Paulo, Livraria Pioneira Editôra.



MISHRA, Vijay e Bob Hodge (1993), “What is Post(-)colonialism?” in Williams, Patrick e Laura Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Pos-Colonial Theory (A reader)*, GB, Harvester Wheatsheaf, pp. 276-290.

MIZEN, Phillip (2002), “Putting the Politics into Youth Studies: Keynesianism, Monetarism and the Changing State of Youth” in *Journal of Youth Studies*, Vol.5, nº1, pp. 5-20.

MOLÉNAT, Xavier coord., (2006), *L'individu contemporain. Regards sociologiques*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines.

MORIN, Edgar (2004) “A ética da complexidade e o problema dos valores no séc. XXI” in Bindé, Jérôme (dir.), *Para onde vão os valores?*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 91-94.

MOUZELIS, Nicos P. (1991), «Restructuring Structuration Theory: duality and dualism in sociological theory», em Nicos Mouzelis (1991), *Back to Sociological Theory. The construction of social orders*, Londres, Macmillan, pp. 25-47.

MUCCHIELLI, Roger (1965), *Comment ils deviennent Délinquants. Genèse et développement de la socialisation et de la dissocialité*, Paris, Les éditions Sociales Françaises.

MUCCHIELLI, Roger (1967), *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale*, Paris, Les Éditions Sociales Françaises.

MUDIMBE, V. Y. (1988), *The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, London-Oxford, James Currey Ltd-Indiana University Press.

MUSIL, Robert (2005 [1978]), *As perturbações do pupilo Torless*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MUXEL, Anne (2008), “Un rapport au politique plus distancie” in Cicchelli, Vincenzo e Olivier Galland, *Problèmes politiques et sociaux (Les nouvelles jeunesses)*, nº 955, La Documentation Française, pp. 51-54.

NACHMIAS-Frankfort, Chava et al [1992 (1993)], *Reserach Methods in the Social Sciences*, 4ª ed., GB, St. Martin's Press, Inc.

NSAMENANG, A. Bame (2002), “Adolescence in Sub-Saharan Africa. An Image Constructed from Africa's Triple Inheritance” in B. Bradford Brown et al (2002), *The Worlds Youth-adolescence in eight regions of the globe*, Cambridge/UK, Cambridge University Press, pp. 61-104.

NUNES, Adérito S. (1968), *Sociologia e ideologia do desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores.

NUNES, Adérito S. (1977), *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, 5ª ed., Lisboa, Presença.

NUNES, João S. (1998), “Perfis Sociais Juvenis” in Cabral, Manuel V. e José M. Pais (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje. Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-51.

PAIS, José Machado (1990a), “A Construção Sociológica da Juventude. Alguns contributos” in *Análise Social*, vol. XXV, (105-106), pp. 139-165.

PAIS, José Machado (1990b), “Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica” in *Análise Social*, vol. XXV, (108-1099), pp. 591-644.

PAIS, José Machado (1991), *Formas Sociais de Transição para a Vida Adulta. Os Jovens através dos seus quotidianos*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.

PAIS, José Machado (1993), *Culturas juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PAIS, José Machado [coord. científica], (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

PAIS, José Machado (1999), *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num contexto Europeu*, Oeiras, Celta Editora.

PAIS, José Machado (2003), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa, Ambar, SA.

PAIS, José Machado (2006) *Nos rastros da solidão. Deambulações sociológicas*, 2ª ed., Porto, Ambar, SA.

PAIS, José Machado (2010) *Lufa-Lufa Quotidiana. Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

PARKER, John et al (2003), *Social Theory. A basic Tool Kit*, Palgrave Macmillan.

PARSONS, Talcott (1942), “Age and Sex in the Social Structure of the United States”, in *American Sociological Review*, Vol. 7, No. 5 (Oct., 1942), pp. 604-616.

PERETZ, Henri (2000 [1998]), *Métodos em Sociologia*, Lisboa, Temas e Debates.

PIDGEON, Gerard G. (1996), “Black Icons of Colonialism; African Characters in French Children’s Comic Strip Literature” in *Social Identities*, Vol. 2, Nº1, 1996, pp. 135-159.

PINTO, Conceição Alves (1995), *Sociologia da Escola*, Lisboa, Macgraw-Hill.

PINTO, José Madureira (1991) “Considerações sobre a Produção Social de Identidade” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, Junho 1991, pp. 217-231

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

REIMER, Bo (1995), “Youth and modern lifestyles” in FORNÄS, Johan et al (eds) [1995], *Youth Culture in Late Modernity*, London, Sage Publications, pp.120-144.

REIS, Carlos (1992), “O discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão” in *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, nº1, Maio, 1992, pp. 17-30.

REIS, Elizabeth (1998), *Estatística Descritiva*, Lisboa, Sílabo, 4ª Ed.

*Relatório de Análise: Estudo Socio-Político sobre os Jovens Angolanos*, Audit, SARL, 2008.

RIBES, Bruno (2005), “Ce que nous savons des jeunes”, Catherine Pigeault-Cicchelli et al, (lecture critique) in *Recherches familiales* (Les liex de vie des enfants), nº2, 2005, pp.131-134.

RICHARDS, Paul ed. (2005), *No Peace No War. An Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*, Oxford, James Currey Ltd.

ROCHA, Manuel J. A. da (2010), *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola. Os factores de Competitividade territorial*, Luanda, Universidade Católica de Angola, CEIC.

ROCHE, Jeremy, Stanley Tucker (1997), *Youth in Society*, London, Sage Publications.

ROBERTS, Kenneth (1983), *Youth and Leisure*, London, George Allen & Unwin.

ROBERTS, Kenneth (1995), *Youth & Employment in Modern Britain*, Oxford, Oxford University Press.

ROKEACH, Milton (1973) *The nature of human values*, New York, The Free Press.

ROKEACH, Milton (1979), “From Individual to Institutional Values: with special reference to the values of science”, in Rokeach, Milton, *Understanding Human Values. Individual and Societal*, New York, Macmillan Publishing, pp. 47-70.

SÁ, Jorge e Luís Reto (2002), *O estado da opinião em Portugal (1997-2001)*, Lisboa, Bertrand Editora.

SAID, Edward (1990), *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.

SANTOS, Fernando A. S. N., (2004), *Juventude, Consumo e Globalização. Uma análise comparativa*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.

SARACENO, C. (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.

SCABINI et al (2006), *The Transition to Adulthood and family Relations. An Intergenerational Perspective*, Hove & New York, Psychology Press.

SCHMIDT, João P. (2001), *Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milénio*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.

SCHWARTZ, Shalom et al (1990), «Toward a Theory of the Universal Content and Structure of Values: Extensions and Cross-Cultural Replications» in *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 58, 878-891.

SCHWARTZ, Shalom (1996), «Value Priorities and Behavior: Applying a Theory of Integrated Value Systems» in Clive Seligman et al (1999), *The Psychology of Values*, The Ontario Symposium, Vol. 8, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, pp. 1-24.

SCIORNO, Alberto (2008) *L'África in Guerra. I conflitti africani e la globalizzazione*, Milano, Baldini Castoldi Dalai Editore S.p.A.

SEIDLER, Victor J. (2010), *Embodying Identities. Culture, differences and social theory*, Great Britain, The Policy Press.

SHANAHAN, Michael J. (2000), “Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective” in *Annual Review of Sociology*, 26, pp. 667-692.

SHEPLER, SUSAN (2010), “Are ‘Child Soldiers’ in Sierra Leone a New Phenomenon?” in Knorr, Jacqueline e Wilson T. Filho (eds.), *The Powerful Presence of the Past. Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*, Leiden, Brill, pp. 297-321.

SILVA, Tomaz (org.), Stuart Hall e Kathryn Woodward (2003 [2000]), *Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*, 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes.

SINGER, Paul (2005), “A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social” in ABRAMO, Helena W. e Pedro P. Martoni Branco (org.) (2005), *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, pp. 27-35.

SINGLY, François de (2005), “Les disparitions de l’individu singulier en sociologie” in Philippe Corcuff et al, *Politiques de L’individualisme. Entre sociologie et philosophie*, Paris, Les Éditions Textuel, 63-86.

SINGLY, François (2006) *Les Adonaiissants*, Paris, Armand Colin.

SINGLY, François (2007) [1993] *Sociologie de la famille contemporaine*, 3e éd., Paris, Armand Colin.

SLEMON, Stephen (1994), “The scramble for post-colonialism” in Tiffin, Chris e Alan Lawson (eds.) (1994), *De-scribing Empire. Post-colonialism and textuality*, London, Routledge, pp.15-32.

SOARES, Amadeu C. (2004), “Universidade em Angola A sua criação em 1962” in *Episteme, Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, Ano V, nº 13-14, 2ª série, pp. 57-69.

SPEIER, Hans (1969 [1952]), *Social Order and the Risks of War. Papers in political sociology*, Cambridge, M.I.T. Press Paperback edition.

SPIVAK, Gayatri C. (1993), “Can the Subaltern Speak?” in Williams, Patrick e Laura Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Pos-Colonial Theory (A reader)*, GB, Harvester Wheatsheaf, pp. 66-111.

SPRANGER, Eduardo (1965-1929), *Psicologia de la edad juvenil*, 7º ed., Madrid, Revista de Occidente, S.A.

SPROTT, W. J. H. y D. Riesman (1968), *La Sociedad y la formacion del caracter*, Buenos Aires, Editorial Paidós.

SPURR David (1993), *The Rethoric of Empire. Colonial Discourse in Journalism, Travel Writing and Imperial Administration*, London, Durban & London, Duke University Press.

STECANELA, Nilda (2010), *Jovens e cotidiano. Trânsitos pelas Culturas Juvenis e pela Escola da Vida*, Caxias do Sul, RS: Educs.

STÖETZEL, Jean (1983), *Les Valeurs du temps Présent: Une Enquête*, Paris, Presses Universitaires de France.

SUE, Roger (2004) “Desenvolvimento das associações e novas solidariedades” in Bindé, Jérôme (dir.), *Para onde vão os valores?*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 133-136.

SUPER, D. E. (1984), “Leisure: What it is and might be” in *Journal of Career Development*, Dec., pp. 71-80.

TEIXEIRA, António (coord.) (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e práticas culturais*, Porto, Ed. Afrontamento.

THEVENOT, Laurent (1979), “Une Jeunesse difficile: les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 26-27, pp. 3-18.

THEVENOT, Laurent (1986), “Grandeur et Misere de la Jeunesse. La qualité de jeune dans les jugements de grandeur”, in François Proust (coord.) *Les jeunes et les autres. Contributions des sciences de l’homme à la question des jeunes*, Vol. 1, CRIV, pp. 29-41.

TILES, Mary and Hans Oberdiek (1995), *Living in a Technological Culture. Human tools and human values*, London, Routledge.

## SER JOVEM EM ANGOLA

TOURAINÉ, Alain (1965), *Sociologie de L'Action*, Paris, Éditions du Seuil.

TOURAINÉ, Alain (1972), *Université et Société aux États-Unis*, Paris, Éditions du Seuil.

TOURAINÉ, Alain (1984), *O Retorno do Actor*, Lisboa, Instituto Piaget.

TUCKMAN, Bruce W. (2002), *Manual de Investigação em Educação*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

TURIEL, Elliot (2002), *The Culture of Morality. Social Development, Context, and Conflict*, Cambridge-UK, Cambridge University Press.

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO (2009), Boletim Informativo 2008

VALA, Jorge (1986), “Identidade e Valores da juventude portuguesa. Uma abordagem exploratória” in *Desenvolvimento*, Ano II, Maio 1968 (nº especial: Os Jovens e Nós), pp. 17-28.

VALA, Jorge e tal, (org.), (2003), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS.

VELHO, Gilberto (1987[1981]), *Indivíduo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, 2ªed., RJ, Zahar Ed.

WEBER, Max (1989), *Sobre a Universidade*, São Paulo, Cortez Editora.

VERA CRUZ, Elizabeth Ceita (2006a), O Estatuto do Indigenato. A legalização da discriminação da colonização portuguesa, Luanda-Lisboa, Ed. Chá de Caxinde.

VERA-CRUZ, Elizabeth Ceita (2006b), “Como desenham os jovens estudantes angolanos, em Portugal, o seu futuro?”, in *V Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico, África: compreender trajectos, olhar o futuro*, Covilhã, Maio (não publicado).

VERA CRUZ, Elizabeth Ceita (2008), “Os desafios do ensino superior em Angola. O lugar e o papel das ciências sociais na construção do país e do futuro dos angolanos” in *Revista Angolana de Sociologia*, Junho, nº1, pp. 85-92.

VOAS, David (2010), “Explaining Change over Time in Religious Involvement” in Collins-Mayo, Sylvia e Pink DanDandelion eds. (2010), *Religion and Youth*, Surrey, Ashgate, pp. 25-32.

WALLACE, C. e Sijka Kovatcheva (1998), *Youth in society. The Construction and Deconstruction of Youth in East and West Europe*, London, Macmillan Press.

WHITNEY, Susan B. (2009), *Mobilizing Youth. Communists and Catholics in Interwar France*, Durham and London, Duke University Press.

WILLIAMS, Robin M., Jr (1979) “Change and stability in values and value systems. A Sociological Perspective” in Rokeach, Milton *Understanding Human Values. Individual and Societal*, New York, Macmillan Publishing, pp.15-46.

## SER JOVEM EM ANGOLA

WIN, Johanna e Rob White (1997), *Rethinking Youth*, London, Sage Publications.

WIN, Johanna e Rob White (1998), Young People, Social problems and Australian Youth Studies in *Journal of Youth Studies*, Vol.1, N°1, pp.23-38.

WULFF, Helena (1995), "Introduction youth culture in its own right: the state of the art" in Amidd-Talai, Vered e Helena Wulff (ed.) (1995), *Youth Cultures. A cross-cultural perspective*, London, Routledge, pp. 1-18.

YOUNG, Robert C. (2001), *Postcolonialism. An Historical Introduction*. UK, Blacwell Publishing Ltd.

ZEEUW, Jeroen de e Krisna Kumar (ed.), (2006), *Promoting Democracy in Postconflict Societies*, London, Lynne Rienner Publishers.

ZOA, Anne-Zidonie (1999), «Langages et cultures dès jeunes dans les villes africaines» in Gauthier, Madeleine et Jean-François Guillaume, *Definir la jeunesse? D'un bout à l'autre du monde*, Canada, L'Harmattan, pp. 235-250.

Sites:

European Values Study (EVS) [www.europeanvalues.nl](http://www.europeanvalues.nl)

World Values Survey (WVS) [www.worldvaluessurvey.org](http://www.worldvaluessurvey.org)





## **ANEXOS**

## Anexo A

### *Inquérito I*

Inquérito aos estudantes universitários, Angolanos, na província de Luanda.

Este inquérito é **anónimo**. Por isso, **não escreva o seu nome** em nenhum lugar e momento deste questionário. Sendo um inquérito pessoal e com fins académicos, responda, por favor, com (a) verdade.

#### [1] Dados biográficos

1- Sexo: F  M

2- Naturalidade.

- a) Se nasceu no estrangeiro, indique o país: .....
- b) Se nasceu em Angola indique a província: .....
- c) Se nasceu em Luanda, indique o bairro: .....

3 – Idade: .....

4 - Estado civil:

- a) - Solteiro
- b) - Casado
- c) - Vive maritalmente?  
Sim  Não
- d) - Outro/qual?.....

5 – Filhos?

Sim  Não

5.1 - Se respondeu afirmativamente, refira quantos filhos tem: .....

6 – Universidade.....

- a) Curso.....
- b) Ano .....

7- Vive sozinho?

Sim  Não

8 - Tem automóvel próprio?

Sim  Não

9 - Tem irmãos?

Sim  Não

## SER JOVEM EM ANGOLA

9.1- Se respondeu afirmativamente, refira quantos irmãos tem (discrimine o número de irmãos e de irmãs) .....

10 - Qual é o seu grupo étnico? .....

11 – Qual é a sua raça?.....

### [2] Situação profissional

18 – Situação na profissão?

Estudante

Estudante-Trabalhador

Trabalhador

19 – Profissão .....

19.1 - Se é estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante, responda:

Local de trabalho?

Estado

Privado

20 – Condição perante o trabalho?

Patrão

Trabalhador por conta própria

Trabalhador por conta de outrem

22.2 – Situação profissional?

Estudantes

Estudantes-Trabalhadores

Trabalhadores

### [3] Residência

23 – Bairro/Comuna onde mora: .....

24 – Tipo de moradia?

Apartamento

Vivenda

Casa de alvenaria

Outro. Qual?.....

**[4] Trajecto escolar**

25 - Se iniciou os seus estudos em outra província de Angola, ou país, refira qual?  
.....

26 - Já reprovou?

Sim  Não

26.1 - Se respondeu afirmativamente, diga quantas vezes reprovou: .....

27 - Até que nível pretende estudar?

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

**[5] Trajecto profissional**

28 - Qual a actividade profissional que deseja seguir?.....

29 - Qual a instituição onde deseja trabalhar?.....

30 - Gostaria de vir a ocupar um alto cargo dirigente?

Sim  Não

30.1 - Se respondeu sim, diga qual?.....

31 - Tem intenção de ir viver e trabalhar no estrangeiro?

Sim  Não

31.1 - Se respondeu não, refira em que província de Angola gostaria de trabalhar?.....

32 - O que pensa fazer para o desenvolvimento de Angola e dos angolanos?.....

**[6] Lazer**

33 - Pratica alguma modalidade desportiva?

Sim  Não

33.1 - Se sim, qual?.....

34 - Como ocupa os seus fins-de-semana (**assinale apenas 2**)?

Festa

Praia

Trabalhar

Estudar

Voluntariado

Outro. Qual?.....

SER JOVEM EM ANGOLA

35 - De entre as seguintes actividades, diga quais as que pratica:

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
Cantar				
Tocar um Instrumento				
Dança de Salão, Clássica, Outra				
Fazer Teatro				
Ir ao Teatro				
Fazer Cinema				
Ir ao Cinema				
Ler				
Escrever				
Pintar				
Estar com amigos				
Ir à discoteca				
Trabalho comunitário/voluntário				
Internet				

36 – Onde foi passar férias pela última vez?.....

**[7] Angola (aspectos gerais)**

37 - Quantas províncias tem Angola?.....

38 - Qual é a população de Angola em números?.....

39 - Está recenseado?

Sim

Não

40 - Vai votar nas próximas eleições?

Sim

Não

Não Sei

41 – O que é que se comemora no dia 28 de Agosto?.....

44 - Qual deve ser o lugar de Angola no mundo?.....

## SER JOVEM EM ANGOLA

45 - Qual o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes princípios para nortear o futuro de Angola e dos angolanos:

	Muito Imp.	Pouco Imp.	Algo Imp.	Nada Imp.
Democracia				
Capitalismo				
Justiça				
Socialismo				
Liberalismo				
Comunismo				
Conservadorismo				

46 – Na sua opinião, quais os ministérios mais importantes (**assinale apenas 3**)?

- Turismo       Saúde       Transportes   
 Construção Civil/Habitação       Mulher   
 Educação/Ensino       Justiça       Tecnologias   
 Economia       Juventude       Finanças   
 Petróleos       Cultura

47 - Quais as qualidades que considera mais importantes nos políticos (**assinale apenas 3**)?

- Responsável       Competente       Íntegro       Transparência   
 Coerente       Honesto       Pontualidade       Trabalhador

49 - Quais os problemas sociais que mais afectam Angola (**assinale apenas 3**)?

- Água       Pobreza       Corrupção       Racismo   
 Má nutrição       Criminalidade       Má governação       Promiscuidade   
 Demografia       Incompetência       Falta de Quadros   
 Ausência de Políticas de Desenvolvimento       Saneamento Básico/Lixo

## SER JOVEM EM ANGOLA

50 - Quais as áreas que considera mais importantes para o desenvolvimento do país (assinale apenas 3)?

- Petróleos  Transportes  Artes Plásticas  Educação   
Diamantes  Habitação  Audiovisuais  Saúde   
Justiça  Teatro  Ciência e Tecnologia   
Outro/qual?.....

51 - Quais as qualidades que considera mais importantes num bom profissional (assinale apenas 3)?

- Íntegro  Pontual  Honesto  Competente   
Responsável  Trabalhador  Coerente  Transparente

### [8] Cultura

53 - Refira o nome de um/a angolano/a que seja:

- a) Artista plástico/a  b) Poeta (Isa)  c) Romancista   
d) Historiador/a  e) Sociólogo/a

54 - Quantos livros lê, em média, por ano (excluir os de leitura obrigatória da Universidade)? .....

55 - Género literário que prefere (assinale apenas 3)?

- Ficção científica  Policial  Ensaio  Romance   
Poesia  Biografias  Banda desenhada   
Outro/ qual?.....

56 - Com que frequência lê jornais?

- Frequentemente  Às vezes  Raramente  Nunca

56.1 - Se sim, qual ou quais lê?.....

57 - Quem escreveu “A casa Velha das Margens”?.....

58 - Que língua/s nacional fala (para além de Português)?

- Kimbundo  Umbundo  Kikongo  Oyo/Fiote   
Outra.....

59 - Que disciplinas considera ser importante incluir no curriculum do ensino básico, para além das que já existem (refira apenas 3)?

- Religião e Moral  Línguas nacionais  História de África   
Educação Cívica  Informática  Inglês

60 - Refira o nome de um/a cientista angolano/a: .....

61 - Diga o nome de um(a) herói (na) nacional?.....

62 - Em que data se comemora o Dia Nacional da Cultura Angolana? ...../...../.....

63 - O que se comemora no dia 10 de Dezembro?.....

## SER JOVEM EM ANGOLA

### [9] Juventude (identidade colectiva e individual)

64 - Quais os problemas que mais afectam os jovens (**assinale apenas 3**)?

- Droga       HIV       Desemprego       Habitação   
Educação       Salarial       Prostituição       Álcool

65 - Quais considera ser as características da juventude? .....

66 - Enquanto jovem e estudante, qual considera ser o objectivo da escola?.....

67 - Em que data se comemora o Dia da Juventude Angolana? .....

68 - Conhece a política do Ministério da Juventude?    Sim                       Não

69 - Que futuro o dos jovens em Angola?

- Muito Bom       Bom       Mau       Muito mau       Não sei

70 - É membro/militante de algum partido político?    Sim                       Não

71 - É membro/militante de alguma organização juvenil partidária? Sim       Não

72 - É membro de alguma organização ou associação juvenil, religiosa ou de solidariedade?

Sim                       Não

Se sim, qual?.....

73 - Quando tem relações sexuais, usa preservativo (você ou o seu parceiro/a)?

- Sempre                       Às vezes                       Raramente                       Nunca

74 - De entre as seguintes possibilidades, refira quais considera serem os objectivos de vida dos jovens angolanos (**assinale apenas 3**):

- Ter poder       Ser rico       Ser ministro       Ser bom profissional   
Ser feliz       Ter sucesso       Ser deputado       Ter bom emprego   
Constituir família

75 - De entre os seguintes, assinale quais as aquisições que constam da sua lista num futuro a médio prazo (**assinale apenas 2**):

- Carro       Terras/Terreno       Casa de praia       Barco   
Casa       Outro/qual?.....

76 - De entre os seguintes, indique quais os aspectos que considera mais importantes para si (**assinale apenas 3**):

- Sucesso       Religião       Dignidade       Família   
Poder       Dinheiro       Justiça       Liberdade   
Valores morais e éticos       Solidariedade

77 - Há algo mais que considere valer a pena o sacrifício e, se necessário, pôr em risco a sua própria vida?    Sim                       Não

77.1 - Se sim, quais (**refira apenas 3**)?

- A minha família       O meu país       Justiça   
Liberdade       Crença Religiosa       Paz   
Salvar a vida de outra pessoa       Não sei   
Outro/qual?.....



SER JOVEM EM ANGOLA

78 - É claro que todos querem que não haja outra guerra mas, se houvesse, estaria disposto/a lutar pelo seu país? Sim  Não  Não sei

79 - Pensa seguir carreira política? Sim  Não

80 - O que pensa fazer para o desenvolvimento de Angola e dos angolanos?

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

# SER JOVEM EM ANGOLA

## Anexo B

### *Inquérito II*

Inquérito aos estudantes universitários, Angolanos, na província de Luanda.

Este inquérito é **anónimo**. Por isso, **não escreva o seu nome** em nenhum lugar e momento deste questionário. Sendo um inquérito pessoal e com fins académicos, responda, por favor, com (a) verdade.

#### [1] Dados biográficos

1 – Sexo: F  M

2 – Naturalidade:

a) Se nasceu no estrangeiro, indique o país: .....

b) Se nasceu em Angola, indique a província: .....

c) Em que província vive? .....

3 – Idade: .....

4 – Estado civil:

a) - Solteiro

b) - Casado

c) - Vive maritalmente?

Sim  Não

d) - Outro/qual?.....

5 – Filhos?

Sim  Não

5.1 – Se respondeu afirmativamente, refira quantos filhos tem: .....

5.2 – Como é constituído e quantos são os elementos do seu agregado familiar?.....

6 – Universidade:.....

a) Curso:.....

b) Ano:.....

6.1 – Horário: Manhã  Tarde  Noite

7 – Vive sozinho?

Sim  Não

8 – Tem automóvel próprio?

Sim  Não

## SER JOVEM EM ANGOLA

8.1 – Se respondeu não, diga que meio de transporte utiliza para ir à Universidade:.....

### [2] Residência

9 – Refira o nome do Município onde mora:.....

9.1 – Indique o Bairro onde mora:.....

10 – Tipo de moradia?

Apartamento

Vivenda

Casa de alvenaria

Outro. Qual?.....

### [3] Trajecto escolar

11 – Se iniciou os seus estudos em outra província de Angola, ou país, refira qual?  
.....

12 – Já reprovou?

Sim

Não

12.1 – Se respondeu afirmativamente, diga quantas vezes reprovou:

1 vez

2 vezes

mais de 2 vezes

13 – Até que nível pretende estudar?

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

14 – O que o/a levou a escolher o curso que se encontra a fazer?

Por gosto

Para ganhar dinheiro

Outra. Qual?.....

### [4] Situação profissional

15 – Situação na profissão?

Estudante

Estudante-Trabalhador

Estudante e à procura de emprego

16 – Se é estudante-trabalhador, diga para que entidade trabalha?

Estado

Privado

Outro

16.1 – Se trabalha, diga qual é a sua condição perante o trabalho?

Patrão

Trabalhador por conta de outrem

16.2 – Se trabalha, diga qual a sua actividade profissional actual:.....

16.3 – Qual é o valor do seu salário (em Kz)?.....

**[5] Trajectória profissional**

17 – Qual a actividade profissional que deseja desenvolver no futuro?.....  
 .....

18 – Qual a instituição onde deseja trabalhar?.....

19 – Gostaria de vir a ocupar um cargo de direcção?

Sim  Não

19.1 – Se respondeu sim, diga qual e porquê?.....

20 – Tem intenção de ir viver e trabalhar no estrangeiro?

Sim  Não

20.1 – Se respondeu não, refira em que província de Angola gostaria de trabalhar:.....

**[6] Lazer**

21 – Como ocupa os seus fins-de-semana (**assinale apenas 3**)?

Festa

Praia

Trabalhar

Estudar

Voluntariado

Outro. Qual?.....

22 - De entre as seguintes actividades, diga quais as que pratica:

	Mt Frequent.	Frequent.	Às vezes	Raramente	Nunca
Cantar					
Tocar um instrumento					
Dança de Salão, Cássica, Hip hop					
Fazer teatro					
Ir ao teatro					
Trabalho voluntário					
Ir ao cinema					
Internet					
Escrever					
Pintar					
Estar com amigos					

SER JOVEM EM ANGOLA

23 – Onde foi passar férias pela última vez?.....

**[7] Angola (actualidade)**

24- Já se recenseou/fez o seu registo eleitoral?

Sim  Não

24.1 – Vai votar nas próximas eleições?

Sim  Não  Não Sei

25 – Qual deve ser o papel de Angola em África?

Muito Imp.  Pouco Imp.  Algo Imp.  Nada Imp.

26 – Com que países deve Angola ter relações privilegiadas de cooperação (**refira apenas 3**)?

França  Noruega  Cabo Verde  Congo  Moçambique   
 Portugal  Brasil  Cuba  China  Namíbia   
 S. Tomé e Príncipe  África do Sul  Inglaterra  EUA   
 Guiné-Bissau   
 Outro/qual? .....

27 – Qual deve ser o lugar de Angola no mundo?

Muito Imp.  Pouco Imp.  Algo Imp.  Nada Imp.

28 – Qual o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes princípios para nortear o futuro de Angola e dos angolanos:

	Muito Imp.	Pouco Imp.	Algo Imp.	Nada Imp.
Democracia				
Capitalismo				
Socialismo				
Liberalismo				
Comunismo				

29 – Na sua opinião, quais os ministérios mais importantes (**assinale apenas 3**)?

Turismo  Saúde  Transportes   
 Construção Civil/Habitação  Mulher   
 Educação/Ensino  Justiça  Tecnologias   
 Economia  Juventude  Finanças   
 Petróleos  Cultura  Ciência e Tecnologia

SER JOVEM EM ANGOLA

30 – Quais as qualidades que considera mais importantes nos políticos (**assinale apenas 3**)?

- Responsável  Competente  Íntegro  Transparência   
 Coerente  Honesto  Pontualidade  Trabalhador

31 – Quais os problemas (sociais) que mais afectam Angola (**assinale apenas 3**)?

- Pobreza  Corrupção  Racismo  Egoísmo  Violência Doméstica   
 Má nutrição  Criminalidade/ violência  Promiscuidade   
 Incompetência  Falta de Quadros  Má governação  Analfabetismo

32 – Quais os problemas cuja resolução, no seu entender, são prioritários (**assinale apenas 3**)?

- Políticas de Desenvolvimento  Saneamento Básico/Lixo  Energia   
 Água  Política de quadros  Ordenamento do território

33 – Quais as qualidades que considera mais importantes num bom profissional (**assinale apenas 3**)?

- Íntegro  Pontual  Honesto  Competente   
 Responsável  Trabalhador  Coerente  Transparente

34 – Prioridade na sociedade/país, nos próximos 10 anos:

	Mt Imp.	Pouco Imp.	Algo Imp.	Nada Imp.
Manter a ordem na nação				
Proteger a liberdade de expressão				
Mais decisões governamentais importantes				

**[8]Cultura**

35 – Quantos livros lê, em média, por ano (excluir os de leitura obrigatória da Universidade)? .....

36 – Género literário que prefere (**assinale apenas 3**)?

- Ficção científica  Policial  Ensaio  Romance   
 Poesia  Biografias  Banda desenhada   
 Outro/ qual?.....

37 – Com que frequência lê jornais?

- Frequentemente  Às vezes  Raramente  Nunca

37.1 – Se sim, qual ou quais lê?.....

## SER JOVEM EM ANGOLA

38 – Que língua/s nacional fala (para além de Português)?

Kimbundo  Umbundo  Kikongo  Oyo/Fiote   
Outra. Qual?.....

39 – Que disciplinas considera ser importante incluir no curriculum do ensino básico, para além das que já existem (**refira apenas 3**)?

Religião e Moral  Línguas nacionais  História de África   
Educação Cívica  Informática  Inglês   
Outra. Qual?.....

### [9] Juventude

40 – Quais os problemas que mais afectam os jovens (**assinale apenas 3**)?

Droga  HIV  Desemprego  Habitação   
Educação  Salarial  Prostituição  Álcool   
Delinquência  Valores  Outra. Qual?.....

41 – Quais considera ser as características da juventude (**assinale apenas 3**)?

Irreverência  Irresponsabilidade  Imaturidade   
Criatividade  Promiscuidade  Tenacidade   
Laboriosidade  Impaciência  Solidária  Outra. Qual?.....

42 – Enquanto jovem e estudante, qual considera ser o objectivo da escola?.....  
.....

43 – Conhece a política do Ministério da Juventude? Sim  Não

44 – Que futuro o dos jovens em Angola?

Muito Bom  Bom  Mau  Muito mau  Não sei

45 – É membro de alguma organização ou associação juvenil, religiosa ou de solidariedade?

Sim  Não

45.1 – Se respondeu sim, especifique se é juvenil, religiosa ou de solidariedade:.....  
.....

46 – De entre as seguintes possibilidades, refira quais considera serem os objectivos de vida dos jovens angolanos (**assinale apenas 3**):

Ter poder  Ser rico  Ser ministro  Ser bom profissional   
Ser feliz  Ter sucesso  Ser deputado  Ter bom emprego   
Constituir família

### [10]Valores

47 – Quando tem relações sexuais, usa preservativo (você ou o seu parceiro/a)?

Sempre  Às vezes  Raramente  Nunca



## SER JOVEM EM ANGOLA

47.1 – Tem um parceiro sexual regular?

Sim

Não

48 – É membro/militante de algum partido político? Sim  Não

48.1 – Pensa fazer carreira política? Sim  Não  Não Sei

48.2 – Quando está com os seus amigos, diria que as vossas conversas são de ordem política?

Frequentemente

Ocasionalmente

Nunca

49 – Se tem, refira qual a sua religião/igreja?.....

49.1 – Pensa que a sua igreja é aquela que dá as respostas aos seus problemas/necessidades?

Sim

Não

50 – Acredita nos curandeiros? Sim  Mais ou menos  Não

50.1 – Se respondeu sim, resposta se já recorreu alguma vez ao curandeiro?

Sim

Não

51 – De entre os seguintes, assinale quais as aquisições que constam da sua lista num futuro a médio prazo (**assinale apenas 3**):

Carro

Terras/Terreno

Casa de praia

Barco

Casa

Outro/qual?.....

52 – De entre os seguintes, indique quais os aspectos que considera mais importantes para si (**assinale apenas 3**):

Sucesso

Religião

Dignidade

Família

Poder

Dinheiro

Justiça

Liberdade

Solidariedade

53 – Há algo que considere valer a pena o sacrifício e, se necessário, pôr em risco a sua própria vida? Sim  Não

53.1 – Se sim, quais (**refira apenas 3**)?

A minha família

O meu país

Justiça

Liberdade

Crença Religiosa

Paz

Salvar a vida de outra pessoa

Não sei

Outro/qual?.....

54 – É claro que todos querem que não haja outra guerra mas, se houvesse, estaria disposto/a lutar pelo seu país? Sim  Não  Não sei

55 – Que valores considera essenciais e lhe foram inculcados pelos seus pais (as pessoas que o criaram)?.....

56 – Que valores considera serem aqueles que dominam a sociedade angolana, hoje?.....

## SER JOVEM EM ANGOLA

57 – Nesta lista, encontra qualidades para as quais as crianças podem ser encorajadas para aprenderem em casa:

	Mt Imp.	Imp.	Pouco Imp.	Algo Imp.	Nada Imp.
Trabalho					
Responsabilidade					
Imaginação					
Tolerância e Respeito					
Fé religiosa					
Solidariedade					
Determinação					
Perseverança					
Obediência					

58 – Diga quais são aqueles comportamentos que pensa serem sempre justificados, nunca justificados, ou pouco justificados:

	Sempre Justif.	Pouco Justif.	Nunca Justif.
Mentir no seu próprio interesse			
Mulher/homem casados, terem um caso			
Aceitar um suborno			
Abortar			
Eutanásia			
Suicídio			
Ter sexo casual			
Prostituição			
Assassínio			
Roubar			

59 – Roubar comida numa loja deve ser perdoado se o ladrão é:

	Sempre	Às vezes	Nunca
Jovem			
Pobre			
Mutilado			

60 – Até que ponto se incomoda com o modo como a sua família, os seus vizinhos ou o seu povo vivem:

	Muitíssimo	Muito	Até certo ponto	Não muito	Nada
Família					
Vizinhos					
Povo					

## SER JOVEM EM ANGOLA

61 – Por favor, diga para cada uma das seguintes, quão importante é na sua vida:

	Muito	Mais ou menos	Não muito	Nada
Trabalho				
Família				
Amigos				
Tempo e lazer				
Política				
Religião				

62 – Tendo tudo em atenção, diria que é:

Mt feliz  Mais ou menos feliz  Não mt feliz  Nada feliz

63 – Nesta lista há vários grupos de pessoas. Diga, quais **não** gostaria de ter como vizinhos:

Prostitutas/os

Drogados

Homossexuais

Criminosos

Seropositivos

Mutilados

Pobres

64 – Falando no geral, diria que a maior parte das pessoas é fiável ou não?

Maioria é fiável  Maioria não é fiável

65 – Porque é que as pessoas vivem com necessidades?

Pouca sorte  Preguiça  Injustiça na sociedade  Progresso  Nenhum destes

66 – Para considerar justa, o que é que uma sociedade deve providenciar (refira, por ordem de importância, sendo que o 1 é igual a Nada importante, o 2 igual a Pouco Importante, o 3 é igual a Algo Importante, o 4 é igual a Importante e o cinco igual a Muito importante):

Eliminar desigualdades entre cidadãos

Garantir necessidades básicas para todos (comida, casa, roupa, educação, saúde)

Reconhecer as pessoas pelo mérito

Dar aos jovens oportunidades iguais de concluírem a sua educação (independentemente da família de que provenham)